

MANUEL PACHECO NETO



2011

Universidade Federal da Grande Dourados

COED:

Editora UFGD

Coordenador Editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2009/2010

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Revisão: Pedro Edmundo Toffoli.

Impressão: Gráfica e Editora De Liz | Várzea Grande | MT

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981.03 Pacheco Neto, Manuel.

P116h Heróis nos livros didáticos : bandeirantes paulistas /

Manuel Pacheco Neto. – Dourados : Ed. UFGD, 2011.

320p.

Possui referências.

ISBN 978-85-61228-84-2

1. Bandeirantes paulistas – História. 2. Heroicização
dos bandeirantes. 3. Livros didáticos. I. Título.

Sumário

Prefácio	05
Introdução	11
Capítulo I O Bandeirante nos livros didáticos: de 1894 ao final da década de 1940	15
Capítulo I I O Bandeirante nos livros didáticos: da década de 1950 ao ano de 2006	125
Capítulo I I I O Bandeirante: a compreensão que sobre ele ficou	295
Referências Bibliográficas	315



Prefácio

O que “se diz antes” introduz o leitor na leitura que de seu objeto entendeu o autor. Ora, “o que se diz antes” é também uma leitura, uma entre outras possíveis. Nestes limites, compartilho com o leitor alguns pontos de vista sobre a obra que tem em mãos.

A figura do bandeirante é analisada em dois tipos de documento: as Atas e o Registro da Câmara da vila de São Paulo, e o livro didático. Atas e Registro abrangem o período de 1562 a 1730. Os livros didáticos são de 1894 a 2006. Assinalo isto porque o que está em jogo é a historicidade do conteúdo posto em cada documento. Não há escrito que transcreva os fatos tais quais aconteceram, porque este “aconteceram” tem uma dimensão plural, realizado que foi por muitas pessoas colaborativamente. Cada uma delas afirmaria, com convicção e sem engano, que sua narração é a verídica. Com efeito, não só o fato é vivência, e toda vivência é pessoal, mas ainda a narração do fato é igualmente vivência. Há que se perguntar, pois, pela vivência, presente no que denominamos fato e na sua narração.

O que determina a vivência é o “interesse”, é “aquilo que importa, em conformidade com aquilo que se é. Todos procuram, em todos os gestos que praticam, um viver mais, um viver melhor. Procuram expandir suas possibilidades, realizar seus objetivos, postos de acordo com a concepção e a prática da vida. Isto obriga o pesquisador a um entendimento prévio do que seus personagens entenderam por viver mais, viver melhor.

Neste livro nos deparamos com muitas vivências: sinteticamente assinalamos a do paulista, a do paulista que caminha sertão adentro, a

dos autores dos livros didáticos, a do próprio leitor. Como os significados pendem da vivência, os “mesmos” fatos são lidos diferentemente por cada um. O bandeirante terá, assim, muitas imagens. O leitor insistirá: mas qual a imagem verdadeira?

Tenho escrito que a História é a defesa dos próprios interesses. Vemos o passado a partir de nossa experiência, nem há como não ser assim. Configuramos, pois, o passado segundo o que somos. Mais: o que dizemos passado não é outra coisa que a interpretação que lhe damos. O leitor leia estas afirmações não como relativismos, que desatendem o rigor do método, mas fundado em sua própria experiência que as confirma, propondo o real. Esteja atento ainda ao caráter social de cada gesto individual: todos dizemos, compartilhando com os outros o nosso modo de ser.

Estes princípios fundamentam uma leitura profícua dos fatos históricos. No caso, permitem e obrigam a uma pesquisa rigorosa de quem foram os paulistas quinhentistas e seiscentistas, do como puseram sua vida, das ocupações que realizavam o convívio, das crenças, costumes, valores, organização social que criaram, da imagem pois que tinham dos outros, segundo a posição que cada um ocupava. Este conhecimento, Manuel o tem pelo estudo intransigente da sociedade paulista da época, através dos documentos originários e da bibliografia produzida. Foi esse estudo que lhe possibilitou o contraponto com as leituras do século XX.

A sociedade paulista dos séculos XVI e XVII, instalada na porta do sertão, atendeu aos interesses do estabelecimento português nas novas terras, pondo-se como lugar estratégico de interiorização. É importante realçar o caráter de estabelecimento, o que supõe primeiramente uma sociedade testada, que não estava começando, madura pois em sua forma de ser. A sociedade portuguesa aqui chegou já madura, complexa, buscando aqui realizar objetivos conformados com seu entendimento de vida. São Paulo era uma vila portuguesa, as novidades da terra propondo novos encaminhamentos. A presença indígena se punha como amiga ou inimiga,

em favorecimento ou em contraposição a seus objetivos. Dos amigos, os portugueses queriam a ajuda na defesa da propriedade e o braço para a lavoura. Em função disto modelou-se o relacionamento com os índios.

O povo era pobre e vivia na miséria, segundo expressão repetida das Atas. Há que se entender o significado cultural aí contido, reforçando pelo contraste a necessidade que se tinha daquilo que se propunha. Isto justificaria a guerra justa, a descida de índios, o aldeamento, a escravização, a venda. Isto ensejou as entradas no sertão, depois chamadas de bandeiras.

A época colonial se marcou pelo estado de perigo: perigo dos índios, perigo da floresta, perigo dos estrangeiros, incerteza do alimento, do sucesso dos empreendimentos, o que gerava uma preocupação com a defesa. A rudeza e crueza no trato das pessoas foram conseqüências características dessa sociedade. É preciso observar isto, para se entender a “colônia”. Os bandeirantes não poderiam ser diferentes: eram portugueses como os outros: no perigo, viviam a cultura portuguesa, a crença em Deus como presença atuante, a ordem tal qual estava disposta, a execução de ofícios que atendiam às necessidades da sociedade. Por isto, foram ao sertão à busca do índio. Por isto, praticavam ações ao estilo da época. Por detrás, portanto, da leitura que fazemos dos bandeirantes, lemos a maneira de ser português nesse período. Partindo deste olhar, observamos a contribuição expressiva que Manuel nos oferece.

A leitura que os autores dos livros didáticos fizeram dos bandeirantes acompanha os marcos da vivência do século XX. A república acabara de se instalar como modelo de governo. A indústria se estabelecia, pondo na berlinda um novo tipo de relação entre patrões e operários. Os grandes senhores ligados à produção agrícola buscavam preservar seu poder político. Tudo propunha uma ideologia de glorificação da pátria, que de todos fazia irmãos numa harmonia congênita, os problemas sociais desaparecendo do cenário. A análise épica que os autores fazem em seus livros didáticos combina com a literatura, com o discurso político, com a prática

religiosa, com a ordem familiar, tudo orquestrado no mesmo padrão. A glorificação tem duas razões: o *status* dos senhores, que a tudo dominam; e a “submissão voluntária” da multidão. Os primeiros têm nela a projeção dos benefícios que garantem à sociedade; os segundos, a compensação (ilusória) pela sua obediência, mantendo-se em sua pequenez. Isto lembra o barroco. De qualquer forma, a necessidade de um visual de beatitude compartilhada.

O livro didático chama a atenção. Atende à formação das novas gerações. É preciso formatá-las. A escola serve sempre, com efeito, à visão predominante que se tem de sociedade. Não é, como muitos idealistas pretenderam, um instrumento de transformação. O bandeirante épico confirmará a beleza do estado das coisas. O mundo está dado: é preciso cultivá-lo. A análise de Manuel assinala, a cada livro, os argumentos de convencimento, sem suposição de que poderia ter sido diferente. O leitor aproveite da lição.

Chegamos aos nossos tempos. O amadurecimento político das classes subalternas, ainda que no princípio, germinou a crítica, que é o olhar pelo lado oposto. O desenvolvimento da indústria levou a este posicionamento, a trancos e barrancos. Mas não se reduz a isto a causa das mudanças. A sociedade global vem padecendo, há pelo menos um século, e vem demonstrando isto claramente a partir dos anos 60 do século passado, pela exaustão do formato de Homem que cultivou desde o surgimento do grande comércio, modificado pela grande indústria. Seus efeitos, a racionalidade e o individualismo, geraram um mal-estar na sociedade global, o Homem buscando uma resposta à sua insatisfação. Em todos os fazeres percebe-se uma mudança, fruto da angústia. E isto repercute em todas as ações, em todos os campos de expressão humana. Por isto, também o livro didático revê as leituras feitas sobre os temas históricos e estabelece novos critérios de leitura. Está na hora de repensar a sociedade. Como o pensar é efeito da prática, está na hora de praticar gestos novos, coerentes com o projeto de felicidade humana, para construir a sociedade que queremos.

Este livro, que o leitor tem à mão, sirva de incentivo para os novos gestos, partindo da compreensão que seu Autor nos possibilitou. Quero me congratular com Manuel pelo belo e profundo trabalho de pesquisa histórica. Que seja modelo de novas iniciativas e estímulo de nova prática social.

José Maria de Paiva^{1*}

^{1*} Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. jmpaiva@unimep.br



Introdução

O bandeirante paulista é um personagem histórico bastante avultado. A concepção heróica deste personagem, parece não restar dúvida, foi amplamente disseminada pelos livros didáticos, ou pelos *manuals escolares*, como se dizia mais costumeiramente tempos atrás. Sobre o bandeirante nos livros escolares, escreveu Monteiro: “Desbravador dos sertões incultos [...] conquistador de povos selvagens, esta figura heróica marca presença tanto nos manuais de história...” (2000, p. 105). Sobre essa mesma questão da figura do paulista colonial nas obras de cunho escolar, escreveu Volpato: “Os livros didáticos, na verdade, reproduzem uma visão mítica do bandeirante” (1985, p. 17). Também acerca da figura do bandeirante herói, escreveu Moog: “... houve uma imagem que foi promovida a símbolo e isto é sumamente importante. Uma vez idealizada uma imagem e convertida em símbolo, será muito difícil deslocá-la ou substituí-la” (1985, p. 173). Em suas reflexões sobre *imagem e símbolo*, afirmou ainda o mesmo autor:

Pela resistência do indivíduo a modificar suas categorias mentais em meio da vida e a substituir os símbolos que lhe são caros, ainda quando reconheça a conveniência da mudança, pode-se concluir que a tarefa de renovar imagens coletivamente idealizadas não deve ser das mais simples (MOOG, 1985, p. 139).

A desconstrução de um mito não ocorre rapidamente, principalmente se este mito se destaca dentre outros que estão à sua volta. Sobre

a dimensão deste mito, asseverou Monteiro: “Dentre os diversos mitos sobre a formação da nacionalidade brasileira, o bandeirante certamente ocupa um lugar de destaque” (1998, p. 105).

Este mito ainda hoje se faz presente, sem sombra de dúvida. Um mito construído com massiva contribuição dos livros didáticos, que não só reproduziram, ao longo do tempo, o viés apologético da historiografia produzida por Basílio de Magalhães, Rocha Pombo, Alfredo Ellis Júnior (sucedâneo de Saint-Hilaire) e outros autores, como também contribuíram para a disseminação de relatos lendários sobre os sertanistas, com destaque para a travessia do continente, de leste a oeste, por Antônio Raposo Tavares, empresa que jamais foi levada a cabo no Brasil Colonial.

A figura do bandeirante de botas, chapéu, gibão, mosquete e alfanje é uma representação construída pela historiografia convencional. Existe a figura de um andejo, que precisa ser conhecida. Uma figura descalça, andrajosa e mestiça. Um caminhante aturdido, atormentado pela pobreza reinante num contexto rústico. Um homem ordinário, nada extraordinário, que palmilhou paragens matagosas desconhecidas, distantes do vilarejo onde morava, em habitações de taipa, onde não havia camas. Este homem, nos extremos da fome, comeu ratos e sapos, e nos limites da sede, bebeu sangue de animais selvagens. Andando a pé, ele foi um viajor que cumpriu distâncias desmedidas, às vezes trôpego, exangue. Antítese de herói, ele subsistiu muitas vezes graças ao índio, com quem aprendeu preciosas técnicas de sobrevivência no meio selvagem². Mesmo tendo sido aprendiz de tão experiente mestre, ele o caçou e escravizou, visando aplacar a

2 As informações sobre estas técnicas são encontradas na historiografia produzida por Sérgio Buarque de Holanda, Luiza Volpato, Alcântara Machado e Auguste de Saint-Hilaire. Vale dizer que a figura do bandeirante, como é apresentada por tais autores, não é predominante no ensino de História da Educação Fundamental.

carestia de um cotidiano compungente, onde a escassez de víveres era notória. Lançando mão da violência, em suas formas mais extremas, ele não raro deixou um sulco de espanto e desolação por onde passou ... choças enegrecidas pelo fogo e muitos corpos desmembrados. Ele também foi atacado pelo indígena hostil, sofrendo toda a espécie de agressividade. Visto como maligno por evangelizadores jesuítas, ele foi designado, por Maxime Haubert, como integrante das “Hordas do Anticristo”. Responsabilizado por uma expansão geográfica de dimensões continentais, ele foi transformado num ser quase supranatural, possuidor de virtudes magnas, passando para a posteridade como um herói paradigmático, que foi distanciado de si mesmo pelas artimanhas panegiristas da historiografia ufanista, tornando-se, por fim, quase um antípoda de si próprio.

Muitos o conhecem revestido de uma aura de refulgência, ostentando trajes aparatosos, em consonância com todas as adjetivações de honra, bravura e virilidade, que lhe foram atribuídas pela historiografia apologética, cujo viés narrativo instalou-se na instituição escolar, disseminando-se na sociedade brasileira através do tempo, à medida que as gerações iam ingressando e saindo do ensino fundamental. A figura do bandeirante herói, em grande parte por causa da escola, foi amplamente espreitada, estando hoje significativamente presente entre as concepções identitárias brasileiras.

Este livro, oriundo de nossa pesquisa doutoral financiada pela Capes, busca contribuir para uma compreensão mais aproximada sobre as dimensões alcançadas pelo processo de heroicização do antigo sertanista paulista nas obras de uso escolar. Para tanto, foi levada a cabo uma análise não pouco detalhada, abrangendo livros didáticos – muitos deles raros – escritos desde antes da Proclamação da República, até a primeira década do século XXI. Por fim, é importante esclarecer que, neste trabalho, optamos por preservar a ortografia original das obras didáticas analisadas.



CAPÍTULO I

O Bandeirante nos livros didáticos: de 1894 ao final da década de 1940

Em 1889, o Barão do Rio Branco se debruçava para escrever um livro que seria publicado cinco anos depois em São Paulo, pela Livraria Teixeira & Irmão. A obra intitulou-se *História do Brasil*, sendo destinada ao ensino primário. Enquanto o já então eminente estadista e diplomata brasileiro redigia o trabalho em pauta, o Brasil imperial chegava aos seus derradeiros estertores, com o advento da Proclamação da República, movimento que foi, em grande medida, fruto do descontentamento dos grandes proprietários de fazendas cafeeiras, que, agregando-se em busca de benefícios políticos, conseguiram chegar ao governo nacional. Sobre isso, na obra *Filosofia e História da Educação Brasileira*, escreveu Ghiraldelli Jr.:

Todos sabemos que a República não veio por meio de um grande movimento popular. Ela se instaurou como um movimento militar com apoio variado de setores da economia cafeeira então descontentes, principalmente por conta de o Império deixar a desejar quanto à proteção dos chamados barões do café e outros grupos regionais (2003, p. 15).

Escrevendo sobre o mesmo período, na obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, observou Nagle:

A influência da lavoura cafeeira, contudo, não atingiu apenas a economia nacional como um todo; influenciou também, os mais diversos setores da sociedade brasileira, a ponto de se falar numa civilização do café (2001, p. 24).

Romanelli, escrevendo sobre a *Evolução do Ensino no Brasil*, asseverou que o país tinha: “[...] no período monárquico [...] poucas escolas primárias (em 1888, 250.000 alunos), para uma população de 14 milhões de habitantes...” (1986, p. 40).

Já Nagle, referindo-se aos dados censitários obtidos no ano seguinte à Proclamação da República, afirma que “a população total em 1890 era de 14.300.000”, remontando a “população urbana a pouco mais de 1.200.000 pessoas” (2001, p. 38).

Foi nesse contexto brasileiro que o livro *História do Brasil*, de Rio Branco, foi publicado. A República há pouco instalada – cinco anos – conservava ainda, no que dizia respeito à educação, muitas das características do final do Império, ou mesmo do primeiro ano após sua derrocada. Talvez o último livro didático de história do Brasil elaborado no Império – posto que escrito em 1889 –, o trabalho de Rio Branco será o primeiro por nós analisado, neste livro que busca investigar como a figura do bandeirante foi tratada nos livros didáticos, desde então, até os dias atuais. Para que iniciemos a investigar isso, averiguemos o que escreveu Rio Branco, ao discorrer sobre *A conquista do interior nos séculos XVI e XVII*:

No tempo do domínio hespanhol (1580-1640), os paulistas que foram os operarios diligentes da civilização do Brazil no centro e ao sul do Império, avançaram até muito longe pelo interior das terras... (1894, p. 59).

Obreiros civilizadores, os sertanistas de São Paulo teriam estabelecido os postos avançados da civilização nos sertões do continente. O ilustre autor da obra em pauta defende esta postulação, de maneira clara,

afirmando, na sequência, que os sertanistas empreendiam tais avançamentos:

[...] á procura de ouro e dando caça aos índios que reduziam á escravidão para fornecer trabalhadores as fazendas da costa (RIO BRANCO, 1894, p. 59).

A pesquisa aurífera é aqui mencionada, seguida pela afirmação quanto ao apresamento. No entanto, a escravização dos indígenas é afirmada de maneira singular, como se as presas fossem todas destinadas às fazendas litorâneas, inclusive sem mencionar se eram fazendas da própria capitania de São Vicente ou das férteis terras nordestinas – *de massapé gordo*, como escreveu Holanda – onde, como se sabe, houve falta de escravaria africana, durante a ocupação holandesa, de 1630 a 1654. Rio Branco também não faz qualquer menção à mão-de-obra escrava, utilizada em grande escala no próprio planalto de São Paulo.

Quanto às origens do bandeirantismo, o baronial autor escreveu que os paulistas:

Atacados pelos selvagens, a princípio limitaram-se á defensiva, depois tomaram a resolução de se desembaraçar dos seus inimigos. A primeira guerra dos paulistas, dirigida por Jeronymo Leitão, foi feita contra os tupiniquins do Anhemby, hoje Tietê, que contavam, segundo os jesuítas hespanhões, trezentas aldeias e 30:000 combatentes. Essas aldeias foram quase todas arrasadas e um grande numero de índios, reduzido a escravidão. A guerra durou seis annos (RIO BRANCO, 1894, p. 59).

Temos aqui um grupo de frases que sintetiza, convincentemente, o momento em que os paulistas passaram da defensividade³ para a ofensi-

3 Nos primeiros anos da vila de São Paulo (que foi fundada em 1554), os colonos viviam sob tensão, por conta da sempre presente possibilidade de ocorrência de ataques indígenas, não tão raros na época. A expedição de Jerônimo Leitão, organizada em 1585 com apoio

vidade, iniciando a primeira investida de grande monta contra os índios. A menção do autor quanto ao número de índios apresados – 30.000 –, com base em fontes jesuíticas, embora não possa ser tomada como fidedigna – devido ao teor panfletário dos escritores inicianos –, cumpre asseverar que a escravaria trazida para São Paulo por Jerônimo Leitão certamente não foi pouca, de forma alguma.

Depois de tratar dessa expedição, Rio Branco segue sua abordagem sobre os paulistas, tratando das expedições de Afonso Sardinha, Jorge Correa e João Prado (todas realizadas na última década do século XVI), discorrendo ainda acerca da tropa de Nicolau Barreto (1602), a primeira de grande porte do século que se iniciava.

Analisando a capacidade de aparelhamento dos homens do planalto, na metade da primeira década do século XVII, escreveu Rio Branco:

Em 1606, os Paulistas não podiam armar, para estas expedições, mais de 1:800 homens, dos quaes 300 brancos e 1:500 Indios, quase todos munidos de armas de fogo e protegidos nos combates por uma couraça de couro acolchoada de algodão (1894, p. 60).

É certo que a vila de São Paulo, ainda bastante acanhada no início dos seiscentos, não tinha capacidade para dispêndios com tanto material bélico e com tanta vestimenta sofisticada. Rio Branco nos dá a idéia de um grande agrupamento de homens, um exército vestido com roupas de couro, dispondo de muitas armas de fogo. Em nota de rodapé, às páginas 60 e 61 de sua obra, Rio Branco informou a fonte em que se alicerçou, para escrever sobre guerreiros tão bem paramentados:

... Todos muy bien armados com escopetas, vestidos de escupiles, que son al modo de dalmáticas, estofadas de algodon, com seguridad de lãs saetas; á son de caixa, vanderá tendida, y orden militar.. . (MONTROYA, *Conquista Espiritual*, § 75, pag. 92).

da Coroa, iniciou o apresamento em grande escala nas matas do Brasil Colonial.

Aqui está o fruto da pena eloquente do inaciano Antônio Ruiz de Montoya, um dos mais superlativos cronistas da Companhia de Jesus. Nesse ponto do trabalho de Rio Branco, é possível verificar claramente que os principais fundamentos contidos na obra do jesuíta, no que diz respeito à indumentária sertanista, foram eficazmente reproduzidos nas aulas de história ministradas nas escolas brasileiras, uma vez que *História do Brasil* foi um livro didático trabalhado pelos professores junto aos alunos do ensino primário, no final do século XIX e início do XX.

Na sequência dessa obra, ao discorrer sobre Manuel Preto, um dos mais conhecidos sertanistas da história colonial, Rio Branco comete um claro equívoco, ao afirmar:

Lemos em uma obra recente que elle era apelidado em S. Paulo “o herói de Guayra”. Por um erro é que lhe dão este nome, porque provavelmente tinha morrido na época da conquista de Guayra (1894, p. 61-62).

Sem citar a fonte em que leu a postulação que então pretendia negar, Rio Branco à época contribuiu para a disseminação de uma notável imprecisão histórica, pois é largamente sabido – e já o era na própria época da obra que ora analisamos, pois seu autor antagoniza um trabalho não identificado, que ele mesmo traz à baila – que Manuel Preto esteve presente no Guairá, tomando parte na destruição dos núcleos jesuíticos, onde muitos índios foram apesados pelos paulistas.

Verifiquemos o que escreveu Washington Luís:

Em 1618, Manoel Preto já freqüentador dessas paragens, com uma imensa bandeira, acomete a redução de Loreto, na foz do Pirapó, afluente do Paranapanema... (1980, p. 300).

Como se percebe, o sertanista ainda era vivo em 1618, incursoando justamente pela região guairenha. Exatos dez anos depois, Manuel

Preto ainda vivia, pois foi designado como cicerone do governador do Paraguai, Dom Luís Céspedes y Xeria, em sua passagem pela vila de São Paulo de Piratininga. Sobre isso, escreveu Washington Luís:

O capitão-mor, naquela época, Álvaro Luís do vale, designou o capitão Manoel Preto para que, apenas com seus índios sem nenhuma pessoa branca, acompanhasse D. Luís Céspedes, pelos rios abaixo, voltando imediatamente a São Paulo, sem ir ao sertão nem trazer outros índios (1980, p. 303).

Também sobre isso, escreveu Franco:

Em 22 de junho de 1628, sempre com o posto de mestre de campo (Manuel Preto), foi encarregado pelo capitão-mor governador Álvaro Luís de conduzir o governador do Paraguai, D. Luis de Céspedes Xeria, pela via do Tietê (1989, p. 324).

No começo do ano seguinte, a exemplo de sua incursão de 1618, Manuel Preto ia novamente ao Guairá. Sobre isso, escreveu Ellis:

No início de 1629, arrojou-se contra a região do Guairá a bandeira de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros, Salvador Pires de Medeiros e outros; a maior de todas as que até então para lá se haviam dirigido – 900 mamelucos, 2.000 índios auxiliares capitaneados por 69 paulistas. Destruiu inúmeras reduções, aprisionando os índios, expulsando os jesuítas Paraná abaixo e arrasando os burgos castelhanos de vila Rica, à margem esquerda do rio Ivaí e Ciudad Real, próxima à foz do Pequiri, no Paraná (1997, p. 287).

Sobre essa mesma bandeira, escreveu Taunay:

Em 1629 ocorreu um dos mais notáveis episódios da história do bandeirantismo, a destruição das grandes reduções do Guairá pela coluna paulista [...] a que chefavam dois homens férreos: o velho Manuel Preto e o jovem Antônio Raposo Tavares (1951, p. 47).

Como está claro, Manuel Preto ainda vivia no final da década de 1620, tendo tomado parte, desde o início do século em pauta, nas investidas bandeirantes sobre o Guairá. Além de Taunay, Ellis, Carvalho Franco e Washington Luís – os que aqui nos auxiliaram a demonstrar a participação de Manuel Preto no Guairá –, não poucos outros autores escrevem sobre a atuação desse sertanista no apresamento em larga escala, ocorrido na região. Isto é, na verdade, bem conhecido por qualquer pessoa que se debruce sobre a historiografia do bandeirismo. Manuel Preto não foi *o herói do Guayra*, como assevera a fonte que Rio Branco menciona – sem identificar –, buscando negar que o bandeirante em pauta vivia quando da “... época da conquista da província de Guayra” (RIO BRANCO, 1894, p. 62). Manuel Preto foi não um herói de qualquer conquista, mas um mestre-de-campo, um chefe importante, um protagonista da destruição, do apresamento e da matança levados a cabo pelos paulistas nas povoações jesuíticas guairenhas.

Após este equívoco acerca de um dos mais propalados bandeirantes da colônia, Rio Branco prossegue sua abordagem sobre o sertanismo paulista, narrando o prosseguimento da destruição das reduções e a fuga dos índios e jesuítas rumo aos limites meridionais da colônia, que, capitaneados pelo padre Montoya, estabeleceram-se no Tape (atual Rio Grande do Sul), reconstruindo os povoamentos de Loreto e Santo Inácio. No texto de Rio Branco, Antônio Raposo Tavares tem atuação destacada na devastação do Guairá e do Tape. Este sertanista foi sim um chefe apresador que atuou nas regiões em questão; porém, ao afirmar a ausência de Manuel Preto no Guairá, o texto de Rio Branco atribui todo o protagonismo das ações sertanistas naquela vasta área a Raposo Tavares, contribuindo para a magnificação de sua figura, que certamente é a mais conhecida de toda a história das bandeiras.

Em síntese, publicada em 1894, a obra *História do Brasil*, de autoria do Barão do Rio Branco, apresenta os bandeirantes como homens muito

bem paramentados para as contendas e a lida nas matas; nega a participação de Manuel Preto nos assaltos ao Guairá, afirmando-o morto num claro equívoco de datas, e exagera na quantidade de armas de fogo existente na São Paulo do início do século XVII, considerando como escopeteiros ou arcabuzeiros índios que eram flecheiros. Embasado na obra *A Conquista Espiritual*, de autoria de Montoya – que é citada às páginas 61 e 65 do livro ora em foco – e na *Nobiliarquia Paulistana* de Pedro Taques – citada na página 64 – Rio Branco ofertou uma versão em que os bandeirantes não andam pelas matas da colônia, mas sim do *Império*. Mateiros do Brasil Imperial, os sertanistas de Rio Branco (1894, p. 60) avançaram pelo interior do continente, protegidos por *couracas de couro* e apresando índios. A visibilidade que o autor em pauta dá ao apresamento é passível de ser observada. Contudo, deslocada de seu tempo e contexto, essa particularidade importante do sertanismo perde muito de seu significado, pois leva o leitor ao entendimento de que tal fenômeno ocorreu no Império, não na Colônia, cumprindo, por último, observar que, em momento algum de seu texto sobre os sertanistas paulistas, Rio Branco os situa como personagens históricos coloniais. As palavras “colônia”, “colonização” ou “colonial” simplesmente não aparecem nas dezesseis páginas dedicadas ao estudo da *Conquista do interior nos séculos XVI e XVII*.

Feita a análise acerca do texto que trata do sertanismo paulista na obra *História do Brasil*, publicada em 1894 pelo Barão do Rio Branco, verifiquemos agora como o mesmo tema é tratado na obra intitulada *Compendio de História do Brasil*, publicada em 1902 por Raphael Galanti. Neste livro, o texto que ora iniciamos a averiguar intitula-se *Missões, Jesuítas e Paulistas*, contendo vários subtítulos, sendo o primeiro deles intitulado *Os Paulistas*, em que o autor, alicerçado em Southey, descreve os moradores do planalto de São Paulo:

Entretanto crescia, escreve Roberto Southey, I, 467, uma raça de homens, ferozes sim e intratáveis, mas que com a mistura do sangue indígena, adquiriam uma actividade constitucional incançável. Enquanto os hespanhóes no Paraguay se deixavam ficar onde os puzera Yrala...continuaram os brasileiros por dois seculos a explorar o paiz; mezes e annos passavam estes obstinados aventureiros pelas florestas e serranias a caçar escravos ou a procurar ouro e prata, seguindo as indicações dos indios. E afinal lograram assegurar-se a si e a Casa de Bragança as mais ricas minas e maior extensão da America do Sul, de toda a terra habitavel a região mais formosa (SOUTHEY *apud* GALANTI, 1902, p. 206).

Os homens que palmilharam o interior do continente eram, segundo essas palavras, de temperamento forte, de difícil trato, além de fisicamente superiores – devido ao sangue indígena a eles legado pela miscigenação –, incansáveis no cumprimento das extensas jornadas sertanejas a que se submetiam, buscando escravos índios ou minerais valiosos. Esses homens *obstinados* sabiam também se valer da sabedoria ancestral dos índios durante seus deslocamentos, legando ao estado português jazidas de minérios preciosos e vastas porções de terra.

Mais à frente, no subtexto intitulado *Os caçadores de escravos no sertão*, o autor da obra em análise prossegue no mesmo viés:

... eram os paulistas incançáveis nas pesquisas. Para elles, buscar minas e caçar escravos tudo era um [...] servindo um bando de índios para compensar uma expedição perdida em procura de ouro. De sustento, durante as entradas no sertão, serviam-se dos pinhões, alimento ordinário dos selvagens nestas partes (GALANTI, 1902, p. 208).

Novamente adjetivados como *incançáveis*, os colonos que iam ao sertão procurar minérios traziam índios no retorno a São Paulo, caso o objetivo primeiro – a descoberta mineral – não fosse atingido, evitando, desta forma, prejuízos maiores, decorrentes dos dispêndios inerentes ao

preparo da incursão. A menção acerca da alimentação com pinhões parece ser derivada de Cardim (1980)⁴, embora o autor não o mencione.

Escrevendo sobre a escravidão imposta aos homens naturais da terra, Galanti observa que eram:

... tyrannicos os colonos, tratando os indígenas como uma raça de animaes inferiores, creados unicamente para uso delles. Innumeros destes pobres índios definhavam na escravidão; outros viviam acabrunhados de duro trabalho e desapiedados tratos, e os que escapavam ao captivo, fugiam para os sertões, onde a quatrocentas, ou quinhentas léguas do mar mal se julgavam seguros (1902, p. 206-207).

Sobre o esgotamento da população indígena nas proximidades do litoral, cujas consequências ensejaram jornadas de apresamento mais extensas, escreveu o autor do livro didático em análise:

... com a sua tyrannia despovoaram tão completamente a costa [...] que [...] não tendo mais aonde ir buscar escravos, e consumido o abastecimento de naturaes que lhes ficava ao alcance, restava o sertão como unico recurso aos portugueses... (GALANTI, 1902, p. 207)

Pretendendo explicar o palmilhar do interior do continente em busca de escravos índios, partindo do princípio simplista de que os sertanistas agiam de maneira maléfica e condenável, Galanti não menciona a pobreza que dominava o planalto de São Paulo, ofertando uma versão fundamen-

4 Na obra *Tratado da terra e gente do Brasil*, escrita na época das expedições paulistas, Cardim escreveu sobre a existência de muitos pinheiros na Capitania de São Vicente, o que proporcionava suficiência alimentar aos índios: "... há muitos pinheiros, as pinhas são maiores, nem tão bicudas como as de Portugal: e os pinhões são também maiores, mas muito mais leves e sadios [...] e é tanta a abundância que grande parte dos índios do sertão se sustentam com pinhões, dão-se pelos matos ..." (1980, p. 174). Essa informação de Cardim foi repetida por alguns autores mais próximos da contemporaneidade, tornando-se de relativa recorrência na historiografia.

tada num suposto ódio étnico, devotado pelos mamelucos aos seus ascendentes indígenas. Verifiquemos:

Para justificar estes homens, nada, e para atenuar-lhes o nefario proceder, bem pouco pode dizer-se; mas, além dos princípios comuns a todos os traficantes de escravos, algumas circunstancias especiaes houve que os determinaram. O gérmen e, por assim dizer, o grosso da população era de mamelucos creados no odio hereditario contra a sua tribu materna, e obedeciam ao instincto de uma natureza pervertida, perseguindo homens que julgavam seus mortaes inimigos... (GALANTI,1902, p. 207-208).

No texto do subtítulo *Paulistas e Jesuítas*, discorrendo sobre os antagonismos que caracterizaram as relações estabelecidas entre paulistas e jesuítas à época das expedições apresadoras, escreveu Galanti:

Com o zelo de homens que sabiam estarem cumprindo o seu dever, se oppunham os jesuítas ao trafico de escravos índios. Nunca houve mais santa causa, nunca houve quem a uma causa se votasse com valor mais heróico. Assim tornaram elles seus implacáveis inimigos desde a fundação de São Paulo os mamelucos, e na verdade a maior parte do povo (1902, p. 208).

Para o autor em pauta, a hostilidade que cada vez mais medrou entre colonos e jesuítas teria contribuído para que os ataques às povoações guairenhas ocorressem, simplesmente pelo fato de que tais povoações haviam sido erigidas pelos inacianos:

Terem sido creadas por esta ordem odiosa (a dos jesuítas) era razão bastante para que os paulistas vissem com olhos hostis as reduções do Guayrá... (GALANTI, 1902, p. 208).

Sobre o ataque à redução de Santo Antônio, onde estava presente o Padre Mola, escreveu Galanti (1902, p. 210):

Deu-se o assalto, e foi saqueado o logar. Quem tentou resistir, foi trucidado ao pé mesmo do altar, e mais de dois mil e quinhentos índios foram arrastados escravos. De nada valeram as admoestações, as supplicas, as lagrimas do jesuíta (o padre Mola), e quando este lembrava áquelles desalmados a justiça divina, respondiam elles que quanto a isso, tinham sido baptizados, e haviam, pois, de entrar no céo (1902, p. 210).

Saqueadores e trucidadores de gente perante o altar católico, os duros sertanistas não se deixavam sensibilizar pelo pranto ou pelos suplicantes pedidos do padre Mola, dizendo-se seguros de ingressarem futuramente no céu, devido ao sacramento do batismo. Aqui, os sertanistas não são apontados apenas como impiedosos matadores e escravizadores de índios, mas também entendidos como hereges, deturpadores dos ditames da igreja católica. Num tom não pouco acabrunhante, Galanti prossegue em sua narrativa da destruição das reduções guairenhas:

Da mesma forma se destruíram outras tres reduções. Debalde se revestiam os jesuítas com as vestes do altar, sahindo de cruz alçada ao encontro dos paulistas. Homens da tempera destes não eram mais sensíveis a religião do que á humanidade, e, levando consigo todos os índios de que podiam lançar mão, adeante de si os iam tangendo com a barbaridade que sempre caracterizou e caracterizara este abominavel trafico, de modo que a maior parte lhes morreu pelo caminho, exhaustos de fadiga, miséria e fome. Quando já nem a força dos açoutes podia obrigar algum a seguir mais longe, deixavam-no que expirasse abandonado ou fosse pasto das feras e abutres; nem se sofria que pae ficasse com filho ou filho com pae nesta tremenda extremidade, e o azorrague punha o sobrevivente em marcha. (1902, p. 210-211).

De nada adiantou a cruz erguida para o alto e os padres envergando em seus corpos os tecidos do altar. Os paulistas prosseguiram sua obra destrutiva e acabaram apresando grande quantidade de índios, pondo-os

em marcha rumo a São Paulo, numa jornada de sofrimento, exaustão e privação de alimentos. Os escravos eram obrigados a prosseguir sempre, não obstante estivessem nos limites do cansaço e da fraqueza oriunda da fome. Açoitadas com azorragues (chicotes), as *presas* prosseguiram, até que nem mesmo tais castigos as fizessem se mover, quedando-se, por fim, no chão da floresta, onde eram abandonadas pelo grupo em marcha, que levava para longe e para sempre os seus familiares. Jazendo exangues no chão da mata, restava-lhes a agonia derradeira, antes que a morte sobreviesse, inanimando-os completamente, ofertando-os aos predadores selvagens e às aves de rapina.

Galanti narra também os trabalhos dos padres Mansilha e Maceta, que partiram atrás da expedição que retornava ao planalto de Piratininga, acompanhando-a de perto durante todo o trajeto:

Mansilha e Maceta tiveram a coragem de seguir a partida tão de perto como lhes era possível, confiando no que lhes deparassem as selvas para subsistência, e administrando as consolações que podiam, aos moribundos de que ficava juncado o caminho. Nove mezes gastaram os paulistas nesta expedição de que trouxeram para casa mil e quinhentas cabeças de escravos, gabando-se de que nunca haviam feito melhor caçada (1902, p. 211).

Um pouco à frente, analisando as “consequências funestas” dos ataques paulistas ao Guairá, Galanti assevera que “destruídos quase totalmente estavam os fructos de tantos trabalhos dos jesuítas neste país selvagem” (1902, p. 213). Depois da *última assolação* imposta pelos paulistas à região do Guairá, somada ao *indifferentismo* do governador do Paraguai, no que dizia respeito aos pedidos de proteção dos jesuítas, ocorreu a célebre fuga dos indígenas sobreviventes rumo ao sul, guiados pelos religiosos das reduções em pauta. Nessa *emigração* (GALANTI, 1902, p. 213) fluvial, encetada pelo rio Paraná abaixo, em diversos momentos fez-se necessário o abandono das canoas – nos trechos onde abundavam cachoeiras – e a con-

tinuidade do avanço por terra, entre espessas matas ciliares, onde existiam muitos predadores selvagens de grande porte. O grupo de missionários e índios foi avançando rumo ao sul, ora por água – a maior parte –, ora por terra. Antes que tal avançamento parasse em definitivo, num ponto meridional que oferecesse segurança ante a ação predatória dos escravizadores paulistas, as péssimas condições às quais há dias se submetiam os fugitivos, começaram a cobrar seu preço:

... rebentou entre eles, conseqüência dos passados sofrimentos, uma peste que os ceifou aos centos. Furiosas com terem-se cevado nos mortos, arremetiam as feras com os vivos⁵... (GALANTI, 1902, p. 214).

Depois de tratar dessa fuga em massa do Guairá, o autor deste livro didático escreveu sobre a improficuidade dos novos assentamentos estabelecidos pelos fugitivos na região do Tape, atual estado do Rio Grande do Sul, onde depois também chegaram os bandeirantes, forçando os prófugos a buscar assentamento ainda mais abaixo, rumo ao extremo sul do continente:

Muito isento destas devastações não ficou o Tape [...] Os paulistas também aqui chegaram, recorrendo os jesuítas em vão á protecção da Assumpção, Corrientes e Buenos Aires [...] e apoz alguns perdidos esforços para sustentar o terreno, tiveram os jesuítas de fugir deste paiz como já o haviam feito de Guayra, reunindo entre o Paraná e o Uruguay, onde estes rios mais se approximam um do outro, os destroços de todos os seus estabelecimentos (GALANTI, 1902, p. 215).

5 Na obra *Índios e Jesuítas no tempo das Missões*, Haubert aborda detalhadamente essa fuga dos índios e jesuítas rumo ao sul, mencionando, entre outras agruras e infortúnios sofridos pelos retirantes, a “fome, a epidemia de disenteria e os ataques dos jaguares” (1990, p. 158). Também Taunay escreveu que: “por mal de calamidades assaltou uma epidemia aquela turba desnutrida e tão provada, vitimando numerosíssimas pessoas [...] muita gente pereceu na terrível marcha, morta de moléstia ou às garras dos tigres” (1951, p. 53).

Este livro didático de 1902, grandemente embasado na historiografia produzida por Robert Southey, oferta uma versão em que os bandeirantes são fisicamente incansáveis – já que são resultado de uma miscigenação que teria apurado tais qualidades –, homens “intratáveis, tyranicos” (p. 206) escravizadores e matadores de índios que não titubeavam em “trucidar sua presas ao pé mesmo do altar” (p. 210), deixando atrás de si “consequencias funestas” (p. 212), “frutos de seu nefário proceder” (p. 207). Protagonistas do “abominável trafico” (p. 211) de índios, os bandeirantes atingiam o ápice da “barbaridade” (p. 211) quando, no retorno a São Paulo, açoitavam homens famintos e “exhaustos de fadiga” (p. 211), prostrando-os já quase mortos, a aguardar feras e abutres. Contudo, nesta obra didática ora analisada, à despeito do enfoque com ênfase na matança, morte e escravidão perpetradas pelos paulistas, a expansão geográfica não lhes é negada:

O que é certo é que, si estes aventureiros se não houvessem movido, ter-se-ia a Hespanha apoderado da costa do Brazil ao sul de Paranaguá, e hespanholas em vez de portuguezas teriam sido no sertão as minas de Goyaz, Mato Grosso e Cuyabá (GALANTI, 1902, p. 209).

Cumprir observar que, se Galanti não nega ou omite a expansão do território como obra dos paulistas, certamente não a coloca em primeiro plano, em sua abordagem sobre o bandeirismo. Notadamente, o autor credita significativo heroísmo aos jesuítas, ressaltando a relevância de sua obra missionária, bem como a defesa incondicional dos índios em processo de catequização. Sobre a confiança que os homens naturais da terra tinham nos padres, afirmou o autor:

Proseguindo sempre no systema inaugurado por Nobrega e Anchieta, iam os jesuítas, quando para o seu zelo não achavam mais emprego na costa, buscar os indigenas ás suas abrigadas, sendo estas jornadas muitas vezes obra para dezeseis a dezoito mezes. A fama que haviam adquirido, trazia freqüentemente os naturaes a dar-lhes ouvidos, seguindo-os para a costa (GALANTI, 1902, p. 207).

Aqui, verifica-se que o autor em questão preocupa-se em demonstrar que os inácianos adentravam os sertões em busca de índios para doutrinar, trazendo-os pacificamente para iniciar a obra missionária propriamente dita; diferentemente dos bandeirantes que, ao penetrar as matarias interiores, iam em busca de escravos, trazendo-os atados a correntes ou cordas, castigando-os com chicotes. Nos jesuítas os índios tinham confiança, seguindo-os de boa vontade, ao passo que dos sertanistas os índios tinham medo, fugindo à sua aproximação. De acordo com Galanti, os bandeirantes teriam tirado partido da confiança gozada pelos religiosos junto aos índios, utilizando disfarces para atingir seus objetivos de apresamento:

Disto se aproveitaram os caçadores de escravos, e disfarçados quase jesuítas atraíam muitas vezes os selvagens com este, o pior de todos os sacrilégios (GALANTI, 1902, p. 207).

Cumpra também mencionar, que afora essa menção a respeito de paulistas disfarçados de jesuítas – até onde sabemos, sem recorrência na historiografia ou nos livros didáticos de história – Galanti (1902, p. 211) traz à baila a *coragem* dos padres Mansilha e Maceta, que, abnegada e heroicamente, seguem atrás de uma bandeira apresadora de retorno a São Paulo, consolando feridos e moribundos, administrando-lhes sacramentos e amparando-os na hora derradeira. O cenário evocado pela leitura de tal trecho é significativo, pois engendra a ideia de apresadores que vão à frente castigando, maltratando presas indefesas, fracas e doentes, deixando-as atrás de si, abandonadas, já moribundas, a mercê dos predadores e carneiros naturais. Morrentes, tais presas são assistidas e confortadas pelos padres que delas se achegam. Noutros e breves termos: 1) Uma expedição avança pela mata. 2) Os homens *desalmados*⁶ que vão à frente, cometem brutalidades físicas contra outros que por eles foram aprisionados. 3) Es-

⁶ Assim os bandeirantes são adjetivados, à página 210 da obra em pauta.

tes últimos, antes já bastante enfraquecidos, tornam-se completamente impossibilitados para a marcha, devido à violência dos açoites, quedando-se no sulco dos marchadores que avançam. 4) Os homens que seguiam atrás da expedição alcançam os malsinados, a jazerem no solo matagoso, trazendo-lhes o conforto da assistência religiosa.

Em síntese, na análise da figura histórica dos bandeirantes, a obra didática intitulada *Compendio de Historia do Brazil*, de autoria de Galanti, oferta a narrativa da destruição das missões, do apresamento e morte de muitos índios, bem como da fuga de muitos deles para longe da ameaça que os amedrontava. Os bandeirantes são, na obra em questão, os assoladores e matadores de índios, ao passo que os jesuítas, contrapontos da devastação perpetrada por estes sertanistas, são os confortadores espirituais dos homens naturais da terra, seus evangelizadores, seus benfeitores. Nada mais sintomático, já que Raphael Galanti era um padre jesuíta, que viria a falecer quinze anos depois de ter escrito esta obra didática.

Doravante, passaremos a analisar o livro didático intitulado *Rudimentos de História Pátria*, de autoria de Estevam de Oliveira⁷, publicado no ano de 1909, em *conformidade com o programma instituído oficialmente para o ensino dessa disciplina nas escolas primárias*⁸. Esta obra, editada na cidade de Juiz de Fora, pela Typographia do Correio de Minas, oferta uma visão francamente heróica acerca dos bandeirantes paulistas. O autor sugere ou preconiza um texto intitulado *Conversa sobre os Bandeirantes*, como o conteúdo inicial, a *primeira lição do segundo semestre*. Vejamos como é iniciada tal *lição*:

A história das bandeiras e dos bandeirantes paulistas, jovens alunos, penetrando e devassando sertões em busca de riquezas mi-

7 Em *Minas Geraes*, o autor exercia o cargo de *Inspector Technico de Ensino*, segundo está escrito na capa da obra.

8 Menção escrita na capa da obra.

neraes, ahi espalhando povoados e lançando os germens de ricas e prosperas populações futuras, é uma verdadeira epopéia. Merece as honras de um poema heroico e não pode ser descripta com justeza em um resumo de narrativa histórica rudimentar (OLIVEIRA, 1909, p. 55).

O timbre épico, epopeico, domina o texto de Oliveira, que num primeiro momento sequer menciona as atividades escravocratas dos bandeirantes. Aos *jovens alumnos* é ofertada uma narrativa de desassombrados heróis marchadores, preocupados em devassar o continente em busca de minerais valiosos. Marchadores dignos de protagonizar um *poema heroico*.

Verifiquemos agora o que escreveu o autor acerca do prisma laudatório que caracterizava o discurso dos paulistas do início do século XX, ao fazer referência aos seus ancestrais:

... com justa razão, sempre os paulistas se referem com desvanecimento aos seus bandeirantes, porque estes foram de facto os descobridores, povoadores e civilizadores de uma grande e extensíssima porção do território pátrio (OLIVEIRA, 1909, p. 55).

Na página seguinte, Oliveira elaborou adjetivações elogiosas sobre os bandeirantes, visando a enfatizar o heroísmo já afirmado ainda há pouco:

... seu valor, esforço e tenacidade [...] a primazia e a glória de terem sido, effectivamente, nossos legítimos descobridores e povoadores (1909, p. 56).

Eis agora o que escreveu Oliveira, ao discorrer sobre as expedições bandeirantistas:

Constituiam as bandeiras uma organização especial. Eram verdadeiras caravanas que se internavam pelas brenhas e sertões, por assim dizer, impraticáveis, inçados de habitantes das selvas, que as hostilizavam [...] em busca do ouro (1909, p. 60).

Aqui foi ofertada a versão do índio hostil e ofensivo, que agride os componentes das expedições. Não foi mencionado que as hostilidades indígenas eram motivadas pela invasão de terras ancestralmente povoadas, provocadas pela violação de espaços de sobrevivência há muito ocupados pela população nativa. A preocupação dominante de Oliveira parecia estar perpassada pela ideia de exaltação do papel histórico das expedições sertanistas. Em frase carregada de arroubo, ele menciona “a grande, a inolvidável obra dos bandeirantes paulistas” (OLIVEIRA, 1909, p. 60).

Ao tratar da lida e de alguns aspectos do cotidiano dos expedicionários no sertão, escreveu Oliveira:

Acampavam aqui, logo que lhes escasseava o mantimento para fazerem roças, deitando abaixo quarteirões de matto virgem, e dali prosseguiam na derrota⁹ encetada, assim que acabavam as colheitas; alli atravessavam rios, para o que se demoravam na construção de canoas, feitas a fogo e a machado; lançavam além o fundamento de povoações e arraiaes, mais tarde transformados em centros da capitania; e foram assim lançando os germens de nossa grandeza e prosperidade (1909, p. 60-61).

Percebe-se que, para Oliveira, os bandeirantes foram os semeadores de uma sociedade germinal, incipiente, que evoluiu através do tempo, a ponto de ser por ele considerada grande e próspera, no final da primeira década do século XX, quando a obra que agora analisamos estava sendo escrita. É bastante claro o entendimento de Oliveira acerca da relevância do memorável papel desempenhado pelos bandeirantes, no que diz respei-

9 Em 1909, o autor utilizou essa palavra num sentido que hoje é pouco conhecido, uma vez que caído em desuso. O significado pretendido ou perseguido pelo autor, ao lançar mão deste vocábulo – derrota – foi: caminho; roteiro; viagem (Dicionário Brasileiro Globo); ou: rota (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa). Esse esclarecimento é aqui ensejado, devido à compreensão dominante atualmente acerca da palavra derrota: ato ou efeito de derrotar; desbarato de tropas; revés; insucesso; contratempo (Dicionário Brasileiro Globo); ou ainda – de forma bastante parecida –: ação ou efeito de derrotar; desbarato de tropas;... grande estrago; ruína (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

to à *grandeza* e à *prosperidade* alcançadas pela sociedade brasileira de 1909, então por ele entendida como detentora de tais qualidades.

Na sequência imediata do texto em pauta, mais uma vez eleva-se o timbre épico, atingindo culminâncias significativas. Averiguemos:

O heroísmo, a bravura, a pertinácia, a resignação dos bandeirantes paulistas, em luta constante contra a própria natureza, através de um paiz imenso, inteiramente desconhecido e infestado de selvagens, tudo isto cabe muito mais condignamente, jovens alumnos, nas estrophes de um poema heróico, do que nas linhas singelas de uma simples narrativa, particularmente escriptas para crianças escolares (OLIVEIRA, 1909, p. 61).

O autor é redundante, corroborador de conceitos anteriormente emitidos. À página 55 de sua obra, ele já havia afirmado que a *epopeia dos bandeirantes merece as honras de um poema heroico*. Agora, à página 61, enfatizando, frisando o heroísmo bandeirantista, ele afirma que os feitos dos paulistas cabem *muito mais condignamente nas estrophes de um poema heroico*¹⁰. Curioso também verificar que Oliveira diminui, apequena, minora os *jovens alumnos*, diante da magnificiência dos bandeirantes, figuras que cabem mais adequadamente nos domínios da poesia épico-heroica que em lições para *crianças escolares*. De alunos jovens, os estudantes passam a ser crianças em idade escolar. O livro didático é, para Oliveira, um elemento veiculador inadequado para os feitos bandeirantistas. O próprio texto de Oliveira é, segundo ele próprio, não tão condigno para expressar todo o heroísmo,

10 Mais de meio século após essas palavras terem sido publicadas, um extenso poema heróico foi publicado, enfocando a bandeira de Raposo Tavares (1648-1651). A obra intitulada *Os Brasileidas*, de autoria de Carlos Alberto Nunes (1962), da Academia Paulista de Letras. Estevam de Oliveira, em 1909, expressou o seu desejo de que as proezas bandeirantes fossem narradas por *penas* poéticas, épicas. Em 1962, Nunes narraria epicamente o périplo de Raposo Tavares, em *estrophes* bastante heróicas.

toda a refulgência das proezas dos bandeirantes. Para ele, apenas os elevados arroubos imaginativos das páginas poéticas conseguem expressar todo o triunfalismo que deve, condignamente, acercar-se da abordagem destes personagens históricos. No entanto, como talvez já esteja claro, o próprio texto de Oliveira é repleto de trechos que talvez se aproximem bastante, no que diz respeito às adjetivações edificantes e heroizantes, aos mais inspirados poemas épicos.

Escrevendo sobre as motivações dos bandeirantes, no que concerne à penetração das matas interiores, Oliveira emprega vocábulos elogiosos, antes de mencionar os tesouros de minerais valiosos, que se acreditava existir nos recessos dos sertões:

E quereis saber porque arrostavam os valorosos e intrépidos bandeirantes paulistas todos esses perigos, tamanhas fadigas, perdidos no meio de sertões enormes, longe do lar, saudosos da família, incertos de regresso à terra querida? [...] escaldára-lhes a mente a fábula da *Serra Resplandescente*, donde, sem dúvida se originou a idéia de *Sabará-Bussú* (*itaberah, pedra reluzente*) ao lado desta outra não menos empolgante, da *Serra das Esmeraldas* (OLIVEIRA, 1909, p. 61-62).

Homens de coragem, valor e intrepidez, os bandeirantes enfrentavam agruras infundas, com o pensamento fixo, unicamente, nos enormes depósitos de minerais preciosos que supostamente existiam no interior das terras da colônia. Essa é a versão oferecida por Oliveira, acerca da motivação da penetração continental. A caça ao índio não aparece, no momento preciso em que são tratados os elementos incentivadores, fomentadores da formação sucessiva de expedições sertanistas. A questão do apresamento sequer é mencionada nas cogitações de Oliveira sobre os motivos que levavam os bandeirantes a abandonar a vila de São Paulo, embrenhando-se nos sertões. Para o autor dessa obra didática que ora analisamos, a perspectiva do encontro de riquezas minerais foi o elemento

que deu voz ao chamamento do sertão¹¹. É significativamente interessante verificar que, logo após mencionar a *fábula* – é essa palavra empregada no texto – das serras brilhantes – que seriam nada menos que altos morros compostos puramente por minerais valiosos –, o autor, citando João Ribeiro, afirma que:

As expedições de Nicolau Barreto e de Glimmer (João Ribeiro, Hist. Do Brasil, p. 131 e 132) em 1602, correndo pelo deserto atrás de uma chimera (João Ribeiro) não deram resultado prático. Foi com Fernão Dias Paes Leme que se iniciou, de facto, mais ou menos fructuosamente, a era das bandeiras (OLIVEIRA, 1909, p. 62).

Alicerçado em Ribeiro, Oliveira afirma que Nicolau Barreto fez sua expedição em busca de minérios valiosos. Com base nas Atas da Câmara de São Paulo, pode ser afirmado que o apresamento foi o objetivo primordial dessa empresa¹². Barreto e seus homens não correram atrás de uma *chimera*. Pretextaram ir atrás de uma *chimera*, quando iam atrás de mão-de-obra escrava, percorrendo não um *deserto*, mas áreas densamente habitadas, de onde retiraram milhares de índios. Já sobre Glimmer, que Oliveira indica como chefe de expedição, cumpre informar que não em 1602 – como também afirma o autor em pauta –, mas, em 1601, integrava-se ele à tropa chefiada por André de Leão¹³, em escala hierárquica subalterna,

11 O chamamento do sertão se fez, em grande parte, pela intencionalidade de apresar índios, que sem sombra de dúvida, era uma motivação muito mais certa, mais passível de ser concretizada, se comparada com a busca de riquezas minerais. Jazidas de ouro ou pedras preciosas figuravam em narrativas de fundo lendário – embora tenham motivado a formação de expedições –, já o homem natural da terra era uma presença concreta nas matas, mão-de-obra que aguardava ser apresada.

12 Sobre a expedição de Nicolau Barreto, em seu *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, afirma Franco: “... uma bandeira composta de cerca de trezentos brancos e mame-lucos, além dum corpo indígena e, sob a capa de descobrir ouro e prata, desceu o rio Tietê e por essa via internou-se na região do baixo Paraná. Aí andou apresando índios [...] num total de mais ou menos três mil almas...” (1989, p. 58).

13 Sobre isso, na obra *Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Paes*, escreveu Barrei-

na qualidade de mineiro prático¹⁴, já que a expedição partia em busca das riquezas minerais de Sabarabussú. Wilhelm Jost ten Glimmer – Oliveira escreve apenas Glimmer – era holandês de nascimento e morava na cidade de Santos (como já ficou claro), quando D. Francisco de Souza, Governador Geral do Brasil, de passagem pelo litoral vicentino, solicitou seu alistamento na tropa que estava sendo organizada por André de Leão. Não houve, portanto, uma *expedição de Glimmer*, mas uma expedição que estava sendo montada e chefiada por André de Leão, com apoio do Governador D. Francisco de Souza, que, devido aos conhecimentos mineralógicos do holandês, o integrou à leva de Leão.

Em relação a Fernão Dias, comete Oliveira um equívoco de não pouca importância, ao creditar a tal sertanista o *início* (frutuoso) *da era das bandeiras*. É sabido que as expedições dos paulistas sertão adentro tiveram início ainda no século XVI, sendo que a primeira delas de grande porte foi organizada por Jerônimo Leitão, no ano de 1585. Fernão Dias, que também foi caçador de índios, iniciou suas atividades sertanistas muito tempo depois¹⁵, no final da década de 1630, portanto mais de cinquenta anos após a expedição de Leitão.

Ao descrever as posses e o prestígio de Fernão Dias Pais na São Paulo do século XVII, Oliveira menciona a escravaria de que dispunha o sertanista:

ros: “De São Paulo, em 1601, parte em busca da afamada Serra de ‘Sabará-Bossu’ a entrada de André de Leão. Dela participaria o holandês radicado em Santos, Wilhelm Glimmer...” (1979, p. 08).

14 Franco escreveu que Glimmer: “...foi angariado como mineiro prático [...] acompanhou a expedição e dela deixou um roteiro...” (1989, p. 208).

15 Barreiros afirmou que: “Em 1637 ou 1638, portanto com trinta anos, já que nasceu em 1608, Fernão Dias Pais faz sua primeira entrada [...] nos sertões do Tape ...” (1979, p. 14). Também Franco afirmou que Fernão Dias Pais: “Devassou desde 1638 regiões dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul...” (1989, p. 282).

Fernão Dias Paes Leme, o mais célebre e famoso dos antigos sertanistas, foi o bandeirante que iniciou o povoamento de Minas. Chefe de família ilustre, senhor de grande numero de índios escravos, de propriedades territoriaes em S. Paulo e de muitos haveres, era casado com d. Maria Garcia Betim, senhora de muitas virtudes [...] por uma carta régia datada de 27 de setembro de 1664 foi elogiado Fernão Dias por seus feitos de sertanista já sobejamente apreciados (OLIVEIRA, 1909, p. 62-63).

Este homem de família ilustre, respeitado por todos, farto de bens e elogiado pelo rei, empreendeu sua última viagem ao sertão, à cata de esmeraldas. Das frases de Oliveira, depreende-se a idéia de um herói saindo de São Paulo, um subjugador, um *dominador* das hostilidades das matas:

Ultimados todos os preparativos e aprestos da bandeira, sahiu de S. Paulo Fernão Dias a 21 de julho de 1674 [...] dahi por diante, embrenhou-se pelos sertões a bandeira. Só a coragem, a decisão, a pertinacia de tão intrepido paulista conseguiu dominar e vencer embaraços insuperaveis, já oppostos pela propria natureza, através de desertos e sertões ínvios, já oppostos pela sanha com que os naturaes do paiz ... (OLIVEIRA, 1909, p. 64).

Para Oliveira, a intrepidez ímpar do corajoso, decidido e pertinaz bandeirante a tudo domina, protagoniza. Porém, o admirável desbravador das matas e dominador de índios faz-se acompanhar por outros homens não poucos valorosos.

O autor do livro didático em análise afirma que da bandeira de Fernão Dias:

... faziam parte, entre muitos outros paulistas de merecimento e importância, seu filho Garcia Rodrigues, seu genro Borba Gato e o mameluco José Dias Paes, seu filho natural (OLIVEIRA, 1909, P.64).

Acompanhado de outros sertanistas de comprovada habilidade em ásperas jornadas – Manuel de Borba Gato é um dos mais afamados

bandeirantes da história colonial, bem como Mathias Cardoso, também mencionado pelo autor –, Fernão Dias prosseguiu sua jornada em busca dos almejados jazigos esmeraldinos, até que sua perseverança foi testada de forma extrema, quando do abandono da expedição por um dos seus principais comandados, que, retornando a São Paulo com muitos de seus homens – devido aos reveses até ali enfrentados e a perspectiva de ainda outros que viriam –, deixou o chefe no lugar conhecido como Paraopeba. Sobre isso, escreveu Oliveira:

Prosseguindo Fernão Dias em sua derrota, cujo objetivo era a *Serra das Esmeraldas* [...] abrindo nossos desertos e sertões [...] no Paraopeba, entretanto muitos de seus mais valentes e destemidos companheiros o abandonaram, regressando a S. Paulo. O proprio Mathias Cardoso, seu amigo fiel e adjuncto da bandeira, havendo ahi chegado com a sua gente já dizimada, não mais quiz prosseguir em aventura tão arrojada e regressou ao lar deixado. Ficaram-lhe feis, apenas, excepto camaradas e indios escravizados, Garcia Rodrigues, Borba Gato e José Dias Paes (1909, p. 64-65).

Percebe-se que além dos *camaradas* e escravos índios, os que permaneceram com Fernão Dias faziam parte de seu núcleo parental. Garcia Rodrigues¹⁶ era seu filho – fruto de seu matrimônio com Maria Betim –, Borba Gato era seu genro – casado com sua filha Maria Leite – e José Dias era seu filho mameluco, nascido da relação não sacramentada de Fernão Dias com uma mulher natural da terra. Interessante verificar que, após narrar a deserção de boa parte do contingente da tropa em questão, Oliveira tratou de assegurar que tal contratempo não abateu o ânimo de Fernão Dias:

Nada disto, porém, entibiou e enfraqueceu o animo de tão audaz e arrojado sertanista. Prosseguiu, portanto, na derrota e chegou às margens do Rio das Velhas. Patenteara-se-lhe então o paiz desig-

16 Seu nome completo era Garcia Rodrigues Paes.

nado pelos índios *Sabará – Bussú*. Constituiu ali o terceiro arraial mineiro, no lugar que ficou sendo chamado Sumidouro (OLIVEIRA, 1909, p. 65).

Os adjetivos elogiosos a Fernão Dias são sequenciais, recorrentes, redundantes no texto de Oliveira. Aqui, o autor deixou claro que o chefe bandeirante era um homem excepcional, que persistia quando outros desistiam. Apesar de bem mais novo – embora já experiente no sertanismo –, Mathias Cardoso desistira, reunindo seus homens e retornando ao *lar deixado*, o planalto paulista.

Permanecendo no Sumidouro, Fernão Dias ordenou a execução de seu filho José, que tomou parte na articulação de uma revolta contra a chefia da bandeira, ou seja, seu próprio pai. Sobre isso, escreveu sucintamente Oliveira:

... suffocou Fernão Dias uma revolta capitaneada pelo mameluco José Dias Paes, que foi por seu próprio pai justicado, como exemplo de que com elle, a justiça era igual para todos (1909, p. 66).

Esse episódio é bastante conhecido e consta na produção bibliográfica de diversos autores. A execução de José Dias foi levada a cabo à vista de todos. Fernão Dias mandou enforcá-lo perante os membros de toda a sua tropa, sob o pretexto da manutenção da disciplina e do exercício da justiça. A eficácia desse método disciplinar parece ser óbvia. Subalternos ou comandados observam o chefe, que, inarredável, contempla seu filho a pender da ponta de uma corda. Oliveira não informou sequer que José Dias foi enforcado, afirmando ter sido ele *justicado* por seu progenitor, para quem a *justiça era igual para todos*. Na sequência imediata do texto, o autor menciona o descobrimento de certa quantidade de minerais valiosos, nas redondezas de onde ocorreu o enforcamento:

Nas imediações do Sumidouro descobriu a gente de Fernão Dias, sob a direção de Borba Gato, algum ouro e pedras de diversas qualidades (OLIVEIRA, 1909, p. 66).

Dada a insuficiência das descobertas minerais no Sumidouro, Fernão Dias seguiu em frente, pela Serra de Itacambira – onde fundou arraial – e:

Atravessou ainda alguns sertões e alcançou as águas de *Vupabussú*, onde se suppunha existirem os socavões de que se tiravam esmeraldas. De facto o arrojado sertanista encontrou esmeraldas e ouro ao fim da temerosa empreza (OLIVEIRA, 1909, p. 66).

Parece ser desnecessário comentar novamente acerca da corroboração, da reiteração dos adjetivos elogiosos ao bandeirante em questão, já que a essa altura isso parece estar bastante claro. O que nos interessa, no momento, é observar que Oliveira afirmou ter o *arrojado* bandeirante encontrado, ao término de uma empreitada atravessadora de vários sertões, o objeto primordial de sua busca: as esmeraldas.

Não poucos autores posteriores a Oliveira afirmam que Fernão Dias não encontrou as esmeraldas que almejava, mas sim turmalinas, pedras de tonalidade esverdeada, tais quais as esmeraldas¹⁷, porém bem menos valiosas. Para os defensores dessa versão, o chefe bandeirante se enganou com essa semelhança entre os minerais em questão, julgando ter encontrado o objeto de sua longa procura quando, na verdade, teria encontrado algo similar na aparência, mas de qualidade significativamente inferior.

17 Na obra *História das Bandeiras Paulistas*, Taunay assevera que Fernão Dias Pais: “Reduzido à companhia do filho, do genro e mais alguns fiéis, continuou no incessante e penosíssimo jornadejar até se lhe depararem, nos cerros de Itacambira, abundantes pedras verdes, que tomou como esmeraldas, quando eram turmalinas” (1951, p. 161). Em sua conhecida obra *Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*, escreveu Barreiros: “Descobriu-as afinal Fernão Dias Pais, e, se não eram elas de boa qualidade, sem qualquer dúvida seu descobridor o era. Varão de fibra, da fibra dos indômitos sertanistas aos quais deve o Brasil grande parte de seu vasto território além do meridiano opressor” (1979, p. 97).

O texto épico de Oliveira heroiciza os bandeirantes como um todo, detendo-se particularmente nessa jornada de Fernão Dias. Cumpre verificar que, se, na pena de Oliveira, Fernão Dias é um herói acabado, a esposa do sertanista também não deixa de ser adjetivada de maneira triunfalista:

Duraram sete annos as fadigas de Fernão Dias, que não logrou a ventura de regressar a S. Paulo, a dar conta directa dos resultados de tamanho empreendimento e a abraçar a esposa querida, a valorosa heroína que tanto o havia fortalecido e o ajudado em arrojo tão temerario [...] sua heroica mulher, a intrepida paulistana d. Maria Garcia Betim... (1909, p. 66).

Verifica-se facilmente que os mesmos vocábulos empregados para exaltar o sertanista são também utilizados para glorificar sua mulher.

Sobre a doença que vitimou fatalmente o cabo-de-tropa, escreveu Oliveira:

... contrahiu o intrepido e notavel sertanista a infecção maligna que o prostrou exanime [...] antes de morrer, sentindo proximos seus ultimos dias, confiou a Garcia Rodrigues a guarda das esmeraldas, para entregal-as á Camara de de S. Paulo, e a seu genro Borba Gato o governo da bandeira , afim de prosseguir na descoberta do ouro pelas regiões do Sabará-Bussú (1909, p. 67).

A vizinhando-se do final de sua abordagem sobre o bandeirismo paulista, Oliveira adjetivou Borba Gato como *ousado sertanista* (p. 68), antes de exaltar os supostos valores de vários outros bandeirantes:

Muitos outros sertanistas, a cuja intemerata audácia e valor se deveu a descoberta das minas de ouro intituladas dos Cataguá, merecem aqui menção: Lourenço Castanho, Mathias Cardoso, Antônio Gonçalves Figueira, Antônio Dias, o descobridor de Ouro Preto, e outros, devem ter seus nomes inscriptos neste livrinho (OLIVEIRA, 1909, p. 68).

Épico, apoteótico e extremamente heroizante, o trecho que finaliza o texto de Oliveira sobre o bandeirismo insta, aconselha os alunos a cultivar, nutrir veneração aos bandeirantes:

Sem a intrepidez e a valentia indomável dos bandeirantes paulistas, muitos dos quaes penetraram os proprios sertões de Goyaz, não haveria o territorio [...] tomado o impulso que tomou no ultimo quartel do seculo 17 em deante. Veneremos, portanto, jovens alumnos, a memoria desses nossos antepassados... (OLIVEIRA, 1909, p. 68-69).

Sintetizando a análise que ora se finda sobre esse livro didático de 1909, intitulado *Rudimentos de História Pátria*, verificamos que, na *lição* intitulada *Conversa sobre os bandeirantes*, o autor Estevão de Oliveira dá vazão à sua pena, compondo um texto apologético aos paulistas, repleto de elogios superlativos. Um texto que por duas vezes afirma que a instância adequada para a abordagem da *epopeia* bandeirante está contida nos domínios da poesia heróica, diminuindo assim o valor da abordagem desse tema na própria instituição escolar. Um texto que termina afirmando que os bandeirantes devem ser objetos de veneração, ou seja, que devem ser cultuados, adorados, profundamente respeitados e reverenciados.

Doravante, iniciemos a averiguar a maneira como foi tratado o tema bandeirismo, no livro didático intitulado *Resumo de História do Brasil*, escrito por José E. C. de Sá e Benevides, publicado no ano de 1913, pela livraria Francisco Alves.

Assim é iniciado o texto intitulado *Os Bandeirantes*:

Chamavam-se bandeiras as expedições organizadas, ora pelos donatários e governadores, ora pelos particulares, para a exploração do interior do paiz no intuito de captivar o gentio ou de descobrir metaes e pedras preciosas (BENEVIDES, 1913, p. 25).

Existe aqui a menção clara ao apresamento indígena, seguida da questão da pesquisa mineralógica. Cumpre mencionar que o autor usa a nomenclatura *bandeira* para designar toda e qualquer expedição, fosse ela

de caráter particular ou oficial. É digno de nota que o termo bandeira não designava as expedições do século XVI e início do século XVII. Nas Atas da Câmara as expedições são nomeadas *entradas*, aparecendo a palavra bandeira somente no Registro Geral, a partir de 1621, e com apenas uma recorrência em 1628, porém de maneira vaga, indefinida. Com isso, revela-se anacrônica a asserção do autor do livro didático em análise, já que as expedições sertanistas não se chamavam bandeiras, certamente – pelo menos – até o início da terceira década do século XVII. O termo largamente utilizado na época era *entrada* ou *entrada do sertão*. Isso, porém, parece-nos natural, já que em 1913 as Atas da Câmara Municipal de São Paulo ainda não haviam sido publicadas – o primeiro volume foi publicado em 1914 – e, conseqüentemente, não haviam sido disponibilizadas mais facilmente para consulta.

Escrevendo sobre as características da organização das bandeiras, bem como sobre a motivação e o caráter dos homens que as compunham, afirmou Benevides:

Essas expedições, obedecendo a uma certa organização militar, eram constituídas por indivíduos audazes, dispostos a privações e a perigos, tendo sempre um chefe destemido e valente. Não podiam ser benévolos e humanos os sentimentos dessas hordas de aventureiros, norteados pela ambição própria ou servindo á cobiça alheia (1913, p. 25).

Benevides atribui aos sertanistas atributos de audácia, destemor e valentia, termos que demonstram redundância na intenção clara de expressar a acentuada coragem que caracterizaria os expedicionários paulistas. No entanto, o tom algo laudatório desfaz-se num átimo, cedendo espaço para formulações nada edificantes sobre os bandeirantes. Desprovidos de benevolência e humanidade – portanto sugeridos como malévolos e desumanos –, os paulistas são aqui qualificados como homens dados a aventuras que atendem a sentimentos cobiçosos, ambiciosos, ou seja,

nada valorosos. As bandeiras são denominadas *bordas*, palavra nada enobrecedora, que significa bandos malfazejos, indisciplinados.

Sobre os ataques às reduções jesuíticas guairenhas, escreveu Benevides:

Em 1628 as forças expedicionárias, divididas em *bandeiras*, atacaram as primeiras povoações do Guayrá [...] eram formadas de 900 mamelucos e 2000 índios tupys sob o commando de Antonio Raposo. Desde aquele anno repetidos foram os acometimentos, e, em 1631, o Guayrá estava arrasado. Os índios aprisionados foram em numero superior ás necessidades das colônias da capitania de São Vicente: o excedente se distribuiu por outras capitanias (1913, p. 26).

Benevides mencionou o apresamento, a escravização, a violência que *arrasa* e até mesmo o tráfico dos índios excedentes. Parece que aqui é perceptível um vislumbre um tanto quanto coerente, acerca da história dos sertanistas paulistas, um lampejo condizente com a configuração contextual da vila de Piratininga, antes do fim da primeira metade do século XVII, onde vivia uma comunidade cujos sustentáculos assentavam-se, predominantemente, no apresamento, escravização e tráfico do homem natural da terra. Em sentido inverso ao discurso heroicizante de Estevam de Oliveira (1909), Benevides lança mão de um tom explicitamente lamentoso ao avaliar o resultado das incursões bandeirantes às áreas meridionais da colônia, afirmando que: “As expedições [...] dos paulistas às missões jesuíticas de Guayrá e do Uruguay são páginas tristes da nossa história” (1913, p. 26). Na sequência, após abordar a destruição do Guairá, o autor prossegue tratando de outros ataques de apresamento:

Não cessaram, porém, as correrias dos mamelucos depois da destruição do Guayrá [...] caíram sobre as reduções de Tape e Itatines, e sobre Xeres, grande estabelecimento jesuítico ao oriente do Paraguay, onde se refugiou parte dos indigenas que a custo aban-

donaram as ruínas de guayrá. Aquellas reduções foram também destruídas, e escravizados os índios, ficando de Xeres só o nome com as tradições de sua passada grandeza (BENEVIDES, 1913, p. 27).

Na obra didática em pauta, aparece primeiramente a face escravizadora do bandeirismo, com todas as suas implicações degenerescentes. Somente depois é que são abordadas as bandeiras prospectoras de minerais valiosos. Assim é iniciado o texto sobre essas atividades dos paulistas:

Das expedições, destinadas expressamente para o descobrimento de minas, destacam-se as de Fernando Dias Paes (1674) e de Marcos de Azevedo. Foi então que se firmou a corrente para o descobrimento e exploração das minas, sobressaindo entre os descobridores os nomes de Affonso Furtado, Manuel de Borba Gato, Antonio Rodrigues Arzão, Bartholomeu Bueno de Cerqueira, e Carlos Pedroso da Silveira (BENEVIDES, 1913, p. 27).

Na sequência, ao abordar a continuidade dos descobrimentos auríferos, Benevides – a exemplo da página 25 – corrobora o destemor dos paulistas, mencionando ainda o palmilhar da *amplidão* sertaneja:

Animados os destemidos paulistas pelos resultados obtidos, foram continuando as explorações de forma tal que, em 1698, tornaram-se conhecidas as minas de Ouro Preto, Ouro Bueno, S. Bartolomeu, Ribeirão do Carmo, Itacolomi e Itabira. O districto, em que tanto abundavam essas minas, teve mesmo a denominação de Minas Geraes [...] as expedições dos paulistas não se limitaram unicamente á capitania de Minas Geraes. Irradiaram-se pela amplidão do sertão, e foram ter a Matto Grosso e a Goyas (BENEVIDES, p. 27-28).

Sobre a descoberta do ouro cuiabano, escreveu Benevides:

Pascoal Moreira Cabral, subindo pelo Coxipómerim (1719) com uma *bandeira*, fundou nas margens d'esse rio alguns estabelecimen-

tos de mineração, os quaes em breve mudou para o logar depois chamado *Forquilha*. Em pouco tempo transformou-se esse arraial em povoação florescente, que teve o nome de Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá. (1913, p. 28).

Acerca de duas célebres tribos indígenas que ofertaram significativa resistência às pessoas que demandavam Cuiabá, escreveu Benevides:

As hostilidades dos Payaguás e Guaycurús demoraram por algum tempo a presteza da colonização [...] mas afinal subjugados esses índios, e aberta uma estrada franca para Goyas, foi Matto Grosso rapidamente augmentando de importância, a ponto de ser elevado a capitania independente da de S. Paulo por carta régia de 9 de maio de 1748 (1913, p. 28-29).

O texto de Benevides (1913, p. 29) acerca dos sertanistas de São Paulo assim termina:

Deve-se, pois, aos bandeirantes paulistas o devassamento e povoamento do interior do nosso paiz, abrangendo a superficie de centenas de léguas.

Demonstrador da escravização e violência praticados pelos paulistas contra os índios, o livro didático *Resumo de História do Brasil*, de autoria de José de Sá e Benevides, não deixa de resvalar para a apologia aos bandeirantes em certos momentos, destacando o destemor, a valentia, a coragem e a audácia desses mateiros. Porém, é interessante verificar que esses atributos ou virtudes se diluem no texto, que se norteia mais para a *condenação* – se assim pode ser dito – dos paulistas, componentes de *bordas* destrutivas, protagonistas de *tristes páginas* da história do Brasil. Ao abordar as bandeiras descobridoras de minerais valiosos, essa obra didática de 1913 narra a expansão da colonização em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A finalização do texto intitulado *Os bandeirantes* se dá com a afir-

mação da *dívida* que os brasileiros têm em relação aos paulistas, por causa de sua obra povoadora, devassadora e dilatadora de fronteiras.

Antes que iniciemos a analisar os próximos dois livros didáticos deste trabalho – publicados respectivamente em 1922 e 1924 –, façamos uma breve contextualização da década de 1920, natural e principalmente no que concerne à questão da história da educação, visando a proporcionar uma melhor compreensão acerca do momento em que as obras investigadas vieram a público.

Nos anos 20 do século passado, iniciou-se um expressivo movimento de incentivo à pesquisa sobre o bandeirismo, bem como a publicação de obras importantes abordando o tema. Sobre isso, escreveu Volpato:

Durante a década de 20 o governo estadual paulista estimulou e financiou projetos de pesquisa sobre o tema das bandeiras. Ao mesmo tempo, publicou documentos sobre o assunto, como a obra *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica* de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (escrita no século XVIII, com o objetivo de enaltecer os feitos bandeirantistas) e os inventários dos bandeirantes. Estes estímulos surtiram efeitos e foram editados diversos trabalhos sobre o bandeirismo, entre eles a mais volumosa obra sobre o assunto, *História Geral das Bandeiras Paulistas* de Affonso d’E. Taunay (1985, p. 19).

Na obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, analisando os mais diversos aspectos educacionais da década de 1920, escreveu Nagle:

... uma espécie de “bandeirismo”, muito acentuado na época, e que teve repercussões nos diversos setores da sociedade brasileira. As tentativas de efetivar a “hegemonia paulista”, tão marcante no tempo, são ilustrações do fato. Deve-se notar, também, que o nacionalismo literário, que então se desenvolve, se enquadra perfeitamente no processo de exaltação da terra bandeirante, iniciado com o tema da revisão histórica e que se concretiza num conjunto de trabalhos sobre a história paulista (Taunay, Paulo Setúbal, Washington Luís, Alfredo Ellis); mas é preciso lembrar que o “espírito bandeirante” se encarnava no partido republicano paulista (2001, p. 128).

Ainda sobre o segundo decênio do século passado, escreveu o mesmo autor:

O entusiasmo e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizaram a década de 1920, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos (NAGLE, 2001, p. 135).

Também sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr.:

Pode se ver durante a primeira república dois grandes movimentos a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de escolas: aqueles movimentos que chamamos de o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. O primeiro movimento ia em um sentido quantitativo, o segundo, em um sentido qualitativo. O primeiro solicitava abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos de ensino. Tais movimentos se alternaram e em alguns momentos se somaram durante a Primeira República (2003, p. 16).

É significativamente interessante a verificação acerca da simultaneidade da ocorrência destes dois fenômenos: entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico/incentivo governamental estadual ao estudo das bandeiras. Na década de 1920, um determinado *clima* de densa euforia orbitou a questão da educação, não apenas dominando o pensamento pedagógico da época, como também propiciando um terreno fértil para o realce do triunfalismo e dos feitos épicos. Cumpre mencionar que Luiza Volpato situa a definitiva heroização do sertanista paulista nessa época: “Foi a partir daí que o bandeirante ganhou ‘status’ de herói...” (1895, p. 19).

As obras e pesquisas sobre o bandeirantismo, editadas às custas do governo de São Paulo, vieram à luz num momento histórico singular, que via na educação “a mais eficaz alavanca da história brasileira” (NAGLE,

2001, p. 36) e concebia a escolarização como “o mais decisivo instrumento de aceleração histórica [...] o motor da história” (NAGLE, 2001, p. 134).

Torna-se pertinente, também, verificar que uma historiografia ideologizante encontra ambiente propício para medrar num contexto em que a própria literatura da educação está comprometida ideologicamente. Quanto a isso, afirmou Nagle: “A literatura educacional, especialmente a da década de 1920, transmite uma imagem deformada da realidade; sob esse aspecto, deve ser percebida como uma formulação de inequívocas feições ideológicas” (2001, p. 350).

Desta forma, ao encetar uma análise da educação remontando à época em questão, percebe-se que a instituição escolar *acolheu* a figura do bandeirante herói, contribuindo para afixá-la no imaginário do senso comum, reproduzindo-a através das gerações. Noutros termos, a educação ideologizada dos anos 20 do século passado adotou ou absorveu a historiografia ideologizada que então estava sendo produzida; historiografia que foi, em grande parte, levada a termo com apoio pecuniário governamental. Para que possamos compreender melhor essa problemática, examinemos as palavras de Saviani, acerca da função da escola: “... a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (2003, p. 14).

Considerando essa consistente assertiva, torna-se mais inteligível o processo que se robusteceu, de maneira notável, no contexto brasileiro que ora abordamos. O *saber sistematizado* sobre o bandeirante passou a apresentar, naquele momento histórico, forte conotação épico-apologética. Esse saber, fruto dos estudos e pesquisas custeados pelo poder político paulista, passou a ser socializado pela instituição escolar. A escola, portanto, socializou a figura do bandeirante, ao adotar a produção da historiografia acentuadamente apologética.

Feitas essas indispensáveis considerações sobre os anos 20 do século passado, que visaram a, sobretudo, contextualizar as duas obras didáti-

cas que passaremos a abordar – publicadas em 1922 e 1924 –, iniciemos a averiguar como a temática bandeirante foi tratada na primeira delas, intitulada *Primeiras Lições de História do Brasil: perguntas e respostas*, direcionada para o antigo curso primário. A princípio, cumpre esclarecer que a publicação da obra em pauta foi custeada pelos Irmãos Maristas, sendo que a *Lição X*, intitulada *Conflictos Internos – Bandeirantes* esteve a cargo do historiador Rocha Pombo, sendo inclusive por ele assinada. A *lição* é iniciada com uma série de perguntas seguidas de respostas, dentre as quais constam:

Que eram bandeiras?

Chamavam-se bandeiras, expedições organizadas pelos colonos mais audaciosos para devassarem o interior do Brasil ainda desconhecido. Os homens que faziam parte dessas expedições tinham o nome de bandeirantes.

Que intuito movia os bandeirantes?

Os bandeirantes empreenderam essas viagens arriscadas porque gostavam de aventuras, porque esperavam descobrir tesouros, prender os índios, e porque queriam colonizar o novo paiz (POMBO, 1922, p. 33-34).

Primeiramente, verifiquemos que, à época das expedições sertanistas, o nome que era dado a esses agrupamentos de mateiros em deslocamento era *entradas* e não bandeiras. Já o derivativo *bandeirante* é um termo jamais encontrado nas fontes originais, sendo, portanto, cada vez mais encontradiço na historiografia, a partir do século XVIII¹⁸. Cumpre observar que nesse livro didático que presentemente analisamos, Pombo (1922,

18 O padre Serafim Leite, esclarece que os componentes das expedições sertanejas nos séculos XVI e XVII: “...designavam-se por vários nomes, ‘moradores de São Paulo’, ‘sertanistas’, ‘pombeiros’ [...] até reaparecer a bandeira à popa das canoas das monções, no século XVIII, quando surge o nome de bandeirantes, nomenclatura extensiva, posterior e retrospectiva, aos componentes das expedições precedentes. Os termos do tempo do P. Antônio Vieira (1654), ao falar da expedição de Antônio Raposo Tavares, que foi varar ao Gurupá, eram ainda, ‘tropa’, ‘jornada’, e os que nela tomavam parte ‘moradores de S. Paulo’ ou, ‘sertanistas de S. Paulo’” (1945, p. 325).

p. 33) deixa claro que os componentes das expedições eram os “colonos mais audaciosos”. O devassamento foi, portanto, levado a cabo por homens corajosos. Isto é visível no texto. Interessante também é que nas perguntas e respostas de Pombo, o *intuito* dos bandeirantes, ao partir para o sertão, era: em primeiro lugar, o gosto por *aventuras*; em segundo lugar, a descoberta de *thesouros*; em terceiro, a *prisão* de índios e, por último, a colonização do país. Apresar e escravizar índios – não apenas prendê-los, como quer o texto – foi a motivação inicial, primordial e predominante das entradas sertanejas. No entanto, o argumento simplista da *aventura* aparece primeiramente na resposta de Pombo, seguido da descoberta de riquezas minerais, algo muito mais incerto que a captura de índios, argumento este último que aparece antes apenas da intencionalidade de *colonizar o paiz...* (1922, p. 34) intencionalidade que como sabemos, não fazia parte das preocupações dos sertanistas do planalto paulista.

Na seqüência de sua relação ou listagem de perguntas e respostas, escreveu Pombo:

Deu-se isto em todo o Brasil?
As bandeiras organizaram-se principalmente em São Paulo e em Taubaté, e devassaram territórios de Minas Geraes.
Quais são os bandeirantes mais célebres?
Em São Paulo, tornou-se famoso Fernão Dias Paes Leme e o filho deste: Garcia Paes Leme. Em Taubaté, distinguiu-se Antonio Rodrigues Arzão e o cunhado deste: Bartholomeu Bueno de Cerqueira (1922, p. 34).

Significativos centros de irradiação do bandeirismo não foram apenas São Paulo e Taubaté. Cidades – vilas na época – como Itu, Sorocaba e Santana de Parnaíba tornaram-se célebres por sua importância considerável, no que dizia respeito à organização de bandeiras. Outra perceptível impropriedade da frase-resposta em questão, se relaciona à assertiva que aponta o devassamento como tendo ocorrido apenas em *Minas Geraes*,

sem qualquer menção a qualquer outra área da colônia. Sabe-se que o parnaibano Domingos Jorge Velho estabeleceu-se em terras hoje pertencentes ao estado do Piauí. Os sorocabanos Miguel Sutil e Pascoal Moreira Cabral tiveram importante papel na descoberta do ouro cuiabano, bem como no conseqüente povoamento da região. Também se sabe que os irmãos Lourenço e João Leme da Silva, ambos de Itu, foram sertanistas destacados no desbravamento das terras hoje pertencentes a Mato Grosso do Sul. Bartholomeu Bueno da Silva Filho – o segundo Anhanguera – foi quem descobriu as jazidas de ouro de Goiás. Rumo ao sul, os apresadores Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares lideraram vários grupos armados, percorrendo terras hoje de jurisdição dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas menções – que poderiam se somar a muitas outras – parecem bastar para demonstrar a insuficiência da afirmação contida na resposta em análise, no que concerne à menção solitária dos *territórios de Minas Geraes* como terras devassadas pelos paulistas. O devassamento ocorreu em todas as direções da colônia, sem exceção. Já no que concerne aos *bandeirantes mais célebres*, Pombo enumera quatro homens que se destacaram no achamento de minerais valiosos: Fernão Dias é bastante conhecido por sua última expedição a Minas Gerais em busca de esmeraldas, que culminou na revelação de algumas jazidas de ouro e em significativa quantidade de turmalinas¹⁹; Garcia Rodrigues Pais Leme – que o texto incompletamente apresenta como Garcia Paes Leme – acompanhou seu pai, Fernão Dias, em sua última jornada ao sertão; Antonio Rodrigues de Arzão figura entre os primeiros descobridores dos opulentos jazigos auríferos de Minas Gerais²⁰, assim como Bartholomeu

19 Cumpre frisar que embora seja bem mais conhecido como um pesquisador de riquezas minerais, Fernão Dias foi também um grande apresador de índios, tendo devassado os sertões do sul da colônia entre as décadas de 1630 e 1640, trazendo para suas terras de Parnaíba grande contingente de *negros da terra*, especialmente pertencentes à tribo Guaianá.

20 Vários autores apontam que Arzão encontrou ouro ao acaso em Minas Gerais, em 1693, quando chefiava uma bandeira de apresamento.

Bueno de Siqueira – no texto está escrito Cerqueira –, seu cunhado. Como é perceptível até agora, a abordagem inicial acerca dos bandeirantes é feita, neste livro didático, privilegiando a prospecção mineral, relegando o apresamento a um plano bem recuado.

Averiguemos a sequência dos questionamentos seguidos de respostas:

Falai no conflicto dos emboabas.

Os bandeirantes paulistas, nas suas excursões pelo sertão, tinham encontrado ricas minas de ouro e diamantes. A existência dessas riquezas minerais atraiu grande número de portugueses em Minas Geraes. Não tardou, porém, a se manifestar uma antipathia profunda entre esses recém-chegados e os paulistas, que lhes puzeram o appellido de emboabas; dahi se originaram conflictos que pouco a pouco foram tomando o caracter de verdadeira guerra civil. Em 1708, os paulistas derrotaram os emboabas perto de S. João d'el Rei, junto a um rio que por isso tomou o nome de Rio das Mortes. Pouco depois, os emboabas vingaram-se de modo terrível, surprehendendo os paulistas por traição... (POMBO, 1922, p. 34).

Este conflito é bastante conhecido e largamente abordado na historiografia do bandeirismo. Ciosos das jazidas de ouro não facilmente descobertas, os paulistas ofertaram resistência aos portugueses, que, por sua vez, não abdicaram de sua cobiça pelas já reveladas riquezas da colônia.

Na próxima pergunta é ensejada uma resposta que traz à cena o apresamento dos indígenas. Porém, tal resposta não menciona o termo bandeirantes, mas sim mamelucos, sugerindo uma estranha dissociação entre esses *dois* personagens que não são distintos, mas um só. Antes que o apresamento fosse trazido claramente à baila, Pombo referia-se aos paulistas como bandeirantes. No momento mesmo em que são abordadas as caçadas de *carne humana*, somem de cena os bandeirantes, aparecendo, de forma abrupta, os *mamelucos*:

Porque foram perseguidos os jesuítas?

Desde os meados do século XVI, os mamelucos faziam-se “caçadores de carne humana” [...] capturavam os índios com mulheres e filhos, para depois vendel-os aos colonos. Entretanto, os jesuítas iam catechizando e aldeando o gentio. Como, porém, os mamelucos penetrassem até nestes aldeamentos pacíficos para escravisarem os índios mansos, viram-se os jesuítas obrigados a defender suas *ovelhas*, organizando contra os aventureiros resistência armada (POMBO, 1922, p. 34-35).

Aqui, o texto induz ao entendimento de que os caçadores de gente formavam um grupo – os mamelucos – distinto de outro grupo, este formado pelos colonos. Um grupo caçava gente, comerciando o produto de tal caça com outro grupo. A estruturação da resposta de Pombo leva, de fato, ao entendimento de que os *mamelucos* eram exclusivamente caçadores e comerciantes de índios, sendo os *colonos* apenas os compradores da mercadoria humana. Ora, colonos e mamelucos eram apresadores. Colonos e mamelucos vendiam índios apresados. Colonos e mamelucos eram bandeirantes. Desta forma, faz-se claro que Pombo promove um entendimento equivocado no que diz respeito aos sertanistas paulistas.

Sobre as diferenças entre sertanistas apresadores e jesuítas, escreveu o autor em questão:

Os mamelucos e os colonos votaram odio aos jesuítas e perseguiram-nos unicamente porque esses missionários se opunham a que os moradores tratassem os pobres selvagens como se tratam animaes bravios, ou os reduzissem a um captivo injusto e cruel (POMBO, 1922, p. 35).

Como já verificamos, os paulistas heroicos dos descobrimentos minerais são chamados de *bandeirantes*, ao passo que os apresadores são chamados de *mamelucos* ou *colonos*. O texto ainda infere, como já verificamos, que *mamelucos* caçam escravos índios, vendendo-os aos *colonos*. Ao mestiço, a desonra do trabalho sujo, ao bandeirante – sugerido como não-mestiço,

já que dissociado do mameluco pela estruturação do texto – o louvor do mérito por trazer à luz os minérios valiosos. Porém, cumpre creditar ao texto deste livro didático uma asserção coerente, que fundamenta a rixa entre apesadores e jesuítas na oposição destes últimos à escravização dos índios. A vitimização excessiva que é feita dos indígenas, entendidos como seres passivos – “pobres selvagens” (POMBO, 1922, p. 35) –, não anula a importância concernente ao entendimento da mão-de-obra da terra, como questão central no que diz respeito às adversidades que envolviam missionários e sertanistas escravocratas. As Atas da Câmara de São Paulo revelam, de maneira bastante clara, que o ponto principal a fomentar o acirramento da animosidade entre padres e caçadores de índios era, talvez irrefutavelmente, a escravização das *peças* trazidas do sertão. O aprofundamento das divergências deu-se de maneira contínua, até tornar-se abissal, incontornável, culminando com a expulsão dos jesuítas de São Paulo, quando o povo e a Câmara Municipal se uniram nessa empreitada, na metade do ano de 1640. Para os estudiosos do bandeirismo é essa expulsão regional dos padres a que interessa, não aquela ocorrida em todo o Brasil, protagonizada pelo Marquês de Pombal, em 1759. No entanto, o livro didático no momento analisado, logo após focar a célebre divergência entre os inacianos do planalto e os habitantes locais, aborda não a expulsão jesuítica que daí adveio, mas sim aquela que resultou da ação pombalina, muito tempo depois. Num texto que trata da temática bandeirante, parece ser incongruente e inadequado lançar mão de uma pergunta seguida por uma resposta como a que observaremos agora:

Como se deu a expulsão dos jesuítas?

O Marquez de Pombal, perseguidor cruel dos jesuítas, espalhou por toda a Europa as más enormes calumnias contra esses respeitáveis sacerdotes, e decretou que seriam expulsos dos domínios de Portugal (POMBO, 1922, p. 35).

Com essa abordagem algo extemporânea sobre a expulsão dos jesuítas por Pombal, ao invés de naturalmente focar a expulsão dos religiosos da mesma ordem na São Paulo seiscentista, funda-se a série de perguntas e respostas intitulada *Conflictos Internos – Bandeirantes*. Na página seguinte, prossegue a *Lição X* deste livro patrocinado pelos irmãos maristas, com um texto – de autoria de Pombo, é bom lembrar – intitulado *As Bandeiras*. Verifiquemos essas palavras:

Ainda pelo que respeita as explorações no sertão do Brasil [...] do terceiro quartel do século XVII em diante é que se vão invadindo afoitamente os vastos sertões do oeste. Esse grande serviço se deve, sobretudo, às numerosas expedições [...] que com proverbial audácia, e posição cavalheiresca, se internavam nas florestas desconhecidas, batendo-as em todas as direções, explorando valles, montanhas e rios. Essas expedições [...] eram dirigidas por chefes de prestígio e valor... (POMBO, 1922, p. 36-37).

Aqui é abordado o devassamento, a invasão das matarias do oeste pelos expedicionários paulistas. O *assunto* não é o apresamento. E nesse livro didático, como já deu para perceber, quando o apresamento não vem à baila, destacam-se as adjetivações enobrecedoras – “homens de proverbial audácia e posição cavalheiresca” (POMBO, 1922, p. 36) – e a menção ao sentido de *dívida histórica* do Brasil em relação a esses expedicionários, protagonistas da conquista do oeste até então intocado pelo avanço da colonização, prestadores desse “grande serviço” (POMBO, 1922, p. 36) à nação.

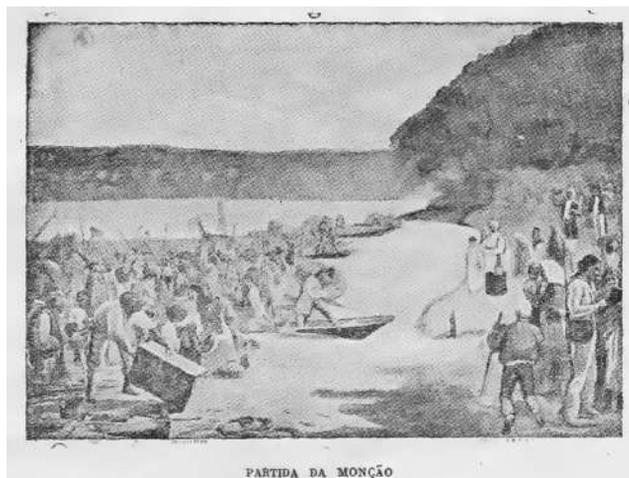
Depois do enaltecimento dos cabos-de-tropa ou chefes bandeirantes como homens “de prestígio e valor” (POMBO, 1922, p. 37) aparece, tomando a extensão de quase toda a página, uma ilustração em preto e branco, de tons e contrastes um tanto apagados, apresentando uma mata bastante espessa. Vejamos:



Essa é a representação iconográfica de uma selva fechada, uma breinha que sugere a idéia de quase impenetrabilidade, uma paragem remota, com uma enorme árvore ao centro, de cujos galhos espreados pendem abundantes líquens, árvore essa ladeada por grandes palmeiras, estas por sua vez envolvidas pela trama de um grosso, espesso cipóal. A ramaria mais baixa fecha as possibilidades de qualquer visualização mais profunda do interior do bosque, encimada pelo entrelaçamento dos cipós pendentes. Abaixo de tudo isso, possível apenas de ser entrevisto ou lobrigado, praticamente engolfado pela abundância vegetal reinante, aparece um curso d'água, um rio escuro que vem do âmago da floresta desconhecida. Cumpre frisar que essa ilustração aparece após os enaltecimentos tecidos pelo texto à obra de devassamento do oeste²¹.

21 No processo de heroicização da figura do bandeirante, o devassamento das matas do oeste sempre foi enfatizado como um grande feito. Em seu trabalho de Doutorado em História, apresentado em 2000 à Universidade de São Paulo – intitulado *Nos confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso* – Lylia da Silva Guedes Galetti (2000, p. 13) tece importantes considerações críticas sobre isso, afirmando que: “... o oeste surgia para a história no século XVII, como palco da expansão bandeirante...” (2000, p. 13). E ainda que “... o povoamento e a colonização de Mato Grosso se definirão

À página 38, em dimensões ainda um pouco maiores que a gravura florestal que acabamos de verificar, consta uma representação iconográfica - de autoria de Almeida Júnior, embora o texto não forneça esta informação - ofertando a visão de uma frota de canoas à beira de um grande rio, cuja partida é sugerida como iminente, – embora a legenda seja explícita quanto a isso – já que a matalotagem está sendo transportada e uma grande caixa está sendo arrastada para dentro das embarcações. Nas areias da praia fluvial, aparece um grupo considerável de pessoas, de onde se destaca a figura de um padre, em vestes sacerdotais, o que infere o entendimento acerca da *benção* da partida. Algumas canoas parecem já estar prontas, apenas aguardando para iniciar a viagem pelo leito do caudaloso rio. Observemos:



como um importante capítulo da grande epopéia fundadora da base física da nacionalidade, levada a cabo pelo bandeirante: a conquista dos sertões do oeste e a demarcação das fronteiras coloniais que teriam garantido ao Brasil a sua dimensão continental” (Ibidem., p. 80). Parecem ter muita propriedade tais considerações de Galetti, pois foi justamente a conquista dos “vastos sertões do oeste” (2000, p. 36) – como se expressou Pombo no livro didático ora analisado – o evento apontado como “grande serviço (que) se deve” (1922, p. 36) aos bandeirantes, na expressão do mesmo autor.

Essa representação iconográfica, embora tenha sido feita para ser contemplada ou observada na posição horizontal, foi incluída verticalmente no livro didático em questão, sendo necessário ao leitor, ou virar o livro para visualizá-la corretamente ou, em hipótese talvez menos sagaz, inclinar bastante o pescoço lateralmente para o lado esquerdo. Essa particularidade relativa à posição singular em que a ilustração aparece no livro em questão não é, de fato, tão importante, se comparada ao *deslocamento* ou *distorção conceitual* – se assim pode ser dito – ensejado pela simples presença da ilustração no texto, já que ela é a representação da partida não de uma bandeira, mas sim de uma monção. O texto do livro didático em pauta se presta a tratar das bandeiras, não das monções; se propõe a focar bandeirantes – homens que se locomoviam predominantemente a pé, – não monçoeiros, que se deslocavam quase unicamente pelos rios, utilizando-se de canoas. Desta forma, a inclusão, num texto sobre bandeiras, de uma ilustração que oferta à visualização de uma monção, – com a legenda *Partida da monção* – configura-se, no mínimo, como uma incongruência, apesar de ser muito mais que isso. Sabe-se que o advento das monções ocorreu no século XVIII, após a descoberta do ouro de Cuiabá, levada a cabo pelos bandeirantes. As monções nada mais foram que frotas fluviais que se dirigiam às minas já descobertas no oeste distante, diferentemente das bandeiras que tempos antes, em marcha pelas matérias, avançavam em busca de jazidas minerais, porém desconhecendo o lugar exato em que se encontravam. Portanto, monçoeiros foram navegadores – ou mareantes, na expressão de Holanda (2000) – que partiam em busca de um destino certo, uma paragem definida, a Vila Real do Senhor do Bom Jesus do Cuiabá. O próprio local de partida das expedições monçoeristas as diferenciava das empresas bandeirantistas, já que essas frotas canoeiras não partiam da Vila de Piratininga, como de ordinário ocorria com as bandeiras, mas sim do porto fluvial da Vila de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Araraguaba, atual cidade de Porto Feliz, no interior de São Paulo. Em

síntese, bandeiras marchavam e monções navegavam; bandeiras partiam de Piratininga e monções saíam de Araraguaba. Porém, parece que o grande deslize do livro didático em questão reside na imprecisão cronológica, equívoco considerado de não pequena monta na escrita da história. É largamente entendido na historiografia que, quando as monções se estabeleceram como fluxo regular entre Araraguaba e Cuiabá, as expedições bandeirantes já faziam parte do passado.

Caminhando, os homens hoje chamados bandeirantes devassaram o Brasil em todas as direções. Singrando as águas de uma rede hidrográfica que demandava sempre um mesmo norte, uma mesma direção, os homens hoje chamados monçoeiros foram viajores de um outro contexto colonial, em que o bandeirismo, já tendo trazido à luz o ouro, já havia completado o seu ocaso, no limiar da terceira década do século XVIII, momento que marcava o estabelecimento – paulatino, mas inexorável – da regularidade, da constância da navegação fluvial. À luz deste entendimento, que torna clara a posteridade das monções em relação às bandeiras, torna-se inteligível a impropriedade cronológica que representa a inclusão de uma ilustração sobre monções – sem explicações pertinentes –, num texto sobre as bandeiras, como aconteceu neste livro didático agora em análise.

Após essa representação iconográfica, o texto de Pombo prossegue abordando bandeiras e bandeirantes:

O intuito dos bandeirantes era descobrir e conquistar thesouros fabulosos, de que se falava tanto naquelles tempos, encerrados no interior dos sertões. Além do ouro, da prata, da esmeralda, do diamante e outras pedras preciosas, sonhavam com phantasticos cabedae em cumes de montanhas, dominio de princezas encantadas, ou de genios terriveis. De tudo isso corriam lendas maravilhosas, que andavam inflamando as imaginações. E si viessem a desilludirse de semelhantes prodígios, contariam sempre com o proveito seguro da caça ao gentio [...] e era isso, afinal, o que em regra acontecia; as bandeiras voltavam dos sertões ao cabo de longos mezes, e até annos [...] trazendo manadas de captivos (1922, p. 39).

Mais uma vez, a exemplo das páginas 33 e 34, há pouco analisadas, o autor coloca as riquezas minerais como motivações primordiais do adentramento interiorano, postando o apresamento num plano de importância inferior, em relação aos anseios oníricos, *phantásticos*, das fortunas ocultas nas matas, onde viviam *princesas* e *gênios*. É impressionante como, em 1922, o discurso de Pombo parecia ser a antecipação, o *preâmbulo* do discurso de Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste*, publicado exatos vinte anos depois, em 1942. Parece não haver dúvida sobre a organização de bandeiras que buscavam, em primeira instância, as riquezas minerais que se supunha existir no interior da colônia. No entanto, parece ser exagerado esse linguajar que tende para o mítico, uma vez que parece lançar no limbo a questão do apresamento que não foi periférica, mas central no bandeirismo, principalmente do século XVII. A organização de bandeiras de apresamento era a *regra* em São Paulo, bandeiras que iam ao sertão com o *intuito* único de capturar índios. Não era *regra*, como afirma Pombo, bandeiras partirem do planalto visando encontrar minérios e acabando por trazer índios aprisionados. Isso acontecia, porém não como *regra*, mas como resultado do fracasso na prospecção mineral quando, já embrenhados no sertão, os paulistas não perdiam a viagem, lançando mão do apresamento, e conduzindo índios para a escravização no planalto.

Por outro lado, o que não raro acontecia era a organização de expedições apresadoras *disfarçadas* de mineradoras, como foi o caso da *leva* de Diogo de Quadros, saída de Piratininga na primeira década do século XVII. Diogo de Quadros, como não poucos outros, usaram o argumento da prospecção mineral para conduzir grupos apresadores ao sertão. Esse estratagema visava ludibriar a legislação então vigente, contrária à escravização dos índios, exceto nos casos entendidos como *guerra justa*. Isto posto, cabe mencionar ser não pouco interessante a forma como Pombo se expressa, ao aludir aos grupos de presas trazidas dos sertões: *manadas de captivos*. Averiguemos que o Pombo que antes afirmava, no livro didático

em pauta, que os jesuítas eram contrários a que “os moradores tratassem os pobres selvagens como animais bravios” (1922, p. 35), é o mesmo Pombo que *trata* os índios apresados como alimárias de grande porte, uma vez que *manada* significa: rebanho de gado grosso; magote de éguas ou burras (quarenta ou cinquenta) que acompanha um garanhão²².

O texto presentemente analisado assim termina:

O que é inegável [...] é que essas expedições prestaram á colonização do paiz os mais relevantes serviços, sem os quais não seria possível o povoamento do interior (POMBO, 1922, p. 39).

Está claro que, para Pombo, o interior do *paiz* ainda não era povoado antes das expedições bandeirantes... Parece que as *manadas* que viviam nas selvas, muito antes da chegada dos europeus, jamais *povoaram* nada.

Nesse texto que ora terminamos de analisar, os bandeirantes são prestadores de “relevantes serviços à colonização”, “audaciosos”, “apreciadores de aventuras”, detentores de “proverbial audácia e posição cavalheiresca”, caçadores de “thesouros fabulosos” e “célebres” (POMBO, 1922, p. 33-36-39) pelas descobertas minerais. Em certa medida também explicados como apresadores, os bandeirantes deste livro didático de 1922 são, sobretudo, corajosos povoadores e descobridores de riquezas minerais.

Doravante, passemos a verificar como o bandeirantismo foi tratado na obra *Lições de História do Brasil*, de autoria de Alfredo Balthazar da Silveira, publicada em 1924 pela Editora Francisco Alves e direcionada para os alunos do então curso secundário.

A temática por nós investigada é abordada no *Capítulo XIII*, no texto intitulado *Bandeiras*, assim iniciado:

22 Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

Foi no reinado de D. João V [...] que individuos, animados dos mais ardentes enthusiasmos, vararam os sertões brasileiros, revelando á coroa portugueza as riquezas, que eles ocultavam. Pesquisadores audazes das riquezas que opulentavam o solo brasileiro; desbravadores intemeratos das regiões desconhecidas, onde o índio dominava [...] formadores das aldeias, que o evangelho transformou, depois, em villas florescentes; caçadores destemidos, cuja actividade se não resumia em alvejar os passaros, que voejavam de arvore para arvore, buscando, ao contrario, o ouro e as pedras preciosas, que jaziam, desprezadas, naquellas selvas; os bandeirantes, que foram os obreiros do nosso desenvolvimento economico e que [...] além de desvendar ao europeu a grandeza da nossa terra, ofereceram-lhe exemplos de uma tenacidade irrealizavel, de uma coragem indomita, de uma grande dedicação á terra fecunda e generosa, que lhes havia servido de berço e de uma energia que os igualava aos nobres filhos de Sparta (SILVEIRA, 1924, p. 182).

Como se vê, são claros e profusos os elogios. O texto fala por si:

... os bandeirantes contribuíram, com a sua coragem e a sua actividade, para engrandecer o Brasil, para o tornar mais amado dos seus filhos, não só pelos exemplos de acendrado civismo, que nos legaram, como também, pela abundancia dos seus recursos, e, outrossim, para mostrar aos ambiciosos, que o queriam, o valor civico da sua raça (SILVEIRA, 1924, p. 182).

Para Silveira, os bandeirantes foram corajosos engrandecedores do Brasil, detentores de profundo e exemplar civismo, reveladores dos recursos naturais da terra e defensores dos domínios coloniais contra os espanhóis, os *ambiciosos*.

Eis a continuidade do texto:

O bandeirante, que palmilhou terras nunca pisadas, e que atravessou rios, cujas águas jamais banharam o europeu [...] o bandeirante, que, para realizar os ideaes que lhe torturavam a mente sonhadora, jamais se intimidou com os guinchos e os rugidos dos animaes, ou com a algazarra frenetica dos indigenas, bem merece da posterida-

de os mais calorosos applausos, não só pelos arraiaes, aldeias e povoações, que fundaram naquellas mattas, mas, pelas façanhas que praticaram, naquellas longas peregrinações, as quaes eram a prova robusta da sua energia moral (SILVEIRA, 1924, p. 183).

Devassador de paragens virgens, o bandeirante atravessou rios remotos, até então infrequentados pelos adventícios, rios que cortavam áreas onde abundavam feras selvagens, onde existiam índios hostis... Porém, esses perigos da mata não o assustava. Fundador de núcleos populacionais nos mais recônditos lugares da América de então, o bandeirante foi, antes de mais nada, um homem *façanhudo* que com grande *energia moral*, levou a cabo extensas jornadas, um homem merecedor dos *mais calorosos applausos*... Enfim, Silveira parece estar compilando, agregando, ajuntando virtudes para descrever um herói acabado, jamais um sertanista necessitado.

Verifiquemos este outro trecho:

O bandeirante, que encarnava as virtudes de uma raça sadia e vigorosa, caminhava, através daquelles valles e estradas penosas, guiado pela bussola da energia, que lhe fortalecia a coragem para arrostar as infinitas contrariedades com que, constantemente, deparava; o bandeirante, que daquella forma se expunha ás mais serias difficuldades, attraíndo o rancor do índio, que via as suas paragens, onde a sua vontade predominava invadidas [...] desempenhou, portanto, um importante papel na evolução econômica da nossa nacionalidade (SILVEIRA, 1924, p. 183).

Aqui vemos a afirmação de que o bandeirante pertence a uma *raça* fisicamente privilegiada ou superior, cheia de vigor e saúde, porém sem qualquer explicação acerca das razões étnicas dessas virtudes. Que *raça* é essa? É mestiça ou *pura*? Embora o autor por ora não forneça qualquer informação quanto a essa questão, por outro lado, cumpre expressar nosso entendimento de que qualquer explicação nesse sentido seria inconvin-

te, como aconteceu com Alfredo Ellis Júnior algum tempo depois²³, quando publicou as obras *Raça de Gigantes* e *Os primeiros troncos paulistas*, nas quais busca explicações étnicas acerca da *superioridade* paulista²⁴. Tecemos aqui tais considerações pelo fato de que explicações de cunho étnico acerca da *superioridade paulista* são hoje entendidas como destituídas de qualquer coerência. Antes mesmo da publicação desse livro didático de 1924, ora objeto de análise, Viana publicava, em 1918, sua controvertida *Populações Meridionais do Brasil*, tão criticada em seu próprio contexto, que mereceu do autor um significativo esforço de rebate, num texto intitulado *Addendum* – ou seja, adendo – afixado ao final da própria obra tão densamente questionada. De nada adiantou. As afirmações de caráter racista e classista que perpassam *Populações Meridionais* jamais foram perdoadas, rendendo, desde então, ao longo das décadas, arrazoados críticos empedernidos, inflexíveis, duros²⁵. Feitas essas necessárias observações acerca da cerrada carga crítica, sempre assestada contra as intenções de explicação da *superioridade paulista* com base em afirmações de cunho étnico, cumpre observar que o bandeirante que Silveira descreve no livro didático em pauta é incansável – devido à sua *raça* –, pois, uma “bússola de energia” (1924, p. 183) o guia pelas mais adversas configurações topográficas. Arrostando de uma infinidade de adversidades, inclusive trazendo para si a agressividade do indígena, o bandeirante que Silveira nos apresenta é ainda protagonista do desenvolvimento econômico alcançado pelo Brasil.

A heroicização continua:

23 1926 e 1936.

24 Na obra *Os primeiros troncos paulistas*, afirmou Ellis Júnior: “... a verdade inconcussa é que os mamelucos paulistas constituíram uma sub-raça fixa, eugênica, com os seus atributos inigualáveis de grande fecundidade, magnífica longevidade e espantosa varonilidade. Foram eles, sem dúvida, os coeficientes causadores da grandeza dos feitos dessa que Saint-Hilaire apelidou ‘Raça de Gigantes’” (1936, p. 83).

25 Dentre os inúmeros críticos de Viana (1918), um dos mais afiados é Leite (2002).

... o bandeirante [...] foi, incontestavelmente, o propulsor consciente da nossa prosperidade moral e econômica. Recordá-lo, hoje, que a locomotiva, o telegrapho, o telephone e o avião encurtam as distancias, facilitam a comunicação rápida e suavizam as longas travessias, amenizando-as com o conforto irrepreensível, equivale, por certo, a exaltar a sua grandiosa obra, cujos efeitos magníficos são de natureza a serem lembrados, mormente por aqueles que educam a mocidade brasileira (SILVEIRA, 1924, p. 183).

Aquí, os educadores foram considerados como agentes importantes da propalação das virtudes do bandeirante. Isso está claro. A educação para Silveira era, portanto, peça fundamental na tarefa de disseminar, junto à juventude do Brasil, os feitos admiráveis, a *grandiosa obra* levada a cabo pelo bandeirante, cujos *efeitos magníficos* eram, em 1924 – ano de publicação do livro didático em questão –, claramente perceptíveis, merecendo, portanto, memorações e lembranças, principalmente por parte dos professores. Parece que essa prescrição estava sendo seguida à risca, no próprio texto em pauta, pelo próprio autor de tão profusos enaltecimentos, já que Silveira era professor do então Curso Normal²⁶. Num contexto em que os avanços tecnológicos haviam encurtado distâncias – ferrovias, telefonia, e telegrafia –, tornava-se ainda mais admirável o legado de homens que haviam, num passado remoto, se locomovido unicamente a pé, devassando matarias virgens. Para Silveira, a sociedade brasileira da década de 1920 era próspera econômica e moralmente, resultado da obra do bandeirante que, intencional, conscientemente, havia propulsionado essa prosperidade em plano duplo.

Investiguemos agora o que o autor escreveu acerca do comportamento do bandeirante, ante os fatores da imprevisibilidade e do desnor-teio, levando também em conta a revelação de inúmeros caminhos que levavam ao coração do continente:

26 Na capa de *História do Brasil*, Alfredo Balthazar Silveira é apresentado como *Professor da Escola Normal*.

O bandeirante, quando partia para o sertão, acompanhado de outros companheiros para a jornada [...] não sabia o tempo em que peregrinaria; tampouco poderia fixar o roteiro a que obedeceria para collimar os fins desejados, porque lhe escasseavam seguras informações em que pudesse basear-se. Mas o desanimo não conseguia, jamais, abate-lo; e, com aquella fé que vivifica a alma, elle caminhava por aquelles caminhos pedregosos, vencendo as dificuldades com que defrontava e encorajando, com o sorriso nos lábios, os que compunham a sua bandeira [...] foram os bandeirantes que acceleraram o progresso do sertão brasileiro, descobrindo vias de penetração, que depois foram aproveitadas... (SILVEIRA, 1924, p. 184).

Nem sempre as bandeiras partiam para o sertão sem roteiro certo. Não poucas foram as expedições que saíram de São Paulo demandando trilhas pré-concebidas. A bandeira de Fernão Dias Pais saiu de São Paulo em 1674, seguindo uma rota previamente fixada, que buscava as opulentas jazidas aurífero-esmeraldinas, que segundo relatos então recorrentes, existiam na área hoje correspondente ao estado de Minas Gerais. Nessa bandeira ia também, como é largamente sabido, o célebre Manuel de Borba Gato –, genro de Fernão Dias – sertanista acusado de assassinar o fidalgo lusitano Dom Rodrigo de Castelo Branco, nos matos que medeiam entre a Lagoa do Sumidouro e a Lagoa Santa. Da mesma forma que se sabe do envolvimento de Borba Gato na morte de D. Rodrigo, é também de largo conhecimento o indulto dado pela Metrópole ao acusado, anos depois – em 1708 – em troca de seu conhecimento acerca das rotas de penetração dos sertões mineiros. Os roteiros que demandavam os mais diversos recantos de Minas Gerais eram conhecidos por Borba Gato, desde antes da partida da expedição chefiada por seu sogro. Ainda no que diz respeito às expedições saídas de São Paulo com caminhos previamente traçados, podem ser mencionadas todas as que se dirigiram ao Guairá, visando a apresar índios, na primeira metade do século XVII. Para não nos alongarmos mais nessa questão, fechemos nosso rol de exemplos mencionando a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o segundo Anhangüera

que após ter trilhado os sertões do Brasil Central na companhia de seu pai, quando ainda adolescente, empreendeu já adulto, uma outra incursão pelos mesmos recessos florestais, no ocaso do bandeirismo. O segundo Anhanguera partiu, portanto, sabendo o rumo que devia seguir, que era o mesmo seguido por seu pai, décadas antes. Com esses exemplos, cremos ter ficado claro que não procede a asserção de Silveira, no que diz respeito ao desconhecimento das rotas sertanejas por parte dos bandeirantes, ao deixar o planalto paulista. As rotas eram, em muitos casos, conhecidas de antemão pelos sertanistas. No entanto, Silveira parece generalizar a idéia de que as bandeiras partiam sempre sem conhecimento prévio, acerca das rotas que seriam palmilhadas e das paragens que seriam alcançadas.

Uma vez tendo levado em conta esse conceito, o autor afirma a religiosidade do bandeirante como um fator importante na adversidade desses desnorteios, uma virtude decisiva – “aquella fé que vivifica” (SILVEIRA, 1924, p. 184) –, que o impelia para a frente, com confiança inabalável, a ponto de vencer todas as adversidades e ainda encorajar seus companheiros de expedição “com o sorriso nos lábios” (SILVEIRA, 1924, p. 184). Sorridente e detentor de fé inabalável, o bandeirante propalado por esse livro didático de 1924 assemelha-se ao bandeirante apresentado por Cassiano Ricardo – ou vice-versa – quase duas décadas depois, em 1940, quando foi lançada a obra *Marcha para Oeste*²⁷, que atribuía ao cabo-de-tropa uma religiosidade significativa.

Mais à frente, citando Theodoro Sampaio, Silveira evoca a configuração geográfica de São Paulo, buscando explicar o devassamento bandeirantista:

Theodoro Sampaio, grande autoridade em assumptos historicos, explica, nas seguintes phrases, os motivos porque o sulista empre-

27 Nessa obra, escreveu Ricardo: “Confessa-se o chefe bandeirante antes de sair. Logo depois parte o grupo heróico e aguerrido. Rezarão por ele os poucos que ficaram. Também ele o fará, já nos confins do mundo” (1940, p. 211).

endeu, com êxito, as bandeiras: ‘No sul, o homem do litoral como domina do alto das suas montanhas, o íntimo dos sertões, a que o conduzem os rios caudales, descendo para o interior. Aqui, ainda que através de cataractas e de saltos, o conquistador desce sem esforço; as águas o levam de feição; o seu trabalho é moderar a descida, impedir que a marcha se precipite [...] o paulista, pelo seu *habitat*, tinha de ser o bandeirante por excellencia. A conquista dos sertões estava no seu destino histórico’ (1924, p. 188).

Essa explicação de cunho geográfico, enfocando principalmente a rede hidrográfica que demanda o interior, peca, antes de mais nada, pela ausência de diferenciação entre o homem do litoral vicentino e o que morava no planalto paulista. Evocando Sampaio, Silveira faz uma perceptível confusão, postando o homem litorâneo como alguém que contemplava as matarias interiores, encarapitado em cumes de montanhas. É sabido que do litoral vicentino ao planalto paulista era preciso vencer uma distância de doze léguas, no caminho abrupto que transpunha a Serra do Mar. Os bandeirantes moravam no planalto, não no *alto das suas montanhas*. Não eram praianos nem montanheses, mas planaltinos ou planálticos. Cumpre ainda mencionar que é um grande equívoco evocar a idéia de um homem litorâneo – seja ele bandeirante ou não – que domina os sertões do alto de montanhas, uma vez que, estando à beira do mar, este homem sequer vislumbra o interior, tendo seu olhar obstado pela grande muralha²⁸ da Serra do Mar.

28 A região serrana, durante vinte anos, fora obstáculo considerado quase intransponível, impedindo aos vicentinos o avanço para o interior do continente. Vários autores já escreveram sobre a grande montanha, que por duas décadas manteve completa inacessibilidade. No que diz respeito a este acidente orográfico, escreveu Volpato: “Íngreme (a Serra do Mar), cheia de despenhadeiros, de acesso tão difícil que os caminhantes tinham que marchar agarrando-se aos arbustos, a montanha impunha-se quase como uma ‘muralha’ a impedir a penetração pelo interior” (1985, p. 27). Também sobre isso observou Ricardo (1942, p. 72): “Subia a pessoa agarrando em raiz de árvore, machucando os joelhos em pedra e correndo o risco de rolar pela ribanceira” (1942, p. 72). Em concordância com esses dois autores, apresenta-se Holanda que buscando dimensionar a vultosidade do acidente geográfico em questão, adjetivou-o “escabrosidade da Serra do Mar” (1990, p. 15). Está claro que estando no litoral, ninguém poderia contemplar nada além da Serra do Mar.

Outro aspecto digno de ser verificado na abordagem de Silveira – quando este cita Sampaio – diz respeito à ausência da menção ao Tietê, quando foram mencionados os *rios caudaes* utilizados pelos paulistas em suas penetrações sertanejas. O Tietê foi o rio mais utilizado por bandeirantes e monçoeiros – em momentos cronológicos distintos – nos avançamentos interioranos. Concluindo este detimento reflexivo que fazemos acerca desta explicação geográfica ofertada por Silveira sobre as motivações do bandeirismo, faz-se necessário mencionar que notamos a plena ausência ou o completo mutismo do texto concernente à motivação oriunda do fator econômico, ou seja, a organização de expedições motivada pela carência reinante em São Paulo²⁹. Cumpre observar que, se o texto de Silveira é *mudo* ou omissivo respeitante à pobreza paulista, o mesmo não ocorre, de forma alguma, em relação à ênfase, à redundância na argumentação épica, triunfalista:

Foram [...] os paulistas que impulsionaram as viagens às selvas brasileiras, guiando-se pelo curso dos rios que atravessavam, e inspirados pela bússola do patriotismo, cujas indicações nunca falham (SILVEIRA, 1924, p. 188).

Aqui, o que inspira os bandeirantes é a infalível *bússola do patriotismo*. Anteriormente, verificamos que Silveira postulava a *bússola da energia* como elemento norteador dos bandeirantes. O sentido metafórico empregado por Silveira nestas duas *bússolas* norteadoras dos bandeirantes enseja o entendimento claro acerca de grupos de marchadores florestais enérgicos e patriotas.

A seguir, assemelhando-se à abordagem de Pombo, na obra *Primeiras Lições de História do Brasil: perguntas e respostas*, de 1922 – dois anos antes portanto –, Silveira optou por fazer um relato sobre as expedições mais

29 A carência material que reinava em São Paulo é conhecida por todos os estudiosos do bandeirismo.

célebres, aquelas “que podem ser enumeradas como as mais importantes” (1924, p. 188), enfocando – também como Pombo – o protagonismo dos cabos-de-tropa, os chefes bandeirantes.

Sobre Fernão Dias Pais, escreveu Silveira:

Fernão Dias Paes Leme (1673), que, ao cabo de quatro annos, encontrou, no serro frio, algumas pedras preciosas e várias minas de ouro, deu exemplos de rara tenacidade [...] no entanto, o intrepido paulista não chegou a aproveitar-se das suas penosas pesquizas, porque falleceu nas proximidades do Rio das Velhas, em consequência de febres malignas. Seu character era inflexível, e não trepidou em mandar enforcar um filho natural, que fôra accusado de cumplice numa rebelião. Poupou-lhe, porém, a morte as armaguras da desillusão, por que as pedras verdes não eram esmeraldas [...] mas [...] turmalinas (1924, p. 188).

Na sequência, após qualificar Fernão Dias como tenaz, intrépido e inflexível, Silveira ainda o adjectiva como *audaz*, exaltando-o, inclusive, através de um trecho de poesia, composto por um poeta de Minas Gerais:

É assim que Carlindo Lellis, apreciado poeta mineiro, descreve o serviço do audaz bandeirante...

“Das águas do Tieté à longinqua paragem

Das terras do guaicuhy, dos escampos abertos

Do valle do Itatyaia aos cimos encobertos

Do Itacambyra, abriste a espessura selvagem.” (1924, p. 189).

Averiguemos agora o que escreveu Silveira, sobre Manuel de Borba Gato:

... genro de Fernão Dias [...] prosseguiu acompanhado do cunhado Garcia Rodrigues Paes, nas viagens pelo interior [...] matou, com as próprias mãos, Dom Rodrigo Castello Branco, que exercia as funções de intendente das lavagens de ouro em São Paulo [...] aquelle crime, que tornava impossivel o regresso de Borba Gato á cidade, decidiu-o a internar-se pelas regiões do São Francisco, onde se revelou um administrador capaz. Permaneceu no deserto cerca

de 20 anos, obtendo o perdão de Arthur de Sá [...] governador do Rio de Janeiro, porque lhe communicou a existencia das riquezas de Sabará, provando, ainda, que fôra elle quem cooperára para o adiantamento das regiões onde estivera (1924, p. 189).

Constatemos que, num primeiro momento, é apontada a continuidade do devassamento – após a morte de Fernão Dias – em busca de minerais de valor, por parte de Borba Gato e Garcia Rodrigues, ambos remanescentes da bandeira do Governador das Esmeraldas. Em seguida é feita a afirmação de que Borba Gato matou Dom Rodrigo Castello Branco. Cumpre esclarecer que esse episódio da morte do fidalgo não está, até hoje, suficientemente elucidado. Alguns autores, da mesma forma que Silveira, defendem que Borba Gato o assassinou³⁰; outro assevera que o sertanista “estava implicado no assassinio de Dom Rodrigo”, porém sem afirmar ter ele sido o autor de tal homicídio³¹; outro oferta duas versões como plausíveis: a primeira delas tem Borba Gato como o matador do fidalgo, sendo que a segunda aponta um ajudante do genro de Fernão Dias como o autor da morte³²; por último, evidenciemos que um pesquisador que estudou mais a fundo a vida de Borba Gato – já que escreveu um livro inteiro sobre a bandeira derradeira de seu sogro³³, expedição de que

30 Monteiro (2000, p. 243), em *Negros da Terra*; Taunay (1946, p. 10), no artigo *O Bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil*; Franco (1989), no *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*.

31 Boxer (1963, p. 49), na obra *A idade de ouro do Brasil*.

32 Magalhães (1944, p. 449), na obra *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, além de ofertar como igualmente plausíveis essas duas versões acerca do homicídio que vitimou o fidalgo, ainda oferece duas hipóteses em termos de técnica ou método de assassinio no caso de haver sido este cometido por Borba Gato: teria o famoso genro do Governador das Esmeraldas empurrado seu desafeto numa funda cata – vão escavado no solo para a prática da mineração –, ou ainda descarregado uma “carga de trabuco” (MAGALHÃES, 1944, p. 448) no *peito* do intendente castelhano. No caso de haver sido o assassinato obra dos auxiliares de Borba Gato, o método de execução teria sido o mesmo da segunda hipótese formulada para Borba Gato como executor, ou seja, o *pagen* do sertanista acertara a pontaria do trabuco no *peito* de Castelo Branco, em seguida descarregado sua carga letal.

33 O pesquisador é Barreiros (1979), sendo a obra em questão intitulada *Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*.

o sertanista acusado tomou parte como imediato do famoso caçador de esmeraldas – apresenta três versões diferentes da morte de Dom Rodrigo. Em todas as aludidas versões, que são oriundas de três fontes distintas, Borba Gato não é apontado como o matador do altivo enviado castelhano. Verifiquemos a primeira dessas três hipóteses:

O Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça, nas célebres notícias por ele compiladas, após dar conta da primeira visita de d. Rodrigo ao arraial do Sumidouro, diz o seguinte:

“Visitando portanto a Borba Gato em seo acampamento, sem outra comitiva, que dous criados, depois dos cumprimentos de civilidade, rogou-lhe que accedesse ao pedido, [de armas, munição e ferramentas] á vista da urgência. Insistindo porem Borba Gato nas rasões, que já tinha expendido sobre a primeira requisição: D. Rodrigo cego de ira levantou-se bruscamente, e replicando com vozes e gestos alterados, que o ensinaria á ser mais Cortez, retirou-se do acampamento. Entretanto 2 pagens do Borba, presumindo á seu turno insultado por d. Rodrigo, correrão á tomar-lhe o passo em caminho, e disparando á hum tempo dois tiros, de mosquete sobre elle, o lançarão morto por terra; e matarião ainda os 2 criados, si Borba Gato, acudindo ao ruído inesperado, os não salvasse (BARREIROS, 1979, p. 105-106).

Aqui o crime é imputado a dois *pagens* de Borba Gato, que, fiéis ou leais ao seu superior, teriam perseguido o autor do insulto, abatendo-o com dois disparos de mosquete, assestando ainda suas armas na direção dos serviçais do recém-tombado, momento em que o genro de Fernão Dias interveio, impedindo novos assassinatos. Borba Gato, nessa versão, além de estar isento de ter sido o mandante do crime, é ainda apontado como o salvador dos servidores diretos do homem recém-alvejado.

Averiguemos agora a segunda hipótese:

Na *Memória Histórica*, de Joaquim da Rocha, assim como na *Descrição Geográfica*, de Cláudio Manuel da Costa, vê-se que Borba Gato se recusara atender à solicitação feita por D. Rodrigo, de “pólvora, chumbo, e mais instrumentos”, alegando ter de cumprir as ordens

deixadas pelo sogro, no sentido de dar prosseguimento a missão explorativa, o que teria provocado a irritação do Fidalgo e o malentendido que culminou com a sua morte:

“... e ainda que sem mandato de Borba, foi morto D. Rodrigo nessa ocasião por huns bastardos que vivião agregados a elle” (BARREIROS, 1979, p. 107).

Nesse caso, não *pagens*, mas *bastardos* agregados a Borba Gato teriam sido os assassinos de D. Rodrigo, porém sem que o bandeirante em questão tenha ordenado a execução.

Derradeiramente, analisemos a terceira hipótese de Barreiros, construída com base na transcrição de uma carta do Conde de Val de Reis ao regente D. Pedro:

“SENHOR:

O Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em carta de 25 de novembro do anno passado dá conta a Vossa Alteza em como tivera avizo do sertão de S. Paulo que em 28 de Agosto do mesmo anno mataram a d. Rodrigo de Castel Blanco, Administrador das Minas, hindo marchando por uma estrada lhe derão tres tiros do matto, e logo cahira morto e que ainda não sabia quem fossem os matadores (BARREIROS, 1979, p. 107-109).

Já aqui, o nome de Borba Gato sequer aparece. O intendente teria sido morto com três tiros, disparados por atiradores emboscados, ocultos no mato.

Cremos ter ficado claro que uma celeuma não pouco significativa acerca-se desse episódio que envolveu a morte de D. Rodrigo Castello Branco. Celeuma que envolve diversos autores, cuja discordância gerou conjecturas, hipóteses e afirmações variadas. Não poderíamos fazer calar nosso texto quanto a essa questão, já que Silveira, no livro didático que no momento é analisado, afirma, peremptoriamente, que Borba Gato assassinou o intendente castelhano “com as próprias mãos” (SILVEIRA, 1924, p. 189).

Isto feito, continuemos a análise dessa obra didática, verificando as palavras de Silveira sobre o sertanista Antônio Rodrigues Arzão:

... paulista de nascimento [...] embrenhando-se pelo sertão de Caeté, consegue descobrir, após sacrifícios que teriam desanimado qualquer outro indivíduo, as minas de ouro do Rio Doce; levou algumas amostras para São Paulo e, antes de morrer, viu cunhadas com o ouro que encontrára, algumas moedas e medalhas (SILVEIRA, 1924, p. 189).

Detentor de ânimo heróico, incomum, já que as agruras pelas quais passou teriam abatido *qualquer* outra pessoa – Arzão é claramente apresentado por Silveira como um homem excepcional, descobridor do ouro que posteriormente circulou como dinheiro e medalhas em São Paulo.

Sobre Bartholomeu Bueno de Cerqueira, escreveu Silveira:

... se aproveitando dos roteiros do seu cunhado Arzão, uniu-se a Carlos Pedroso da Silveira e outros destemidos paulistas e reenceitou as explorações iniciadas por Arzão, penetrando em Minas-Geraes. Fundou diversos arraiaes, que se transformaram, depois, nas cidades de Pitanguy, Caeté, Ouro-Preto e encontrou abundância de ouro... (1924, p. 189).

Continuador da obra de Arzão, este sertanista é apresentado pelo texto de Silveira como um homem corajoso – já que se uniu a *outros destemidos paulistas* –, descobridor de muito ouro e fundador de muitos povoados.

Sobre o devassamento das áreas centrais do continente, em tom épico escreveu Silveira:

Matto-Grosso e Goyas tiveram, também, as suas terras varadas pela coragem indomita dos audazes paulistas, que souberam resistir às intempéries das penosas viagens, descobrindo ouro e fundando cidades [...] Francisco Xavier Pedroso [...] no correr do anno de 1670, chegou à Assumpção [...] Braz Mendes Paes pode, mais tarde, derrotar os hespanhóes, depois de invadir as campanhas da

vaccaria. Mas, foi, em 1696, que Gaspar de Godoy Collaço conseguiu chegar á Serra de Maracajú, onde se demorou algum tempo; seu exemplo de tenacidade foi imitado e Matto-Grosso começou a atrair o paulista (1924, p. 190).

Coragem, audácia, tenacidade, resistência ímpar. No discurso de Silveira, o emprego de tais vocábulos propicia o entendimento de que essas virtudes impulsionaram ou empurraram os bandeirantes para o sertão. Não aparece a pobreza da capitania vicentina, como elemento propulsor ou alimentador das incursões sertanejas.

Sobre o descobrimento do ouro de Mato Grosso, escreveu Silveira:

... coube a Paschoal Moreira Cabral não só descobrir as famosas minas de ouro, como também fundar a povoação [...] posteriormente sede da companhia [...] mais importante, sem duvida, foram as descobertas geographicas [...] tornaram-se conhecidos o rio Arinos, descoberto pelo mestre de campo Antonio de Almeida Falcão e cujo curso foi reconhecido por João de Souza Azevedo; o rio Angora, affluente do Guaporé e ficaram conhecidos os cursos dos rios Cuyabá e Paraguay, Guaporé, Mamoré, Madeira, Araguaya e Amazonas (1924, p. 190).

Verifiquemos agora o que escreveu Silveira sobre o devassamento da área hoje pertencente ao estado de Goiás:

Goyas teve, tambem, a sua phase de prosperidade no período das bandeiras, da qual a mais notavel foi a de Bartholomeu Bueno da Silva, o Anhanguera [...] a bandeira de Anhanguera (1682) [...] iniciou a colonização de Goyas (1924, p. 191).

Essa bandeira de 1682 encontrou algum ouro em território goiano e, embora seja entendida por Silveira como *a mais notavel* dentre as expedições que andaram por Goiás, parece não restar dúvida acerca da maior contribuição, em termos mais práticos, da bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva, filho homônimo do Anhanguera, que na primeira metade da

década de 1720 – quarenta anos depois – encontrou significativas jazidas auríferas em Goiás. Este *segundo Anhanguera*, como o chamam muitos autores, esteve, ainda adolescente, acompanhando o pai na incursão *notável* de quatro décadas antes.

Sobre a bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva (filho), escreveu Silveira:

... as explorações [...] foram, afinal, coroadas de grande êxito, pois, foi nessa segunda bandeira que se descobriram o rio dos Pilões, o rio Corumbá, o Rio das Almas, o rio da Perdição, o rio Claro e o rio Rico, tributários do Araguaya e diversas minas de ouro. Venceu aquele denodado paulista os caiapós... (1924, p. 191).

Cumpra aqui mencionar que Silveira cometeu falhas importantes ao tratar dessa bandeira do segundo Anhanguera, pois não forneceu a data da expedição, que partiu de São Paulo em 1722. Silveira também não forneceu o nome do bandeirante que liderou essa segunda expedição. Partiu de nós a informação de que o segundo Anhanguera era homônimo de seu pai. Em síntese, ao abordar essa expedição, Silveira não fornece a data em que ela aconteceu, tampouco nomeia quem a liderou. Isso ocorre ao avizinhar-se o final de um texto de onze páginas, em que a mineração aparece em ressaltado, eclipsando quase que totalmente o apresamento. Um texto exaltador, que dissemina enfaticamente a idéia de um desbravador heróico, omitindo completamente a figura do paulista miserável e necessitado, que partiu para o sertão em busca de sua própria sobrevivência.

O fechamento do texto é solene, grave:

Foram, portanto, os bandeirantes, que eram paulistas, na sua grande totalidade, os que contribuíram para a expansão geográfica do Brasil, descobrindo-lhe as riquezas, aumentando-lhe o numero de cidades, desenvolvendo-lhe a população e educando-a na escola do trabalho, que torna o homem insensível aos sofrimentos físicos e crente na religião do dever. Os bandeirantes, que conquistaram e engrandeceram o nosso querido paiz, affrontando sérias diffi-

culdades, são merecedores da nossa veneração perenne; sua obra grandiosa pertence áquellas que resistem á acção destruidora dos tempos, adquirindo com o correr dos seculos, uma belleza, que enthusiasma aos que lhe compreendem a importancia (SILVEIRA, 1924, p. 192).

Elogiados à exaustão, os bandeirantes merecem, segundo Silveira, nossa “veneração perenne” (1924, p. 192). À semelhança do que foi afirmado por Estevam de Oliveira, na obra didática *Rudimentos de História Pátria* no ano de 1909: “Veneremos, portanto, jovens alumnos, a memoria desses nossos antepassados” (1909, p. 69).

Afora essa prescrição, esse aconselhamento de veneração aos bandeirantes, cumpre observar que os dois últimos livros por nós analisados – *História do Brasil*, de 1922, e *Lições de História do Brasil*, de 1924, cujos textos sobre o bandeirismo são, respectivamente, assinados por Pombo e Silveira – afirmam que os bandeirantes “queriam colonisar o novo paiz” (POMBO, 1922, p. 34), eram exemplos de “acendrado civismo” (SILVEIRA, 1924, p. 183), eram os responsáveis remotos pela “prosperidade moral” da sociedade da década de 1920 (contexto em que o livro foi lançado) e, além de tudo, eram movidos pela “bussola do patriotismo” (SILVEIRA, 1924, p. 188).

Constatemos, agora, como tudo isso se coaduna com essas lapidadas palavras de Nagle:

A segunda década do século XX representa um período de fértil desenvolvimento e estruturação de ideais nacionalistas no Brasil, que se multiplicarão nas direções mais variadas no decorrer da década de 1920. As primeiras manifestações nacionalistas apareceram, de maneira mais sistemática e em si influenciadora, no campo da educação escolar, com a ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico ou melhor, de acentuada nota patriótica. São obras que pretendem fornecer à criança e ao adolescente uma imagem do país adquirida por via sentimental (2001, p. 64).

Antes que iniciemos a analisar a abordagem acerca da figura do bandeirante em outro livro didático, cumpre averiguar o contexto brasileiro da década de 1930, quando se inicia a segunda República, já que, no presente momento, estamos adentrando este recorte temporal. Iniciemos isso, averiguando essas palavras de Romanelli:

Em outubro de 1930, o governo do Presidente Washington Luiz era derrubado por um movimento armado que se iniciava ao sul do país e tivera repercussões em vários pontos do território brasileiro (1986, p. 47).

Também sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr.:

A Primeira república durou quarenta anos. Foi a época da política do “café-com-leite”. Grupos de proprietários e homens influentes em Minas Gerais (“coronéis do leite”) e em São Paulo (“barões do café”) se alternaram no controle da presidência da República. Esse Acordo ruiu em 1930, criando a oportunidade de grupos gaúchos e outros ascenderem ao poder, mas não por eleições, e sim através da revolução de outubro de 1930 (2003, p. 27).

Politicamente, o Brasil passou a experienciar novos rumos. Acerca dessa questão, asseverou Ghiraldelli Jr.:

... passamos a viver uma nova fase no país, que ficou conhecida como a “Era Vargas” e teve três períodos. Getúlio Vargas no poder como membro importante do governo revolucionário pós-outubro de 1930 (“o Governo Provisório”); Getúlio Vargas no poder após a promulgação da Constituição de 1934; Getúlio Vargas no poder após o golpe de 1937, no qual permaneceu, então, como ditador, à frente do que chamou de “Estado Novo”, cujo fim se deu em 1945 (2003, p. 27).

Portanto, no alvorecer da década de 1930, caía a República Velha – dando lugar a uma nova orientação política que, contudo, já estava sendo gestada há alguns anos, no próprio bojo da perda paulatina de poder, por

parte dos mandatários da política do *café-com-leite*. O prisma ditatorial do novo governo recrudescera gradativamente no escoar dos anos de 1930, porém, não sem resistência, já que, menos de dois anos após a subida de Vargas ao poder, os integrantes da elite paulista, ressentidos com a distância do exercício do poder, lograram organizar um movimento anti-governamental, sob o pretexto de restaurar a democracia. Tal movimento, conhecido na história como Revolução Constitucionalista de 1932, não logrou derrubar a governo de Vargas, apesar da considerável mobilização ocorrida no estado de São Paulo, onde houve um levante armado, eficazmente sufocado pelas forças ditatoriais. Sobre este movimento, escreveu Romanelli:

A Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, teve o caráter de um movimento pró-constituição, mas revelava também uma oposição contra a tendência centralizadora do governo, que retirava dos estados a autonomia de que vinham gozando desde a Proclamação da República. As forças ligadas a esse movimento eram as mesmas ligadas aos interesses latifundiários e ao liberalismo econômico, que prevalecera antes (1986, p. 50).

Antes e depois desse movimento paulista, a década de 1930 transcorreu sob o signo personalista da ditadura varguista.

O livro didático que doravante passaremos a analisar é intitulado *História do Brasil*, de autoria de João Ribeiro, publicado em 1935, pela livraria Francisco Alves³⁴ e então dirigido para o Curso Superior. O texto é intitulado *Entradas e Bandeiras*, começando primeiramente a abordar as entradas:

Com as entradas, expurga-se o território dos perigos das ciladas e mesmo da presença dos índios, e com ellas estabelecem-se por terra as comunicações outrora fluviais ou marítimas... (RIBEIRO, 1935, p. 209-210).

34 Na capa dessa obra consta: *13ª edição, refundida e inteiramente revista e melhorada.*

Ribeiro assinala as entradas como expedições que visavam ao afastamento da resistência e do perigo oriundo dos índios, além do estabelecimento das *comunicações* com o interior, através das rotas terrestres.

A violência contra o índio aparece de forma clara:

... Frequentes vezes os governadores e capitães móres, para aterrorizar o gentio, organizavam expedições pela terra interior, onde não era pequeno o morticínio dos selvagens. Uma dessas expedições foi a de D. Francisco de Souza ao Rio Real, que fez afugentar os índios por mais de sessenta leguas, tal o terror e maldade que ia semeando pelos caminhos (RIBEIRO, 1935, p. 210).

De caráter oficial, essa entrada de Dom Francisco de Souza foi violenta. Contudo, segundo Ribeiro, não menos violentas eram as entradas de caráter particular, organizadas pelos moradores comuns:

Não gostavam muito os colonos deste systema de guerra, menos por virtude e misericórdia do que pelo espírito prático, nem por isso eram as entradas de iniciativa dos colonos menos ferozes que as outras (RIBEIRO, 1935, p. 210).

A seguir, evocando relatos de nossos *antigos cronistas*, Ribeiro aborda o apresamento, afirmando que os colonos não gostavam de *guerras* como a que foi movida por D. Francisco de Souza, pois “afugentavam os gentios... mais de sessenta leguas...” (RIBEIRO, 1935, p. 210).

As iniciativas oficiais, segundo Ribeiro, espantavam para longe dos colonos as presas que tanto almejavam, ou seja, os índios escravizados, pois “todos serviam-se delles em suas fazendas” (RIBEIRO, 1935, p. 211). Os colonos entendiam que os índios “eram seus captivos” (RIBEIRO, 1935, p. 211) e, quanto a isso de nada adiantava o antagonismo dos jesuítas, pois “...quebravam os pregadores os púlpitos sobre isto, mas era como se pregassem em deserto.

Percebe-se que Ribeiro, em sua abordagem, oferta uma versão em que transparece o apresamento não apenas de maneira clara, mas de for-

ma ampla, ou seja, é evocada a idéia de que a escravização dos indígenas era uma prática largamente disseminada. Julgamos ser necessário, neste momento, afirmar que este aspecto da abordagem de Ribeiro é, no nosso entendimento, bastante profícuo e nada mitificante, nada heroizante, inclusive apontando para uma compreensão acerca do bandeirismo que coaduna, converge com o que é suscitado pela documentação produzida pelos membros da Câmara Municipal de São Paulo.

Ribeiro adjetiva as empreitadas apresadoras como: “... terríveis caçadas humanas que se podem contar por milhares, e jamais cessaram de todo no Brasil Colonial” (1935, p. 214).

É curioso verificar que, enquanto escrevia sobre *As entradas*, Ribeiro abordava o apresamento de maneira clara, como já vimos. No entanto, ao começar tratar das *Bandeiras*, o tom vai mudando, numa gradação perceptível:

Depois dessas expedições [...] começa verdadeiramente o movimento das bandeiras paulistas que excedem, quanto á importancia geographica e os seus reultados econômicos [...] todas as tentativas já havidas (RIBEIRO, 1935, p. 225).

Percebe-se que o tom elogioso vai subindo pouco a pouco. Tendo já mencionado a importância econômica e geográfica das bandeiras, escreveu Ribeiro:

As bandeiras paulistas organizadas para a exploração das terras tinham constituição especial, que só tornavam compreensível o gênio e a pertinácia dos que [...] as compunham (1935, p. 225).

Agregações de homens *especiais* – já que formavam uma agregação, uma constituição especial –, as bandeiras contavam, em suas fileiras, com homens *pertinazes* e de *gênio* singular.

Averiguemos mais algumas características destes homens incomuns, virtuosos:

... a primeira virtude dos bandeirantes é a resignação, que é quasi fatalista, e a sobriedade levada ao extremo, os que partem não sabem se voltam e não pensam mais em voltar aos lares, o que frequentes vezes succede (RIBEIRO, 1935, p. 225).

Primeiro o *gênio* e a *persistência*, depois a *resignação* e a acentuada *sobriedade*. Verifiquemos agora a explicação que Ribeiro oferta para a existência de homens tão virtuosos, responsáveis por *resultados econômicos* tão significativos:

Só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados (SAINT-HILAIRE *apud* RIBEIRO, 1935, p. 226).

Aqui aparece, mais uma vez – a exemplo de Alfredo Balthazar Silveira (1924), em *Lições de História do Brasil* –, a explicação racial que ao longo do tempo seria evocada por autores distintos, vários. Cumpre mencionar que se Ribeiro lançava mão disso em 1935, onze anos após Silveira já o ter feito, fazia-o um ano antes que Alfredo Ellis Júnior lançasse *Os Primeiros Troncos Paulistas*, em 1936, obra que se tornou famosa por sua apologia à *raça paulista*, ou *raça de gigantes*³⁵. Porém, se Ribeiro enaltece os bandeirantes, aplicando-lhes os adjetivos edificantes há pouco analisados, não titubeia em apontar inúmeras outras características nada abonadoras aos paulistas que tomavam parte nas expedições em pauta.

Ribeiro prossegue em tom nada heróico, adotando um viés textual que se aproxima das produções dos ficcionistas decadentistas³⁶, caracteri-

35 Nessa obra afirma Ellis Júnior: “Só puderam atravessar este dolorosíssimo perigo inicial de colonização os indivíduos providamente fortes, os expoentes eugênicos da raça [...] teria sido o *typo* povoador vicentino. Só elle poderia ser originador da raça de gigantes. Só as suas virtudes poderiam explicar os phenomenos do bandeirismo” (1936, p. 131).

36 Escritores classificados como decadentistas, românticos, supernaturalistas ou mesmo *malditos*, caracterizam-se por produções que primam por descrições sombrias, soturnas,

zado por adjetivações superlativas, no que concerne à degenerescência dos valores humanos e à violência, afirmando que nas bandeiras:

Como sempre succede, nessas congruências fictícias que a ambição diabólica reúne e argamassa, esta mesma as desune pela [...] realização de crimes monstruosos. Os envenenamentos, os perfidos homicídios, todas as incidias são postas em pratica, como prévio sacrificio, que a sangrenta posse do thesouro antecipadamente reclama. Muitas dessas bandeiras orientam-se pelas santas cruces, piedosos e soturnos symbolos dos naufragos moraes por esses invios caminhos (RIBEIRO, 1935, p. 227).

Interessante verificar que na sequência imediata, Ribeiro muda o tom de novo, de forma abrupta, abordando o inexorável devassamento levado a cabo pelas expedições. Num átimo, as bandeiras passam de agrupamentos de *naufragos moraes* a agregações de marchadores resolutos, em incoercível avanço pelo interior do continente vencendo adversidades diversas:

Na época [...] não conheceram mais limites; avassalaram o deserto por centenas de léguas desde o Tietê a Santa Cruz de La Sierra, da Serra do Mar Atlântico até onde se avistam os perfis da Cordilheira Andina (RIBEIRO, 1935, p. 227).

Depois de qualificar as expedições como grupos de homens aos quais nenhuma agrura vence, Ribeiro parte para a perspectivação fantástica, mitológica que era nutrida em relação às riquezas jazentes no interior da colônia, em paragens até então desconhecidas:

A geographia phantastica que emprestavam ao Brasil no seculo da descoberta, imaginando-o cheio de maravilhas insólitas no seu

fúnebres. Dentre esses autores, ficcionistas, destacam-se Edgar Allan Poe, Howard Philips Lovecraft, Nathaniel Hawthorne e Guy de Maupassant.

interior obscuro, como o *El-Dorado*, as jazidas de esmeraldas, as árvores de *sabão* e de *vidros* com os seus gigantes de quinze pés (os corugueanas), os animais monstruosos e terríveis, devia necessariamente excitar o desejo de aventuras... (RIBEIRO, 1935, p. 227).

Essa é uma recorrência significativa na história das bandeiras. Já verificamos que, respectivamente, nas obras didáticas de Oliveira (1909) e Pombo (1922), aparecem elaborações de semelhante teor. A historiografia das bandeiras, na verdade, apresenta não poucas abordagens que lançam mão dessa explicação mitológica, visando a apontar os fundamentos que alavancaram a formação massiva de expedições. Entendemos não haver dúvida de que a quimera dos *thesouros* escondidos e da serra resplandecente lançou muitos homens ao sertão, porém não de forma tão sistemática quanto o apresamento que visava ao índio palpável, concreto, não poucas vezes aguerrido em sua própria defesa, mas jamais defendido por seres míticos, como “dragões exclusivistas”³⁷, “gigantes de quinze pés”³⁸ ou “animais monstruosos e terríveis”³⁹. O apresamento era a quase certeza, muitas vezes certeza praticamente absoluta, no caso das incursões rumo a grandes concentrações populacionais, como as reduções do Guairá e do Tape. Já a procura de minerais valiosos caracterizava, de princípio, significativa incerteza.

Aproximando-se do final de seu texto intitulado *Entradas e Bandeiras*, Ribeiro aborda os roteiros bandeirantes, ofertando uma versão diametralmente oposta à de Silveira, exposta onze anos antes, em 1924, no livro didático de sua autoria – já analisado neste trabalho –, onde consta que os bandeirantes não cumpriam roteiros fixos, previamente estabelecidos,

37 Ricardo, 1942, p. 46.

38 Ribeiro, 1935, p. 227.

39 Ribeiro, 1935, p. 227.

por falta de “seguras informações”. Silveira (1924) generaliza essa idéia, já Ribeiro (1935) busca demonstrar, citando Capistrano de Abreu, o quão eram conhecidos os caminhos sertanejos:

Capistrano de Abreu resume o commum d’essas direcções com as seguintes palavras que devem ser lidas diante do mappa do paiz: “A parte geographica das expedições corresponde mais ou menos o seguinte schema: Os bandeirantes deixando o Tieté alcançaram o Parayba do Sul pela garganta de S. Miguel, desceram-n’o até Gua-pacaré, actual Lorena, e d’alli passaram a Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje a transpõe a E. F. Rio e Minas. Viajando em rumo de Jundiahy e Mogy, deixaram á esquerda o salto de Urubupungá, chegaram pelo Paranayba e Goyaz. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos affluentes orientaes do Paraná e do Uruguay. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guayrá, tranferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguay, chegaram a Cuyabá e Mato-Grosso. Com o tempo, a linha do Parayba ligou o planalto do Paraná ao do S. Francisco e do Paranayba; as de Goyaz e Matto-Grosso ligaram o planalto amazonico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins (RIBEIRO, 1935, p. 233-234).

Assim Ribeiro termina seu texto sobre o bandeirismo, na obra didática de sua autoria, nomeada *História do Brasil*, publicada em 1935. Neste trabalho, os bandeirantes são apresentados como expurgadores das “cildas e da presença dos índios” (209-210), “caçadores e apresadores de pertinácia” (p. 225), detentores de “sobriedade” (p. 225) extrema, membros de uma “raça” (p. 226) incomum, perpetradores de “crimes monstruosos” (p. 227) e “naufragos moraes” (p. 227). Percebe-se que a abordagem de Ribeiro é pendular, oscilante, uma vez que vai da depreciação ao elogio. Para Ribeiro, os bandeirantes foram semeadores de “terror e maldade” (p. 210), mas foram também homens de “resignação” (p. 225), que marchavam “como se navegassem” (p. 226), homens cujo ímpeto não podia, de forma alguma, ser contido, pois, sobre as bandeiras, asseverou esse autor:

Nada as detem, nem os desfiladeiros e precipícios, nem a sede ou a fome, nem as commoções da natureza ou as fadigas do espírito, nem a guerra ou as ciladas da terra desconhecida... (RIBEIRO, 1935, p. 227).

Ora cruel escravizador, ora herói infatigável, o bandeirante de Ribeiro não é determinado, nem mesmo remotamente, pelo fator econômico. O mestiço deste livro didático parece ser, indubitavelmente, integrante de uma “raça” (p. 226) superior, talvez *immune* à pobreza piratingana, contingência histórica de significativa importância para o entendimento acerca do bandeirismo.

Antes que iniciemos a analisar as obras didáticas de história produzidas na década de 1940, buscando a compreensão acerca da maneira como foi abordada a figura do bandeirante na escola, cumpre frisar que a década em questão foi iniciada sob o signo da fase mais ditatorial do poder varguista, ou seja, o Estado Novo, forma de governo de feições nacionalistas, originada no ano de 1937 e findada em 1945.

Sobre as circunstâncias que acabaram gestando o golpe de estado que originou o Estado Novo, escreveu Romanelli:

A burguesia industrial [...] não conseguiu impor-se [...] tendo Getúlio Vargas se mostrado dúbio em relação ao apoio ao desenvolvimento industrial. Na verdade, a política de compromissos não lhe permitia contentar os interesses divergentes em jogo. Enquanto não lhe pareceu certo o apoio das forças armadas, ele jogou com o apoio do setor moderno e do setor tradicional, este [...] mais forte, em virtude do controle [...] da máquina eleitoral. A duplicidade de ação do governo só serviu para radicalizar as posições revolucionárias [...] agravadas pelo descontentamento da esquerda e da direita nascentes. A primeira tentou um movimento em 1935, que foi imediatamente esmagado pelo governo, e a segunda, consubstanciada na ação integralista [...] sentindo-se apoiada pela oposição que o governo fizera à esquerda, passou a agir acintosamente, o que fez com que o governo tivesse os motivos que esperava obter para dar o Golpe de Estado de 1937 contra as radicalizações de esquerda e

direita. O “Estado Novo” que daí surgiu foi um golpe não só nos dois movimentos [...] referidos, mas também nos interesses latifundiários (1986, p. 50).

Também sobre esse célebre Golpe de Estado, que foi, como se sabe, a culminância do enrijecimento de Vargas, após sua ação política pendular, caracterizada pela dubiedade de acenos, ora para as forças da direita, ora para as forças da esquerda, escreveu Ghiraldelli Jr.:

Getúlio Vargas [...] em 1937, tornou-se ditador através de um golpe militar. Nasceu aquilo que o próprio Getúlio denominou de o “Estado Novo”, com outra constituição – esta então, feita por um só homem, Francisco Campos (2003, p. 81).

Cumprir frisar que, ao assumir a direção do país à testa do *Estado Novo*, Vargas recrudescer ferreamente seu poder político, concentrando-o em suas próprias mãos, já que, entre 1930 e 1934, seu poder foi exercido na chefia do chamado *Governo Provisório*, mencionando também que, a partir de 1934, após ser eleito Presidente da República por votação na Assembléia Nacional Constituinte, governaria ainda guardando respeito à Carta Constitucional vigente, elaborada – no próprio ano de 1934 – coletiva e consensualmente pela mesma assembléia que o elegera. A partir de 1937, com o golpe de estado e o estabelecimento do Estado Novo, a carta constitucional escrita por muitas mãos, três anos antes, foi substituída por uma então nova, escrita por um só punho, o de Francisco Campos.

No campo educacional, essa nova constituição representou a iniciativa do Estado no sentido de aliviar-se da responsabilidade, do peso que significava arcar com todos os dispêndios pecuniários relativos ao funcionamento do ensino público.

Sobre isso, afirmou Romanelli:

... a constituição de 1937 estava longe de dar a ênfase que dera a de 1934 ao dever do estado como educador. No seu artigo 128, que inicia com a seção “Da Educação e da Cultura”, preferiu antes a

forma suave de tratar o problema, proclamando a “liberdade da iniciativa individual e de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares”, quanto ao que respeitava ao ensino. Na constituição de 1934, ao contrário, o governo começa determinando o dever da União, Estados e Municípios de favorecer as ciências, artes e cultura e, ainda, além do direito à educação, o dever do estado de assegurá-la (1986, p. 152).

Também sobre os sofismas da constituição de 1937 que visavam, sobretudo, isentar, esquivar o Estado das obrigações assumidas através do texto da carta constitucional anterior, escreveu Ghiraldelli Jr.:

O Estado Novo praticamente abriu mão de sua responsabilidade para com a educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário em relação ao ensino. O ordenamento democratizante alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público (2003, p. 82).

O mesmo autor também refletiu sobre outro aspecto significativo e sintomático da carta do Estado Novo, que consiste na ausência de menção acerca da destinação de verbas para a educação:

... as omissões da carta de 1937 nos dizem muito do espírito da época. Enquanto a Constituição de 1934 determinou à união e aos municípios a aplicação de no mínimo 10% e aos estados e ao distrito federal a aplicação de nunca menos de 20% da renda de impostos no sistema educativo, a Carta de 1937 não legislou sobre dotação orçamentária para a educação (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 84).

Isso reflete a intenção de descompromisso, no que diz respeito à concessão de verbas para a educação, deixando o governo central à vontade para destinar ou não dinheiro para essa área.

Sobre as leis orgânicas do ensino, promulgadas a partir do início da década de 1940, escreveu Romanelli:

Em 1942, por iniciativa do então Ministro de Vargas Gustavo Capanema, começam a ser reformados alguns ramos do ensino [...] essas reformas, nem todas realizadas sob o Estado Novo, tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Abrangeram elas todos os ramos do primário e do médio [...] e decretadas entre os anos de 1942 e 1946 (1986, p. 154).

Também sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr.:

... as leis orgânicas foram decretadas entre 1942 e 1946 [...] chamadas de “Reforma Capanema” [...] foi uma reforma elitista e conservadora, e não incorporou todo o espírito da carta de 1937, porque vingou já nos anos de liberalização do regime, no final do Estado Novo (2003, p. 85).

Sobre as características da Lei Orgânica do Ensino Secundário, escreveu Romanelli:

A 9 de abril de 1942 era promulgada a chamada Lei Orgânica do Ensino Secundário [...] na exposição de motivos pelos quais o governo a promulgava, Gustavo Capanema assim se pronunciava [...] “o que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser [...] um ensino patriótico por excelência [...] patriótico no sentido mais alto da palavra [...] um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino” (1986, p. 156).

Também sobre como a Lei Orgânica do Ensino Secundário tinha forte conotação ideológica, escreveu Ghiraldelli Jr.:

... o ensino secundário foi apresentado com um currículo extenso, com intenções de proporcionar cultura geral de base humanística e, além disso, fornecer aos adolescentes um ensino patriótico e nacionalista (2003, p. 90).

Sobre o final da ditadura nacionalista varguista, escreveu o autor ora em foco:

O Estado Novo terminou em 29 de outubro de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas. Houve nova Assembléia Nacional Constituinte e a promulgação de nova Constituição (1946) (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 92).

A partir de 1946, com a elaboração dessa nova Carta Constitucional, iniciou-se um período *redemocratizante* para o Brasil, que contribuiu para que a rigidez inflexível do Estado Novo começasse a ser considerada uma característica do passado então recente da nação. A nova Constituição trazia não poucas orientações divergentes em relação à de 1937. A responsabilidade do estado no que dizia respeito à educação, que havia sido *aliviada* às escâncaras, em termos formais, foi então retomada pelo novo documento magno:

Distanciava-se, portanto, a Constituição de 1946 da Constituição de 1937. Esta, com o fazer significativa concessão à iniciativa privada, quanto à “Liberdade de Ensino” (arts. 128 e 129), praticamente isentava os poderes públicos do dever de proporcionar e garantir a educação. Aliás, o direito à educação não estava mencionado na Constituição de 1937 até então vigente. Na verdade, a Constituição de 1946, nesse sentido, se aproximava muito da Constituição de 1934, inspirada nos princípios proclamados pelos pioneiros (ROMANELLI, 1986, p. 170).

Outra característica significativa da Carta Magna de 1946 diz respeito à volta da dotação orçamentária que fora *extirpada* do documento de nove anos antes. A volta do orçamento, mesmo que em proporções insu-

ficientes, significava um avanço digno de nota. Quanto a isso, observemos o que escreveu Romanelli:

... presente nessa Constituição e ausente na Constituição de 1937 é a previsão dos recursos mínimos destinados à educação, a fim de que o direito instituído fosse realmente assegurado. O artigo 169 estipulava: “Anualmente a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Sabe-se que esses recursos não eram suficientes para efetivar o direito à educação assinalado nos dispositivos constitucionais. Todavia, a estipulação, em lei, da obrigatoriedade do poder público de reservar, para esse fim, um mínimo de recursos, já revelava, da parte dele, um certo grau de preocupação em estabelecer condições mínimas para que fosse assegurado aquele direito (1986, p. 170-171).

No que concerne ao matiz ideológico da nova carta, escreveu Romanelli: “A Constituição de 1946 é [...] um documento de inspiração ideológica liberal-democrática” (1986, p. 171).

No ano de 1948, uma comissão presidida por Lourenço Filho, encaminhou à Câmara Federal um anteprojeto respeitante às diretrizes e bases da educação nacional. Esse anteprojeto demorou treze anos para ser convertido em lei: “Jamais na história da educação brasileira, um projeto de lei foi tão debatido e sofreu tantos reveses...” (ROMANELLI, 1986, p. 171).

Traçada essa necessária contextualização da década de 1940, passemos a analisar a forma como o bandeirantismo foi abordado no livro didático intitulado *Noções de História do Brasil*, de autoria de Afonso Guerreiro Lima, editado pelas Edições Globo e destinado aos alunos do curso ginásial, no ano de 1942. O autor aborda o sertanismo paulista na lição nomeada *Entradas e Bandeiras*, cometendo um importante erro de data antes mesmo de iniciar o texto propriamente dito, pois abaixo do título da lição, em caracteres numéricos destacados, aparece a datação – ou o

recorte temporal – em que teriam ocorrido as expedições bandeirantes: **1531-1772**. Em 1772, como se sabe, o bandeirismo já havia terminado há meio século, com a bandeira do segundo Anhanguera, em 1722. Adiante comentaremos esse equívoco de Lima. Por ora, averiguemos a data primeira que Lima aponta como tendo sido o ano da primeira entrada ao sertão. Em 1531, como se sabe, a Vila de São Paulo de Piratininga ainda não havia sido fundada – isso só ocorreria em 1554 – demonstrando-se, portanto, que o autor desse livro didático, como vários outros, entende ter sido a primeira *entrada* em terras brasileiras efetuada pelos homens da frota de Martim Afonso de Souza. Essa expedição ao interior não partiu do Planalto Paulista, mas do litoral. Noutros termos, essa leva não foi uma expedição bandeirante – já que essas partiam do planalto paulista, com o objetivo de apresar índios ou encontrar minérios valiosos –, mas uma *entrada* de reconhecimento das terras do interior do continente. Lima não alega ter sido essa expedição uma bandeira, mas sim uma *entrada*, desta forma não cometendo, até aqui, qualquer equívoco. Contudo, entendemos como necessário esclarecer ter sido essa expedição realizada antes da fundação de Piratininga e, por conseguinte, antes que os homens entendidos historicamente como bandeirantes adentrassem os sertões. Martim Afonso de Souza era um reinol, um português de origem nobre, donatário da Capitania de São Vicente, homem poderoso, que tinha ligações de não pouca estreiteza com a coroa portuguesa. Ele não morava no planalto, não era materialmente necessitado, como viria a ser uma boa parte dos sertanistas paulistas. Portanto, Martim Afonso de Souza não foi o personagem que a historiografia chamou, três séculos depois, de *bandeirante*. Tecemos aqui tais considerações para que não haja qualquer dúvida acerca do fato de que, indubitavelmente, Martim Afonso de Souza não foi um bandeirante, pois, além de jamais ter sido ele um contumaz sertanista, sua *participação* nessa incursão de 1531 – envolvendo pouquíssimos homens – deu-se apenas como o homem que a ordenara.

As primeiras entradas e bandeiras paulistas aconteceram décadas depois dessa incursão ordenada por Martim Afonso, depois dos primeiros assentos estabelecidos pelos colonizadores no planalto de Piratininga. Portanto, faz-se necessário esclarecer essa importante informação cronológica, uma vez que Lima não fez isso, afirmando ter o ano de 1531 assinalado o início das *entradas e bandeiras*, destarte abrindo a possibilidade de um entendimento equivocado de seu texto, entendimento este que não diferenciaria a entrada ordenada por Martim Afonso – partida do litoral – das entradas e bandeiras que ocorreriam muitos anos depois, tendo como ponto de partida o planalto paulista. Neste sentido, Martim Afonso poderia ser interpretado como personagem histórico pertencente ao bandeirantismo, fenômeno histórico específico da vila de São Paulo. Numa só frase, dada à insuficiência explicativa do texto, Martim Afonso poderia ser – como talvez pode ter sido – entendido como um *bandeirante*. Contudo, tal entendimento equivocado não passa do domínio perspectival, uma vez que não temos conhecimento de que algum educando ou aluno possa ter entendido o texto de Lima equivocadamente. A idoneidade científica nos chama ao dever de escrever isso claramente. Por outro lado, a mesma idoneidade científica não permite que nos calemos ante uma elaboração textual explicativamente insuficiente, que definitivamente não distingue a entrada ordenada pelo donatário das expedições que viriam a ser organizadas serra acima, décadas depois, por homens diferentes do aristocrático Martim Afonso, homens que não pretendiam reconhecer suas próprias terras – pois não as possuíam, como o donatário –, mas sim homens que buscavam soluções práticas para enfrentar seus problemas cotidianos, oriundos da carência contextual em que viviam.

Verifiquemos agora o grande erro de menção cronológica – nada perspectival, mas claro, constatável, inequívoco e por nós já aludido há pouco – cometido por Lima, no que diz respeito à bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera. Esse erro *desloca* a bandeira em questão nada menos que cinquenta anos no tempo, lançando-a do ano

de 1722 – quando ela aconteceu – para o ano de 1772. Observemos o que escreveu Lima:

Bartolomeu Bueno da Silva, o célebre Anhanguera, explora o território de Goiás, em 1682, e descobre minas de ouro [...] Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Anhanguera, com uma bandeira, em 1772, completou a exploração iniciada por seu pai e fundou um arraial, que é hoje a cidade de Goiás (1942, p. 78).

Para que iniciemos a comprovar o quão errônea é a datação de Lima acerca da bandeira do segundo Anhanguera, verifiquemos que, ao abordar essa expedição, escreveu Volpato:

Organizada por Bartolomeu Bueno da Silva com o fim determinado de buscar a terra dos índios goiá, onde estivera ainda muito jovem, em companhia de seu pai e onde sabia existir ouro [...] a expedição partiu de São Paulo em 1722 e, depois de vagar três anos pelo sertão enfrentando fome, doenças, deserções e as hostilidades dos caiapós, retornou a 21 de outubro de 1725, trazendo 8.000 oitavas de ouro (1985, p. 97).

Volpato aponta 1722 como o ano de partida da expedição, afirmando ainda, como vários outros autores, que o segundo Anhanguera percorreu, nessa jornada, caminhos trilhados em sua meninice, ao lado de seu pai.

Sobre essa mesma empreitada, escreveu Luís:

... Bartolomeu Bueno, o segundo Anhanguera [...] foi aos setenta anos de idade o descobridor das minas de Goiás [...] já por ele dividadas, quando com doze anos acompanhara seu pai nas expedições aos sertões (1980, p. 166).

Como já assinalamos, existe aqui a corroboração apontando para a compreensão de que o segundo Anhanguera, ainda menino, já palmilhara

a região aurífera goiana na bandeira que andou por lá, chefiada por seu pai, o primeiro Anhanguera.

Também Ellis escreveu sobre essa expedição chefiada pelo segundo Anhanguera:

Saiu ele de São Paulo, em julho de 1722, comandando 152 homens, entre os quais 20 índios para o transporte de cargas, 3 padres, 5 ou 6 paulistas, muitos portugueses e um baiano [...] três anos permaneceu a expedição vagando pelo sertão, padecendo todas as privações, ao cabo das quais, em 1725, localizou o precioso metal procurado, a quatro léguas da atual cidade de Goiás (1997, p. 296).

De forma convergente em relação a essas informações, escreveu Magalhães:

... o filho do Anhanguera [...] partiu de São Paulo a 3 de julho de 1722, comandando 152 homens, entre os quais 20 índios, que o preposto régio lhe forneceu para a condução da carga [...] três frades (dois beneditinos e um franciscano); entre os brancos, afora os paulistas, havia muitos reinóis e um baiano [...] depois de explorar [...] aquelas remotas paragens durante três anos, o Anhanguera Júnior retornou a São Paulo (1944, p. 291).

Cremos que cumpre conferir o que escreveu Taunay:

... a grande bandeira goiana do segundo Anhanguera, a de 1722-1725 [...] sobre a marcha desta expedição, de tamanha importância, documentação assaz extensa existe... (1946, p. 09).

Poderíamos trazer para esse texto vários outros autores, que reproduziriam aproximadamente as mesmas palavras destes autores até agora citados, apontando o ano de 1722 como o da partida do *Anhanguera Júnior* do planalto de São Paulo. Cremos não haver necessidade de fazer isso, uma vez que não passaria de uma compilação repetitiva de frases quase exatamente iguais, repisando a menção cronológica, a data correta da par-

tida da expedição em questão. Contudo, é gritante o erro de data cometido por Lima, situando a bandeira do segundo Anhanguera em 1772, ano que é afirmado e reafirmado duas vezes no texto, após sua primeira menção, ou seja, a datação equivocada é afirmada três vezes pelo autor: a primeira afirmação encontra-se no alto da página 78, após o título da lição (*Entradas e Bandeiras*), promovendo um entendimento errôneo sobre o ocaso do bandeirismo; a segunda afirmação é observada na mesma página 78 (cujo trecho já citamos); a terceira vez que o ano de 1772 é citado pode ser observada na página 79 do livro didático em análise, no *Resumo Cronológico da 1ª Lição*, onde a datação aparece em negrito, encimando a frase sobre a bandeira do segundo Anhanguera, que é a expedição que fecha tal resumo. Para que possamos contribuir, em termos cabais, acerca da atuação do segundo Anhanguera no movimento bandeirantista, buscando demonstrar as implicações não pouco profundas do equívoco de datas em questão, verifiquemos as duas datações abaixo, que constam no *Resumo Cronológico* de Lima:

1682	1772
Bartolomeu Bueno descobre ouro em Goiaz.[...]	Bartolomeu Bueno, filho de Anhanguera funda o Arraial de Goiás (1942, p. 79).

Ora, como sabemos, o segundo Anhanguera acompanhou seu pai, ainda menino, em sua expedição a Goiás, no século XVII. Caso a descoberta aurífera de Goiás houvesse ocorrido em 1772 – segunda metade do século XVIII – como quer Lima, o seu descobridor teria, então, mais de cem anos de vida⁴⁰. Considerando, como quer Lima, que a jornada do primeiro Anhanguera ocorreu em 1682, bem como, considerando que nessa

40 Volpato (1985) esclarece que Antonio Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva (filho) contavam quatorze anos quando acompanharam seus pais pelo sertão.

jornada estava um menino de quatorze anos, filho homônimo de Bartolomeu Bueno da Silva, torna-se claro que este sertanista-mirim, mais tarde celebrizado como o segundo Anhanguera, teria, ao descobrir as minas goianas em 1772 – como quer Lima, nada menos que exatos e improváveis 104 (cento e quatro) anos de idade.

Já tendo apontado esse equívoco de Lima acerca da descoberta aurífera efetivada pelo segundo Anhanguera em Goiás, bem como esclarecido que tal descoberta ocorreu na década de 1720, cumpre afirmar que o autor em pauta enganou-se novamente, desta feita em relação a Antonio Raposo Tavares, pois afirma que se deu “o ataque e a destruição das missões de Guairá, em 1623, pelo paulista Antonio Raposo” (LIMA, 1942, p. 78).

O ataque de 1623 às reduções do Guairá foi liderado não por Antonio Raposo, mas por Manuel Preto. Averiguemos o que asseverou Ellis:

Os assaltos aos núcleos jesuítas começaram algum tempo após a instalação das primeiras reduções da província do Guairá, capitaneados por Manuel Preto (1619), (1623) (1997, p. 286).

Cumpre também verificar o que escreveu Azevedo citando Taques (1971, p. 49):

Segundo Pedro Taques e a documentação espanhola, o “afamado Manuel Preto [...] pelos anos de 1623 para 1624 investiu contra as reduções de Santo Inácio, de que era superior o padre Simão Mazeta, de Loreto, onde atuavam os padres Antônio Ruiz e José Cataldino, e de Jesus, Maria e José” (1971, p. 49).

Averiguemos agora o que afirmou Franco (1989, p. 324):

... Manuel Preto [...] foi sim um dos maiores sertanistas de São Paulo no século XVII e desde 1602 o encontramos caçando índios no sul brasileiro [...] em 1623 e 1624 capitaneou nova entrada ao

Guairá, destruindo algumas reduções jesuíticas e trazendo numerosa escravaria indígena para São Paulo (1989, p. 324).

Creemos estar claro que os ataques ao Guairá em 1623 foram chefiados por Manuel Preto. Antonio Raposo sequer tomou parte nessas investidas, pois somente em 1628 iniciaria a exercer suas atividades apresadoras na região. Monteiro, escrevendo sobre “os portugueses de São Paulo e as reduções do Guairá, assevera que: o primeiro dos empreendimentos [...] conduzido por Raposo Tavares, partiu de São Paulo em 1628” (2000, p. 68 e 71).

Também sobre esse primeiro assalto de Raposo Tavares ao Guairá, em tom épico escreveu Magalhães:

... foi Antônio Raposo o autor do extraordinário feito [...] partindo de São Paulo em 18 de outubro de 1628 [...] a formidável bandeira, que se compunha, segundo alguns escritores, de 900 mamelucos e 2.000 índios auxiliares, dirigidos por 69 paulistas qualificados [...] como loco-tenentes de Antônio Raposo Tavares, arrojou-se, em começo de 1629, contra a Província de Guairá... (1944, p. 160).

Estando suficientemente claro que Lima enganou-se, ao afirmar que Raposo Tavares esteve no Guairá em 1623, prossigamos em nossa análise acerca da abordagem sobre o bandeirismo, nessa obra didática editada em 1942, verificando que além do tratamento historiográfico infelizmente dado às incursões sertanistas de dois dos mais célebres bandeirantes – o segundo Anhanguera e o próprio Raposo Tavares –, é explicitada uma superficial e quase relatorial narrativa acerca das expedições de outros sertanistas:

Em 1674, a grande bandeira de Fernão Dias Paes Leme chega à famosa Serra das Esmeraldas. No ano seguinte, Lourenço Castanho Taques descobre o primeiro ouro das futuras Minas Gerais e Francisco Pedro Xavier destrói os povos jesuítas entre o Paraná e o Uruguai [...] Antonio Pires de Campos percorre o Mato Grosso

em busca de minas [...] afinal, em 1718, Pascoal Moreira Cabral, acha ouro em Cuiabá [...] assim, pelo esforço dos bandeirantes, estavam dilatados os nossos limites de oeste até onde atualmente se acham (LIMA, 1942, p. 78).

Superficial e bastante sintética, essa simples agregação de menções acerca das empreitadas diversas antecede um texto épico, que nada tem de sintético, nada tem de conciso, nada tem de econômico no que diz respeito ao ufanismo, ao triunfalismo e à heroicização concernente aos bandeirantes. Escrito por Afonso Celso⁴¹, o texto intitulado *Os Bandeirantes* foi escolhido por Lima para fechar sua lição sobre *Entradas e Bandeiras*. Verifiquemos a trama vocabular, repleta de adjetivações elogiosas superlativas em relação às virtudes dos bandeirantes, bem como denunciadora do viés depreciador do caráter dos homens naturais da terra:

Há poesia e grandeza imensas, indomável energia, tenacidade incomparável, nesses bandos de aventureiros, que, sem itinerário, sem bússula, sem abrigo, guiando-se pelo curso dos rios, pelas altas montanhas ou à lei do acaso, alimentando-se dos produtos da caça e da pesca, dormindo ao relento, navegando em jangadas, transpondo cachoeiras, paúes, abismos, florestas ínvias, sítios quase inacessíveis, arrostando feras, reptis, selvagens antropófagos, astutos e vingativos, debelando perigos mil vezes mais formidáveis que os do oceano desconhecido, através de febres, naufrágios, desastres, ferimentos, guerras, sacrifícios constantes, lá se iam à conquista do remoto sertão misterioso (AFONSO CELSO *apud* LIMA, 1942, p. 79).

41 “Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, conde (papal) de Afonso Celso, filho do Visconde de Ouro Preto, Conselheiro Afonso Celso, nasceu na antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto, em 31 de março de 1860. Escritor e advogado, diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1880, foi também poeta, prosador, romancista, jurista, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras, e de Ciências de Lisboa” (PENTEADO, Jacob. *Obras-primas do conto de terror*, Livraria Martins Editora: São Paulo, 1962). Afonso Celso faleceu em 1938, portanto, quatro anos antes que a obra didática ora em análise fosse publicada, divulgando o texto de sua autoria.

Nesse texto, os bandeirantes são heróis infatigáveis e desassombrados, ao passo que os *selvagens antropófagos* – que aparecem brevemente, apenas para serem depreciados – são *astutos e vingativos*.

Enfrentadores de riscos *mil vezes* mais significativos – *formidáveis* – que aqueles enfrentados pelos navegadores oceânicos, os bandeirantes são alvo de muito mais elogios:

Não os detem ou amedrontam barreiras e contratempos: chuvas, sêcas, frios. Si não encontravam para comer, roíam raízes que não raro, toxicas, os matavam no meio de sofrimentos atrozes [...] mascavam ervas, sugavam o sangue de animais mortos, quando a água faltava [...] e obstinados sem desanimar ante inumeras catastrofes, percorrem o interior do Brasil, durante um século inteiro, descortinam regiões enormes, realizam excursões difíceis ainda hoje, com todos os recursos da civilização, fazem vêr a face dos brancos onde ela jamais aparecera e nunca mais apareceu (AFONSO CELSO *apud* LIMA, 1942, p. 79).

A seguir, prossegue a heroicização textual, através da afirmação de nada menos que a travessia do continente, da exaltação de outros feitos edificantes desses homens tão memoráveis:

Atravessam o continente, chegam aos Andes, ao norte do Paraguai, ás cordilheiras do Perú, quebrando extraordinarias resistencias, reduzindo os indigenas á escravidão, expulsando os espanhóis do territorio português [...] descobrindo o ouro e os diamantes [...] quantos uteis roteiros não organizaram! A quantos lugares, montes, rios, não deram nome! Que de formosas lendas, provenientes das suas façanhas, não ataviam a imaginação popular! Os bandeirantes : eis a nota galharda e rubra dos nossos anais (AFONSO CELSO *apud* LIMA , 1942, p. 79).

Com esse final grandiloquente, é encerrada a lição intitulada *Entradas e Bandeiras*, constante no livro didático nomeado *Noções de História do Brasil*, destinado ao ensino ginásial no ano de 1942, de autoria de Afonso

Guerreiro Lima. Nessa obra, os bandeirantes são apresentados como heróis rematados, autores de proezas extremamente admiráveis. A pobreza dos paulistas não é sequer aludida como elemento fomentador do sertanismo. A caça ao índio aparece quase como uma atividade heroizante, já que de maneira acrítica, em meio a tantas adjetivações elogiosas. Gritantes, os erros de datas – relativos às expedições e à participação nelas de sertanistas importantes – caracterizam a abordagem de Lima. Em síntese, a lição *Entradas e Bandeiras* é farta de heroização extrema e equívocos de datação.

Uma única representação iconográfica – com legenda – ilustra o texto de Lima. Observemos:



Ajustando-se, irmanando-se perfeitamente ao viés épico do texto, essa representação iconográfica apresenta o Anhanguera entre os índios do sertão goiano. O bandeirante está adequadamente trajado para as andanças nas matas, dispondo de chapéu, gibão e botas não altas, mas altíssimas, cujos canos sobem-lhe pelas pernas, ultrapassando-lhe a altura dos joelhos, protegendo-lhe as coxas quase inteiramente.

Desleixada, desatenta no que diz respeito às menções cronológicas, porém atenta, minuciosa no que diz respeito à exaltação dos paulistas, tanto discursiva quanto iconograficamente, a obra didática de Lima é um exemplo claro da apologia histórica aos bandeirantes.

Analisemos agora como a questão do sertanismo bandeirantista foi abordada na obra didática intitulada *História do Brasil*, de autoria de Basílio de Magalhães, lançada pela Livraria Francisco Alves no ano de 1943 e dirigida aos alunos da então terceira série do curso ginásial. Autor de uma obra considerada clássica da historiografia brasileira – não didática – intitulada *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*⁴², cujo texto apresenta inúmeros e grandes trechos de elogio explícito aos bandeirantes, Magalhães abordou o bandeirismo nesse livro didático de 1943, começando pelos mitos de tesouros fabulosos que, em primeira instância, explicariam o desbravamento do interior da colônia. O texto *As Entradas e as Bandeiras* é assim iniciado:

A lenda de *el-dorado* [...] foi substituída, em nossa terra, pela lenda da ‘Serra Resplandescente’, a fantástica *Sabarabucú*, a qual devia ser encontrada nos sertões do São Francisco e depois procurada alhures, tendo sido a miragem que atraiu as primeiras entradas e as primeiras bandeiras. Não tardou a aparecer outra lenda [...] a das ‘minas de prata’, a qual concorreu intensamente para o devassamento dos sertões... (MAGALHÃES, 1943, p. 126).

Na sequência, o autor propõe a diferenciação existente entre entradas e bandeiras, buscando deixar claro que, em relação aos objetivos dessas expedições, nem sempre é possível fazer clara distinção, já que não poucas vezes tais objetivos mudavam, conforme as circunstâncias:

Distinguem-se as ‘entradas’ das ‘bandeiras’, por terem sido aquelas oficiais, ao passo que estas foram de iniciativa particular. Quanto à finalidade de umas e outras, nem sempre é possível uma clareza absoluta, porquanto ‘entradas’ em procura de metais e pedras preciosas se transformaram em ‘entradas de resgate’ (isto é, de caça a escravos índios), do mesmo modo que ‘bandeiras’ ‘caçadoras de índios se transmudaram em ‘bandeiras de caça ao ouro’, como aconteceu com a de Antônio Rodrigues de Arzão [...] que achou o

42 Cujas primeira, segunda e terceira edições saíram, respectivamente, nos anos de 1915, 1935, 1944.

precioso metal, em 1693 [...] na região depois chamada das Minas Gerais (★) (MAGALHÃES, 1943, p. 126-127).

São fundadas essas informações acerca da mudança de finalidades das expedições, uma vez que são encontradas nas obras de diversos autores e transparecem nas Actas da Câmara de São Paulo. O que aqui merece alguma detença é o asterisco apostado entre parênteses pelo autor – como consta nessa última citação –, quando da afirmação da descoberta aurífera levada a cabo pelo bandeirante Antônio de Arzão, pois este asterisco sinaliza uma nota de rodapé que heroiciza, cobre de glória não apenas o sertanista em pauta, como também outros *imortais paulistas*. Essa nota de rodapé é a reprodução de parte de um célebre poema brasileiro, cujo autor se tornou célebre não apenas por ser habilidoso poeta, mas por ter morrido na prisão, após ter participado da Inconfidência Mineira, ao lado de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Averiguemos essa nota de rodapé organizada por Magalhães, lembrando ter sido ela aposta pelo autor, após a abordagem por ele feita sobre a descoberta do ouro levado a cabo por Arzão, em Minas Gerais:

“Em seu poema ‘Vila-Rica’ (Ouro-Preto, 1839), tão útil pelo ‘fundamento histórico’ que o prefacia, diz Cláudio Manuel da Costa:
‘Levados do fervor, que o peito encerra,
Vês os paulistas, animosa gente,
Que ao rei procuram do metal luzente
Com as próprias mãos enriquecer o erário.
Arzão é êste, é êste o temerário,
Que da casca os sertões tentou primeiro ...

Vê os Pires, Camargos e Pedrosos,
Alvarengas, Godóis, Cabrais, Cardosos,
Lemes, Toledos, País, Guerras, Furtados,
E outros, que primeiro assinalados
Se fizeram, no arrôjo das conquistas.
Ó grandes sempre, ó imortais paulistas!’ (MAGALHÃES, 1946, p. 127).

Como se vê, Magalhães trouxe para o seu livro didático um celebrado poeta nacional, de cuja pena fluíram palavras que formaram estrofes épicas, que louvam não apenas Arzão – o temerário –, mas outros paulistas que se destacaram no sertanismo colonial. Contumaz elogiador do bandeirismo – em outros trabalhos que levou a cabo, de cunho não didático-escolar –, Magalhães aqui trata de enaltecer os bandeirantes, lançando mão da produção de um verzejador conhecido, renomado, que nasceu na região aurífera de Minas Gerais em 1729, filho de pai simultaneamente minerador e lavoureiro, ou seja, um poeta que viveu nas paragens descobertas pelos bandeirantes e que louvou, através de seus versos, os descobridores de seu torrão natal.

Se nesse livro didático que ora analisamos, Magalhães exaltou os bandeirantes por intermédio de um poema alheio, não foram poucas as vezes em que profusas exaltações a esses personagens históricos provieram de seu próprio punho. Em sua obra capital⁴³, Magalhães escreveu palavras triunfalistas sobre os bandeirantes, tais como estas:

... o bandeirismo paulista, numa avançada contínua e triunfal, desbravara as terras imanes do sertão e conquistara todo o Paraná e Santa Catarina e parte do Rio-Grande... (MAGALHÃES, 1944, p. 46).

Um pouco à frente, no mesmo trabalho, o autor menciona a “audácia insobrepunjável dos paulistas” (MAGALHÃES, 1944, p. 47).

Já sobre as descobertas minerais e a expansão territorial, escreveu Magalhães:

... a nossa terra privilegiada, que avara e ciosamente ocultou as opulências dos seus seios virgens aos cúpidos lusitanos [...] ia logo patentear os seus miríficos tesouros ao abraço viril dos próprios filhos, os paulistas destemerosos e infatigáveis. Sem a audaciosa

43 *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* (1944).

iniciativa deles, não teria ela estendido o seu domínio para o sul, para o centro, para o sudoeste e para o oeste, até os contrafortes da cordilheira andina, e foi ainda graças ao arrojo dos intrépidos bandeirantes que ela também mais se distendeu pelo nordeste e pelo norte (1944, p. 88).

Todas essas adjetivações épicas foram urdidas antes mesmo que o autor adentrasse a longa abordagem propriamente dita, que faria sobre os paulistas e as extensas marchas sertanejas por eles levadas a termo. Verifiquemos as palavras finais de Magalhães, nesse elogioso *preâmbulo*, verdadeiro panegírico ao papel desempenhado pelas bandeiras na história do Brasil:

A essa epopéia portentosa, sem rival em nossa história, é que vamos assistir nos capítulos seguintes, infelizmente em linguagem inexpressiva e pobre de mais para assunto de tanta magnitude (MAGALHÃES, 1944, p. 88).

Depois de adentrar tão elevado e magnânimo *assunto*, escreveu Magalhães:

Todos os nossos historiadores e cronistas, aos quais se juntaram a vozes autorizadas de alguns escritores alienígenas, que se ocuparam da nossa evolução, encomiam os serviços inestimáveis, prestados ao Brasil pelo povo paulista [...] desde o meiado do século XVI (1944, p. 94).

Através dessas palavras, verifica-se que o autor pretende estender a *todos* a sua veneração pelos bandeirantes. Sobre dois célebres sertanistas paulistas, escreveu Magalhães:

Manuel de Borba Gato e Garcia Rodrigues Pais foram, nas duas décadas finais do século XVII, assim como no primeiro quartel do século XVIII, inolvidáveis epígonos do grande ciclo de revelação das riquezas auríferas do *hinterland* mineiro (1944, p. 141).

Já sobre o devassamento dos campos da vacaria, atual estado de Mato Grosso do Sul, escreveu Magalhães: “Contra essa vacaria austro-occidental foi que arremeteram os aguerridos e infatigáveis bandeirantes piratininganos” (1944, p. 184).

Profuso propalador das virtudes dos bandeirantes, aos quais aplica sucessivamente adjetivos significativamente edificantes, o autor em pauta trouxe à baila o reconhecimento de importantes reinóis, concernente às qualidades dos bandeirantes, particularizando uma oportunidade específica, em que determinado representante português lançou mão de tão hábeis e bravos combatentes, na subjugação dos franceses:

A bravura indômita e a infatigabilidade inexcedível dos bandeirantes não podiam passar despercebidas, nem ser ignoradas dos mais graduados representantes da Metrópole no Brasil. Um destes, Antônio Teles da Silva, invocou o auxílio dos paulistas contra os flamengos... (MAGALHÃES, 1944, p. 190).

Mais à frente, enfocando a célebre Guerra dos Emboabas, travada entre os paulistas e os advindos da Metrópole – os primeiros buscando as minas por ele mesmo descobertas, os segundos em busca de enriquecimento à custa das minas já descobertas – escreveu Magalhães:

Começado como vimos, o grande ciclo do ouro no último lustro do século XVII, pode afirmar-se que dentro da primeira década seguinte ficou descoberto quase todo o vasto interior de Minas Gerais, onde o sangue dos bandeirantes havia então de correr, nas tremendas refregas com os *emboabas*, para que os tesouros do coração do Brasil recebessem êsse batismo cruento (1944, p. 232).

Na seqüência imediata do texto, é assegurado enfaticamente ao leitor, que, a despeito das contendas ocorridas durante esse conflito armado, que causaram não poucas baixas aos paulistas, as viagens sertanejas por parte destes prosseguiram *trunfais*:

Nem por isso se entibiou a atividade gigantesca dos paulistas, que foram de seguida, em novas e não menos portentosas arrancadas triunfais, desvirginar os latíbulos de Goiás e Mato-Grosso, onde até êsse momento o fulvo metal, copioso e tentador, se escondera aos seus intrépidos antepassados (MAGALHÃES, 1944, p. 232).

Sobre a importância de tais descobertas auríferas, em seus aspectos territoriais, escreveu *epicamente* Magalhães:

Até meados do século XVIII, Goiás e Matogrosso [...] se separavam da sua *cellula-mater*, a heróica terra dos bandeirantes, aos quais deve o Brasil, além de outras conquistas que atrás deixamos palidamente referidas, a accessão do nosso *far-west* (1944, p. 232).

Elaboraões textuais como essas, abundantes na produção de Magalhães, contribuem para que entendamos as razões que levaram esse autor a incluir, em seu livro didático de 1943, trechos poéticos heroicos de Cláudio Manuel da Costa. Magalhães foi um autor que deixou transparecer, ao longo de sua produção historiográfica, uma significativamente perceptível admiração pelos bandeirantes⁴⁴.

Na mesma página em que consta a nota de rodapé reproduzindo as estrofes épicas de Cláudio Manuel da Costa, escreveu Magalhães:

As entradas e bandeiras duraram cerca de dois séculos, pois se entenderam de meados do XVI a meados do XVIII. Graças à ex-

44 Em tese de doutorado intitulada *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*, apresentada em 1985 ao Departamento de História da USP, Kátia Maria Abud teceu diversas considerações sobre Magalhães, esclarecendo que ele : “... nasceu em Minas Gerais em 1874 e faleceu em 1957. Foi jornalista, professor e político pelo partido republicano e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cuja revista publicou inúmeros trabalhos” (p. 175). No mesmo estudo, Abud (1985, p. 178) ainda afirma que Magalhães tinha a: “... postura de um nacionalista mineiro, que tinha optado, pela admiração por São Paulo, por temas que tinham despertado seu entusiasmo e, principalmente, explicavam – mediante a pesquisa história – os motivos daquela admiração”.

pansão geographica efetuada por elas, triplicou-se a área do Brasil: o Tratado de Tordesillas dera a Portugal, dêste lado do Atlântico, apenas 2.875.000 quilômetros quadrados, ao passo que o Tratado de Madri (1750), que, baseado no *uti-possidetis*, reconheceu as conquistas do bandeirismo, deu ao nosso país, aproximadamente, os 8.500.000 quilômetros quadrados, que êle possui atualmente (1944, p. 127).

Creemos estar suficientemente claro que Magalhães *transladou*, digamos assim, todo o sentido heroicizante – contido em *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, sua principal obra, porém, não de cunho didático-escolar – para esse livro didático que publicou em 1943, intitulado *História do Brasil*, editado pela Livraria Francisco Alves e destinado aos alunos da 3ª série do curso ginásial. Essa obra, cuja análise ora finalizamos, propala, portanto, a visão do bandeirante-herói, sem qualquer menção às precárias condições materiais de vida, que grassavam no planalto paulista. A caça ao índio é mencionada de maneira bem mais *discreta* que as explorações mineralógicas, cumprindo mencionar que os mitos dos tesouros ocultos no interior do continente, abrem o texto intitulado *As Entradas e as Bandeiras*. Devemos esclarecer que no final do prefácio desse livro didático-escolar, dirigindo-se aos professores, o autor em pauta afirmou sua disposição em reformular as imperfeições de sua obra, bem como asseverou o sentido patriótico de seu trabalho, deixando inclusive seu endereço para contato, na capital carioca:

Continuamos a solicitar dos nossos prezados colegas de magistério o favor de suas observações e correções, para que nos seja possível melhorar, em futuras tiragens, êste nobre fruto do nosso patriótico labor.

Basílio de Magalhães
Rio (Rua Paulino Fernandes, 27), janeiro de 1943.

Patriota, nacionalista e propalador da *epopeia* bandeirantista, Magalhães foi um autor que definitivamente contribuiu para afixar, no imaginário da sociedade brasileira, a figura do bandeirante herói.

O livro que agora passaremos a analisar chama-se *História do Brasil para as terceira e quarta séries ginasiais*, escrito por Tito Lívio Ferreira e publicado pela Companhia Editora Nacional no ano de 1947. Nessa obra, o texto que aborda o bandeirismo enfoca claramente o apresamento do homem natural da terra, sob o título *A caça ao índio*. Esse texto é um relato das principais bandeiras apresadoras. É mencionada, por exemplo, a expedição de Jerônimo Leitão, porém sem qualquer informação acerca da data de sua ocorrência⁴⁵. Essa ausência de datação antecede um equívoco do autor, em relação à outra expedição. Verifiquemos:

Roque Barreto, que era capitão-mor de São Vicente, partiu de São Paulo “a descer o gentio”, em meados de setembro de 1602. Atinge o sertão de Paracatu após cinco meses de marcha e apresa cêrca de 3.000 índios (FERREIRA, 1947, p.65).

O equívoco aqui cometido diz respeito ao nome do sertanista que partiu do planalto. Quem liderou essa expedição foi Nicolau Barreto, não Roque Barreto, como afirma o autor. Nicolau era irmão de Roque, de forma que pode ter procedido daí o engano cometido por Ferreira. Na oportunidade, Roque Barreto nem sequer foi membro da tropa em questão, embora tenha facilitado sua partida, devido à influência que tinha no planalto paulista⁴⁶.

Depois de se equivocar ao trazer à baila a tropa de Barreto, Ferreira prossegue *listando* outras expedições, como as de Fernão Pais de Barros,

45 A expedição partiu do planalto em 1585.

46 Actas da Camara Municipal da Villa de São Paulo.

Sebastião Preto, Manuel Preto, Antônio Raposo Tavares, Manuel de Campos Bicudo, Bartolomeu Bueno da Silva e Francisco Pedroso Xavier.

O tom relatorial dessa parte do texto de Ferreira, a despeito de demonstrar o apresamento, não dispensa os acentos que caracterizam o triunfalismo e a heroicização:

Manuel Preto foi o mais perseverante e destemido pioneiro dos sertões meridionais. Realizou diversas investidas contra Guairá. Foi denominado: “herói de Guairá” (FERREIRA, 1947, p. 65).

Depois dessas menções à perseverança, ao destemor, ao pioneirismo e ao heroísmo de Manuel Preto, o autor em questão aborda as atividades apressadoras de Raposo Tavares em tom de saga, pois o sertanista, após dirigir uma *formidável* expedição às reduções meridionais, brada como fidelíssimo vassalo, como inarredável defensor da coroa portuguesa, que estava retomando a posse daquelas terras em nome de seu rei:

Antônio Raposo Tavares parte de São Paulo em 18 de outubro de 1628, com formidável bandeira. Compunha-se de 900 mamelucos e 2.000 índios auxiliares, dirigidos por 69 paulistas de destaque [...] acomete [...] a província de Guairá. Brada aos jesuítas que iam retornar as terras do rei de Portugal, em poder dos espanhóis. Apossa-se das reduções de São Miguel, Santo Antônio, Jesus-Maria, Encarnación, Xavier e São José. E destrói Vila Rica e Cidade Real com a retirada dos jesuítas [...] em 1636 Antônio Raposo Tavares vai até os estabelecimentos dos jesuítas do Paraguai, no Rio Grande do Sul (FERREIRA, 1947, p. 65).

O triunfalismo relatorial prossegue nesse livro didático de Ferreira, agora enfocando o *assenhoramento* do Uruguai e as várias jornadas de Campos Bicudo, cujo *vasto devassamento* o levou a vislumbrar a lendária Serra dos Martírios, levando consigo seu filho ainda adolescente:

Em 1638 os paulistas assenhoream-se do Uruguai. Manuel de Campos Bicudo fez 24 entradas ao sertão. Devassou a vasta zona situada entre o planalto dos Parecís e a parte meridional do Paraná. Em 1673 leva apenas 60 homens e seu filho Antônio Pires de Campos, de 14 anos, com a mira de conquistar os índios serranos. Depara, além da linha divisória das águas do Amazonas e do Prata, com a serra dos Martírios (FERREIRA, 1947, p. 65-66).

Na sequência imediata, Ferreira aborda a expedição do primeiro Anhanguera, o *sertanista audaz*, que, levando, também, seu filho adolescente – que viria a ser conhecido como o segundo Anhanguera –, encontrou-se no sertão goiano com a tropa de Campos Bicudo, além de apresar índios, após tê-los subjogado com o tantas vezes relatado ludíbrio do fogo na aguardente:

Partida em 1673, a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, da qual fazia parte o filho, com 12 ou 14 anos, atingiu, por terra, às margens do rio Vermelho, em Goiás, indo alcançar mais além a de Bicudo. Apresta muitos escravos. Para obrigar os índios a mostrar-lhe onde estavam o ouro e a prata, o sertanista audaz ameaça deitar fogo aos rios. Faz queimar aguardente numa bacia, para demonstrar o seu poder (FERREIRA, 1947, p. 66).

Torna-se interessante verificar, que, imiscuída nesse texto abordador do apresamento e do combate aos habitantes naturais da terra, aparece a campanha de Domingos Jorge Velho contra o Quilombo de Palmares:

Depois os paulistas rumaram para o norte. Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, Morais Navarro, combateram os gentios das margens do Açu e do Jaguaribe, no Ceará. Domingos Jorge Velho auxiliou a debelação dos Palmares. Limpou o território de Alagoas e Pernambuco dos mocambos dos negros (FERREIRA, 1947, p. 66).

Nessa citação, verifica-se primeiro a menção ao combate aos indígenas do norte. Depois, é trazida à baila a dispersão do Quilombo dos Palmares e a *limpeza* feita por Jorge Velho em Alagoas e Pernambuco, região onde existiam vários assentamentos de escravos fugitivos, núcleos humanos ou *mocambos*, que faziam parte do grande quilombo, situado onde hoje os dois estados mencionados se extremam. Ferreira afirma que Jorge Velho *limpou todo aquele território dos negros* que lá existiam. Quem limpa, remove ou tira a sujidade de algum lugar, recinto ou objeto. Quem limpa, purifica algo que anteriormente era sujo, impuro. Ferreira se expressou em relação a Jorge Velho, como um limpador, um purificador, um removedor de sujeira, de impurezas... que eram os *mocambos dos negros*.

Ao aproximar-se o final do texto intitulado *A caça ao índio*, Ferreira reitera, frisa elogios já anteriormente feitos aos paulistas, cuidando, no entanto, de afirmar que nas atividades de caça ao ouro, os índios se destacariam como importantes auxiliares dos bandeirantes:

Os audazes bandeirantes iam em breve transformar completamente a sua formidável atividade sertanista. De despovoadores passariam a povoadores. Trocariam a caça ao indígena pela caça ao ouro. Seria o brasilíndio o seu melhor auxiliar para a pesquisa contínua das riquezas. Riquezas existentes à flor da terra, no álveo dos córregos, no flanco das montanhas, ou leito dos rios (FERREIRA, 1947, p. 67).

Na sequência dessas palavras, que dão fecho ao texto que trata da *caça ao índio*, o autor aborda a busca pelas riquezas minerais sob o título *Ciclo do Ouro*. Nesse texto, uma após a outra, no viés narrativo-relatorial que caracteriza esse livro didático de Ferreira, são elencadas várias expedições. Verifiquemos como é iniciado o texto em pauta:

Por ato régio de 23 de dezembro de 1683, Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias, é provido em “Capitão-mor da entrada e descobrimento, e administrador das minas de esmeraldas”. Foi êle

“o primeiro que descobriu o ouro de lavagem dos Ribeiros que correm para a serra de Sabarabuçu” (FERREIRA, 1947, p. 67).

É curioso observar, que diferentemente de outros autores, que enfocam a bandeira de Fernão Dias em primeiro plano, postando Garcia Rodrigues como um continuador das atividades sertanistas de seu pai, Ferreira prioriza, protagoniza a figura de Garcia Rodrigues, postando Fernão Dias em plano recuado.

Averiguemos a continuidade do texto sobre as descobertas auríferas:

Antônio Rodrigues de Arzão sai de Taubaté em 1693. Chega ao rio Casca, em Minas Gerais. Ali encontra cascalhos auríferos. Os selvícolas o assaltam. Êle ruma para o Espírito Santo. Regressa a Taubaté onde falece. Pouco tempo depois, Bartolomeu Bueno de Siqueira, seu concunhado, segue o roteiro deixado por Arzão [...] encontra indícios auríferos em Itaverava. Daí regressa com oitavas de ouro (FERREIRA, 1947, p. 67).

Já sobre Borba Gato, escreveu Ferreira:

A 15 de outubro de 1698, o governador do Rio de Janeiro deu a Manoel de Borba Gato a patente de “tenente-general da jornada do descobrimento da prata de Sabarabuçu” hoje Sabará. Êle parte para o seu destino. Se não traz prata achou amostras de ouro (1947, p. 67).

Aqui, é ressaltada a patente recebida por Borba Gato, nada aparecendo sobre a acusação que lhe pesou sobre os ombros, em relação à morte do fidalgo espanhol, Dom Rodrigo de Castelo Branco, ocorrida justamente por causa da questão em pauta, ou seja, as descobertas minerais.

Na continuidade do texto, Ferreira relata as participações dos seguintes sertanistas prospectores de ouro: Antonio Dias de Oliveira, Francisco da Silva Bueno, Antonio da Silva Bueno, Tomas Lopes de Camargo,

João Lopes de Lima e João de Faria Filho. É triunfal a finalização do texto intitulado *Ciclo do Ouro*, pois o autor afirma que:

Todo vasto interior de Minas Gerais estava descoberto pela tenacidade bandeirante. Correria ali, quente e generoso, o sangue dos paulistas nas terríveis refregas com os “emboabas”. Os tesouros do coração do Brasil deviam receber êsse batismo cruento, diz o autor da *Expansão Geográfica do Brasil* (FERREIRA, 1947, p. 68).

Aqui, Ferreira cita a obra *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, de Basílio de Magalhães (1944), autor do livro didático intitulado *História do Brasil*, por nós anteriormente investigado.

Depois de finalizar o texto *Ciclo do Ouro*, Ferreira inicia outro texto, sob o título *As Entradas e as Bandeiras*, afirmando que:

Até fins do século XVI e XVII haviam os aventureiros paulistas batido quase todo o sertão das antigas capitânicas de São Vicente e das Minas de Ouro, até o Rio Grande do Sul, devassando-o. Fundaram, por tôda essa região centro-meridional, núcleos de povoamento, onde hoje se erguem cidades. E isso constituiu o maior fruto dessas audaciosas jornadas (FERREIRA, 1947, p. 68).

O povoamento como fruto das corajosas, *audaciosas jornadas*. A mensagem é clara.

À frente, pretendendo fornecer elementos para o entendimento acerca dos roteiros bandeirantes, Ferreira cita Capistrano de Abreu, em passagem idêntica à citada também por Ribeiro, em seu livro *História do Brasil* (1935), já analisado neste estudo:

CAPISTRANO, profundo sabedor de nossa História, em linhas monumentais giza o quadro da irradiação das bandeiras: “A parte geográfica das expedições corresponde mais ou menos ao seguinte esquema: os bandeirantes deixando o Tietê, alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guipacaré,

atual Lorena, e dali passaram a Mantiqueira, aproximadamente onde hoje a transpõe a E. F. Minas e Rio. Viajando com rumo de Jundiá e Mogi, deixaram à esquerda o salto de Urubupungá, chegaram pelo Parnaíba a Goiaz. De Sorocaba partiam para a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e Uruguai. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guaíra transferiram-se da bacia do Paraná e do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato-Grosso. Com o tempo a linha da Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do São Francisco e do Parnaíba, as de Goiaz e Mato-Grosso ligaram o planalto amazônico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins (FERREIRA, 1947, p. 69-70).

Imediatamente depois disso, Ferreira adjetiva a obra dos bandeirantes como *epopeia titânica*, ao enfatizar, como fez Magalhães no livro didático *História do Brasil*, a triplicação das terras pertencentes à coroa portuguesa, pelo princípio do *uti possidetis*:

O gênio diplomático de Alexandre de Gusmão, outro paulista, coroa a epopeia titânica de seus patrícios. Consegue pelo *uti possidetis* assegurar a Portugal a triplicação da terra de Santa Cruz (FERREIRA, 1947, p. 70).

Após esse panegírico, esse grandiloquente elogio aos sertanistas de São Paulo, Ferreira envereda por um viés de argumentação inconvincente, inglório, que busca afirmar ser a bandeira uma *democracia viva*, uma democracia cujo mando é exercido por um só homem, o cabo-de-tropa, o chefe da expedição:

A bandeira é organizada sôlidamente. Sua base é guerreira e autocrata. O bandeirante paulista recebe o nome da época: “Cabo de tropa”. É um estupendo dominador de homens, cuja vontade de aço jamais se dobra. Na bandeira se juntam tôdas as armas, tôdas as raças, tôdas as classes: daí a Bandeira ser uma democracia viva. Porém, a disciplina é perfeita. Com elas ia o padre capelão para oficiar e confessar aos agonizantes. Tudo ali está enquadrado

pelo pulso de ferro do capitão da tropa, seja êle Afonso Sardinha, Pascoal de Araujo, Bartolomeu Bueno, Matias Cardoso, Antônio Raposo, Manuel Preto, Borba Gato, Domingos Jorge, Fernão Dias (FERREIRA, 1947, p. 70).

Cumpramos aqui mencionar que essa ideia de que a bandeira era democrática, mesmo sob o mando férreo do cabo-de-tropa, foi bastante explorada por Cassiano Ricardo, em *Marcha para Oeste*, obra publicada em 1942, portanto meia década antes que Ferreira refletisse sobre isso em seu livro didático, sem fazer referência a Ricardo.

Ferreira segue com o texto *As Entradas e as Bandeiras*, abordando a irradiação das expedições, citando Oliveira Viana e tecendo novos elogios ao papel desempenhado pelos paulistas:

De sua tradição fala OLIVEIRA VIANA: “O maravilhoso espriar das bandeiras, no II e III séculos (os paulistas), nô-los revela, vagueantes, instáveis, rapidíssimos, na sua mobilidade estonteadora”. Nesses dois séculos os paulistas dominam todo o Brasil, repontam em todos os quadrantes, na sua simplesmente maravilhosa marcha para o desconhecido, para a conquista, para o futuro. E tendo percorrido tôdas as latitudes e longitudes do território nacional, sentem-se bem em todos os paralelos (FERREIRA, 1947, p. 70).

Espalhando-se *maravilhosamente* para o incógnito, para o *desconhecido*, os bandeirantes se sentiam bem em todos os lugares. A marcha desses homens apontava para o *futuro*, a *conquista*. Noutros termos, o caminhar desses mateiros construía os dias do porvir, o devir histórico.

A seguir, ao abordar o fechamento do *mais importante capítulo da história colonial* de São Paulo, Ferreira cita Antônio de Toledo Piza:

Aquelas famosas gerações de intrépidos bandeirantes paulistas que, com Antônio Raposo, tinham devastado o Guairá, assolado as missões dos jesuítas de além Uruguai e Corrientes, e ido dar

combate aos espanhóis sôbre os Andes; que, com Luiz Pedroso de Barros, foram combater com o inimigo estrangeiro no Recôncavo da Bahia, e depois travaram novos combates contra os espanhóis, no Peru; que, com Pedroso Xavier, invadiram o Paraguai, e de lá trouxeram ricos despojos; que, com Domingos de Brito, fundaram a vila da Laguna e exploraram as campinas do sul até o Rio da Prata; que, com João Amaro Maciel Parente, invadiram e devassaram os sertões do Norte até ao Piauí e Maranhão; que, com Domingos Jorge, foram os únicos capazes de destruir a legendária república africana dos Palmares; que, com Raposo Tavares, foram a Pernambuco auxiliar a restauração do domínio português contra o poder dos holandeses; que, com Fernão Dias Pais, tinham descoberto as riquezas de Minas Gerais e enchido a Europa de inveja da opulência do sub-solo brasileiro; que, com Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva, haviam explorado e povoado os sertões de Mato-Grosso e Goiaz e exibido ao mundo os tesouros ocultos que encerravam, tinham todos desaparecido para sempre substituídos por outras gerações pacíficas de cultivadores das terras e exploradores das minas já conhecidas (1947, p. 71).

Como vemos, *as famosas gerações de intrépidos bandeirantes paulistas* construíram um futuro *tranquilo* para o Brasil, pois com suas descobertas, ensinaram o assentamento, ao redor das paragens auríferas, de *gerações pacíficas de cultivadores das terras e exploradores das minas*. Heróicos enfrentadores das asperezas e das agruras dos sertões, os sertanistas paulistas haviam construído a paz que seria desfrutada pelas gerações de um tempo posterior. É esse o entendimento que se depreende das palavras de Toledo Piza. Vencidas as rudezas do sertão bruto, localizadas as riquezas no interior hostil da natureza agreste, possibilitou-se o estabelecimento de uma sociedade mais estável, sedentária, *pacífica*... Sabe-se à exaustão, que depois de descobertas as minas, inúmeros problemas foram observados. Um desses problemas foi o intenso afluxo de pessoas para as áreas de mineração. Sobre isso, no artigo intitulado *As descobertas do ouro e o regime jurídico e administrativo das minas*, escreveu Lima:

Como resultado dessas descobertas, milhares de pessoas partem à procura das minas de ouro, prejudicando sensivelmente a agricultura e provocando, de outra parte, o encarecimento do custo de vida. O govêrno desde 1667 – carta régia de 3 de setembro – vinha tentando evitar o problema. As transmigrações perturbavam a vida da colônia. Para evitá-las foi que se expediram as cartas régias de 28 de abril de 1674 e 21 de março de 1694, bem como as provisões de 28 de março e 12 de agosto de 1709; o decreto de 26 de novembro de 1709; de 19 de fevereiro e 18 de dezembro de 1711; a provisão de 24 de março de 1713; a lei de 20 de março de 1720 e o alvará de 18 de dezembro de 1720. Durante quase oitenta anos a Côrte lutou para solucionar o problema, pois ainda em 24 de fevereiro de 1744 expedia provisão no mesmo sentido. A voracidade pelo ouro a todos dominou... (1966, p. 75).

Milhares de pessoas deslocaram-se de Portugal, em busca do ouro brasileiro. Dentro da própria colônia, houve um grande movimento migratório, deslocando significativas porções das populações do Nordeste e do extremo sul para as proximidades das minas auríferas, especialmente as de Minas Gerais.

Verifiquemos as palavras de Taunay:

Naquele vasto território, subitamente povoado, ainda não existia sociedade organizada. Havia nos distritos auríferos para cima de trinta mil almas. Avolumara-se o enxurro de aventureiros; nêle avultavam os portugueses natos, em sua maioria pobríssimos, os “*novatos vindos nas frotas*”, desamparados, conduzindo às costas quanto possuíam. Uma nuvem de mascates invadira as Minas, gente que os paulistas desprezavam como a mais vil ralé (1951, p. 253).

Averiguemos agora o que afirmou Matos:

... a imigração para as minas dos milhares de europeus e brasileiros de outras regiões, ávidos todos do metal precioso, cuja miragem embalara a administração portuguesa praticamente desde o início da colonização. Verdadeiro *rush* provocaram os descobrimentos auríferos. Antonil calcula, para o início do século XVIII, em 30.000 as pessoas que se ocupavam dos diversos misteres da mineração.

Pouco antes, o próprio governador do Rio de Janeiro falava em assustadora emigração que se notava para as terras do ouro... (1997, p. 298).

Percebe-se claramente que, após as descobertas auríferas, não se instalaram ao redor delas *gerações pacíficas*, como afirmou Ferreira citando Toledo Piza, na obra didática *História do Brasil*, presentemente analisada. As sucessivas levas que chegavam aos jazigos mineiros eram heterogêneas, caracterizadas por pessoas de origens diversas, advindas de lugares e situações distintas, porém movidas pelo anseio comum do enriquecimento, se possível rápido. Essa situação desagradou os paulistas descobridores das minas. Sobre isso escreveu Taunay:

Belicosos como eram os antigos paulistas acostumados a atitudes de extraordinária independência em relação às principais autoridades do Brasil, era tudo quanto havia de mais lógico que no território aurífero por eles descoberto e lavrado, antes de quaisquer outros, surgissem violentas explosões entre eles e os que em sua esteira haviam ocorrido (1951, p. 243).

Essas *violentas explosões* tornaram-se contumazes, sucessivas e cada vez mais sangrentas, evoluindo para um conflito aguerrido, aberto, que ficou conhecido como a Guerra dos Emboabas⁴⁷, que ocorreu no biênio 1708/1709.

Frisemos que suspeitamos já estar bastante claro que nas recém-descobertas minas auríferas, reinava o antagonismo, a discordância e também o conflito armado, situação diametralmente oposta àquela apresentada por Ferreira, no livro didático ora em questão. Teríamos ainda muitos outros elementos comprobatórios sobre as turbulências e instabilidades ocorridas nas regiões mineiras, pois se na área onde hoje se localiza Minas Gerais ocorreu a Guerra dos Emboabas, pouco tempo depois, nas minas

⁴⁷ *Emboaba* era o termo utilizado pelos paulistas em relação a todos que não eram de São Paulo, fossem eles reinóis ou colonos.

de Mato Grosso, os índios Guaicuru, Paiaguá e Caiapó opuseram férrea resistência às frotas fluviais que para lá se dirigiam. Muitas foram as expedições sofredoras de inúmeras baixas. Acerca disso, escreveu Filho:

Os índios da região navegada eram aguerridos e muitas monções foram por eles dizimadas [...] os Paiaguás, excelentes canoeiros do Pantanal [...] destruíram, por exemplo, a monção de Diogo de Souza, em 1725, composta de seiscentas pessoas, da qual só houve dois sobreviventes... (2001, p. 148).

Sobre o infortúnio de uma outra frota que singrara os rios rumo às minas de Mato Grosso, escreveu Holanda:

O afluxo de aventureiros para o novo estabelecimento tornava-se cada dia mais intenso e apesar dos extraordinários riscos oferecidos pela viagem, os rios que levavam ao sertão cuiabano encheram-se de canoas. Estas, partindo de Ararituaba, seguiam o rumo traçado pelas bandeiras seiscentistas. Houve comboio, saído em 1720, em que todos pereceram. Os que vieram mais tarde encontraram as fazendas podres nas canoas e, pelos barrancos do rio, corpos mortos de viajantes. Correu esse ano de 1720, sem que chegasse viva alma ao arraial do Coxipó, embora inúmeras pessoas tivessem embarcado no Tietê com esse destino (2000, p. 46).

Constata-se, talvez de forma dificilmente refutável, que pouco ou nada da paz sugerida pelo livro didático de Ferreira reinava nas regiões mineiras. São inúmeros os relatos de crimes cometidos ao redor das lavras. Constam também as informações de homens notadamente violentos, que, instalados ao redor das minas, deram vazão a comportamentos delituosos, desrespeitadores da lei. Foi este o caso dos célebres irmãos João e Lourenço Leme, em Cuiabá. Foi este, também, o caso de Bento do Amaral

Coutinho⁴⁸ e Francisco de Meneses⁴⁹, em Minas Gerais. Não é cabível abordar as ações desses homens nas minas, posto que já estendemos suficientemente nossa tentativa de demonstrar o quão era inçado de hostilidades o ambiente nas áreas de mineração. Lembramos que nosso detimento acerca dessa questão, ensejou-se pelo fato de que o texto *As Entradas e as Bandeiras*, de Ferreira, ao evocar as palavras de Toledo Piza, promove um entendimento canhestro, equivocado, acerca do ambiente reinante nas minas de ouro recém descobertas.

Continuemos, portanto, com nossa apreciação do texto em pauta, observando as palavras que o finalizam:

Encerramos esta resenha [...] com este apêlo do Sr. Basílio Magalhães, o grande historiador mineiro: “O Brasil, que assim surgiu no meado do século XVIII, o Brasil que os pactos internacionais pouquíssimo alteraram de então até nossos dias, o Brasil só espera hoje que as vergôntes dos bandeirantes, que existem em todos os pontos desta pátria bem fadada pela natureza, o restaurem, ampliem e elevem, agora, - economicamente, intelectualmente, moralmente, – sob a égide soberana da ordem e do direito, e em certames de paz, em justas de progresso” (MAGALHÃES *apud* FERREIRA, 1947, p. 71-72-73).

Essas palavras de Magalhães – citadas por Ferreira – são carregadas de sentido patriótico e triunfalista, acompanhadas, pela seguinte representação iconográfica:

48 Taunay (1951, p. 243), na obra *História das Bandeiras Paulistas*, o adjectiva como tão “cruel quanto bravo” (1951, p. 243).

49 Matos o descreve como “figura curiosa, infinitamente pior que Nunes Viana, dada a sua responsabilidade de eclesiástico – Frei Francisco de Meneses” (1997, p. 300-301).



Aqui, vemos uma cena bem ao estilo dos anos de 1940. Um professor vestido de terno, gravata e colete é atentamente observado por seus alunos. Atrás dele, como recurso material de apoio à sua aula sobre a *Linha de Tordesilhas e a Expansão Geográfica*, há um grande mapa do Brasil. Essa é a única figura presente na abordagem de Ferreira sobre a questão do bandeirismo, uma abordagem dividida em três textos – *A Caça ao Índio*, *Ciclo do Ouro*, e *As Entradas e as Bandeiras* –, uma abordagem na qual o heroísmo, o triunfalismo e o patriotismo dos bandeirantes aparece claramente. Ferreira cita, ao longo de sua abordagem, quatro autores: Oliveira Viana, Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães e Antonio de Toledo Piza. Em termos conceituais, existem alguns deslizes, como a tentativa de apresentação da bandeira como um grupo democrático (p. 70), a *limpeza* feita por Jorge Velho ao destruir Palmares (p. 66) e a troca de nomes feita em relação a Nicolau e Roque Barreto. Essa é a síntese de nossa análise acerca do tratamento dado ao tema bandeirismo, no livro didático intitulado *História do Brasil*, publicado por Tito Lívio Ferreira em 1947.

CAPÍTULO II

O Bandeirante nos livros didáticos: da década de 1950 ao ano de 2006

O alvorecer da década de 1950 contemplou a nova subida de Vargas à presidência da República, após estar afastado do poder máximo nacional por um espaço de cinco anos, desde que fora deposto em outubro de 1945. Sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr.:

Derrubado o Estado Novo, o primeiro presidente eleito pelo voto popular foi o Marechal Eurico Gaspar Dutra, do PSD. Dutra governou de 1946 a 1950, quando novas eleições reconduziram ao Palácio do Catete a figura carismática de Getúlio Vargas, sustentada pela coligação partidária PTB-PSD (2003, p. 111).

O ideário varguista defendia a idéia de promover a acessibilidade da educação para as camadas mais pobres da população. Essa intenção de massificação da educação passava, incontornavelmente, pelo aumento da disponibilidade de gastos com o ensino, por parte da União:

O nacionalismo e o trabalhismo getuliano, que prometiam o desenvolvimento industrial no Brasil associado ao “bem-estar social”, defendiam a tese de que o Estado deveria responsabilizar-se em maior grau diante da necessidade de distribuição de educação para as “classes populares” [...] na tentativa de fazer valer esta tese, Vargas em geral, procurou aumentar as despesas públicas com o ensino (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 111).

No entanto, essa iniciativa de aumento dos gastos governamentais com a educação foi díspar, assimétrica, com o carreamento de maiores recursos para o ensino superior:

... o Ensino Superior foi mais contemplado que o ensino primário. Além do mais, não houve grandes alterações no número de matrículas no ensino primário, e a alfabetização durante a gestão Vargas (pós-Dutra) cresceu apenas 1,79%. As mazelas da educação pública continuaram evidentes; e a exclusão permaneceu regra básica do sistema escolar. No terceiro ano de governo, Vargas tinha como um dos índices sociais pouco favoráveis o que dizia que somente 17% dos alunos matriculados no primário conseguiam chegar ao quarto ano do curso e apenas 3% alcançavam o último ano (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 111).

Como vemos, o afluxo mais denso de dinheiro para o ensino superior, muito pouco contribuiu para a efetiva mudança propalada anteriormente por Vargas, que culminaria com a oferta ou *distribuição* da educação para os brasileiros de menores condições econômicas. No que diz respeito à distância verificada entre a *pregação* política varguista e o que acabou sendo feito na prática, escreveu Ghiraldelli Jr.:

De modo geral, pode-se fazer uma avaliação negativa do governo Vargas quanto à sua atuação no campo educacional se considerarmos o contraste entre a política social verbalizada na oratória oficial – que acenava com a instalação de um “Estado do bem-estar social” e, portanto, com a distribuição da educação para os setores economicamente menos privilegiados – e o resultado de sua política social efetiva (2003, p. 111-112).

Analisando o caráter da representatividade política de Vargas, que não pouco contribuiu para a orientação ideológica governamental da época em pauta, tanto antes quanto depois de seu suicídio, escreveu Romaneli:

... Getúlio Vargas era, na época, o próprio símbolo do nacionalismo [...] afinal, a tendência acentuadamente nacionalista, de base populista [...] custara-lhe a vida. Em 1954, pressionado para deixar o governo [...] Vargas preferiu o suicídio. O período que se seguiu, até a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi marcado por golpes e contragolpes que bem evidenciavam a luta ideológica que se travava no Brasil [...] a corrente nacionalista teve de lutar [...] contra as tendências da ala política que preconizava maior compromisso com o capital internacional [...] Kubitschek representava a continuidade do populismo e foi eleito graças à coalizão dos dois partidos criados por Vargas, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (1986, p. 52).

Herdeiro político de Vargas, Kubitschek deu continuidade, no plano político, ao caráter populista de seu antecessor, porém, não fazendo o mesmo concernente à entrada de capital estrangeiro no Brasil, sempre vista por Vargas com muitas restrições. Analisando a postura de Kubitschek em relação a tais questões, escreveu Romanelli:

Com Juscelino [...] ganha [...] novas formas a entrada de capital internacional [...] enquanto, no setor político, se dá continuidade ao modelo getuliano populista, no setor econômico abrem-se amplamente as portas da economia nacional ao capital estrangeiro (1986, p. 53).

Eleito em 1955, levando consigo o vice João Goulart, Kubitschek viu a educação como uma ferramenta subsidiária para a concretização do:

[...] ideário do nacionalismo desenvolvimentista. O célebre programa de metas do presidente JK foi prioritariamente um projeto de dotação de infra-estrutura básica para o país, ou seja, industrialização. A última meta do programa, que falava da educação, atrelava o problema do ensino às necessidades de institucionalização de uma “educação para o desenvolvimento”, ou seja, o incentivo ao ensino técnico-profissionalizante [...] O espírito do desenvolvimentismo inverteu o papel do ensino público, colocando a escola sob os

desígnios diretos do mercado de trabalho (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 112).

Como se vê, o governo de Kubitschek deixou não pouco a desejar, no que diz respeito à educação. Para que possamos entender isso à luz de mais alguns dados, verifiquemos essas palavras de Ghiraldelli Jr.:

A gestão JK não conseguiu ultrapassar a quantia de 6,10% de recursos retirados do orçamento da União destinados à educação [...] O ensino primário continuou com mais de 45% de professores leigos, ao mesmo tempo que São Paulo abrigava cerca de 25 mil professores primários desempregados. Além disso, em 1960, JK entregou ao seu sucessor Jânio Quadros – um sistema de ensino tão elitista e antidemocrático quanto fora com Dutra e Vargas. Apenas 23% dos alunos que ingressavam no curso primário chegavam ao quarto ano, e somente 3,5% cursavam o último ano do curso médio... (2003, p. 113).

Nessa nossa tentativa de esboçar o contexto educacional brasileiro da década de 1950, não poderíamos, de forma alguma, deixar de mencionar a significativa quantidade de livros – não didáticos – de história que foi lançada no ano de 1954, quando o *berço dos bandeirantes* fazia aniversário, ou seja, quando a cidade de São Paulo comemorava 400 anos de fundação⁵⁰. O teor ufanista de louvor aos antigos paulistas, foi então levado a patamares notáveis, especialmente com a republicação da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Taques, originalmente editada no século XVIII. Essa obra é largamente entendida como um longo elogio às famílias antigas de São Paulo.

Em 1954, publicada pela Livraria Martins Editora, sob a direção de Taunay – que escreveu um extenso prefácio, ora crítico, ora elogioso em

50 Para citar apenas alguns: *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques; *Relatos Monçoeiros*, de Taunay; *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*, de Luiz D'Alincourt.

relação a Taques – a velha Nobiliarquia apresentou-se, digamos revivescida, robustecida em seu tom laudatório, em seu viés discursivo glorificador dos bandeirantes, posto que, guarnecida de farta iconografia, representando os bandeirantes como pioneiros gloriosos, eternizados em quadros e estátuas. Lançada em três volumosos tomos – o Tomo I com 280 páginas, o Tomo II com 290 páginas e o Tomo III com 282 páginas – a *Nobiliarquia* de 1954 exibe em sua capa o Pátio do Colégio dos Jesuítas, lugar convencionalmente entendido como onde se deu a fundação de São Paulo.

Feita essa breve contextualização da educação brasileira nos anos de 1950, bem como tendo abordado o significativo processo de heroicização da figura dos bandeirantes, nas obras historiográficas não didáticas – reeditadas no quarto centenário paulistano, passemos a verificar como os bandeirantes foram abordados por autores de livros didáticos, na década em questão, começando pela obra *História do Brasil*, de autoria de Joaquim Silva, editada em 1952 pela Companhia Editora Nacional – São Paulo – e destinado aos alunos da primeira série ginásial. Neste livro, no texto intitulado *A Expansão Geográfica*, no subtítulo *As Bandeiras*, escreveu o autor em pauta:

... as bandeiras dos paulistas [...] desbravavam o sertão, devassando ou conquistando, com sua audácia o imenso território de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte de Minas (SILVA, 1952, p. 62).

Eis aí a *audácia* como atributo das expedições paulistas.

Na sequência, aparece a pobreza reinante no planalto, o apresamento e as diferenciações, em termos de equipamentos, no que diz respeito à caça-ao-índio e à prospecção mineral:

O planalto onde, semi-independentes, viviam os paulistas, separados do litoral pela Serra do Mar, de difícil acesso, era pobre; e seus habitantes procuravam uma fonte de riqueza no apresamento do

silvícola necessário ao colono para as fainas da lavoura; assim, já no primeiro século, ter-se-iam formado as primeiras bandeiras de caça ao índio. A composição das bandeiras variava segundo seu objetivo econômico: o aparato bélico das que se destinavam, à caça ao índio era maior em relação àquelas que buscavam riquezas minerais. (SILVA, 1952, p. 62).

Verifiquemos agora a redundância do autor em questão, posto que já tendo mencionado a *audácia* das bandeiras, agora adjetiva os paulistas como *ousados*:

Afrontando todos os perigos, internam-se os ousados paulistas por emaranhadas selvas, transpõem altas serras, chegam às planícies amazônicas, às coxilhas do sul, e só se detêm a oeste, aos pés das nevasdas muralhas dos Andes (5) (SILVA, 1952, p. 63).

Como é perceptível, ao final dessa frase, Silva ainda indica uma nota de rodapé, através de um número cinco entre parênteses. Essa nota, reproduzindo palavras não pouco célebres do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, quando de sua vinda ao Brasil em 1816, eleva ainda mais o tom elogioso aos bandeirantes, nesse livro didático:

Só a formação de uma raça inteiramente aclimatada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados: “Raça de Gigantes”, escreveu St. Hilaire (SILVA, 1952, p. 63).

Já sobre o aparato bélico do antigo paulista, afirmou Silva: “o armamento do Bandeirante era a escopeta ou o arcabuz de pederneira, o terçado ou a espada” (1952, p. 63).

O autor não menciona quem eram os expedicionários flecheiros, em sua maior parte, indígenas. Sabe-se que os flecheiros foram, em diversas expedições, bem mais numerosos que os homens que portavam armas

de fogo, como escopetas e arcabuzes, ou armas brancas, como espadas e terçados, sendo esses últimos assemelhados a facões grandes.

Na sequência de seu texto, Silva (1952) faz um relato sobre as *principais bandeiras*, enfocando primeiramente a de 1628, dirigida por Raposo Tavares em direção ao Guairá. Este chefe bandeirante foi, segundo o autor em pauta, “um dos mais audazes bandeirantes” (SILVA, 1952, p. 64). As bandeiras chefiadas pelo primeiro e pelo segundo Anhanguera também são mencionadas no texto ora analisado, seguidas da abordagem sobre a incursão do *intrépido* Fernão Dias em busca de esmeraldas. Verifiquemos:

O mais célebre bandeirante [...] foi o intrépido Fernão Dias quem, durante sete anos, foi devassando o sertão de Minas Gerais. Já ido-so, partiu Fernão Dias de São Paulo (1674) à caça de esmeraldas. Durante sete anos esteve no sertão o velho bandeirante sofrendo, com seus companheiros, grandes provações e procurando com tenacidade encontrar as sonhadas pedras verdes. Encontrou-as, por fim, mas atacado por febre morreu [...] as pedras que encontrara, porém, não eram senão crisólitos ou turmalinas: não achou as desejadas esmeraldas; mas sua expedição [...] descobrira e reconhe-cera, em grande parte, o riquíssimo território das Minas Gerais (8) (SILVA, 1952, p. 65).

Silva (1952) anuncia aqui outra nota de rodapé – número oito entre parênteses –, buscando enaltecer ainda mais o sertanista por ele já adjetivado como *intrépido* e de *tenacidade*. Nessa nota de rodapé está escrito: “Olavo Bilac celebrou a glória do grande bandeirante em seu belo poema ‘O caçador de esmeraldas’”.

Para Silva está muito claro que a poesia de Bilac é a celebração da *glória* de Fernão Dias. Se houve uma *glória* celebrada, é pela razão de que essa *glória* efetivamente existiu ... a *glória* de um homem que foi *um grande bandeirante*.

Depois da abordagem repleta de encômios⁵¹ a Fernão Dias, Silva aborda a descoberta das jazidas auríferas de Minas Gerais e Mato Grosso:

Atribui-se a Antônio Rodrigues Arzão (9) a descoberta, em 1695, do primeiro ouro em Minas Gerais, onde também, depois, um genro de Fernão Dias, o famoso Manuel Borba Gato, encontrou as ricas jazidas de Sabará; em 1718, Mato Grosso revelava sua grande riqueza com o encontro do ouro do Coxipó pelo sorocabano Pascoal Moreira Cabral Leme (10) (SILVA, 1952, p. 65).

Nesse trecho, o autor, como de costume, sinaliza mais duas notas de rodapé, as de números nove e dez. A primeira delas, sinalizada junto ao nome do sertanista Rodrigues Arzão, elenca *outros bandeirantes notáveis*, tais como:

... João de Faria e Antônio Dias de Oliveira que [...] descobriram o opulento ouro preto (1698-99); Domingos Jorge Velho, depois criador de gado no norte e vencedor dos Palmares [...] os Brito Peixoto [...] Pedro Leme, Carlos Pedroso da Silveira, descobridor de ouro com Bartolomeu Bueno de Siqueira e provedor da Casa dos Quintos, de Taubaté (SILVA, 1952, p. 65).

A outra nota de rodapé aludida – de número dez – é sinalizada na sequência do nome de Pascoal Moreira Cabral Leme, descobridor das minas de Mato Grosso, em 1718:

Pouco depois (1722), outro bandeirante sorocabano, Miguel Sutil, descobria as ricas minas de Cuiabá. Um novo ciclo do descobrimento começou por essa época e no qual, escreve Basílio de Magalhães (op. Cit. 202), “Coube a preponderância aos filhos de Sorocaba”: As *monções*, expedições fluviais que partiam de Ararita-

51 Esse termo, que significa – louvores, elogios – é bastante recorrente na obra de Magalhães (1944).

guaba (Pôrto Feliz), desciam o Tietê até o Paraná, subiam depois o Ivinheima ou o Pardo, indo depois alcançar, com varações, afluentes do Paraguai, por onde chegavam a Cuiabá (SILVA, 1952, p. 65).

Ao citar Magalhães (1944), Silva (1952) denota algo sobre a origem de seu viés de abordagem laudatória, heroizante acerca do papel histórico dos bandeirantes.

Buscando uma síntese, no que diz respeito à abordagem do bandeirismo na obra didática *História do Brasil*, de Joaquim Silva – publicada em 1952 e destinada à primeira série ginásial –, pode ser afirmado que os bandeirantes são profusamente elogiados, adjetivados como possuidores de “audácia” (p. 62) e “tenacidade” (p. 65). Fernão Dias é qualificado como o “intrépido[...], o mais célebre bandeirante” (p. 65), ao passo que Raposo Tavares é descrito como “um dos mais audazes bandeirantes” (p. 64). Nesta obra, aparece o apresamento e a pobreza da São Paulo antiga, porém, de maneira incongruente, já que é afirmado, categoricamente, que os bandeirantes faziam largo uso de armas, à época, consideradas sofisticadas, como “a escopeta [...] o arcabuz [...] a espada” (p. 63), não sendo feita qualquer alusão às armas nativas, especialmente à flecha, que foi usada massivamente nas expedições bandeirantes, particularmente naquelas que tinham como objetivo primordial o apresamento. A heroicização dos bandeirantes, na abordagem de Silva, é percebida também nas notas de rodapé, quando, evocando Saint-Hilaire, o autor em questão infere que os *paulistas* seriam os integrantes de uma “raça de gigantes” (p. 63); ou ainda quando é citado o poema *O caçador de esmeraldas*, de Bilac (p. 65), magnificando os feitos de Fernão Dias. Sem sombra de dúvida, a obra didática de Silva (1952) é enaltecadora dos bandeirantes.

Desse momento em diante, passaremos a averiguar como foi feita a abordagem sobre os bandeirantes, no livro didático intitulado *História do*

Brasil para crianças, escrito no ano de 1955 por Viriato Corrêa⁵² e destinado ao ensino primário, como volume integrante da série *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, da Companhia Editora Nacional. A temática que investigamos foi abordada pelo autor na lição intitulada *Bandeirantes e Bandeiras*, cumprindo esclarecer que o texto em pauta foi organizado de maneira dialogal, com perguntas sendo formuladas e respostas sendo ofertadas. Corrêa concebeu um *vovô* rodeado por seus netos, para os quais conta histórias, esclarecendo quaisquer dúvidas que deles possam advir. O conteúdo doravante analisado procede, portanto, dessa concepção textual não tão comum em livros didáticos, que apresenta um paciente avô contando histórias para netos vivazes, bastante interessados.

Assim começa o texto:

Ao chegar às terras do Brasil já eu disse a vocês, os europeus tinham uma preocupação única – encontrar ouro, muito ouro para enriquecer. E não perdem tempo: vão entrando pelas florestas e sertões à procura do metal desejado. Durante mais de um século, porém, não encontram ouro nenhum. As minas só mais tarde são achadas pela gente brasileira.

— Que gente brasileira foi essa?...

— A gente mais aventureira, mais ousada e mais ativa do Brasil – os paulistas (CORRÊA, 1955, p. 121).

Notemos que Corrêa não admite a presença de portugueses nos descobrimentos auríferos. Pensamos que, se não pode ser creditada a chefia das expedições descobridoras de ouro a homens naturais de Portugal,

52 Viriato Corrêa nasceu no Maranhão, em 23 de janeiro de 1884 e faleceu no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1967. Em julho de 1938 foi eleito para a cadeira número 32 da Academia Brasileira de Letras, anteriormente ocupada por Ramiz Galvão. Escreveu muitos livros de contos, romances infanto-juvenis (dentre os quais se destaca *Cazuza*) e obras de cunho historiográfico. Informações colhidas no *site* da Academia Brasileira de Letras: www.academia.org.br

também, não é lícito negar a presença de portugueses nessas expedições, uma vez que muitas delas foram bastante numerosas e ocorreram num contexto de significativa imigração proveniente da Metrópole. Cumpre também mencionar que, após a chegada da esquadra de Cabral, não ocorreu mais de um século – como quer Corrêa – antes que o primeiro ouro brasileiro fosse descoberto. O ouro do Jaraguá, descoberto por Afonso Sardinha em 1597, atesta a imprecisão de Corrêa quanto a isso. Afora essas questões ora levantadas, que demonstram superficialidade na abordagem sobre os bandeirantes no livro didático ora analisado, ressaltam-se os elogios à *gente brasileira*, ou seja, aos *paulistas*, que são adjetivados como a “gente [...] mais ousada e mais ativa do Brasil” (CORRÊA, 1955, p. 121).

Imputando suas postulações à fala do *vovô*, – escreveu Corrêa:

... os sertões do Brasil foram os bandeirantes que os descobriram. As bandeiras, penetrando nas florestas, nos campos, e nas montanhas, nos chapadões até ali nunca pisados, tornavam o Brasil conhecido de norte a sul, de leste a oeste (1955, p. 121).

O devassamento e o conhecimento do interior do continente são aqui mencionados.

Depois disso, aparece o seguinte diálogo na sequência do texto:

O Pedrinho mexia-se na cadeira. Vovô pegou-lhe no braço.

— Quer perguntar alguma coisa, não é verdade?

— É que eu ouço há tanto tempo falar em bandeira [...] que era uma bandeira?

O vovô explicou:

—Era um punhado de gente, uma centena, duas, três, quatro, cinco ou seis centenas de criaturas, caminhando pelos sertões à procura de riquezas [...] estão todos armados [...] são armas de vários tamanhos e de várias espécies: faca, facão, espingarda, punhal, flecha, espada, cacete. Em cada criatura existe a esperança de encontrar a fortuna de um momento para o outro [...] a bandeira caminha sem-

pre. É preciso caminhar. Lá diante (é a esperança geral) os tesouros estão à espera da bandeira (CORRÊA, 1955, p. 121-123).

Até aqui, não aparece o apresamento como objetivo dos bandeirantes, em suas incursões sertanejas. Sentado na cadeira, o personagem *Pedrinho* aprendeu – bem como os alunos que estudaram com o auxílio desse livro didático – que a bandeira nada mais era que *um punhado de gente procurando tesouros* jazentes nas matas. As palavras que compõem essa última citação – transcritas das páginas 121 e 123 da obra didática em análise – são separadas por um grande desenho que abrange toda a página 122, representando um bandeirante, cuja indumentária consiste de: escupil ou gibão acolchoado, chapéu, calça, botas altas, espada, cinto e espingarda. Ao fundo do desenho, ou seja, atrás do bandeirante, aparece uma igreja sobre uma elevação do terreno. Esse desenho, de autoria de Belmonte, representa um bandeirante bem paramentado, trajado à altura das adversidades sertanejas, o que vai contra a carestia reinante na São Paulo dos séculos XVI e XVII, onde existiam sim sertanistas que dispunham de tal indumentária, porém não faziam, de forma alguma, parte da maioria dos paulistas, que era composta de gente pobre, em nítida predominância.

Essa representação iconográfica sugere um entendimento generalizador acerca do sertanista bem equipado, o paulista de feições europeias, fartamente barbado. Aqui, não há qualquer remota alusão ao sertanista mestiço, mameluco; não há nenhum traço ou rabisco que sugira uma arma nativa, como a flecha, por exemplo. Tudo que aparece no desenho, do primeiro ao último plano, não alude, mas *afirma* enfaticamente a procedência europeia, dominadora, soberana. Verifiquemos:



Dando seqüência ao diálogo do vovô com seus netos, escreveu Corrêa:

E a bandeira vai seguindo, seguindo [...]

— E comida para essa gente? Lembra a Quiquita.

— Quando se percebe que os alimentos vão faltar, a bandeira pára, acampa. Fazem-se roças, plantam-se feijão, milho, arroz, aipim, mandioca e espera-se a colheita. E, enquanto se espera, procuram-se minas pelos arredores. Depois, prossegue a marcha [...] a bandeira de homens tem uma bandeira de pano, que é levada à frente [...] passa-se um mês, passam-se dois, cinco, dez, vinte e mais meses. Lá adiante, finalmente, se encontram os tesouros desejados. Quantas criaturas lá chegaram? A metade? Menos, talvez. Foram morrendo, morrendo pelo caminho (1955, p. 123).

A parada alongada para a feitura das roças, a pesquisa mineral pelas redondezas, a colheita dos gêneros semeados, o prosseguimento da marcha, a longa permanência nos sertões, o perecimento de não poucos sertanistas. Corrêa deixa claro, através da narrativa do vovô, que era difícil, demorado e perigoso o percurso que conduzia às cobiçadas riquezas minerais. Na sequência do texto, através da narrativa do vovô, Corrêa ensina às crianças que os bandeirantes eram superiores em relação aos *outros homens*.

A Quiquita falou:

— Um bandeirante, para resistir a semelhante vida, deveria ser então uma criatura forte.

— Não há dúvida, concordou o vovô. Um bandeirante tinha de ser de uma fortaleza maior que os outros homens. Na mata tudo era incerto. Ele só devia comer quando era possível comer, só devia dormir quando era possível dormir. Era preciso, portanto, ter muita coragem para resistir aos sofrimentos. Um bandeirante não podia ter amor nenhum à vida, porque, se o tivesse, não dava um passo no deserto cheio de perigos (CORRÊA, 1955, p. 124).

Um homem de *fortaleza* superior enfrentando os perigos do *deserto*. Eis o bandeirante que Corrêa faz com que o vovô descreva aos seus netos. Constatemos agora os atributos ainda maiores do chefe bandeirante, nesse livro didático de Corrêa:

O que comandava a bandeira devia ser um homem de qualidades ainda maiores que os outros, porque o que comandava a bandeira era tudo: o general, o disciplinador, o juiz e até a criatura que dava esperanças quando as outras desanimavam. E mais do que isso, devia ter uma energia indomável (1955, p. 124).

Está claro que o autor pretende passar a ideia de que o chefe de bandeira era um homem excepcional, um homem de *energia indomável* li-

derando vários homens também nada comuns, posto que de *fortaleza* superior.

Ao dar fecho ao texto intitulado *Bandeirantes e Bandeiras*, Corrêa cuida para que o *vovô* ressalte a expansão geográfica, legada ao Brasil pelos bandeirantes:

Não tenham dúvidas meus meninos: o Brasil só tem o tamanho que vocês sabem porque houve os bandeirantes. É Antônio Raposo, penetrando nas regiões dos afluentes do Prata; é Fernão Dias Pais, descobrindo minas, desde a Mantiqueira até a foz do Rio das Velhas, no S. Francisco; é Lourenço Castanho Taques, descobrindo a zona das Minas Gerais; é Pascoal Moreira Cabral Leme, descobrindo as minas de outro de Cuiabá; é Antônio Pires de Campos, pisando os chapadões de Mato Grosso; é Bartolomeu Bueno, o Velho, e Bartolomeu Bueno, o Moço, rompendo os desertos do Tocantins e do Araguaia, todos concorrendo para aumentar o Brasil (CORRÊA, 1955, p. 124).

Na sequência desse texto, começa um outro, intitulado *Antônio Raposo e Fernão Dias*.

No primeiro parágrafo, dando voz ao *vovô*, afirma Corrêa:

Não é possível contar a vocês tim-tim por tim-tim a longa história das bandeiras, continuou o velho. Eu levaria o resto da minha vida e não acabaria de contar. Vou narrar a história de dois bandeirantes apenas: Antônio Raposo e Fernão Dias Pais (1955, p. 125).

Depois de *selecionar* esses dois sertanistas, pela voz de seu personagem prossegue Corrêa:

Há criaturas que dão à gente a impressão de que não são feitas de carne e osso como nós, mas sim de ferro, de bronze ou de aço. Antônio Raposo era uma dessas criaturas. Homem espantoso! Para êle não havia sol, não havia chuva, não havia doenças. Índios bravios, feras, fome, não lhe metiam medo. Se encontrava diante de seus passos a mata fechada, entrava pela mata a dentro; se encontrava

à sua frente um rio a transbordar, inundando vales e campos, não esperava que o rio vazasse: metia o peito nágua e atravessava o rio. — Gosto de um bicho assim! Bradou o neto. É dos meus!
— As bandeiras de Antônio Raposo não andaram à procura de minas de ouro. Andaram pelo sertão escravizando índios. Naquele tempo a mina era aprisionar os selvagens e vendê-los (1955, p. 125).

Um bravo. Um bravo que não parecia ser humano, mas constituído de materiais mais fortes, cuja escala de menção tem o *aço* em seu ápice. Absolutamente nenhum elemento da natureza o amedronta. Nenhum acidente geográfico o detém. O índio *bravio* não arrefece seu desassombro ... pelo contrário, o índio é para ele um chamariz, pois é a presa almejada, a presa a ser capturada e vendida. Aqui, finalmente, aparece o apresamento, mas tamanhas são as qualidades do apresador, tantos são os adjetivos edificantes aplicados a esse *homem espantoso*, que a escravização dos naturais da terra parece, até mesmo, uma atividade glorificante, realçadora da natureza já intrinsecamente *heróica* do devassamento.

Na sequência de sua abordagem, dando contornos ainda mais épicos à fala do *vovô*, Corrêa atribui a Raposo Tavares o mesmo atributo lendário do herói Hermes⁵³, além de elencar as marchas do sertanista em questão por todos os quadrantes do Brasil, até que se aprofundando cada vez mais a oeste da América, achegou-se ele ao sopé da Cordilheira dos Andes. Constatemos:

Raposo dava a impressão de que tinha asas nos pés. Foi o homem que mais percorreu as terras do Brasil. Primeiro percorreu as terras do sul, destruindo aldeias e aprisionando indígenas, depois internou-se nos sertões de oeste e foi subindo, subindo por desertos desconhecidos que pareciam o fim do mundo. Tribos inteiras atravessavam-se-lhe à frente para lhe impedir a passagem. Mas êle

53 Na mitologia grega, este herói tinha asas nos pés.

as combatia e as vencia e continuava a caminhar. E caminhou até que chegou às abas da Cordilheira dos Andes (CORRÊA, 1955, p. 125-127).

Porém, para Corrêa, a grande Cordilheira não conseguiu deter Raposo Tavares:

Vovô continuou:

— Pensam vocês que parou aí? Não. Subiu a Cordilheira, e, lutando contra o frio, contra as feras, contra a fome, foi seguindo, seguindo até o Perú. Nada o detém. Só pára diante do mar. Assim mesmo entra mar adentro, de espada em punho, gritando que se apoderava daquelas terras e daquelas águas para o seu rei.

O Neco esfregava as mãos entusiasmado, repetindo:

— Sim, senhor! Ele é dos meus! (1955, p. 127).

O personagem Neco ouviu do avô – e os alunos assimilaram – não mais que a reprodução de uma lenda⁵⁴, já que Raposo Tavares não atravessou o continente de leste a oeste. Os Andes jamais foram transpostos pelo sertanista e, por conseguinte, o mar do extremo oeste, ou seja, o Oceano Pacífico, jamais foi por ele alcançado.

Outro aspecto a ser ressaltado, diz respeito ao retorno de Raposo Tavares a São Paulo. Através da narrativa do *vovô*, Corrêa sequer menciona o trecho andino que teria sido percorrido na volta do bandeirante aos campos de Piratininga. Ora, se considerarmos que Raposo Tavares transpôs os Andes para chegar ao Pacífico, é certo que necessitaria ele transpor novamente a mesma cadeia de montanhas, ao retornar de sua extensa jornada. Contudo, cumpre aqui corroborar que o Oceano Pacífico não foi o ponto extremo da viagem de Raposo Tavares, uma vez que ao

54 Esta lenda é recorrente na historiografia ufanista, embora jamais qualquer bandeirante tenha atravessado o continente inteiro em marcha, no sentido leste-oeste.

avizinhar-se dos contrafortes andinos, sua marcha atingiu seu ponto de maior extremidade a oeste, iniciando, então, seu longo retorno rumo ao leste, adentrando a floresta amazônica e chegando a Gurupá. Frisemos que nesse livro didático que ora analisamos, Corrêa defende a ideia de que Raposo Tavares chegou ao Pacífico, simplesmente reproduzindo uma lenda não pouco conhecida na bibliografia que trata do bandeirismo. Cumpre refletir que se atravessar os Andes a pé era, no século XVII, humanamente impossível, o que poderia então ser dito de homens que no período aludido, atravessaram essa vasta Cordilheira duas vezes, a primeira na ida e a segunda na volta de uma enorme jornada?

Ao ler abordagens como essa de Corrêa, torna-se talvez mais fácil, entender um pouco o processo que levou grande parte da sociedade brasileira a conceber os bandeirantes como heróis. Essa obra didática de 1955, de autoria de um então eminente membro da Academia Brasileira de Letras propaga, abertamente, o protagonismo de um bandeirante sobre-humano, um bandeirante que, além de ter palmilhado outras imensas áreas do continente, transpôs os Andes duas vezes, antes de adentrar a densa floresta amazônica e *estorrecer*⁵⁵ os soldados da fortaleza de Gurupá.

Outra importante particularidade do livro didático ora em pauta, explicita-se no *roteiro* que teria sido cumprido por Raposo Tavares de retorno a São Paulo, após sua partida do Gurupá. Sabe-se que é desconhecido o caminho que foi trilhado por Raposo Tavares, depois de sua partida da remota fortaleza militar amazônica. Esse é o trecho mais obscuro, menos conhecido da jornada em questão, constituindo-se como uma *lacuna*, um vácuo na compreensão da totalidade do trajeto cumprido por Tavares

55 Na obra *Negros da terra*, Monteiro (2000) afirma que estavam estorrecidos os soldados de Gurupá, ao informarem a Raposo Tavares o local em que ele e seus homens se encontravam – Gurupá –, local este espantosamente distante de São Paulo.

e seus comandados. Na extensa bibliografia sobre o bandeirismo, ninguém oferta explicações esmiuçadas, acerca dessa última e não pequena etapa da dilatada jornada ora focada. Até mesmo Nunes (1962) – no poema épico *Os Brasileidas*, composto para exaltar Raposo Tavares – não ousa abordar o trecho Gurupá-Piratininga, optando por terminar seus louvores ao bandeirante, quando da chegada deste a Gurupá:

Completa se acha a régia poranduba
das bandeiras, que pelas nobres Musas
me foi comunicada em gratas noites
de vigília e sossego. O que na viagem
de retôrno passou o bandeirante
mais do que todos forte, até seus pagos
alcançar no planalto, onde acolhida,
de início, teve estranha, é longa história
que ao meu intento escapa. A que de há muito
me propus relatar, aqui termina (NUNES, 1962, p. 314).

No entanto, no livro didático presentemente analisado, pela voz do *vovô* é ofertado um roteiro claro, acerca da viagem empreendida por Raposo Tavares, de Gurupá a São Paulo. Averiguemos as palavras de Corrêa:

... desceu o sertão do Pará, internou-se nos chapadões de Mato Grosso e, um dia, espirrou de novo em São Paulo. A família não o reconheceu. Estava êle todo desfigurado que não se parecia mais com o Antônio Raposo de outros tempos (1955, p. 127).

Aqui, está claro que, para Corrêa, Raposo Tavares desceu para São Paulo cumprindo um trajeto que atravessou o Pará e Mato Grosso. Cumprir afirmar ou reafirmar que, até onde sabemos, Corrêa assevera isso solitariamente, sem apoio algum, inclusive sem citar qualquer autor. Quanto à desfiguração sofrida por Raposo Tavares, torna-se pertinente informar que, pelo menos, dois autores a mencionam: Monteiro (2000), na obra

*Negros da terra*⁵⁶; e Taunay (1951), no Tomo I de sua *História das Bandeiras Paulistas*⁵⁷.

Após a abordagem sobre Raposo Tavares, prossegue o texto que trata do bandeirantismo nesse livro didático, desta feita enfocando Fernão Dias Pais.

Averiguemos o que escreveu Corrêa:

Limpando os óculos no lenço de linho, vovô prosseguiu:

— A bandeira de Fernão Dias Pais, o *caçador de esmeraldas*, como lhe chamou um poeta, foi a maior e talvez a mais desgraçada de todas as bandeiras [...] tinha Fernão já 70 anos, mas era um homem forte que podia resistir à durezas do sertão. A bandeira partiu dos campos de Piratininga em 1672 e, pela Serra da Mantiqueira, entrou no atual território de Minas (1955, p. 127).

Essas palavras são repletas de imprecisões, a começar pelo *poeta* cujo nome não é revelado. Trata-se de Olavo Bilac, que fez um longo poema para Fernão Dias, intitulado *O caçador de esmeraldas*⁵⁸. Essa ausência do nome de Bilac no texto, parece não ser um deslize de grande monta, em comparação com o engano cometido em relação à dimensão, ao tamanho da expedição de Fernão Dias, que Corrêa afirma ser “a maior [...] de todas as bandeiras” (1955, p. 127). Certamente, a bandeira de Fernão Dias não foi a *maior* já partida de Piratininga. Não restam dúvidas acerca do considerável contingente que acompanhou Fernão Dias ao sertão do atual estado de Minas Gerais. Por outro lado, é óbvio que a tropa em questão não foi a *maior* de todas, em termos numéricos. Para que isso se torne claro, cumpre

56 p. 81.

57 p. 101.

58 Esse poema de Bilac já foi citado no livro didático por nós anteriormente analisado, intitulado *História do Brasil*, lançado por Joaquim Silva em 1952 e destinado aos alunos da então 1ª série ginasial. A abordagem de Silva, talvez pelo fato de ser destinada a alunos de uma faixa etária maior, fornece o nome do poeta e o título do poema em pauta.

afirmar que as expedições mais numerosas tinham como objetivo o apresamento indígena⁵⁹, que não era o caso da tropa de Fernão dias, cuja meta, claramente definida, era o encontro de minérios valiosos, especialmente esmeraldas.

Outro equívoco de Corrêa, diz respeito ao ano de partida da expedição em discussão, pois após afirmar – pela voz do vovô – que Fernão Dias *era um homem forte*, o autor em questão assevera – sempre pela voz do vovô – que os bandeirantes saíram de São Paulo em 1672. A bandeira de Fernão Dias saiu de Piratininga não em 1672, mas em 1674. Para que verifiquemos isso, analisemos essas palavras de Monteiro:

... Fernão Dias Pais [...] saiu de São Paulo em 6-1674 e permaneceu no sertão até a morte [...] em 1681. Estabelecendo um arraial no local que julgava ser Sabarabuçu, Fernão Dias e seus seguidores procuravam jazidas de prata e esmeraldas... (2000, p. 97).

Também sobre isso escreveu Ellis:

... Fernão Dias Pais [...] partindo de São Paulo, à cata de prata e esmeraldas, a 21 de junho de 1674, explorou durante sete anos, grande área na região centro-sul do Brasil (1997, p. 294).

Também Franco entende que a partida de Fernão Dias ocorreu nessa data, mencionando uma:

59 Sobre expedições bandeirantes de apresamento, as maiores já formadas, escreveu Monteiro: “...expedições de grande porte, com organização e disciplina militares. Foram estas as expedições que assolaram as missões jesuíticas do Guairá (atual estado do Paraná) e Tape (atual Rio Grande do Sul), transferindo dezenas de milhares de índios guarani para os sítios e fazendas dos paulistas” (2000, p. 109). Essas expedições citadas por Monteiro, para que conseguissem levar tamanha quantidade de escravos para o planalto, necessitavam incluir muita gente em suas fileiras. Para que possamos averiguar isso, basta mencionar uma expedição saída de São Paulo em 1628, rumo ao Guairá, que contava com: “... noventa homens, em sua maioria mamelucos e dois mil e duzentos índios tupis [...] o chefe [...] era Antônio Raposo Tavares...” (Del Techo *apud* Franco, 1989, p. 412).

... carta que o Governador das Esmeraldas escreveu a Bernardo Vieira Ravasco, datada de São Paulo, a 20 de julho de 1674, véspera de sua partida para o sertão... (1989, p. 83).

Como vemos, não é precisa a informação de Corrêa, acerca da partida da bandeira de Fernão Dias. Além dos autores aqui citados – Monteiro, Ellis e Franco –, vários outros asseguram que Fernão Dias saiu de São Paulo em 1674, não em 1672, como afirmou Corrêa no livro didático presentemente investigado, cuja continuidade do texto aborda, através da fala do *vovô*, as agruras sofridas pela tropa do sertanista em terras hoje pertencentes ao estado de Minas Gerais:

... começou para os bandeirantes uma vida de inferno, fome, chuvas, inundações, doenças, índios ferozes, tudo os atormenta. Com os longos dias de caminhadas quasi tôda a gente adoecer. É preciso repousar para reconstruir as fôrças. E a bandeira acampa na região que tem o nome de Ibituruna. Erguem-se as choupanas, forma-se o arraial [...] recuperadas as fôrças, a bandeira penetra nos desertos. Mas já reina o desânimo. Até os grandes chefes voltam desiludidos para São Paulo (CORRÊA, 1955, p. 127-128).

Em meio a todos esses tormentos e ao desânimo reinante, o texto ressalta a perseverança, a obstinação do chefe de todos os chefes, o único que não se abate pelas adversidades, o único que continua acreditando no achamento das pedras preciosas:

Só uma criatura ali acredita que encontrará as maravilhosas serras das esmeraldas. É Fernão Dias. Os outros procuram desanimá-lo, procuram desiludi-lo. Ele não ouve ninguém e segue para a frente (CORRÊA, 1955, p. 128).

Com seu ânimo que não se verga, o chefe bandeirante conduz seus comandados cada vez mais para dentro dos *desertos*, até que:

A bandeira pára finalmente ao norte de Minas, na região do Sumidouro. Já não é a grande bandeira que partiu de São Paulo. Muita gente está doente e arrependida e quasi todos os homens odeiam Fernão Dias, que os trouxe até aquele fim de mundo empestiado de febres (CORRÊA, 1955, p. 128).

Na sequência, ao narrar o enforcamento de José Dias, ocorrido no Sumidouro e ordenado por seu próprio pai, o vovô de Corrêa quase chega a afirmar ter sido essa decisão uma explicitação das virtudes de Fernão Dias, um dos *grandes bandeirantes*. A morte de José Dias serviu, no texto em pauta, para reforçar, manter a disciplina da tropa ... uma morte ordenada por um homem excepcional, que conseguiu reunir *forças* não apenas para dar a ordem, como também para assistir a execução de seu filho, à vista de todos os outros sertanistas do grupo.

Averiguemos:

— Um dia chega aos ouvidos de Fernão Dias que muitos dos seus homens estão conspirando contra êle. Os conspiradores pretendem matá-lo e voltar para São Paulo com a bandeira [...] o chefe da conspiração que lhe quer tirar a vida é José Dias. Sabem vocês quem era José Dias?

— Nem quero saber quem era êsse patife, brada a Mariazinha, revoltada.

— José Dias era filho de Fernão.

— Oh! Exclamaram indignados.

— Que foi que o Fernão fez a esse traidor? Indaga agitamente o Neco.

— Mandou enforcá-lo, disse vovô emocionado [...] o velho em seguida falou:

— Eram homens diferentes dos outros homens os grandes bandeirantes: Fernão Dias teve forças para mandar enforcar o próprio filho. A bem da disciplina da bandeira, mandou erguer a fôrca no arraial e, diante da multidão aterrada, mandou matar aquele elemento de desordem e traição (CORRÊA, 1955, p. 128).

Como se percebe, Corrêa cuidou para que *Mariazinha*, *revoltada*, chamasse José Dias de *patife*, cuidando, também, para que *Neco* o qualificasse como *traidor*, culminando com os adjetivos a ele aplicados pelo *vorô*: *elemento de desordem e traição*. O enforcado é claramente entendido como um homem vil, um facínora que, com sua conduta aviltante, leva seu pai, um homem de bem, um homem disciplinado, de princípios morais inflexíveis, a mandar executá-lo.

A ordem para a execução de José Dias foi não apenas abordada em prosa nessa obra didática, mas, também, demonstrada iconograficamente, através de um desenho de Belmonte, que abrange toda a página 126, aqui reproduzido na íntegra:



Depois da abordagem do enforcamento, o diálogo entre o *vovô* e seus *netos* prossegue, com uma mudança abrupta de assunto.

— E as esmeraldas? Perguntou imediatamente a Quiquita, como que para afastar a conversa daquela cena horrível.

— Um dia, na lagoa de Vupabuçú, Fernão Dias encontra pedras verdes em abundância [...] mas não eram esmeraldas e sim turmalinas de pequeno valor (CORRÊA, 1955, p. 128).

O final do texto de Corrêa sobre os bandeirantes se dá com a morte de Fernão Dias, juntamente com a afirmação de que seu esforço não foi inútil, dado o devassamento ocorrido na região do atual estado de Minas Gerais, ensejado por sua busca irrefreável das pedras preciosas.

— E que aconteceu depois a Fernão Dias? Indagou o Pedrinho.

— Morreu de febre lá mesmo na região em que julgou ter encontrado o tesouro verde das esmeraldas.

— De forma que não serviu de nada o esforço que êle fez, disse a Quiquita.

— Não há esforço perdido no mundo, minha filha. As esmeraldas não foram achadas, mas as imensas regiões de Minas-Gerais ficaram descobertas (CORRÊA, 1955, p. 129).

Ao final dessa nossa abordagem do livro *História do Brasil para crianças*, de autoria de Viriato Corrêa, publicado em 1955 e direcionado ao ensino primário, podemos afirmar, com alguma segurança, que essa obra didática, organizada em forma de narrativa infantil – do *vovô* para os seus *netos* –, apresenta uma versão heroica dos bandeirantes, homens *audazes* e *intrépidos*, armados com *escopetas*, *arcabuzes* e *espadas*, membros da *raça de gigantes* e inspiradores de um poema épico. Nessa versão ofertada por Corrêa acerca dos bandeirantes, primeiramente é explicitada, de maneira destacada, a procura de minérios valiosos, bem como as agruras enfrentadas no sertão, agruras essas só possíveis de serem suportadas pelos bandeirantes, que eram mais fortes que *os outros homens*. Aos chefes

das expedições, Corrêa atribuiu qualidades ainda maiores, pois eram eles homens de *energia indomável*, guiando seus subalternos – que já tinham, por seu turno, *fortaleza superior* – pelas espessas florestas, pelos mais rústicos acidentes geográficos. Somente graças a esses desbravadores do passado, segundo o autor em pauta, o Brasil tem o *tamanbo* que apresenta nos dias de hoje. Nessa abordagem do ilustre membro da Academia Brasileira de Letras, aparece tarde o apresamento do índio pela figura do bandeirante paulista, justamente no momento em que Raposo Tavares é *heroicizado* ao extremo, magnificado como um *homem espantoso*, que parecia ser de *ferro, aço* ou *bronze*, um homem com *asas nos pés*, que chegou ao Pacífico, após atravessar a vastidão dos Andes. Corrêa também atribuiu qualidades superlativas ao sertanista Fernão Dias Pais, elogiando-o e distinguindo-o como um dos *homens diferentes*, um dos *grandes bandeirantes*, logo após mencionar a ordem de enforcamento por ele proferida em relação ao seu filho José Dias. A iconografia do texto, feita por Belmonte, oferta uma versão claramente épica dos bandeirantes, homens bem equipados, adequadamente paramentados para o devassamento do interior do continente. Numa só palavra, esse livro didático de Corrêa retrata os bandeirantes simplesmente como heróis, tipos supra-humanos.

A década de 1960 é importante para o estudo da história do Brasil, devido à ocorrência de fatores diversos, que, conjuminados, definiram os rumos da sociedade brasileira por mais de vinte anos. Foi antes do final da primeira metade da década em pauta que os militares tomaram o poder, instalando na presidência, sucessivamente, cinco generais. A ditadura militar durou até 1985, deixando marcas indeléveis no povo brasileiro, ensejando, na área da educação, práticas aviltantes, antes inimagináveis. Por ser este um período com características muito específicas, que transcende bastante os anos de 1960, faz-se necessária uma contextualização que abranja o alcance mais evidente dos fatores que ensejaram tais características singulares. Para tanto, faremos a contextualização da educação brasileira

no período que medeia entre 1960 e 1985, recorte temporal indispensável para qualquer intenção de entendimento acerca da ditadura militar. À frente, depois desse bosquejo contextual – pois, para os limites de nossa pesquisa não poderíamos fazer mais que isso –, seguiremos focando o objeto de nosso estudo, que, presentemente, se norteia para as intenções de entendimento acerca da abordagem da figura do bandeirante nos livros didáticos, desta feita examinando as obras produzidas no transcurso do já aludido período, ou seja, entre 1960 e 1985.

Em 1960, chegava ao final a gestão presidencial de Juscelino Kubitschek. Jânio Quadros tomou posse em janeiro de 1961, renunciando em agosto do mesmo ano, permanecendo, portanto, apenas sete meses na presidência. Em sua efêmera permanência à frente do governo brasileiro, Jânio Quadros, segundo Ghiraldelli Jr.:

... procurou conter a expansão do ensino superior e proibir a incorporação de faculdades pelo sistema federal, interrompendo um processo de publicização do ensino superior iniciado nos anos anteriores. Ao mesmo tempo que procurou conter a expansão da universidade, Jânio acenou com um política de criação de vasta rede de escolas técnicas e profissionais e falou também do combate ao analfabetismo, coisas que, obviamente não se efetivaram... (2003, p. 114).

João Goulart, vice-presidente, assumiu a presidência, quando da renúncia de Quadros, em agosto de 1961. Dois anos depois, ainda como presidente, Jango⁶⁰ tornava pública a então precária situação do ensino no Brasil:

Nos meses finais de 1963, Jango, então na Presidência da República, trouxe a público a situação da educação brasileira: metade da população continuava analfabeta; somente 7% dos alunos do curso

60 Assim João Goulart ficou popularmente conhecido.

primário chegavam à quarta série; o ensino secundário acolhia apenas 14% daqueles que o procuravam; somente 1% dos estudantes alcançava o Ensino Superior (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 114).

Analisando criticamente esse contexto, escreveu Romanelli:

Não se concebe, portanto, que um estado pobre, de poucos recursos destinados à educação, deixe de atender às necessidades básicas de todos para privilegiar culturalmente poucos. Assim fazendo, deixa o Estado de ser um Estado Democrático, ou seja, o Estado de todos para ser o Estado de poucos (1986, p. 184).

Em 1964, ocorreu o *revolucionário* Golpe de Estado que levou os militares ao poder, iniciando uma forma de governo rigidamente organizada, cujo autoritarismo se tornaria, ao longo da década, cada vez mais inflexível. Sobre esse golpe de Estado, escreveu Ghiraldelli Jr.:

... a revolução de 1964. Falava-se em “revolução”, mas não se tratou de uma revolução propriamente dita e sim, de um golpe militar, inicialmente com apoio de forças civis mobilizadas [...] contra o que pairava no ar – muito mais como propaganda anticomunista do que como fato –, ou seja, a idéia de que Jango estaria prestes a criar um novo regime, uma “república sindicalista” de teor socialista e até mesmo comunista (2003, p. 116).

Ainda abordando esse triste episódio da história brasileira, procurando agora apontar para as implicações que incidiram na educação brasileira, escreveu o mesmo autor:

A ditadura militar durou 21 anos. Iniciou-se em 31 de março de 1964 com o golpe que depôs o presidente João Goulart (Jango) e teve seu fim com a eleição indireta (via colégio eleitoral) de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985. O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na presidência da República, se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão

de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio [...] divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 125-126).

Analisando a educação brasileira após 1964, afirmou Romanelli:

O Governo Kubitschek aprofundou bastante a distância entre o modelo político e a expansão econômica, já que continuara adotando a política de massas, mas acelerara a expansão industrial, abrindo mais as portas da economia nacional ao capital estrangeiro. As contradições chegam a um impasse com a radicalização das posições de direita e esquerda. Os rumos do desenvolvimento precisavam então ser definidos, ou em termos de uma revolução social e econômica pró-esquerda, ou em termos de uma orientação dos rumos da política e da economia de forma que eliminasse os obstáculos que se interpunham à sua inserção definitiva na esfera de controle do capital internacional. Foi esta última a opção feita e levada a cabo pelas lideranças do movimento de 1964 (1986, p. 193).

A mesma autora, também, afirma que:

Se o significado da educação como fator de desenvolvimento foi percebido desde o início da implantação do novo regime, isso não foi demonstrado, pelo menos em toda a sua plenitude, senão a começar de 1968 [...] esse ano assinala também o início de mudanças mais profundas na vida da sociedade... (ROMANELLI, 1986, p. 196).

Este foi um momento de clara recrudescência da ditadura militar, um momento que apontava para um futuro de anos repressivos, um futuro que explicitaria a exacerbação da arbitrariedade governamental. O Ato

Institucional Número 5 visou dar amparo *legal* ao governo ditatorial que, dali para frente, exerceria sobre a população, de forma desabrida, ações repressivas intensas e frequentes. Sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr.:

... no final de 1968 o governo decretou o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que tornou o regime mais fechado. Na história do país é difícil encontrarmos peça legislativa mais antidemocrática e desrespeitosa à cidadania que o AI-5, assinado pelo general Costa e Silva e por seus ministros simpáticos às medidas de extrema direita, como Gama e Silva, Lira Tavares, Delfim Neto, Mário Andreazza, Jarbas Passarinho e outros, e também por elementos conservadores que, mais tarde, vieram a posar como liberais, como o caso de Hélio Beltrão, Magalhães Pinto etc (2003, p. 138-139).

A intencionalidade de legitimar, em termos legislativos, o patrulhamento ideológico que pretendia ser levado a cabo pelo governo, caracterizou, de maneira perceptível, a decretação do AI-5. Sobre isso escreveu Ghiraldelli Jr.:

A letra do aparato “legal” autoritário invocava a necessidade imperiosa de adoção de medidas que pudessem pôr a Revolução de 1964 em condições de enfrentamento da “subversão e da guerra revolucionária” (estaria havendo no país, segundo a ditadura, um momento amplo de insurreição, o que era nítido exagero) (2003, p. 139).

Também, analisando esse momento peculiar da história brasileira, escreveu Aranha:

A partir de 1968 há um recrudescimento da repressão, com torturas e mortes, além de ‘desaparecimentos’ e ‘suicídios’. Qualquer oposição ao regime se mostra arriscada [...] em dezembro é baixado o AI-5 (Ato Institucional nº 5), que retira todas as garantias individuais, públicas ou privadas e concede ao Presidente da República plenos poderes para atuar como executivo e legislativo; em fevereiro de 1969, o decreto-lei nº 477, aplicado aos professores,

alunos e funcionários das escolas, proíbe-lhes toda e qualquer manifestação de caráter político (1989, p. 253).

Sobre essa peça legislativa de 1969 que expressava, inapelavelmente, a ação repressiva que a ditadura exerceria sobre as instituições de ensino, escreveu Ghiraldelli Jr.:

O Decreto-Lei nº 477 estendeu a repressão e o terror governamental às redes de ensino. O artigo primeiro desse decreto denominou “infração disciplinar” de professores, alunos e funcionários dos estabelecimentos de ensino público e particular o “aliciamento e incitamento à greve”; o “atentado contra pessoas, bens ou prédios”; os “atos destinados à organização de movimentos subversivos”; a confecção ou simplesmente a distribuição ou a retenção de “material subversivo”; o seqüestro; o uso do recinto escolar para “fins de subversão” (2003, p. 139).

Sobre a punição aos que eram considerados *infratores*, geralmente aplicada após procedimentos anteriores, tais como a consumação de *processos sumários* e a instauração de inquéritos policiais militares, afirmou o mesmo autor:

A punição, após processo sumário, consistia na demissão e proibição de readmissão em serviço da mesma natureza em qualquer outro estabelecimento por um prazo de cinco anos. O processo sumário, que oficializou a delação e o terrorismo em cada unidade, consistia na delegação do poder ao dirigente da unidade de conferir poderes a qualquer funcionário do estabelecimento para num prazo de vinte dias apurar as infrações e comunicar os superiores para a instalação do inquérito policial militar (OIPM) (GHIRALDELLI JR. , 2003, p. 139-140).

Como se percebe, a ditadura, literalmente, criminalizou qualquer espécie de resistência proveniente dos professores. Exercer a criticidade significava tornar-se um infrator, por conseguinte configurando-se ou

qualificando-se como objeto de investigação processual institucional, podendo ainda advir, em conformidade com a lei vigente, um indiciamento em inquérito policial e, por fim, a perda do emprego e a impossibilidade de retornar ao mercado de trabalho, durante meia década. Não por acaso, Ghiraldelli Jr. afirmou que esse: “... aparato legislativo [...] realmente promoveu atrocidades e infelicitou a vida de muitos bons professores, que ficaram desempregados e exilados em seu próprio país” (2003, p. 140).

A questão da segurança nacional, propalada aos quatro ventos pelo governo ditatorial, acabou – como não poderia deixar de ser – interferindo na configuração da própria grade curricular, instituindo disciplinas de conteúdo cívico-patriótico, ou nas palavras de Aranha:

...a introdução de disciplinas sobre civismo e problemas brasileiros (Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros) (1995, p. 254-255).

A mesma autora, ao analisar a reforma escolar, à época, instituída pela ditadura, lembra que:

Diz o artigo 1º da Lei nº 5.692/71: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho [...]” (ARANHA, 1995, p. 256).

Qualificação para o trabalho. Eis uma das principais características esperadas da educação pelo regime ditatorial dos militares. Também sobre essa questão, escreveu Ghiraldelli Jr.:

... as tentativas de implantação da nova LDB (Lei nº 5692/71) se deram justamente nos anos de maior repressão do regime [...] de certo modo, muitos professores acreditaram na idéia de que teria-

mos que ter mesmo um ensino completamente profissionalizante no 2º grau [...] a Lei nº 5.692/71 manifestou os princípios da ditadura militar, verificados na [...] adoção do ensino profissionalizante no 2º grau de forma absoluta e universal [...] o 2º grau [...] tornou-se integralmente profissionalizante (2003, p. 142-143).

Outra característica que marcou o ensino, durante a ditadura militar, foi a atuação de técnicos estrangeiros, provenientes dos Estados Unidos, membros da *Agência de Desenvolvimento Internacional*.

Romanelli escreveu sobre a:

... assinatura de uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos e a Agency for International Development (AID) – para assistência técnica e cooperação financeira dessa agência à organização do sistema educacional brasileiro. Este é, então, o período dos chamados “Acordos MEC-USAID” [...] o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID (1986, p. 196-197).

Também sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr.:

Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 foram firmados doze acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development (“os acordos MEC-USAID”), o que comprometeu a política educacional do nosso país às determinações de um grupo específico de técnicos norte-americanos... (2003, p. 127).

Ainda sobre essa questão, averiguemos as palavras de Aranha:

... desde o golpe de 1964 foram feitos diversos acordos sigilosos, que só vieram a se tornar públicos em novembro de 1966, e que visavam a reforma educacional. São os acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura; United States Agency for International Development), pelos quais o Brasil passa a receber assistência técnica e cooperação financeira para a implantação da reforma (1995, p. 254).

O movimento estudantil não pouco ativo na época – não apenas no Brasil, como, também, em vários outros países –, fez da condenação aos *acordos* uma de suas principais linhas de argumentação, na resistência à ditadura. Sobre isso, afirmaram Buffa e Nosella:

A denúncia dos acordos MEC-USAID, a acusação de que o governo era “vendido” aos americanos e a condenação do papel que as multinacionais exerciam no país constituíam pontos importantes do discurso da revolta estudantil (1991, p. 140).

Outra malfadada iniciativa educacional do governo militar foi a criação do legendário *Mobral*, instituído nos anos mais repressivos do regime, visando a alfabetizar jovens e adultos. Sobre isso, escreveu Aranha:

Em 1967 é criado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que começa a funcionar de fato em 1970, época em que a taxa de analfabetismo de pessoas de mais de 15 anos chega a 33%. Em 1972, esta taxa cai para 28,51%. No entanto, estudos mostram que, tendo em vista o número de inscritos, é baixo o rendimento. Esta avaliação torna-se menos otimista ainda quando se verifica que nem sempre a aprovação significa desempenho de leitura (1995, p. 257).

Também lançando críticas a esse programa de alfabetização de jovens e adultos, escreveu Ghiraldelli Jr.:

A ditadura militar, sob o vácuo deixado pela destruição das entidades que incitavam os movimentos de educação popular, criou em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que, para se fazer passar por eficaz, chegou mesmo a dizer que poderia utilizar-se do “método Paulo Freire desideologizado”. Evidentemente, isso era um absurdo, dado que o método Paulo Freire autêntico não poderia conviver com uma educação que não estivesse ligada à idéia de tomada de consciência política a partir da constatação e denúncia do modelo econômico concentrador de

renda que, de fato, atingiu duramente justo a clientela do Mobral (2003, p. 129-130).

Os recursos financeiros destinados ao Mobral não eram de pouca monta. Além das dotações orçamentárias, oriundas das fontes governamentais mais usuais, Romanelli observa que: “30% da receita líquida da loteria esportiva destinam-se ao Movimento Brasileiro de Alfabetização” (1986, p. 249).

Mesmo assim, com todo esse monumental aporte de verbas, o Mobral foi um *fracasso*. Isso foi posteriormente reconhecido até mesmo por Jarbas Passarinho, talvez o homem mais entusiasmado com as possibilidades de sucesso deste programa de alfabetização de adultos, quando de sua efetiva implantação em 1970. Passarinho foi ministro da Educação de 1969 a 1974⁶¹, na gestão de Emílio Garrastazu Médici, sabidamente o mais duro de todos os generais que ocuparam a presidência durante as duas décadas de autoritarismo militar. O reconhecimento de Passarinho quanto ao insucesso do Mobral expressou-se em Brasília, no dia 15 de maio de 1986, quando ele concedia entrevista exclusiva a Buffa e Nosella. O teor dessa entrevista seria publicado na obra intitulada *A educação negada*, de autoria dos dois acadêmicos entrevistadores e lançada pela Editora Cortez em 1991. Sobre o Mobral, disse Passarinho:

Era o meu sonho. Eu lhe direi logo, o meu sonho. Eu disse a um professor: troco de lugar com o senhor; me dá a responsabilidade de alfabetizar esse país e eu troco de lugar: o senhor vai ser ministro [...] foi um fracasso e essa é uma das minhas tristezas mais dolorosas (em entrevista a Buffa e Nosella, 1991, p. 32-33).

Um outro fracasso da educação à época da ditadura, ocorreu na proposta do ensino médio profissionalizante, expressa, como já vimos,

61 Jarbas Passarinho foi um dos mais destacados articuladores do golpe militar de 1964. Além do cargo de Ministro da Educação, já mencionado, Passarinho foi Ministro do Trabalho (1967-69) e Ministro da Previdência Social (1979-1985).

pela Lei nº 5.692/71, elaborada na fase mais rígida do regime. Muitos anos depois, já nos primeiros anos da década de 1980, durante a gestão presidencial do general João Figueiredo, a profissionalização foi extinguida por lei.

Sobre isso, verifiquemos as contundentes palavras de Ghiraldelli Jr.:

... o governo do general Figueiredo, com apenas um ato de caneta, colocou no túmulo a profissionalização obrigatória do ensino de segundo grau. Não matou, apenas sepultou algo que já estava morto. Toda a tecnocracia que durante os anos anteriores falava com arrogância sobre as possibilidades que o governo militar criara com o ensino profissionalizante, cabisbaixa, afastou-se do enterro sem ao menos mandar uma coroa de flores. Os professores que apoiaram a profissionalização (para os outros, mas não para seus filhos) também não se lembraram do enterro. Pela Lei 7.044/82 a “qualificação para o trabalho”, proposta pela letra da Lei nº 5.692/71, foi substituída pela “preparação para o trabalho” (2003, p. 145).

De maneira não tão irônica, também Saviani menciona o entusiasmo de boa parte do professorado brasileiro, em relação à Lei 5.692/71, lembrando “acerca dos professores que, em 1972, foram mobilizados para a cruzada da reforma, acorrendo entusiasticamente” (SAVIANI, 1992, p. 192).

Também, sobre os descaminhos da reforma educacional implementada no princípio da década de 1970, abordando ainda a nova lei baixada no início dos anos de 1980 quando, de maneira clara, explicitou-se a inoperância das diretrizes traçadas pelos militares para a educação, escreveu Aranha:

... por volta de 1980 já era amplamente reconhecido o fracasso da implantação da reforma, e a Lei nº 7.044/82 dispensa as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando a ênfase para a formação geral (1995, p. 258-259).

Verifiquemos que da mesma forma que faz Ghiraldelli Jr., Aranha aponta o momento preciso da extinção da proposta de profissionalização no ensino médio. Em adição, a autora em pauta também aponta para outros importantes aspectos do contexto em questão, cujas implicações haviam sido determinadas alguns anos antes, quando do início da abertura política, ocorrido na gestão do General Ernesto Geisel (1974-1979). Desta forma, torna-se clara a compreensão acerca de que quando o General João Figueiredo sancionou a Lei nº 7.044/82:

Os tempos já eram outros. Estava em curso o lento processo de democratização e começavam a ser reconquistados os espaços que a sociedade civil perdera. Exilados políticos anistiados retornam ao Brasil. As organizações estudantis retomam a atividade. Nos debates é intensificada a luta pelo retorno da Filosofia, excluída do currículo. Pelo Parecer nº 342/82 do CFE⁶² há um tímido recomeço, em que a Filosofia ressurgue como disciplina optativa.

Após o crepúsculo do regime militar, a educação brasileira, até então cerceada, vigiada e patrulhada ideologicamente, padeceu sob o intrincado emaranhado legislativo construído anos antes. Sobre isso afirmou Ghiraldelli Jr.:

Ao governo civil pós-ditadura (Presidente José Sarney) restou apenas a triste herança de um sistema educacional destroçado pela atrocidade de uma selva legislativa que, em parte, tornou determinados setores do ensino comprometidos com a ineficácia e a falta de direção... (2003, p. 129).

Sobre o sufocante exagero legislativo instituído pela ditadura militar na área educacional, bem antes de Ghiraldelli Jr. observava Saviani:

... a educação a partir de 1964 tem sido alvo de uma inflação legisferante sem precedentes. Em meio à multiplicidade de leis, de-

62 Conselho Federal de Educação.

cretos, pareceres, indicações, resoluções, portarias, etc., merecem, todavia, destaque as leis 5.540/68 e 5.692/71 que, juntas, se complementam na ambição de haver reformado toda a organização escolar brasileira. A Lei 5.540 cuida do ensino de 3º grau [...] e de 5.692 estatui a reforma do ensino de 1º e 2º graus (1992, p. 191).

Os desmandos cometidos contra a educação, sob a égide do regime militar, não foram poucos. Como vimos, o *fracasso* da reforma educacional foi apontado por Aranha (1995). O *fracasso* do Mobral – ocorrido dentro da reforma – foi admitido pelo próprio ex-Ministro da Educação, em entrevista a Buffa e Nosella (1991). Através dos acordos MEC-USAID, os destinos da educação brasileira foram, em boa parte, entregues a técnicos norte-americanos. Professores foram perseguidos como criminosos, processados, demitidos. A educação, vigiada e punida pelos militares, não podia, sob as penas de um verdadeiro labirinto legislativo, ser crítica, contestadora ou mesmo reflexiva. Alienada, passiva e acrítica, a educação devia seguir sem *filosofar* – uma vez que a disciplina de filosofia foi abolida –; a educação devia seguir tecendo louvores à pátria, especialmente através da disciplina de Educação Moral e Cívica.

Não foi à toa que, nos primeiros anos da década de 1970, a política vigente confeccionou um adesivo não pouco sintomático, que passou a ser distribuído amplamente à população. Este adesivo, afixado numa grande quantidade de veículos, ostentava, em garrafais caracteres verde-amarelos, a inscrição: “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

De 1964 a 1985, sob os cuidados dos militares, a educação sofreu reveses sucessivos, principalmente na fase recrudescedora do ditatorialismo. Mesmo na fase de abrandamento do regime, a legislação educacional, anteriormente estabelecida, permanecia como uma teia sufocante, salvaguardando as intencionalidades de um segmento dirigente que, através da coerção – nem sempre legal –, havia pretendido transformar a sociedade

brasileira numa ampla coletividade de fantoches acríticos, cultores da pátria e passivos perante os desmandos governamentais.

Tendo analisado detidamente a educação na época da ditadura, debruçando-se sobre suas diversas facetas, Ghiraldelli Jr. afirma em breves palavras que: “a ditadura fracassou no seu projeto educacional em todos os sentidos” (2003, p. 145).

Essa assertiva peremptória parece, infelizmente, ser de difícil contraposição.

Feita essa breve contextualização da educação, de 1960 a 1985, passemos a investigar como a figura do bandeirante foi abordada nos livros didáticos do período, começando pela obra *História do Brasil*, de autoria de Victor Mussumeci, direcionada para a quarta série ginásial e publicada em 1960 – 15ª edição – pela Editora do Brasil. No texto intitulado *Entradas e Bandeiras*, afirmou Mussumeci:

As entradas, como as bandeiras, foram movimentos de expansão, cujos fins se reduziam à exploração das terras, à escravização de indígenas e à procura de metais e pedras preciosas. Numas e noutras houve influxo oficial e iniciativa particular e nela tomaram parte portugueses, representantes das primeiras gerações de brasileiros e índios cooperadores (1960, p. 94-95).

Aqui, não há distinção clara entre entrada e bandeira – como fazem diversos autores –, já que, para o autor, ambas tiveram motivações oficial e particular, ambas foram manifestações expansionistas e, por fim, tinham os mesmos objetivos. Como integrantes das expedições, são apontados os portugueses, os mamelucos – que foram os primeiros brasileiros – e os índios. A escravização do homem natural da terra aparece claramente, ao lado da procura de minerais valiosos e da *exploração* territorial.

Relacionando o bandeirismo com a carestia que imperava em São Paulo, citando para tanto, as postulações de Ellis Jr., escreveu Mussumeci:

O bandeirismo teve causa inicial no preamento do índio, atividade a que se entregou a população do planalto como fonte de recursos para fazer face à pobreza da região. A população de Piratininga, diz Alfredo Ellis [...] habitava uma gleba desprovida de qualquer riqueza [...] o planalto era, economicamente, um compartimento estanque, separado da metrópole pelo Atlântico e pela escarpa da Serra de Paranapiacaba. A produção era irrisória, o consumo de artigos importados mínimo e a arrecadação fiscal tão mesquinha que Portugal não chegava a mencioná-la (1960, p. 96).

Alicerçado em Ellis Jr.⁶³ - que em suas obras enaltece os bandeirantes, porém sem negar a pobreza paulista -, Mussumeci aponta a então periclitante situação econômica do planalto como causa maior da organização de expedições mateiras, afirmando que:

Impunha-se encontrar um meio capaz de proporcionar aos habitantes da vila recursos para sair do estado em que se encontravam. As solicitações de braços para a região nordestina, intensificadas durante a ocupação flamenga, ofereceram ao bandeirante a oportunidade de prosperar, dedicando-se, como se dedicou, ao preamento em grande escala do elemento indígena. A tarefa, baseada na ousadia dos que participavam das expedições, trouxe de começo resultados parcos. Tornou-se, porém, altamente “frutífera” quando se encontrou o “mercado fornecedor” propiciado pelas reduções jesuíticas, Piratininga prosperou e cresceu graças à adição de capitais pela venda do escravo apresado, encaminhado, a baixo preço, para a zona açucareira do Nordeste (1960, p. 96).

Não apenas o apresamento e a escravização do índio, mas também o tráfico da mão-de-obra apresada, bem como o lucro oriundo desse negócio, aparecem sem rodeios na abordagem dessa obra didática. As

63 Em nota de rodapé, à página 96, Mussumeci (1960) esclarece que a obra de Ellis Jr. a qual ele se reporta é intitulada *O ouro e a Paulistânia*, sem qualquer informação a respeito da(s) página(s) em que poderiam, nessa obra, serem encontradas as palavras citadas em seu texto.

missões jesuíticas são apontadas como as reservas maiores da desejada mão-de-obra da terra, assim como o Nordeste açucareiro é apontado como destino importante do produto do apresamento. Por fim, é feita a afirmação de que São Paulo *prosperou e cresceu* por causa desse comércio de escravos, mantido com os produtores de açúcar nordestinos.

Os bandeirantes, na sequência, são qualificados como homens que venceram, sobrepujaram o medo. Verifiquemos:

Com a investida dos homens do planalto, dissipou-se o temor que mantinha o colonizador prêso ao litoral. A crença de que algo de misterioso impedia o descobrimento das riquezas do sertão desfez-se diante da impetuosidade das bandeiras (MUSSUMECI, 1960, p. 96).

Como se percebe, para o autor, essa força subjugadora de um temor não individual, mas coletivo, explicitava-se nas bandeiras:

... as quais, no dizer de Lemos Brito, substituindo as tímidas entradas “arremessavam-se com estrondo pelas regiões ignotas, misteriosas e fechadas ao ousio humano. Para vencê-las, transpô-las, dominá-las têm que abrir estradas sobre pântanos, rasgar extensíssimas picadas nas florestas virgens, atravessar rios vertiginosos, dominar cachoeiras fulminantes, pendurar-se à crista dos abismos, fazer ascensões maravilhosas de alpinistas, ao luso das montanhas graníticas, enfrentar feras e répteis, sofrer o insulto da malária, padecer a ação torturante dos insetos, curtir muita vez a fome e a sede ou sustentar em cada passo a luta feroz, tenaz, diabólica com o selvagem”(BRITO *apud* MUSSUMECI, 1960, p. 96-97).

Estrepitosa, estrondorosamente, as bandeiras levaram a cabo uma obra admirável, épica, heróica. Mussumeci assim se posiciona perante o desbravamento, uma vez que cita palavras enfáticas de Brito, palavras claramente enaltecidas do papel dos bandeirantes na colônia.

Na sequência, referindo-se ao devassamento que já havia ocorrido até pouco antes do século XVIII, escreveu Mussumeci:

Antes de encerrar-se o século XVII, grande parte daquele território que confina hoje com o Paraguai, estava batido. Fernão Dias Pais, Lourenço Castanho, Francisco Pedroso Xavier, e tantos outros extraordinários sertanistas, tinham alcançado tanta vez os territórios da Espanha, que os vice-reis do Perú e de Buenos Aires, levaram com empenho ao conhecimento de seu soberano as referidas façanhas... (1960, p. 98).

Homens extraordinários, cujas *façanhas* são relatadas com *empenho* aos soberanos de dois reinos. Dentre esses homens, afora os já nomeados, Mussumeci cita ainda, à página 100, Antônio Rodrigues Arzão, Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva, fechando, na sequência, sua abordagem sobre *Entradas e Bandeiras*, com as seguintes palavras:

Ao fim de um século de cometimentos ousados, os bandeirantes com o devassamento do sul e do centro e com as expedições contornadoras oeste-norte, permitiram se ampliasse consideravelmente, à custa da Espanha, a área territorial da colônia (MUSSUMECI, 1960, p. 100).

Os homens cujos *cometimentos ousados* ampliaram o território português eram, segundo Mussumeci, nada ordinários, autores de *façanhas* contadas a reis por seus subalternos imediatos. Os bandeirantes, na obra de Mussumeci, são apresentados como dominadores de *cachoeiras fulminantes*, escaladores, ou melhor, *alpinistas* que fizeram *ascensões maravilhosas*, arrostadores de *feras e répteis*; subjugadores da fome e da sede e, acima de tudo, homens que travaram não apenas uma luta *feroz* ou *tenaz* com os índios ... mas uma luta *diabólica* com eles. Nessa obra didática de Mussumeci aparecem claramente a pobreza dos paulistas e a caça-ao-índio por eles praticada costumeiramente. O tráfico de índios para o nordeste teria sido,

de acordo com esse livro didático, o fator que impulsionou a prosperidade econômica de São Paulo. Interessante verificar que embora apareça a prospecção mineral – quando das menções aos sertanistas Fernão Dias, Antônio Arzão, Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva –, é perceptivelmente maior o detimento na questão do apresamento e do tráfico de índios apresados. O bandeirante, nessa obra didática de Mussumeci é, simultânea e paradoxalmente, um homem necessitado economicamente que, ao caçar índios e procurar minérios valiosos, ameniza sua pobreza e, ao palmilhar o continente atrás do objeto de suas buscas, revela virtudes que o alçam, no mínimo, muito acima do ordinário.

Averiguemos, agora, como a figura do bandeirante foi abordada no livro didático intitulado *História do Brasil*, de autoria de Washington dos Santos, lançado em 2ª edição pela Editora Bernardo Álvares em 1966 e dirigido aos alunos do ensino secundário. No texto introdutório, nomeado *À guisa de Prefácio*, o autor tece considerações interessantes e reveladoras a respeito da natureza de sua obra. Verifiquemos:

O ensino da história tem alvos a serem atingidos, alvos gerais e especiais, que não podem nem devem ser esquecidos pelo educador. Sabemos que as disciplinas do ensino secundário, encaradas como um todo, apresentam alvos comuns e gerais que podem ser de duas naturezas: alvos INSTRUTIVOS e alvos FORMATIVOS. Os primeiros consistem simplesmente na instrução do adolescente, ou seja, a transmissão da herança cultural anterior à geração nova [...] ao lado desses alvos puramente instrutivos, é necessário salientar e fomentar os alvos formativos, que garantem ao aluno uma formação cívica e espiritual, adequada à sua idade (SANTOS, 1966, p. 10).

A ressalva do autor é clara. Não apenas os aspectos instrucionais devem ser trabalhados, mas também os *formativos*, com ênfase na *formação cívica e espiritual*.

Santos ainda afirma que: “É necessário [...] acostumar o aluno a escolher, no fato narrado, os principais vultos, datas e episódios de maior realce...” (1966, p. 11).

A influência da história positivista, no caso perfeitamente adequada aos desígnios da ditadura militar, se faz aqui muito clara. A história proposta pelo autor foca-se nos personagens considerados *principais*, não se propondo, de forma alguma, dar voz às *massas*, aos homens comuns. Isso se realça ainda mais quando, abertamente, é defendida a ideia de que os fatos históricos *mais importantes* são os que devem ser estudados, os fatos que estimulam o patriotismo:

É necessário falarmos e estudarmos pelo menos os fatos mais importantes, aqueles que ferem a nossa sensibilidade patriótica, caso contrário, mutilamos e falseamos o conhecimento de nosso passado, eivado de tantas glórias (SANTOS, 1966, p. 12).

Esse texto introdutório, pomposamente intitulado *À Guisa de Prefácio*, agermana-se, *ajusta-se* perfeitamente à linha ideológica do autoritarismo governamental então em vigência, quando da elaboração deste livro didático.

Investiguemos como os bandeirantes foram abordados nessa obra, no texto escrito sob o título *Entradas e Bandeiras*, iniciado com a afirmação de que “resultou, das entradas e bandeiras, a verdadeira expansão do nosso território para o interior” (SANTOS, 1966, p. 205).

Buscando evidenciar as distinções existentes entre as expedições denominadas *entradas* e as chamadas *bandeiras*, bem como os pontos comuns existentes entre elas, o autor elaborou o seguinte esquema explicativo:

CARACTERÍSTICAS DAS ENTRADAS:

- a) Expedições oficiais.
- b) Respeito à linha do Tratado de Tordesilhas.

- c) Não tinham intenção de conquista e ocupação de novos territórios, mas sómente de exploração daqueles que lhes pertenciam por força de lei.

CARACTERÍSTICAS DAS BANDEIRAS:

- a) Expedições particulares.
- b) Não respeitavam a linha do Tratado de Tordesilhas.
- c) Tinham intenção de conquista e ocupação.

CARACTERÍSTICAS COMUNS:

- a) Conhecimento da terra e escravização dos índios.
- b) Pesquisa dos metais e pedras preciosas.

Como não poucos outros autores, Santos aponta as entradas como expedições oficiais e as bandeiras como expedições particulares, não observando que nos séculos XVI e XVII, toda e qualquer expedição ao sertão – de caráter particular ou oficial – era denominada *entrada*, comumente e via de regra. Quanto ao respeito ou desrespeito em relação à linha do Tratado de Tordesilhas, cumpre observar que, muito provavelmente, sequer fazia parte das cogitações dos colonos paulistas, homens em primeira instância preocupados com suas próprias vidas, com a sobrevivência difícil no meio pobre e rústico em que estavam inseridos. Respeitante à conquista e ocupação territoriais, entendemos não ter sido mais que meras conseqüências – embora importantes – das expedições paulistas, especialmente as de pesquisa mineral, que ao descobrir jazidas, ensejou a ocupação efetiva do interior, uma vez que determinou o surgimento de inúmeros arraiais em paragens antes habitadas somente pelos índios. Sendo assim, entendemos como inapropriadas as postulações de Santos, uma vez que buscam afirmar que intencionalidades díspares moviam entradas e bandeiras, no tocante à *conquista e ocupação* do interior. No rol de intenções dos sertanistas figurava, sobretudo, a ideia de simplesmente subsistir. Os paulistas não eram, predominantemente, movidos pela ânsia da ocupação territorial, tampouco estavam preocupados com o Tratado de Tordesilhas, um acordo firmado entre autoridades portuguesas e espanholas, autoridades distantes, que concordaram em respeitar uma linha imaginária, abs-

trata, uma linha que não se via, uma linha que atravessava as matas concretas e tangíveis, matas que guardavam a desejada mão-de-obra escrava e os acalentados tesouros naturais. As intenções dos sertanistas estavam, portanto, voltadas para motivações menos patrióticas do que aumentar o território português. Predominantemente, os bandeirantes não foram patriotas que buscaram defender os interesses de Portugal. Foram homens comuns, homens práticos, homens nada abastados, buscando o *remédio* para a problemática contextual em que viviam, uma problemática concreta e deles muito próxima.

Há que se ressaltar que, além da escravização dos índios, apontada no texto como *característica comum* tanto das entradas quanto das bandeiras, aparecem, também, como *causas* das expedições a “pobreza, fome e miséria [...] devidas à fraqueza da agricultura e devastamento de constantes guerras com os índios e invasores” (SANTOS, 1966, p. 207). No entanto, essa *pobreza* que o autor assevera ter sido uma das maiores motivações das expedições – *causa* essa elencada ao lado de outras *causas*, como a *insuficiência de escravos negros* e a *ausência de riquezas minerais* nas imediações de São Paulo, motivações essas relacionadas, de forma intrínseca à *pobreza, fome e miséria* anteriormente assinaladas –, não coaduna com a representação iconográfica que aparece na página 212, ofertando uma versão imagética nada miserável do bandeirante Domingos Jorge Velho, de autoria do desenhista W. Santos:



Domingos Jorge Velho

Aqui, aparecem o chapéu de abas largas, o arcabuz, o escupil de couro e até mesmo uma capa a pender do flanco direito do bandeirante, cujas feições são nitidamente europeias. Sabemos que Jorge Velho foi um sertanista de sangue mestiço. Holanda deixa isso claro na obra *Raízes do Brasil*⁶⁴. No entanto, inexistente no desenho em questão qualquer traço dessa mestiçagem. Não um mameluco, mas um europeu barbado nos fita severamente, austeramente. Nada de arco, nada de flecha ... mas sim arma-de-fogo e vestimenta de além-mar.

Ao descrever as bandeiras, Santos utiliza uma linguagem claramente elogiosa:

Eram colossais caravanas de homens destemidos, marchando a pé, de surrão às costas, vestido de calças e camisas de algodão, com largos chapéus, ora de couro, ora de palha, munidos de machados, facões e [...] armas de fogo (1966, p. 220).

Na mesma página em que se encontram essas palavras, aparece outra representação iconográfica, reforçando a imagem do bandeirante bem paramentado. O desenho, inclusive, traz uma legenda abaixo de si, que direciona a atenção do leitor para o escupil ostentado pelo sertanista:

64 Holanda, 1981, p. 91.



FIG. 95 — BANDEIRANTE:
Observe-se o uso do “escupil” feito de couro, acolchoado e que protegia contra as flechas dos índios.
(Reprodução do Atlas Histórico e Geográfico Brasileiro - M.E.C.)

A legenda chama a atenção para o escupil, explicando, inclusive, a utilidade de tal peça de indumentária. No entanto, o apelo do desenho é bem mais minucioso, demonstrando o bandeirante no momento em que recarrega seu arcabuz, envergando um conjunto de vestuário que inclui o grande chapéu, a camisa de mangas longas, a espada pendente e as calças compridas a adentrar os canos das altas botas de couro.

Pouco à frente dessa representação iconográfica, o autor afirma que as bandeiras:

Internavam-se nas emaranhadas selvas, afrontando com altivez tôda a sorte de perigos. Transpunham serras e vales, rios e planí-

cies, indo até o Amazonas e as coxilhas do sul... (SANTOS, 1966, p. 222).

Depois disso, na sequência imediata do texto, aparece uma das mais célebres citações de Saint-Hilaire, o botânico europeu que, nutrindo exagerada admiração pelos sertanistas paulistas, afirmou serem eles integrantes de uma *raça de gigantes*. Escreveu Saint-Hilaire citado por Santos:

Só a formação de uma raça inteiramente aclimatada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados (1966, p. 222).

Na mesma página, Santos começa a elencar várias expedições, sob o subtítulo *Principais Bandeiras*, atribuindo, no entanto, as ações levadas a cabo por essas tropas apenas aos seus líderes ou chefes. Jerônimo Leitão, por exemplo, é apresentado como o fundador da “Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, hoje Curitiba” (SANTOS, 1966, p. 223). Afonso Sardinha é estranhamente apresentado como um sertanista que, além de ter descoberto jazidas auríferas, “ficou na história pela sua façanha de misturar areia amarela no ouro para aumentar o seu peso” (SANTOS, 1966, p. 223). Como é facilmente constatável, o autor inusitadamente constrói uma frase que, considera como *façanha* a condenável e trapaceadora prática de misturar areia ao ouro.

Já sobre Antônio Raposos Tavares, escreveu Santos:

Em 1628, com um efetivo de 900 mamelucos, 2.000 índios e 69 paulistas, ataca Guairá, para expulsar os padres jesuítas e conquistar a região para Portugal. Em 1636, apossa-se da província de Tape e em 1638, toma o Uruguai. Vasculhou terras jamais pisadas pelo homem branco, enfrentando feras, febre e índios. Assim, consegue conquistar todo o sul de nosso país atual (1966, p. 223-225).

Nessa citação, primeiramente é trazido à baila o apresamento levado a cabo pelas tropas do bandeirante no Guairá, no Tape e no Uruguai. A seguir, são mencionados os animais selvagens, os indígenas e as moléstias a que se expôs Raposo Tavares em terras longínquas, até então infrequentedas pelos sertanistas. A essa altura de seu texto, Santos não mais menciona o *efetivo* de Raposo Tavares, construindo frases que conduzem ou induzem ao entendimento de que o chefe bandeirante foi o protagonista maior de todos os *feitos* narrados. Ao leitor desavisado, que estuda a história das bandeiras pela primeira vez, pode até mesmo parecer que Raposo Tavares, a partir de 1636, levou a cabo suas incursões sertanejas sozinho, sem qualquer companhia. O ponto alto do protagonismo e da heroicização construídos em relação a Raposo Tavares, ocorre quando é *ensinado*, nesse livro didático, como um fato histórico, o mito de que o bandeirante teria – depois de ter andado por Peru e Bolívia – transposto a cordilheira andina, alcançando por fim o Oceano Pacífico, onde *lavou as mãos*. Suspeitamos já ter ficado claro, neste trabalho, que isso não passa de lenda. Nem Raposo Tavares, nem qualquer outro bandeirante jamais logrou transpor os Andes. Nenhum homem, tendo partido a pé de Piratininga, conseguiu chegar à costa oeste da América do Sul, nos dois primeiros séculos da colonização do Brasil. No caso do mito da travessia andina de Raposo Tavares, o sentido superlativo encontrado nas fábulas é sobejamente magnificado, atingindo as raias do absurdo, já que, uma vez tendo conseguido transpor as vastas cumeadas dos Andes, o bandeirante – após lavar as mãos, como quer Santos, ou avassalar o próprio mar, como querem outros autores fabulistas –, para retornar a São Paulo, teria que levar a cabo novamente tal transposição, desta vez no rumo leste. E como o sertanista conseguiu, de fato, retornar a São Paulo, a crença de que os Andes foram por ele transpostos se reveste de ainda maior absurdidade pois, encerra em seu bojo, inextirpavelmente, uma outra crença, a de que os Andes foram transpostos uma segunda vez, no retorno do bandeirante ao planalto paulista. Numa só frase, quem acredita que Raposo Tavares

chegou ao Pacífico, obrigatoriamente acredita que ele atravessou duas vezes a grande cordilheira em pauta. Depois de reproduzir essa lenda em seu livro didático, Santos ainda menciona a desfiguração física pela qual teria passado Raposo Tavares, após tantas andanças, o que teria causado, quando de sua chegada ao planalto, seu não reconhecimento por parte de seus parentes. O autor também menciona outra jornada de Raposo Tavares, que como homem de guerra, foi ao nordeste dar combate aos holandeses e, ultimando sua abordagem sobre este bandeirante, atribui a ele a *glória* de ter sido o homem que mais contribuiu para a expansão geográfica *do país*.

Embora tenha descrito Raposo Tavares como um sertanista magnífico, Santos ainda não havia mencionado um outro desbravador, que para ele notabilizou-se ainda mais:

O mais célebre bandeirante, porém, foi o paulista Fernão Dias Pais, o caçador de esmeraldas. Sua bandeira prolongou-se por sete longos anos, de 1674 a 1681 [...] Penosas marchas levaram-no a Taubaté. Passou pelo Rio das Velhas e Jequitinhonha, pela Serra de Itacambira, para atingir a lagoa Vupabuçú e Serro Frio. Aí encontrou turmalinas verdes, que supôs esmeraldas (1966, p. 225-226).

Depois de elencar os participantes entendidos por ele como os mais importantes da expedição em questão – Matias Cardoso, Manuel de Borba Gato, Garcia Rodrigues Pais e José Pais –, Santos reitera os sete anos de esforços levados a termo por Fernão Dias no sertão, além da dilapidação de sua fortuna familiar, em prol da empreitada que o levou à morte:

Fernão Dias andou pelas florestas, durante sete anos, enfrentando febres cruéis, que por pouco não o fizeram sucumbir. Empenhou todas as suas riquezas nessa expedição [...] cansado de tanto trabalho e privações, resolve voltar a São Paulo. Mas, antes de atingir a paulicéia, morre às margens do Rio das Velhas (SANTOS, 1966, p. 226).

A seguir, buscando demonstrar que não foram infrutíferos os esforços de Fernão Dias, afirmou Santos:

... devemos a esta bandeira a abertura para a região, onde seriam futuramente descobertas as primeiras minas de ouro, o chamado ouro de flão. Seu capitão-mor, mais tarde, liga a região aos currais do São Francisco. Seu genro, Borba Gato, explorou o Rio das Velhas e seu filho, Garcia Pais, traçou a estrada antiga das Minas Gerais ao Rio de Janeiro (1966, p. 226).

Não poderíamos deixar de mencionar que, ao abordar a bandeira de Fernão Dias, Santos não menciona o enforcamento do mameluco José Dias Pais, ordenado por seu próprio pai, *o governador das esmeraldas*.

Ao avizinhar-se o final de seu longo texto intitulado *Entradas e Bandeiras*, Santos aborda o que ele entende como *efeitos das bandeiras*:

... o nosso território passou de 2.875.000 quilômetros quadrados, que nos dava o Tratado de Tordesilhas, para 8.500.000 quilômetros quadrados, que nos deu o Tratado de Madrid. As bandeiras, além do alargamento de nossas fronteiras, trouxeram outros benefícios, pois apareceram numerosas cidades, como: Ouro Preto (antiga Vila Rica), São João Del-Rei (hoje Tiradentes), Sabará, Paracatu, Queluz e Diamantina. A população aumentou no século XVIII. Foram criadas as capitânicas das Minas Gerais (1720), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748). Mudou-se a capital de S. Salvador para a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro (1763) (1966, p. 227).

Como se percebe, os *efeitos das bandeiras* – todos positivos – até aqui, são consubstanciados no significativo aumento do território, na fundação de inúmeras cidades, na criação de novas capitânicas e na mudança da capital.

Santos prossegue até o fechamento definitivo de seu texto, elencando outros *efeitos* ou *benefícios* muito mais amplos, entendidos por ele como oriundos do desbravamento realizado pelas bandeiras:

As artes, seja a arquitetura, seja a escultura, floresceram com Aleijadinho, nas igrejas mineiras. Surgiram as primeiras escolas literárias, a música teve papel preponderante nessa cultura, que chamamos

barrôca. O mercado comum desenvolveu-se com a pecuária. Novas estradas surgiram. Enfim, a colônia passou a ser interessante para a metrópole, determinando inclusive reajustamento diplomático, com a revogação do Tratado de Tordesilhas. (SANTOS, 1966, p. 227-228).

A arte, a cultura, a pecuária, a malha viária e a reordenação diplomática que revogou um tratado assinado antes mesmo que Cabral chegasse ao Brasil ... Tudo isso, para Santos, ocorreu como decorrência das marchas dos bandeirantes, ou seja, como *efeitos das bandeiras*.

Buscando resumir a maneira como Santos abordou a figura do bandeirante, no livro didático intitulado *História do Brasil*, publicado em 2ª edição no ano de 1966, podemos afirmar que o patriotismo abertamente postulado no prefácio, consumou-se no texto nomeado *Entradas e Bandeiras*. Aludindo canhestramente a autores como João Ribeiro, Basílio de Magalhães, Ary da Matta e Capistrano de Abreu – os quais nomeia em notas de rodapé indicadas a partir de asteriscos soltos nos textos, sem a sinalização gráfica de parênteses ou caracteres itálicos nos trechos que porventura pudessem ter sido produzidos por eles – Santos (1966) construiu um texto que apresenta os bandeirantes como *homens destemidos*, membros de uma *raça* diferente. Sem qualquer ressalva, a lenda de que Raposo Tavares atravessou os Andes é ensinada como fato histórico – Santos (1966), afirmara no prefácio que os *atos mais importantes* devem ser estudados, e que os alunos deviam ser orientado a *escolher*, ou seja, selecionar, nesses fatos, seus principais vultos –, contribuindo sobremaneira para a disseminação da figura do bandeirante herói, do desbravador cheio de *glória*. De Fernão Dias Pais, Santos destacou sua última expedição, sem fazer qualquer alusão à sua atividade apresadora, exercitada em anos anteriores a 1674. Os sete anos derradeiros de Fernão Dias, transcorridos no sertão, são descritos por Santos em tom laudatório, reverenciador da perseverança do líder

sertanista. O autor também não esquece de frisar o desprendimento de Fernão Dias, que gastou toda a sua fortuna pessoal na organização e manutenção de sua expedição... Porém, o autor não menciona a ordem dada pelo bandeirante a seus subalternos, determinando a execução de seu filho traidor, à vista de todos os membros da expedição.

Para Santos, os sertanistas paulistas parecem estar entre os maiores *vultos* da história pátria, pois não apenas desbravaram matas e fundaram cidades, como, também, impulsionaram as artes, a cultura, a pecuária, o surgimento de estradas. Para Santos, o aumento do território – que é, para diversos outros autores, a principal consequência do desbravamento – é apenas um, dentre todos os outros vários benefícios legados ao Brasil pelos bandeirantes. O autor ora em questão é detalhista no que diz respeito às virtudes dos paulistas, porém sucinto, quase monossilábico em relação ao apresamento, que aparece no início do texto *Entradas e Bandeiras*, à página 208. Igualmente, brevíssimo é o autor quando menciona a pobreza, de relance, à página 207. Nessa obra didática de Santos, os bandeirantes são apresentados através de um discurso triunfalista e patriótico, discurso esse acompanhado por uma iconografia que sugere os paulistas como homens de recursos econômicos nada escassos.

Averigüemos, agora, como a figura do sertanista paulista foi abordada no livro didático intitulado *Compêndio de História do Brasil*, de autoria de José Borges Hermida, publicado em 1967 pela Companhia Editora Nacional e direcionado aos alunos das primeira e segunda séries do curso médio. O texto *Entradas e Bandeiras* procura estabelecer, quase em seu início que:

Não há muita diferença entre *entrada* e *bandeira*. Contudo, as entradas eram muitas vezes organizadas pelo governo e nem sempre iam além do *Meridiano de Tordesilhas*; as bandeiras, geralmente de *particulares*, não respeitaram êsse meridiano e atingiram terras que pertenciam à Espanha. Além disso, as bandeiras partiam quase todas de São Paulo, aproveitando os rios, como o *Tietê*, que correm

para o interior. Por isso, até hoje, São Paulo é chamado *Terra dos Bandeirantes* (HERMIDA, 1967, p. 122).

Na sequência, o autor procura ressaltar a importância do estudo das bandeiras, mencionando terem sido essas expedições responsáveis pelo conhecimento do interior, pela descoberta de minérios valiosos e pela expansão territorial.

O estudo das bandeiras é importante porque elas tornaram conhecido o sertão, descobriram riquezas minerais e concorreram para aumentar o território para além do meridiano de Tordesilhas. Dêsse modo, ficaram sendo brasileiras terras que eram antes espanholas, como Mato Grosso e Rio Grande do Sul (HERMIDA, 1967, p. 122).



Bandeirante paulista.

Embora esse desenho não represente um bandeirante de traços mestiços, um pouco à frente, em seu texto, Hermida afirma que os sertanistas piratininganos eram, predominantemente, mamelucos bem equipados:

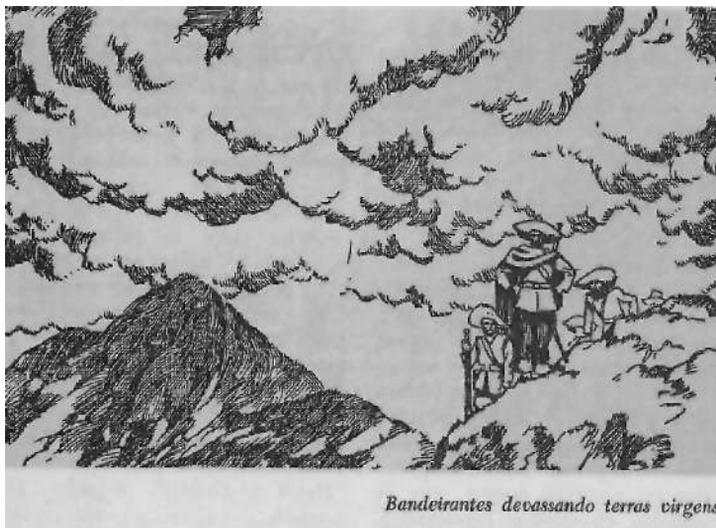
A bandeira possuía, além do *chefe*, que os paulistas daquele tempo chamavam *capitão do arraial*, um *capelão* isto é, um padre para prestar assistência religiosa e, se a expedição era de caça ao índio, também um *repartidor*, pessoa que *repartia* entre os principais da bandeira os índios aprisionados (HERMIDA, 1967, p. 125).

Sobre Antônio Raposo Tavares, escreveu Hermida:

Esse bandeirante, que era português, fez uma longa caminhada: subiu o rio Paraguai até às suas nascentes e, através de outros rios, atingiu o Amazonas, chegando à foz, no Pará, depois de três anos de jornada, enfrentando índios, feras e febres. Quando voltou à sua casa, em São Paulo, estava tão magro e envelhecido que nem a própria família o reconheceu. Espalhou-se depois a lenda de que Raposo Tavares havia penetrado em território do Peru, atravessado os Andes e, havendo chegado ao Pacífico, entrou na água com a espada em punho, declarando que conquistava terra e mares para seu rei (1967, p. 125-126).

Ao abordar a mais conhecida jornada de Raposo Tavares, Hermida descreve o roteiro palmilhado, bem como os perigos enfrentados e a chegada do bandeirante a São Paulo, desfigurado fisicamente pelas provações experienciadas nos sertões. No entanto, o autor aponta como lenda a chegada de Raposo Tavares ao Pacífico, diferentemente de Santos que, em obra didática ainda há pouco por nós analisada – , afirma que o célebre bandeirante *lavou as mãos no Pacífico*.

A obra de Hermida (1967), aparece o seguinte desenho:



Sobre a jornada de Fernão Dias Pais, ao atual estado de Minas Gerais, em busca de esmeraldas, escreveu Hermida:

A mais importante das bandeiras, que se dirigiu para Minas, foi a de Fernão Dias Pais, a quem o rei deu o título de *Governador das Esmeraldas*. O velho bandeirante, com mais de sessenta anos de idade, partiu de São Paulo, em 1674, à procura das famosas pedras. Levava, em sua companhia, o genro *Borba Gato* e o filho *Garcia Rodrigues Pais*. Depois de percorrer o sertão de Minas, durante sete anos, enfrentando todos os perigos, Fernão Dias morreu de *impudismo*, junto ao Rio das Velhas, com a certeza de haver descoberto esmeraldas. Entretanto as pedras não passavam de *turmalinas* sem valor (1967, p. 127).

O autor não menciona a presença de José Dias nessa expedição, o filho mestiço que Fernão Dias mandou enforcar diante de seus comandados, por insurreição. Hermida também não menciona outro destacado integrante dessa expedição, que foi o sertanista Matias Cardoso, imediato de Fernão Dias.

Sobre a importância posterior dessa bandeira, escreveu Hermida:

Ainda que não encontrasse as esmeraldas, a bandeira de Fernão Dias foi importante porque indicou o caminho para outras expedições que depois descobriram ouro. Garcia Rodrigues fez ainda duas expedições a Minas Gerais. Foi ele quem estabeleceu comunicações entre essa região e o Rio de Janeiro (1967, p. 127).

Já sobre as bandeiras que descobriram ouro no atual centro-oeste brasileiro, afirmou o mesmo autor:

Outras bandeiras descobriram ouro em *Mato Grosso* e *Goiás*. As minas de *Cuiabá* foram descobertas por *Pascoal Moreira Cabral* e as de *Goiás*, por *Bartolomeu Bueno da Silva*, filho do bandeirante do mesmo nome, ambos apelidados *Anhangüera*, palavra indígena que significa *Diabo Velho*. Esse apelido Anhangüera teve origem num episódio interessante. Conta-se que Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, não conseguiu convencer os índios a que lhes mostrassem onde iam buscar o ouro que traziam como adorno; ameaçou então pôr fogo às águas do rio e, para provar seu estranho poder, incendiou o álcool que trazia numa vasilha. Os índios, desse modo iludidos, ficaram assombrados e chamaram-no de *Diabo Velho* (*Anhangüera*) (HERMIDA, 1967, p. 127).

A vida do *Diabo Velho*, o primeiro *Anhangüera*, parece beirar os domínios do lendário, do mítico. Vários outros autores relatam esse episódio interessante, que Hermida também relata, sobre o fogo que o bandeirante teria ateadado num recipiente com álcool, assim convencendo os índios de que poderia incendiar os rios, vindo daí o seu diabólico apelido. Acerca dos estratagemas ardilosos desse mateiro paulista, visando a ludibriar os índios, deteve-se o militar português Luiz D'Alincourt, em sua célebre *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*, publicada em 1825, relatando não apenas o episódio do álcool em chamas, como também um outro ainda mais curioso, em que o bandeirante em questão teria, com o auxílio de uma simulação de dança, conseguido apresar muitos índios em Goiás. De acordo com D'Alincourt, o primeiro Anhangüera:

... Vendo-se em uma ocasião com grande número de índios em frente, todos fortes, e bem feitos; e contente com a idéia da prêsã, mas não ousando tomá-la de viva fôrça [...] e travando com os selvagens conversação amigável, [...] penetrou mui bem quais eram os principais Cabos dentre êles: logo armando com os seus uma dança; deitando primeiro ao pescoço de cada um dêles o anel das correntes, que levava preparadas, principiaram a mover-se com muita agilidade ao compasso de pandeiros, e outros instrumentos toscos, de madeira que os índios ficaram penetrados de admiração, e pesarosos de não saberem tão encantadora folia: Anhangüera [...] convida os Selvagens significando-lhes que fãcilmente aprenderiam a dança. De que tanto tinham gostado [...] então Bartholomeo, como por distinção aos maiores, principia por êstes, e os vai dispondo, deitando-lhe os férreos colares ao pescoço, bem como tinha feito aos seus... (1825, p. 103-104).

O autor prossegue em seu estilo minudente, relatando que, após receberem esses *férreos colares* – argolas de ferro no pescoço –, os índios foram *encadeados*, acorrentados, percebendo, então, que haviam sido apresados. O *diabo velho*, diante disso, parou com sua farsa, subitamente portando-se com animosidade e brutalidade desabridas, como o apresador franco e contumaz em relação às suas presas. Para D’Alincourt, o primeiro Anhangüera não foi apenas o homem que ateou fogo ao álcool diante de índios estupefatos, sendo a partir de então entendido por eles como detentor de poderes sobrenaturais. Para D’Alincourt, o *Diabo Velho* foi também um sertanista que apresou índios, enganando-os com uma dança improvisada, ao som de *pandeiros* e *instrumentos toscos*. Cumpre mencionar que o autor em pauta escreveu sua obra um século e meio após o *Velho Bartholomeo* – assim ele se expressa, em relação ao bandeirante, à página 104 de sua obra – ter percorrido os sertões goianos. Desta forma, ao não fazer qualquer referência às suas fontes, D’Alincourt não logra dar credibilidade científica a esse ludíbrio que teria sido protagonizado por Bartholomeu Bueno da Silva, o pai. Queremos afirmar com isso, que não tendo estado presente no *episódio* que relata, o autor, caso pretendesse conferir credibilidade à sua obra, certamente teria indicado suas fontes. No entanto, D’Alincourt

parece não ter qualquer preocupação nesse sentido, já que seu livro é nada mais que um diário de viagem acrescido de algumas digressões acerca da história do Brasil, especialmente concernente ao trajeto por ele cumprido em 1818, de Santos a Cuiabá. O relato sobre o estratagema do *Velho Bartholomeo*, que, através de uma simulação de dança, teria enganado os índios é, portanto, nada mais que uma dessas digressões do autor, fundamentada em relatos populares talvez superlativos. Parece haver algum esforço de D'Alincourt, no sentido de caracterizar o sertanista ora focado como um homem ardiloso, um enganador, um ludibriador ímpar:

Bartholomeo Boeno da Silva, natural da Vila de Parahyba [...] penetrou [...] sem que o embaraçasse o pêso de uma larga idade, até ao lugar do [...] gentio Goyas [...] soube melhor que nenhum inventar, e pôr em prática diversos estratagemas para iludir os índios, a fim de os cativar (D'ALINCOURT, 1825, p. 103).

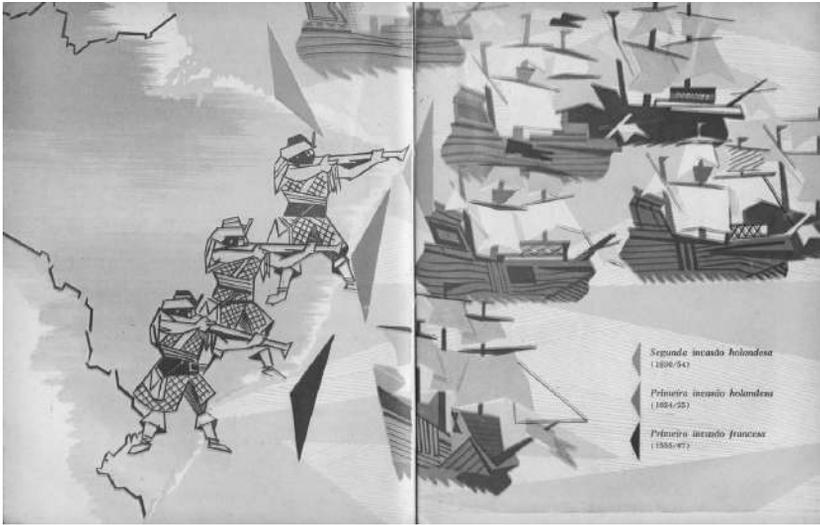
Trouxemos à baila essa obra de um militar português que escreveu no século XIX visando a, sobretudo, fornecer alguns elementos que possam apontar, em termos aproximados, para as origens das práticas discursivas que apresentam o primeiro Anhanguera como um sertanista arguto, que enganava os índios com requintes de esperteza. Isso foi ensejado, pelo fato de Hermida, no livro didático ora por nós analisado, mencionar o ardil do álcool em chamas, atribuído ao Anhanguera não apenas por ele, mas por muitos outros autores, dentre eles o próprio D'Alincourt.

Depois de abordar o devassamento das regiões centrais do continente, enfocando não apenas a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva – o pai –, como também a de Pascoal Moreira Cabral, escreveu Hermida:

Com o descobrimento de riquezas minerais surgiram várias cidades no interior, como *Cuiabá*, em Mato Grosso, *Caeté*, *Vila Rica*, atualmente *Ouro Preto*, e *Diamantina*, em Minas Gerais. Esta última, Diamantina, era o antigo *Arraial do Tijuco*, onde foram descobertos diamantes (1967, p. 127).

Com essa ênfase na fundação das cidades – em consequência das descobertas minerais – Hermida termina o seu texto *Entradas e Bandeiras*, um texto que, logo a princípio, demonstrara a expansão territorial como obra das bandeiras. A abordagem de Hermida apresenta os bandeirantes, tanto na iconografia quanto no discurso, como homens bem equipados – em termos de armas e vestimenta – para a dureza do desbravamento. A atividade apresadora aparece, bem como a presença do *repartidor* e do capelão nas expedições. Afirmando que os sertanistas paulistas eram geralmente mamelucos – embora a iconografia que acompanha o texto não demonstre isso –, Hermida contribuiu para disseminar um aspecto importante da história das bandeiras, porém não reiteradamente abordado nos livros didáticos. Contudo, talvez a maior contribuição de Hermida não tenha sido essa, uma vez que logo à frente, seu texto aponta como *lenda* a travessia andina de Raposo Tavares. Já ao abordar a atuação de Fernão Dias em território mineiro, Hermida simplesmente não menciona o enforcamento de José Dias, ordenado por seu próprio pai; aliás, o autor sequer menciona a presença desse filho mestiço de Fernão Dias nessa famosa *jornada esmeraldina*, que se celebrou, dentre tantas outras, por integrar em suas fileiras paulistas considerados exímios desbravadores, como Mathias Cardoso, bandeirante também não mencionado por Hermida, como membro da tropa.

Afora a iconografia que acompanha o texto *Entradas e Bandeiras*, o livro didático *Compêndio de História do Brasil* ainda demonstra, iconograficamente, os bandeirantes atuando contra os invasores franceses e holandeses. Não importa aqui, qualquer detimento maior ao observar que o Brasil, nos séculos XVI e XVII não tinha, obviamente, os limites geográficos que o desenho nos mostra. Importa sim, verificar que todos os guerreiros que aparecem na grande representação iconográfica de duas páginas – 160 e 161 – são bandeirantes, que, paramentados com gibões acolchoados, botas altas e largos chapéus, apontam seus arcabuzes para as naus invasoras, que se aproximam do litoral brasileiro.



Esta concepção iconográfica sugere o entendimento de que todos os homens que participaram da expulsão desses europeus eram bandeirantes. Não há dúvida de que moradores de São Paulo – como Raposo Tavares, por exemplo – participaram da resistência a essas invasões. No entanto, boa parte do contingente que repeliu holandeses e franceses era, indubitavelmente, constituída por moradores do nordeste. Esse desenho, portanto, *deturpa* a história, atribuindo apenas aos bandeirantes a resistência a esses inimigos da colônia portuguesa de então. Os índios também foram atores de destacada importância nos embates com os adversários europeus dos lusitanos. Contudo, na representação iconográfica ora analisada, constante na obra didática de Hermida, só aparecem os paulistas, postados no litoral, apontando suas armas para as naus inimigas que se aproximam pelo Atlântico. Atrás destes defensores do Brasil, aparece um território vazio, deserto, inabitado. Nada de *soldados naturais da terra* na orla ... onde também não consta qualquer guerreiro que aluda ao homem do Nordeste. Inapelavelmente, os soldados são exclusivamente paulistas, unicamente bandeirantes, ostentando todo o aparatoso vestuário que os iden-

tífica nos livros de história, com franca predominância, quer sejam esses livros didáticos ou não.

Em novembro de 1970, o diretor executivo da Fundação Nacional de Material Escolar⁶⁵, Humberto Grande, prefaciava um livro didático que continha unicamente exercícios oriundos de lições de história. Essa obra, de autoria da Prof^a Elvia Steffan, intitulada *Cadernos MEC: História do Brasil Volume I*, parecia agermanar-se ao contexto brasileiro daquele período, apresentando, na folha de rosto, os seguintes dizeres:

Esta edição foi publicada pela **FENAME** – Fundação Nacional de Material Escolar, sendo Presidente da república o Excelentíssimo Senhor **General-de-Exército Emílio G. Médici** e Ministro de Estado da Educação e Cultura o **Senador Jarbas G. Passarinho**.

O texto do prefácio evidencia o patriotismo, o civismo de caserna que se pretendia disseminar através da educação:

Se o nosso povo não possuísse as melhores qualidades morais, cívicas e mesmo militares, qualidades estas que, nos momentos de perigo, transformam cada brasileiro em soldado valoroso e infatigável na luta, o Brasil não seria hoje o imenso país em que vivemos, com as mais belas possibilidades em todos os setores. Não. Sem aquelas virtudes da nossa brava gente, seríamos nacionalidade inexpressiva (GRANDE, 1970, Prefácio).

Depois de alardear as *virtudes*, as *qualidades* que nos *momentos de perigo* revelam o *soldado* existente em cada brasileiro, o Diretor Executivo da FENAME afirma que mesmo assim, *certos elementos* denegriram, desmereceram a *história da nossa pátria, da nossa raça, do nosso glorioso povo*. Parece existir, nas palavras que seguem, uma não tão velada advertência aos alunos

65 Essa fundação, que era conhecida como FENAME, vinculava-se ao Ministério da Educação e Cultura, o MEC.

leitores do prefácio, orientando-os a não se deixarem influenciar por esses *elementos* denegridores de nossa *heróica história*:

Precisamos, assim, conhecer melhor a história da nossa Pátria para, com justos motivos, orgulharmo-nos da nossa raça, do nosso glorioso povo. Não nos esqueçamos jamais, entretanto, que esta história tão significativa e mesmo heróica foi denegrada por certos elementos, que quiseram aniquilar o espírito e arrancar do coração juvenil a imagem querida da terra natal (GRANDE, 1970, Prefácio).

A seguir, o prefaciador afirma que *todo brasileiro consciente* deve conhecer a *história do Brasil*, que é repleta de fatos que nos *insufla justo orgulho*, pois são *magnum feitos, atos heróicos*, como a *grandiosa epopéia das bandeiras*, que nos demonstra as virtudes das *raças* que compõem o *vigor nacional*:

Desgraçado do povo que não tem consciência nacional, não ama as suas tradições e ignora os *magnum feitos e atos heróicos* dos seus antepassados [...] Essas considerações, absolutamente necessárias nos dias que correm, foram feitas porque, hoje, todo brasileiro consciente deve aspirar ardentemente a conhecer a História do Brasil. Compreendidos esses fatos, examinemos rapidamente o extraordinário valor do nosso homem, rememorando alguns episódios da nossa história. Encher-nos-emos, então, de justo orgulho dos nossos antepassados, que conquistaram, com sacrifícios inacreditáveis, essa imensidade que se chama Brasil. Basta recordarmos a grandiosa epopéia das “bandeiras”, para percebermos o esforço inaudito dos nossos patrícios, que mostraram possuir a vontade inquebrantável e as melhores qualidades raciais. É assim que sentiremos, na sua plenitude, o vigor nacional resultante da tenacidade do português, fortaleza do negro e vitalidade do índio (GRANDE, 1970, Prefácio).

Em tom brioso, pujante, o prefácio termina, ferindo, mais uma vez, a nota do patriotismo:

Precisamos convencer-nos que o homem brasileiro é inteligente e capaz, forte e enérgico, e que no Brasil criará nova civilização mais justa e humana. Nessa orientação, os presentes Cadernos MEC continuarão, certamente, a contribuir para a formação da alma dos nossos jovens no amor do Brasil (GRANDE, 1970, Prefácio).

Cumpramos frisar que, sendo este um livro didático unicamente destinado a propor a solução de questões e exercícios aos alunos, estão ausentes as explicações conteudísticas, posto que anteriormente já trabalhadas pelo professor.

Dentre as questões propostas, relativas ao conteúdo das *entradas e bandeiras*, encontramos esta:

Escreva os nome de:

- A) Dois estados explorados por bandeirantes.
- B) Duas cidades fundadas por bandeirantes. (STEFFAN, 1970, p. 49).

Na página seguinte, consta a seguinte pergunta:

Qual o bandeirante que explorou maior extensão do território brasileiro? (STEFFAN, 1970, p. 50).

O questionário prossegue com proposições tais como:

Escreva nas linhas abaixo quais as duas grandes conseqüências das bandeiras (STEFFAN, 1970, p. 51).

À frente, citando bandeirantes famosos, a autora assim organizou uma questão:

Para cada um destes personagens, indique um fato diferente com eles associado.

Pascoal Moreira Cabral _____

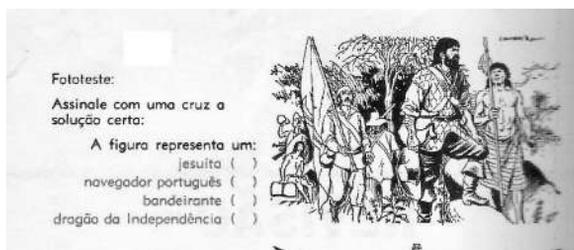
Fernão Dias PaisAntônio _____

Raposo Tavares _____
Bartolomeu Bueno _____
(STEFFAN, 1970, p. 51).

Eis agora o fechamento desse questionário sobre *entradas e bandeiras*:

Você sabia que... Na cidade de Goiás existe o Museu das Bandeiras? A atual Rodovia Fernão Dias tem um traçado semelhante ao seguido por aquele bandeirante? O caminho fluvial de São Paulo a Mato Grosso tinha mais de 100 corredeiras, redemoinhos e saltos? Fernão Dias está sepultado no Mosteiro de São Bento em São Paulo? (STEFFAN, 1970, p. 51).

Nas páginas finais da obra, destinadas a *revisar*, existe um interessante *fototeste*, assim organizado:



O bandeirante aparece em primeiro plano. É um homem barbado, de feições europeias, segurando nas mãos seu grande chapéu e envergando sua indefectível vestimenta, composta por altas botas de couro, calça comprida, escupil acolchoado e cinto de couro, de onde pendem duas pequenas bolsas para chumbo e pólvora. É o bandeirante convencional. Ao seu lado, em segundo plano, aparece um índio segurando uma lança, apenas mais um elemento no cenário dominado pelo bandeirante, assim como a árvore que surge ao fundo. Épico e patriótico desde seu prefácio, este livro didático de 1970 agermana a figura do bandeirante-herói aos objetivos da ditadura militar.

Investiguemos agora como a figura do bandeirante foi abordada no livro didático *História do Brasil*, de autoria de Paulo Miranda Gomes, destinado aos alunos da 5ª série do 1º grau e publicado, em segunda edição, pela Editora Lê, no ano de 1974.

O texto intitulado *Entradas e Bandeiras* começa com essas frases:

Muito se tem discutido a caracterização de cada um dos tipos de expedições responsáveis pelo desbravamento do interior do território brasileiro: as entradas e bandeiras. A solução é difícil, uma vez que elas se parecem extremamente em muitos aspectos. Tanto as bandeiras quanto as entradas ora eram puramente particulares, ora patrocinadas pelo governo. Ambas tinham, normalmente, interesse em riquezas. Uma e outras ultrapassavam, ou não, a hipotética linha do Tratado de Tordesilhas, nunca demarcada, e cuja posição, mesmo aproximada, só era possível calcular, andando pelo país (GOMES, 1974, p. 86-87).

Diferentemente de outros autores de livros didáticos, Gomes não delimita, de maneira clara, as supostas diferenças que existiam entre entradas e bandeiras, entendendo que, geralmente, as expedições tinham motivações econômicas, fossem elas oficiais ou particulares, acrescentando também, que tanto as expedições patrocinadas pelo governo, quando as organizadas pelos colonos, podiam ultrapassar ou não a linha de Tordesilhas.

Para o autor, os paulistas consideravam a formação de expedições como uma ocupação relacionada, diretamente, à sua sobrevivência. Nessa perspectiva, as expedições eram alternativas à mirrada agricultura que se praticava no planalto:

Para o habitante do planalto paulista, nos séculos XVI, XVII e XVIII, andar pelo interior à procura de índios ou de riquezas era uma profissão, resultante da comparação entre os grandes lucros

que davam as atividades econômicas de outras áreas e os resultados de sua pobre agricultura (GOMES, 1974, p. 87).

Na continuidade do texto, é feita a afirmação de que as bandeiras, ao longo do tempo, se dividiram em diferentes *ciclos*:

As bandeiras, principais responsáveis pelo conhecimento do centro oeste e sul do Brasil, se dividem em três ciclos: Ciclo da Caça ao Índio, Ciclo da Procura de Riquezas e Ciclo do Sertanismo de Contrato (GOMES, 1974, p. 87).

Sobre o ciclo da caça ao índio, afirmou o autor:

Deu origem ao bandeirantismo e se originou das lutas para defender as primeiras povoações paulistas contra os ataques dos índios. Generalizou-se, daí, o costume de prendê-los e vendê-los como escravos. As bandeiras deste ciclo percorrem, primeiro, o interior do estado de São Paulo. Depois, passam a atacar as reduções (aldeamentos) em que os jesuítas espanhóis reuniam os indígenas, nas regiões de Tape e Sete Povos do Uruguai (Rio Grande do Sul), Guairá (oeste do Paraná) e Itatins (sudoeste do Mato Grosso). Além das precedentes regiões, outras foram batidas, até os fins do século XVII. Os bandeirantes mais importantes deste ciclo (alguns com várias expedições) foram: Antônio Raposo Tavares, Francisco Bueno, Fernão Dias Pais e Manuel Preto (GOMES, 1974, p. 88).

Aqui, Fernão Dias aparece como apresador. Embora saibamos que esse sertanista foi um caçador de índios, cumpre mencionar que a grande maioria dos livros didáticos o apresenta apenas como pesquisador de minerais valiosos, principalmente por causa de sua última expedição – 1674 – ao sertão, em busca de esmeraldas, que durou oito anos e custou sua vida, tornando-se uma das mais conhecidas bandeiras de todos os tempos. A narrativa acerca dessa empreitada avultou-se bastante na história, prejudicando o entendimento sobre as atividades anteriores de Fernão Dias, que, desde 1638, exercera intensa atividade apresadora, em áreas hoje per-

tencentos aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Friemos que, ao mencionar o nome de Fernão Dias ao lado dos de Raposo Tavares e Manuel Preto, Gomes se diferencia de muitos outros autores de obras didáticas, que o apresentam predominantemente como o *Governador das Esmeraldas*.

Sobre o *ciclo da procura de riquezas*, escreveu Gomes:

Inicia-se com expedições que procuram metais preciosos no litoral, de Santos para o Sul, e nas terras que o acompanham. Descobriu-se ouro em várias áreas de São Paulo e na região entre Paranaguá e Curitiba (Paraná). Depois disso, as bandeiras voltam-se para Minas Gerais, onde, nos últimos anos do século XVII, também se encontrou ouro. No início do século XVIII, ampliam-se as atividades dos bandeirantes em Minas e são descobertas as minas de Mato Grosso, Goiás e Bahia. São particularmente importantes, nessas duas últimas fases: Fernão Dias Pais (1674), Antônio Rodrigues Arzão, Bartolomeu Bueno de Siqueira, Garcia Rodrigues Pais, Antônio Dias de Oliveira – ouro em Minas (últimos anos do século XVII); Pascoal Moreira Cabral – ouro em Cuiabá, Mato Grosso (1718); Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz – ouro em Goiás (princípios do séc. XVIII); Sebastião Pinheiro Raposo – ouro na Bahia (1720) (1974, p. 88).

As datas – anos e séculos – citadas pelo autor, não são poucas e são todas corretas, particularidade digna de ressaltar no universo dos livros didáticos, pois, principalmente alguns dos mais antigos – como já ficou claro nesse estudo –, são repletos de equívocos cronológicos. Note-se, também, que o sertanista Fernão Dias, que já apareceu como apresador, aparece, agora também, como pesquisador de minerais valiosos, conferindo ao leitor uma visão mais ampla, sobre esse personagem colonial.

Na sequência, o autor aborda o que ele entende ter sido o ciclo do sertanismo de contrato:

Contratados pelo Governo Geral, os bandeirantes paulistas atuaram, também, no norte do país. São exemplos disso: várias expe-

dições de combate aos índios da Bahia e do Nordeste; o auxílio no devassamento do Piauí; e a destruição do Quilombo dos Palmares, por Domingos Jorge (GOMES, 1974, p. 88).

Como consequência do desbravamento das bandeiras – especialmente as que descobriram ouro – na região Centro-Oeste, afirma Gomes:

A descoberta do ouro [...] atraiu gente para o centro, norte e nordeste de Minas. Fato semelhante ocorreu com importantes regiões de Mato Grosso e Goiás. Iniciou-se, também, o povoamento do atual território de Rondônia. São dessa época: Mariana, Ouro Preto, S. João Del Rei, Itabira, Serro, Araçuaí e Diamantina, em Minas; Goiás e Caiapônia em Goiás; Vila Bela e Cuiabá, em Mato Grosso (1974, p. 90).

Aqui é demonstrada a ação povoadora que ocorreu após a descoberta aurífera pelas bandeiras, porém, nada é comentado sobre a ação despovoadora que aconteceu anteriormente, quando do avanço das expedições por áreas ancestralmente ocupadas pelos indígenas.

Quanto à responsabilidade concernente ao desbravamento que ocorreu no sul, Gomes a divide entre bandeirantes e jesuítas:

O desbravamento do interior dos atuais estados do Sul se fez nos séculos XVI e XVII, com os trabalhos dos jesuítas espanhóis e de seus inimigos, os bandeirantes. De suas lutas restaram as povoações do oeste do atual Rio Grande do Sul, conhecidas, na época, como Sete Povos das Missões do Uruguai. O ouro fez crescer Paranaguá (vila em 1648) e surgir Curitiba (1693). Isso acentuou o povoamento do litoral. São dessa época: São Francisco do Sul (1658), Florianópolis (1676) e Laguna (1688), em Santa Catarina (1974, p. 90).

A abordagem de Gomes não é épica, não é triunfalista e não apresenta equívocos de datas. O apresamento aparece claramente e – o que já assinalamos não ser comum – Fernão Dias é apresentado também como

caçador de índios. O povoamento posterior de diversas áreas é apresentado como consequência das bandeiras, porém desacompanhado de qualquer menção relacionada ao brutal despovoamento ocorrido anteriormente, quando do avançamento das expedições. Em termos historiográficos, o maior descaminho pelo qual enveredou Gomes foi a opção de abordar a temática das bandeiras dividindo-a em ciclos. A palavra ciclo pressupõe interrupção de continuidade, levando à ideia de *fechamento* de fases, de compartimentação de informações, fragmentando o texto em blocos narrativos que engendram, comumente, uma compreensão descontínua e estanque da história.

Em 1975, o Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas – IBEP – lançava o livro didático *História do Brasil*, de autoria de Marlene e Silva, direcionado para o ensino da 5ª série do 1º grau. Nessa obra, no texto intitulado *As fronteiras avançam*, afirmaram os autores:

Desde o início da colonização foram organizadas expedições para o interior, denominadas *entradas* [...] no século XVIII outras expedições saíram do litoral: *as bandeiras*. Estas diferenciavam-se das entradas em alguns pontos. Entre eles podemos citar: as entradas eram oficiais e não ultrapassavam a Linha de Tordesilhas. As bandeiras eram particulares e ultrapassavam a Linha de Tordesilhas (MARLENE e SILVA, 1975, p. 92).

Essa diferenciação aqui exposta sobre entradas e bandeiras é, sem qualquer dúvida, uma recorrência significativa, uma constante nos livros didáticos.

Na mesma página em que Marlene e Silva fazem essa distinção entre as expedições, aparece a seguinte representação iconográfica:



Esse desenho, que apresenta o sertanista em trajes aparatosos, já foi por nós analisado neste trabalho, quando investigamos a maneira como o bandeirante foi abordado por Washington dos Santos, em seu livro didático *História do Brasil*, publicado em 2ª edição no ano de 1966. Isso significa que, iconograficamente, a figura do sertanista paulista continuava, em 1975, a ser apresentada literalmente da mesma forma que já havia sido apresentada nove anos antes, em outra obra didática.

Marlene & Silva prosseguem sua abordagem, destacando como causa das expedições o fator econômico, oriundo da carestia no planalto paulista, acentuada em decorrência da prosperidade do parque açucareiro nordestino. Também entendem os autores que a proximidade do Tietê, cujo leito corre em direção ao sertão, foi outro fator propiciador do avançamento dos paulistas interior adentro:

Foi da capitania de São Vicente, mais particularmente de São Paulo, que partiram as Bandeiras. O paulista tornou-se bandeirante, principalmente em busca de novas riquezas. Isto porque com o sucesso da cana-de-açúcar no Nordeste, a região de São Paulo entrou em decadência econômica. Outro fator que contribuiu para a saída do paulista, foi a facilidade de penetração para o interior, motivada pelo sentido do rio Tietê, que corre, não em direção do litoral, mas sim em direção ao interior (MARLENE e SILVA, 1975, p. 93).

Caçar índios e encontrar minerais valiosos eram, para os autores, os objetivos dos paulistas:

Inicialmente os bandeirantes organizaram Bandeiras de caça ao índio, com a finalidade de vendê-los no interior nordestino, para servir de mão-de-obra para a pecuária. Os índios catequizados eram vendidos para a área açucareira. São desta época os bandeirantes **Manoel Preto** e **Antônio Raposo Tavares**. Depois da caça ao índio, temos as Bandeiras que procuravam ouro e pedras preciosas. Destacam-se, então, **Fernão Dias Paes**, **Borba Gato**, **Pascoal Moreira Cabral** e **Bartolomeu Bueno da Silva** (Anhangüera) (MARLENE e SILVA, 1975, p. 93).

Já como conseqüências do devassamento levado a cabo pelos paulistas, asseveraram Marlene e Silva:

As Bandeiras do ciclo do ouro e pedras preciosas trouxeram várias conseqüências para o Brasil:

- Expansão do Brasil para o Centro-Oeste.
- Descoberta de riquezas minerais.
- Colonização e povoamento do interior (MARLENE E SILVA, 1975, p. 93).

Essas palavras fecham o texto nomeado *As fronteiras avançam*, um texto que aponta a pobreza como fator motivador do devassamento, além de ressaltar a importância do rio Tietê nesse processo. O apresamento aparece, porém apenas com a finalidade de abastecimento do tráfico para

engenhos de açúcar do Nordeste, uma vez que nem mesmo uma única palavra é escrita sobre a escravização em larga escala, que ocorria no próprio planalto. Noutros termos, nada é mencionado sobre os paulistas que apresavam indígenas para aumentar sua própria escravaria nas terras de Piratininga. Os autores mencionam as primeiras expedições como agregações de homens que visavam, unicamente, o apresamento para o comércio escravista, postulando que a procura de minérios valiosos só ocorreu depois. Sabemos que, desde o século XVI, os paulistas já procuravam ouro nas matas do atual estado de São Paulo. Por outro lado, sabemos ainda que, também, no século XVI, os paulistas caçavam índios, porém mais para torná-los escravos no próprio planalto que para vendê-los. Sendo assim, faz-se claro que, desde o começo, as expedições buscavam descobrir minérios valiosos, embora as jazidas mais opulentas só tivessem sido descobertas entre o final do século XVII e o início do XVIII. Numa só frase, as expedições que partiam do planalto sempre desejaram a mão-de-obra indígena e o ouro. Dividir a história das bandeiras em ciclos não é, decididamente, uma opção adequada. Os objetivos dos sertanistas estavam ligados à solução, ao *remédio para a pobreza*. Por isso, muitas expedições que saíram do planalto pretendendo encontrar ouro, acabaram trazendo índios e vice-versa. As atenções estavam voltadas para ambas as possibilidades. Afonso Sardinha, por exemplo, encontrou ouro no Jaraguá, por volta de 1597, quando muitas expedições caçavam índios. Fernão Dias foi apresador de índios e também pesquisador de minérios valiosos. Muitas expedições, buscando enganar o governo colonial, saíram de São Paulo pretextando procurar jazidas minerais, quando, acima de tudo, pretendiam apresar índios. Esse foi o caso, por exemplo, da tropa comandada por Diogo de Quadros, que deixou o planalto em 1606⁶⁶.

66 Através de uma citação das Atas da Câmara do ano de 1609, fica claro que Quadros, visando ludibriar a administração e a lei coloniais, aviu sua expedição apresadora de 1606, alardeando-a como uma empreitada de prospecção mineral.

Além disso, pode ser afirmado, sem qualquer reserva, que no período em que o apresamento ocorreu em larga escala – da década de 1580 até quase o final do século XVII –, os minérios valiosos jamais deixaram de ser procurados, ao passo que – em sentido inverso – durante o período das descobertas auríferas mais significativas, o apresamento e a escravização de índios não deixou de existir. Para que constatemos isso, basta lembrar que o ouro cuiabano foi descoberto por dois indígenas pertencentes ao sertanista paulista Miguel Sutil⁶⁷, em 1722, mesma época em que o segundo Anhanguera descobria os veios goianos. Portanto, foram índios escravizados os descobridores das jazidas auríferas, que, dali por diante, atrairiam tanta gente para o âmago do continente, desta forma iniciando a navegação regular entre os atuais estados de São Paulo e Mato Grosso. Índios escravizados que descobrem ouro ... importante elemento comprobatório – já no século XVIII – acerca da coexistência do apresamento e da pesquisa mineral, coexistência que, parece não restar dúvidas, caracterizou todo o século XVII, espaço temporal em que os paulistas jamais deixaram de apresar índios ... e de procurar ouro.

No entanto, o livro didático *História do Brasil*, de Marlene e Silva, ensinava em 1975 que o apresamento e a prospecção mineral ocorreram em temporalidades distintas, estanques, como a própria expressão *ciclo do ouro* indica.

Interessante ainda é verificar que, ao lado do fechamento do texto, existe um desenho algo hilário, representando um bandeirante correndo atrás de um índio:

67 Na obra *Monções*, Holanda (1990) analisa a descoberta do ouro em Cuiabá, bem como os seus desdobramentos posteriores, mencionando os índios de Sutil.



Se aqui existe um toque humorístico, diferentemente da altivez que caracteriza o destemido bandeirante a recarregar seu arcabuz – que consta à página 92 da obra em pauta e que foi reproduzido e comentado há pouco –, inexistem, entre ambas as concepções iconográficas, diferenças fundamentais, no tocante ao vestuário do paulista. Os dois bandeirantes estão de chapéu, escupil acolchoado, calças compridas e botas altas.

Investiguemos, agora, como a figura do bandeirante foi abordada no livro didático intitulado *História do Brasil Colônia*, de autoria de Ládmo Valuce, publicado em 1979 pela Editora do Brasil e destinado aos alunos da 5ª série do 1º grau.

Antes de mais nada, verifiquemos que o nono capítulo dessa obra – que é o que trata da temática que nos interessa – sugere heroísmo já por seu título, que surge grafado ao lado de um bandeirante de feições europeias, que mira o alto, de cenhos franzidos, ostentando gibão de couro e chapéu de abas largas:



Na abertura do texto, o caráter aventureiro do europeu é ressaltado como fator propiciador das expedições:

O espírito de aventura sempre esteve presente no homem. Vimos que o desejo de partir ao encontro do desconhecido levou os povos europeus a descobrir novas terras, novas fontes de riquezas, novos caminhos. Lançaram-se aos mares. Agora o mesmo espírito aventureiro aparecia no Brasil. Homens penetram nas matas, escalam montanhas, atravessam rios, lutam com índios, em busca de riquezas e novas terras. Descubrem o sertão e conquistam imenso território (VALUCE, 1979, p. 62).

Como tantos outros, também este autor busca explicar as distinções entre *entradas* e *bandeiras*:

Embora as entradas tivessem semelhanças com as bandeiras, em alguns aspectos elas se diferenciavam. As entradas eram, geralmente, expedições oficiais, organizadas pelo governo, e não deviam ultrapassar o Meridiano de Tordesilhas. As bandeiras eram de iniciativa particular, eram mais livres e, na sua caminhada, ultrapassavam aquele meridiano (VALUCE, 1979, p. 62).

O texto menciona ainda a autoridade do cabo-de-tropa ou o líder bandeirante, percorrendo, na sequência, sobre os equipamentos utilizados pelos sertanistas:

A Bandeira tinha um chefe a quem todos obedeciam [...] Usavam um **gibão** coberto de couro e acolchoado de algodão. Como armas

possuíam, além de facas e facões, a **escopeta**, espécie de espingarda curta, e a **espada** (VALUCE, 1979, p. 62).

Ao lado dessas palavras, aparece a seguinte representação iconográfica:



Aqui a bandeira está partindo. Os bandeirantes seguem sobranceiros e bem paramentados, rumo ao sertão que os aguarda.

Na página seguinte, sob o subtítulo *Terra dos Bandeirantes*, escreveu Valuce:

Nasceu em São Paulo o movimento bandeirante. Inicialmente as Bandeiras caçavam índios para vendê-los ao nordeste. Este comércio decaiu com a chegada dos negros africanos, mas o movimento já estava formado e os bandeirantes começaram, então, a procurar minerais. A situação geográfica de São Paulo facilitava a penetração para o sertão, pois seus rios, correndo em sentido contrário ao mar, levaram os bandeirantes a aproveitá-los. Partiam daí as principais Bandeiras (1979, p. 63).

Essas palavras, apesar de abordarem o apresamento, o apontam como uma atividade unicamente dedicada ao tráfico escravista, deixando de mencionar a farta escravaria que labutava nas terras do planalto paulista, trazida pelas expedições apresadoras. Quanto a isso, o texto de Valuce é literalmente mudo. Sabe-se também que, durante a ocupação holandesa,

o comércio de escravos africanos para o Brasil foi suprimido, o que causou significativo incremento no tráfico de escravos índios de São Paulo para o Nordeste; porém, o texto do autor em pauta também nada aborda sobre essa questão. Embora não lance mão do termo *ciclo*, com o objetivo de caracterizar o apresamento e a pesquisa mineral como fases distintas do bandeirismo, Valuce oferta uma explicação que postula temporalidades diferentes para essas duas atividades, inviabilizando ao leitor qualquer possibilidade de entendimento acerca da simultaneidade verificada, diversas vezes, concernente a essas duas atividades em pauta.

Ao abordar a situação geográfica de São Paulo, Valuce detém-se nos rios que correm para o interior, assentando sua explicação acerca da sucessiva formação de expedições nesse fator pretensamente facilitador. Sobre a pobreza de São Paulo, que foi um dos principais fatores fomentadores do bandeirismo, nada é escrito.

Acompanhando a linha de concepção dos dois anteriores, um outro desenho ilustra a abordagem de Valuce (1979, p. 93):



Ao escrever a legenda *um bandeirante*, Valuce leva o leitor de seu texto à ideia simplista de que todos os bandeirantes se vestiam assim, ou pelo

menos a maioria deles. *Um bandeirante* significa *um deles*, um *espécime* apenas, representativo de um grande grupo.

À frente, o texto de Valuce prossegue ofertando um elencamento de sertanistas sob o título *Bandeirantes Notáveis*, elencando primeiramente Antônio Raposo Tavares, afirmando que ele:

Atacou a Província de Guairá aprisionando, nas missões, muitos índios. Subiu o rio Paraguai e alcançou os estados do Amazonas e Pará, depois de três anos de viagem (VALUCE, 1979, p. 63).

Sobre Fernão Dias Pais, afirmou o autor:

Dirigiu-se a Minas Gerais. Levava consigo seu filho Garcia Rodrigues Pais e seu genro Borba Gato. Sonhava encontrar esmeraldas. Depois de sete anos de viagem, morreu junto ao Rio das Velhas, convicto de ter descoberto as sonhadas pedras, quando não passavam de turmalinas (VALUCE, 1979, p. 63).

Nada está escrito sobre o enforcamento do filho de Fernão Dias, o mameluco José dias. Aliás, não apenas sobre o enforcamento se fala o texto, mas também sobre a própria presença de José Dias na expedição.

Acerca da contribuição da bandeira de Fernão Dias, escreveu Valuce:

A importância de sua bandeira foi ter aberto caminho para outras expedições. Seu filho Garcia Rodrigues realizou outras bandeiras e, em uma delas, estabeleceu a comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (1979, p. 63).

A lista de *Bandeirantes Notáveis* termina com as menções a Pascoal Moreira Cabral, que *descobriu ouro em Mato Grosso*, e a dois célebres sertanistas homônimos:

Bartolomeu Bueno da Silva, pai e filho, ambos chamados pelos indígenas de Anhanguera, exploraram riquezas em Goiás (VALUCE, 1979, p. 64).

Na sequência deste rol de protagonistas do devassamento, o autor destaca algumas das cidades que surgiram em consequência deste devassamento, utilizando mais uma vez a palavra epopeia, vocábulo inapelavelmente evocador de triunfalismo, especialmente quando é grafado em negrito, que é o caso que aqui se apresenta:

Várias cidades resultaram da **epopéia** bandeirante. Em Mato Grosso surgiu Cuiabá. No Estado de Minas Gerais, Vila Rica (Ouro Preto), Diamantina, arraial do Tijuco, Sabará, Mariana (VALUCE, 1979, p. 64).

O fechamento do texto ocorre, num primeiro momento, alertando o leitor, no sentido de que jamais deve ser negado o papel – histórico e geográfico – dos bandeirantes, respeitante à *formação* do Brasil. A seguir é exaltado o *trabalho heroico* desses personagens históricos e, finalmente, a afirmação de que a geração de então – a que cursava a 5ª série do 1º grau em 1979 – devia deixar, ela também, um *testemunho histórico*:

Não se deve negar o papel histórico e geográfico desempenhado pelos bandeirantes na formação de nosso país. Analisando o trabalho heróico desses homens, você verá como desbravaram os sertões desconhecidos, abrindo caminhos, estabelecendo roteiros, dando notícias de terras férteis. Depois desse trabalho realizado, ficou mais fácil o acesso às regiões jamais atingidas. O Brasil crescia e seu território aumentava. Cabe à nossa geração deixar, também, um testemunho histórico (VALUCE, 1979, p. 64).

O bandeirante, nesse livro didático de 1979 é apresentado abertamente como um herói epopeico, um herói europeu que trouxe consigo – ou herdou de seus ancestrais, já que não há no texto *Epopeia Bandeirante*

qualquer datação, nenhuma alusão sequer aos séculos ou anos em que ocorreram as expedições – o espírito de aventura, que para Valuce caracterizava os habitantes do Velho Mundo. Esse herói caçou índios para vendê-los como escravos, porém não os escravizou para trabalhar em suas terras, uma vez que o trabalho que ocorria no planalto nem sequer é mencionado pelo autor. O bandeirante de Valuce, embora seja apresentado como herói, não tomou parte na resistência aos holandeses no Nordeste, uma vez que a ocupação holandesa não é lembrada no texto em questão.

Nenhum protagonista desse heroico movimento de devassamento, jamais, em momento algum, ordenou a morte de seu próprio filho, já que, Fernão Dias não se fez acompanhar de José Dias em sua última jornada. Nesse texto, a ausência de menção ao mameluco José Dias, não apenas omite o enforcamento dele a mando do pai, Fernão Dias, como também reduz as possibilidades de entendimento a respeito da miscigenação, tão presente no Brasil Colônia.

Outra particularidade importante desse texto é a ausência de qualquer menção à pobreza que dominava Piratininga. Muito bem paramentado, tanto na discursividade quanto na historiografia, o bandeirante de Valuce parece desconhecer a miséria. O bandeirante de Valuce, embora armado até os dentes com armas europeias – nada de flechas –, parece nunca ter matado ninguém ... nem inimigos, nem índios – com os quais apenas lutou –, nem filhos mestiços, bastardos.

Em 1980, Francisco M. P. Teixeira lançava, pela Editora Ática, o livro didático *História do Brasil*, destinado à 5ª série. Nessa obra, no texto intitulado *As Bandeiras abrem caminho*, escreveu Teixeira:

As maiores bandeiras partiam de São Paulo [...] as vilas paulistas em geral eram muito pobres. Não conseguiam progredir como as vilas e cidades do Nordeste, enriquecidas pela agricultura da cana-de-açúcar. Assim, desde muito cedo, os paulistas tiveram que “bus-

car no sertão o remédio para a sua pobreza”, como eles mesmos diziam. Os paulistas tornaram-se sertanistas, organizando grandes bandos para explorar o sertão [...] à caça de índios ou à procura de ouro (1980, p. 62).

Sobre a caça ao índio, asseverou o autor:

A **caça ao índio** era feita principalmente no sul, nas regiões das missões dos padres jesuítas: Guairá e Tape, no Rio Grande do Sul, e Itatim, ao sul de Mato Grosso. Os índios eram trazidos como escravos e vendidos aos donos de terras e engenhos (TEIXEIRA, 1980, p. 62).

Abaixo dessas palavras, aparece a seguinte ilustração:



A caça ao Índio dos bandeirantes, Quadro de Debret.

Sobre as expedições pesquisadoras de minerais valiosos, postulou Teixeira:

A partir de 1650, as bandeiras passaram a dedicar-se mais à *procura de metais e pedras preciosas*. Partiam de São Paulo, da Bahia e de Pernambuco. Depois de muitos anos de intensa procura, por volta de 1690, foram descobertas minas de ouro e diamantes na região do atual Estado de Minas Gerais. Em 1720, foram descobertas minas em Goiás e Mato Grosso (1980, p. 63).

Nesse livro didático de 1980, Teixeira demonstra que o fator econômico foi um importante elemento desencadeador das incursões bandeirantistas. Uma vez tendo relacionado – com muita propriedade – a pobreza paulista com a organização de expedições, o autor incorre na costumeira inadequação historiográfica de conceber o movimento bandeirista em ciclos, contribuindo para a disseminação de uma compreensão simplista acerca de um tema complexo. O autor cometeu, também, um equívoco geográfico que clama por correção, ao afirmar que as missões do Guairá localizavam-se no *Rio Grande do Sul* (p. 62). Quanto a isso, cumpre afirmar que a área missionária do Guairá localizava-se, no século XVII, em terras hoje pertencentes ao Estado do Paraná. Já sobre o fechamento da abordagem de Teixeira acerca dos bandeirantes, pode ser afirmado que o convencionalismo prevalece, através do ressaltado à expansão territorial, às descobertas minerais e ao surgimento das cidades. Também o protagonismo é realçado por Teixeira, através das menções – tanto no texto, quanto no mapa de roteiros – de sertanistas famosos, como Raposo Tavares, Fernão Dias e outros. Porém, cumpre observar que o protagonismo, na obra deste autor é menos explícito, pois não ocorre através de uma lista intitulada *Bandeirantes Notáveis*, como já foi observado no livro didático de Valuce (1979). Finalizando nossa análise dessa obra didática de Teixeira, publicada em 1980, afirmamos que sua iconografia apenas corrobora a concepção imagética do bandeirante herói, uma vez que lá está ele, na célebre obra de Debret, em meio à mata densa, assestando seu arcabuz contra os índios. Ele ostenta botas altas, alças compridas, cinto de couro – onde está enfiada uma garrucha –, chapéu de abas largas e escupil, de onde pendem flechas atiradas pelos índios, aparadas eficazmente pelo tecido acolchoado. Essa imagem nada mais é que a reprodução de uma litogravura do início do século XIX, porém Teixeira não presta qualquer informação sobre a época em que ela foi feita, limitando-se a mencionar,

na legenda, o sobrenome do autor do *quadro*: Debret⁶⁸. Em termos objetivos: Teixeira simplesmente reproduz, em 1980, uma imagem concebida quase dois séculos antes.

No meio da década de 1980, ocorreu uma importante mudança política no Brasil. Depois de pouco mais de duas décadas, a hegemonia dos governantes militares chegou ao final.

Sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr.:

A partir de 1985 o Brasil ficou livre da ditadura militar [...] Tancredo e, conseqüentemente, José Sarney, foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, ou seja, o mecanismo ainda usado pela ditadura militar para repor seus generais na presidência (2003, p. 195-196).

Também sobre esse momento da história política brasileira, escreveu Aranha:

Em 1985 passamos ao primeiro governo civil depois da ditadura, ainda com inúmeros remanescentes da fase autoritária. A revelia dos movimentos populares, com destaque para a campanha das diretas-já, manteve-se a eleição indireta para a presidência da República. Toma posse o vice José Sarney, começando o governo civil com um político imposto pela aliança que tornara possível a vitória de Tancredo Neves. Saído das fileiras do PDS, partido fiel à ditadura, no ano anterior (1984) Sarney votara contra a emenda que propunha restabelecer as eleições diretas (2000, p. 217).

Naturalmente, os novos rumos políticos do Brasil, no sentido da democratização, passaram por discussões numa nova configuração parlamentar, culminando com a eleição de uma nova Carta Magna:

68 O nome completo desse artista francês é Jean-Baptiste Debret. Ele esteve no Brasil em 1816 e, de volta à Paris, publicou a obra *Viagem Pitoresca e História ao Brasil*, que celebrou-se por seus desenhos minuciosos.

A democratização do país, como não poderia deixar de ser, passou pela eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte. Um novo Parlamento deveria fazer a nova Carta Magna, colocando de lado a Constituição imposta ao Brasil, e tantas vezes emendada autoritariamente de modo a servir a interesses momentâneos, pelos generais presidentes. E assim aconteceu. O Brasil ganhou uma nova Constituição em 1988 – certamente uma das mais avançadas quanto a direitos sociais, se comparada com as anteriores (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 205).

A respeito da questão educacional na perspectiva da nova constituição, escreveu o mesmo autor:

Na Carta de 1988, a educação não foi contemplada apenas no tópico específico destinado a ela, mas também recebeu atenção em outras partes do referido documento. Assim, no título sobre direitos e garantias fundamentais, a educação apareceu como um direito social, junto da saúde, do trabalho, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, da assistência aos desamparados (Artigo 6º). Também no capítulo sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso, a educação foi incluída. A Constituição determinou ser dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação como uma prioridade em relação aos outros direitos. No lugar que lhe cabe na Constituição, a educação ficou ali mencionada como algo que deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 205).

Em dezembro de 1996, foi sancionada a nova LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o nº 9.394/96. Antes que fosse sancionada, a nova LDB foi motivo de muita polêmica, com dois projetos tramitando ao mesmo tempo, apresentando redações divergentes em diversos pontos. Sobre esses projetos, escreveu Aranha:

O primeiro foi aprovado pela Câmara federal em maio de 1993 e, ao chegar ao Senado, teve como relator o Senador Cid Sabóia (daí

ser conhecido como Substitutivo Cid Sabóia). Resultou de amplo debate, não só na Câmara, mas foi ouvida a sociedade civil, sobretudo no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, composto de várias entidades sindicais, científicas, estudantis e de segmentos organizados da educação. O Senador Darcy Ribeiro propôs outro projeto, com o apoio do governo e do ministro da Educação, por considerar que o substitutivo anteriormente apresentado, entre outros defeitos, era muito detalhista e corporativista (isto é, interessado em defender determinados setores). Em contraposição, o segundo projeto é criticado por ser vago demais, omissivo em pontos fundamentais e autoritário, não só por não ter sido precedido por debates, mas por privilegiar o poder executivo, dispensando as funções deliberativas de um Conselho Nacional composto por representantes do governo e da sociedade (2000, p. 224).

Contrariado com o Projeto apresentado por Darcy Ribeiro, “que vinha em aliança com os interesses do governo Collor” (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 107), Florestan Fernandes escreveu um artigo contundente na *Folha de São Paulo*, expressando sua decepção em relação a Darcy Ribeiro, com quem sempre mantivera um relacionamento pautado pela amizade e admiração intelectual. Eis um trecho desse artigo de Fernandes citado por Ghiraldelli Jr.:

... estávamos prestes a sofrer uma decepção única. Nada menos que o Senador Darcy Ribeiro iria tomar a peito apresentar um projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional no Senado! Sua impaciência não permitiu esperar que a Câmara dos deputados terminasse o seu trabalho, ocasião em que o projeto tramitaria normalmente no Senado e lá sofreria transformações. Por que essa precipitação? O Senador, como representante do PDT, sentiu-se à vontade para aliviar o governo Collor de uma tarefa ingrata. Recebendo suas sugestões (e por essa via os anseios imperativos do ensino privado) e aproveitando como lhe pareceu melhor o projeto mencionado (o da Câmara), mostrou aquilo que se poderia chamar de versão sincrética “oficial” daquela lei. Terrível decepção para todos os que somos amigos, colegas ou admiradores de Darcy Ribeiro! Sua cabeça privilegiada decidiu “servir o rei” e voltar as cos-

tas a Anísio Teixeira, o seu mentor pedagógico, e à nossa geração, que combateu ardorosamente os “ídola” que ele empolgou sem constrangimento (2003, p. 207).

Dessa celeuma, acabou resultando uma LDB que se configurou como:

Uma mistura entre o Projeto que ouviu os setores da população e o Projeto do Senador Darcy Ribeiro, de certo modo mais afinado com o governo e com os interesses dos empresários do ensino (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 207).

No inciso V de seu artigo 3º, a nova LDB estabelece a *coexistência de instituições públicas e privadas de ensino*.

Já no artigo 4º, em seu enunciado inicial, bem como em seus dois primeiros incisos, a nova LDB estabelece que:

O dever do estado com a educação pública será efetivado mediante a garantia de: I – Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria; II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio.

Refletindo acerca do contexto brasileiro em que a LDB começou a vigorar, depois de sancionada, escreveu Aranha:

... um triste recordista em concentração de renda, com efeitos sociais perversos: conflitos com os sem-terra, os sem-teto, infância abandonada, morticínio nas prisões, nos campos, nos grandes centros. Persiste na educação [...] uma grande defasagem entre o Brasil e os países desenvolvidos, porque a população não recebeu até agora um ensino fundamental de qualidade (2000, p. 224).

Sobre as disparidades regionais que caracterizavam o ensino fundamental no ano de 2003, observou Carneiro:

... importante é registrar que os desníveis em matéria de escolaridade continuam maiúsculos. Basta lembrar que, nas regiões Norte e Nordeste [...] as taxas de escolaridade continuam bem abaixo da média nacional [...] apesar de uma cobertura de matrícula bastante expressiva, com a média nacional em torno de 95%, havia, neste mesmo ano, 1,3 milhão de crianças na faixa etária de escolaridade compulsória fora da escola. Deste total, 84% eram crianças residentes na região Nordeste (2004, p. 44).

Já analisando o ensino Médio, escreveu Carneiro:

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica. Embora com uma matrícula em 2003 de 8.398.008 para uma população na faixa etária própria (de 15 a 17 anos) de 10.727.038, segundo o IBGE, há de se considerar, pela relevância do problema, que 63% dos brasileiros matriculados neste nível de ensino estão fora da faixa etária. Por outro lado, embora gratuito nas escolas públicas, o Ensino Médio, equivocadamente, não é obrigatório. A lei fala em sua progressiva obrigatoriedade e gratuidade. Esta posição deixa o Brasil em nítida desvantagem em relação ao que ocorre não apenas no mundo desenvolvido, mas também em muitos países com nível de desenvolvimento semelhante ao nosso (2004, p. 44).

Refletindo sobre aspectos de relevante importância para a mudança da educação no Brasil, escreveu Aranha:

Sem a intenção de fazer uma lista exaustiva das tarefas a serem realizadas, destacamos alguns pontos importantes. É preciso:

- instaurar uma *política educacional* decente, que destine as verbas públicas para o ensino público, com diretrizes educacionais coerentes e continuidade de implantação, evitando os desencontros das políticas governamentais;
- valorizar o professor (salário, carreira, formação continuada, concurso de ingresso), o que certamente manteria na ativa os profissionais de qualidade;
- escola para todos, sem sucumbir à tentação da monumentalidade: não necessitamos de grandes prédios, mas de qualidade de ensino, com rede escolar suprida de bibliotecas, obras de referência,

instalações adequadas, condições reais de reuniões educacionais e pedagógicas (2000, p. 225).

Essas palavras, agregadas às de Carneiro (2004), demonstram que a nova LDB não determinou, de forma alguma, o alcance de um patamar de excelência, no que diz respeito à educação brasileira. Feita essa necessária e breve contextualização da educação brasileira, no período 1985/2006, passemos agora à análise dos livros didáticos produzidos no aludido período.

Em 1985, era editado, pela Editora do Brasil, o livro didático *História do Povo Brasileiro: Brasil Colônia*, de autoria de Renato Mocellin e destinado ao ensino de 1º grau. Afora o título da obra, que já denotava algo de questionador, ao focar o *povo brasileiro*, um interessante prefácio consta na página de rosto, demarcando, claramente, a postura ou posição crítica postulada pelo autor:

A presente obra tem, como objetivo principal, dar uma visão crítica da História do Brasil. Em razão dessa proposta, em todos os capítulos procuramos enfatizar a análise crítica, sem contudo esquecer dos fatos e datas, os quais constam dos chamados “quadros cronológicos”. Quanto às atividades reflexivas, as leituras complementares e os textos para análise, visam, sobretudo, levar o aluno a um posicionamento consciente sobre o nosso passado para uma melhor compreensão do presente. Se isto acontecer, sentir-nos-emos inteiramente recompensados (MOCELLIN, 1985).

No capítulo I, denominado *Introdução à História*, o autor enfatiza seu posicionamento *crítico*:

A História, não se restringe aos feitos de certos personagens, as guerras e os grandes acontecimentos. Devemos entender que o povo, de uma forma geral, faz a História. Eu, você, o simples camponês, o operário, o industrial; enfim, todos nós desempenhamos nossos papéis, participando de um determinado momento histórico (MOCELLIN, 1985, p. 07).

Esse Capítulo I é, na verdade, um arrazoado sobre a história da história, ou seja, sobre como a historiografia apresentou suas versões sobre a história.

Buscando se posicionar antagonicamente à *História da Elite*, que se tornou influente na Alemanha do século XIX, o autor lamenta que em 1985, ainda eram publicados livros que apresentavam essa orientação historiográfica:

No século XIX, a “Escola Histórica Alemã” quis tornar a História uma ciência a mais exata possível. Apesar do valor das pesquisas documentais, esta História morta e fática, que só se preocupava com os “grandes” acontecimentos, as guerras e a vida das grandes personalidades, de científica tinha pouca coisa. Era na verdade uma História da elite, dos dominantes, onde os dominados não entravam. Infelizmente, ainda hoje existem livros que fazem este tipo de análise... (MOCELLIN, 1985, p. 08).

Na sequência, denotando clara simpatia ao materialismo histórico, escreveu o autor:

Ainda no século XIX, Karl Marx e Frederico Engels deram importantes contribuições ao estudo da História. Partiram da idéia de que o modo como se produzem os bens materiais é que determina as transformações históricas [...] os historiadores que escrevem baseados no materialismo histórico procuram mostrar o papel que cada classe social desempenha, bem como as diversas contradições existentes dentro de um sistema econômico, para a partir daí compreender melhor todas as transformações que ocorrem (MOCELLIN, 1985, p. 08-09).

O autor também procurou demonstrar a importância dos historiadores franceses para a escrita da história:

Atualmente pode-se dizer que a história total apreendida pela “escola francesa” tem muitos adeptos. Para esses historiadores a análi-

se das estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas, etc é fundamental. Procuram estudar os grupos humanos sob os mais diversos aspectos (MOCELLIN, 1985, p. 09).

Sobre o *herói na história*, escreveu o autor:

O conceito de herói é muito relativo, pois assume um concreto conteúdo de classe. Os que são heróis para a classe dominante não o são para a classe dominada. Por exemplo: Zumbi foi o herói para os negros que lutavam pela liberdade, já os portugueses tem como herói Domingos Jorge Velho, que destruiu o Quilombo de Palmares (MOCELLIN, 1985, p. 09).

Apesar de toda essa explanação crítica, explicitada no Capítulo I, porém iniciada bem anteriormente, no próprio prefácio de sua obra, Mo-cellin parece fazer tudo ao contrário, no Capítulo XII, intitulado *Entradas, Bandeiras e Formação das Fronteiras*, em que o bandeirante Domingos Jorge Velho é assim apresentado, em termos imagéticos:



Domingos Jorge Velho

Essa imagem é a reprodução de um quadro a óleo de Benedito Calixto, pintor que se celebrou por retratar personagens, episódios e aspectos geográficos da história brasileira, especialmente relativos a São Paulo. Na obra *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*⁶⁹, Ferreira (2002, p. 353) esclarece que Calixto ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1905, cumprindo lembrar que essa instituição foi apontada, no referido trabalho, como um dos mais significativos centros de irradiação da *invenção épica paulista*. Integraram as fileiras do *Instituto* autores como Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Alcântara Machado, estudiosos que se dedicaram, predominantemente, à disseminação da história de São Paulo, diversas vezes exaltando-a desabridamente. Calixto, porém, não foi apenas um hábil pintor – ele tinha formação que incluía estudos em vários ateliês europeus – imiscuído num círculo de literatos, pois de acordo com Ferreira: “Calixto, além de acumular, na entrada do século, um conjunto de quadros [...] escreveria com certa regularidade artigos a respeito da história paulista” (2002, p. 113).

Este pintor e pretense historiador em pauta viveu de 1853 a 1927. O óleo sobre tela que ele executou, retratando o bandeirante Domingos Jorge Velho – falecido entre 1703 e 1704⁷⁰ – data de fins do século XIX ou início do XX.

Isso posto, torna-se viável a percepção de que Mocellin incluiu, em seu livro didático de 1985, uma representação iconográfica nada *crítica*. Pelo contrário, a pintura de Calixto foi concebida num momento histórico específico, em que a ideologização da história paulista estava em franca efervescência, visando à perpetuação da hegemonia dos políticos de São Paulo, na República não há muito proclamada. Na pintura de Calixto, um homem de fisionomia europeia e imensa barba patriarcal, mira, com auste-

69 Esse livro é fruto da pesquisa de livre-docência do autor, defendida em agosto de 1999 na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Campus de Assis – SP.

70 Segundo Carvalho Franco (1989, p. 430).

ridade, quem o observa. Uma grande capa negra pende-lhe do ombro esquerdo. Em sua cintura, afixados num cinto de couro, aparecem um facão e uma garrucha. Sua mão esquerda segura um arcabuz e o chapéu de abas largas pende-lhe para o lado direito da cabeça. Não é possível detectar aqui, nada do homem de ancestralidade mameluca, postulado por Holanda⁷¹. Essa reprodução iconográfica não coaduna, de forma alguma, com o viés *crítico* propalado por Mocellin, tanto no prefácio quanto no primeiro capítulo do livro didático ora em análise. E o descompasso prossegue não apenas na iconografia, mas também na discursividade textual, através de asseverações como essa:

Tradicionalmente divide-se o bandeirantismo em quatro ciclos: do ouro de lavagem, da caça ao índio, do ouro de mina e do sertanismo de contrato (MOCELLIN, 1985, p. 58).

O autor que no início de sua obra defendia a criticidade, agora adere à *tradição da divisão do bandeirantismo em ciclos*, porém, propondo uma divisão não apenas bipartida – ciclos do apresamento e da mineração –, como querem alguns autores, ou ainda tripartida – ciclos do apresamento, da mineração e do sertanismo de contrato – como querem outros, mas um fracionamento em quatro ciclos, conforme consta na citação e que agora analisaremos.

O *ciclo do ouro de lavagem*, segundo o autor, engloba as descobertas auríferas de pequeno porte, ocorridas antes mesmo da fundação de Piratininga, como a de Antônio Adorno, que “em 1514 [...] encontrou uma pequena quantidade de ouro na região leste das Minas Gerais” (MOCELLIN, 1985, p. 58). Segundo o autor, pertencem ainda a este ciclo outras descobertas, que ocorreram após a fundação de Vila de São Paulo:

71 Corrobore-se que na obra *Raízes do Brasil*, Holanda (1998) tece considerações sobre a ancestralidade deste sertanista, apresentando-o como detentor de sangue mestiço, mameluco.

Nas regiões próximas a São Paulo vários exploradores, descobriram ouro de aluvião em Guarulhos, São Roque, Jaraguá e mais tarde em Iguapé. A descoberta de ouro em Paranaguá, fez com que aumentasse a afluência de pessoas de Curitiba e a elevação de Paranaguá à categoria de vila (1648), são importantes marcas da expansão portuguesa em direção ao sul do Brasil (MOCELLIN, 1985, p. 58-59).

Sobre o ciclo da caça ao índio, escreveu o autor:

Os vicentinos, devido à impossibilidade de comprar escravos negros, recorriam à escravidão do índio. Nesta fase inicial, quando visavam abastecer o mercado local, o apresamento limitava-se à exploração dos estoques de índios próximos da capitania (MOCELLIN, 1985, p. 58).

Acerca do recrudescimento do apresamento, afirmou Mocellin:

A situação mudou quando os holandeses ocuparam o Nordeste brasileiro e controlaram a costa africana, de onde vinham os escravos. Nesta época as regiões que não estavam sob o domínio holandês, necessitavam de braços para a lavoura, daí a caça aos índios ter chegado ao apogeu (1985, p. 59).

O texto prossegue ressaltando o protagonismo de Raposo Tavares nos ataques às reduções do Guairá e do Itatim, respectivamente em 1629 e 1648, abordando ainda a permanência deste chefe bandeirante no sertão por três anos, liderando sua tropa que, ao deixar São Paulo, contava com 1200 homens, sendo que, apenas 58 deles, chegaram a Gurupá. Cumpre mencionar que essa é a famosa jornada que se tornou lendária, posto que acrescida da ingênua asseveração – por parte de autores outros, não de Mocellin – de que Raposo Tavares teria atravessado os Andes e alcançado o Pacífico.

Sobre o ciclo do sertanismo de contrato, escreveu Mocellin:

Em troca de terras ou pagamento, os bandeirantes, lançavam-se com muita coragem para empreender as mais difíceis tarefas. A destruição do quilombo de Palmares, pelo paulista Domingos Jorge Velho e o aniquilamento da Confederação dos Cariris realizado por vários sertanistas [...] são as duas realizações mais importantes do chamado sertanismo de contrato (1985, p. 60).

Aqui, o autor ressalta a *muita coragem* dos bandeirantes, destacando a atuação de Domingos Jorge Velho na destruição de Palmares. Cumpre observar que a aniquilação do maior quilombo da Colônia foi aqui trazida à baila, desacompanhada de qualquer menção a Zumbi, o líder dos africanos agregados. Parece que Mocellin optou – porque, além da exaltação textual, também trouxe para o seu texto uma pintura retratando Jorge Velho – por ressaltar o *herói* dos portugueses, ao invés de exaltar o herói dos negros. Afirmamos isso alicerçados no que ele mesmo escreveu à página 09 de sua obra didática, quando, ao discutir o *conceito de herói*, afirmou que, no episódio da destruição de Palmares, Zumbi foi *herói para os negros*, ao passo que Jorge Velho o foi para os *portugueses*. As idéias de Mocellin, acerca do heroísmo na história, pareciam, no capítulo I de seu livro didático, carregadas de criticidade. No entanto, onze capítulos depois, ao abordar uma refrega ou contenda em que se salientaram dois heróis antagônicos, o autor eclipsa completamente um deles, deixando-o à sombra do protagonismo do outro. O herói eclipsado, no caso, é o líder negro Zumbi dos Palmares, tido como imortal em sua comunidade, um líder que não aparece nem no texto, nem na iconografia organizada por Mocellin, ao abordar o *ciclo do sertanismo de contrato*.

Ao aproximar-se do final do capítulo XII de seu livro didático, Mocellin aborda o que ele entende ser a última fase do bandeirantismo, o *ciclo do ouro de mina*:

Na segunda metade do século XVII, com o declínio do ciclo do apresamento de índios, os bandeirantes intensificaram as buscas na procura de ouro e pedras preciosas (1985, p. 60).

Depois disso, o autor, como muitos outros, faz uma lista de bandeirantes considerados importantes, afirmando que: “Vale destacar as figuras de: Bartolomeu Bueno da Silva [...] Fernão Dias Pais [...] Bartolomeu Bueno Siqueira [...] Antônio Dias Adorno [...] Manuel Borba Gato [...] Pascoal Moreira Cabral...” (MOCELLIN, 1985, p. 60).

Em relação ao primeiro sertanista mencionado, o autor reproduz a lenda de que o mesmo tocou fogo em pequena quantidade de aguardente, assim ameaçando os aterrorizados índios de que incendiaria os rios goianos, ganhando deles o apelido de Anhanguera; ao segundo é feita a ressalva de que embora sua jornada em busca de esmeraldas não tenha dado certo, os caminhos abertos por tal empreitada foram importantes; ao terceiro é atribuída a descoberta aurífera do Rio das Velhas; ao quarto é mencionado o mérito da descoberta das minas de Ouro Preto; em relação ao quinto é lembrado o achamento do ouro de Sabará e, finalmente, é atribuído ao sexto a descoberta do ouro cuiabano.

Nesse livro didático de 1985, destinado ao ensino de 1º grau, Mo-cellin alardeia – no prefácio e no capítulo I – criticidade e reflexão. Porém, no capítulo XII, nomeado *Entradas, Bandeiras e a formação das fronteiras*, explicitam-se a acriticidade, a tradição e o convencionalismo. A temática é desmembrada em ciclos, os bandeirantes são apresentados como homens de *muita coragem* e a iconografia é triunfalista, simples reprodução da *invenção épica paulista*.

A figura do bandeirante herói é bastante presente neste livro didático. Alardeada como crítica, esta obra apenas reproduz, reproduz e reproduz.

Em 1988, era lançado, pela Editora F.T.D., a obra *A história de um povo*, de autoria de Azevedo & Darós e destinada ao ensino de 1º grau.

O capítulo 24, denominado *Bandeirantes rumo ao interior* apresenta, logo abaixo de seu título, em caracteres maiores que os do texto, as seguintes palavras:

Falou em “bandeirantes”, sua imaginação talvez lhe fez ver grupos de pessoas destemidas, bem vestidas, bem calçadas, “*que quieriam aumentar o tamanho do Brasil*” [...] Ilusão. O estudo objetivo da história não obriga você a olhar o bandeirante assim, como se ele fosse um super-homem sem nenhum defeito. E, naquela época, o bandeirante não podia pensar que suas *entradas* para o interior iriam ajudar a aumentar o território brasileiro – como realmente aconteceu. “*Brandindo achas e empurrando quilbas vergaram a vertical de Tordesilhas*”: são palavras de poeta (Guilherme de Almeida) (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 90).

Grafadas bem no centro da página, essas palavras introdutórias prenciam um texto em que aparece, logo no início, a dificuldade econômica que caracterizava o cotidiano dos paulistas:

O bandeirismo paulista nasceu da situação de miséria em que viviam os habitantes da capitania de São Vicente. Lá, a lavoura da cana não foi pra frente. Não suportou a concorrência dos canaviais do Nordeste. As terras eram poucas, espremidas entre a serra do Mar e o oceano. Os solos eram pobres... (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 90).

Sobre a organização, chefia, disciplina e quantidade de homens envolvidos nas expedições, escreveram os autores:

As bandeiras eram organizadas por um chefe que recrutava brancos, caboclos (ou *mamelucos*) e índios. Todos se sujeitavam a uma disciplina rigorosa. O número de participantes variava. Houve bandeiras pequenas – 15 a 20 membros. E houve bandeiras com centenas de participantes (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 91).

Sobre a jornada de Fernão Dias em busca de esmeraldas, asseveraram Azevedo e Darós:

Fernão Dias Pais explorou extensas áreas de Minas. Com pequena ajuda oficial, ele partiu de São Paulo, em 1674, com 40 homens

brancos, além de numerosos mamelucos e índios. Durante 7 anos, Fernão Dias percorreu vales, rios e córregos à procura de ouro e esmeraldas ... Morreu de febre na região das minas sonhando ter encontrado as cobiçadas “pedras verdes”, isto é, as esmeraldas que procurava. Na verdade, eram turmalinas, pedras esverdeadas, de pouco valor (1988, p. 92).

Também acerca dessa bandeira de Fernão Dias, citando Moreira dos Santos escreveram os autores:

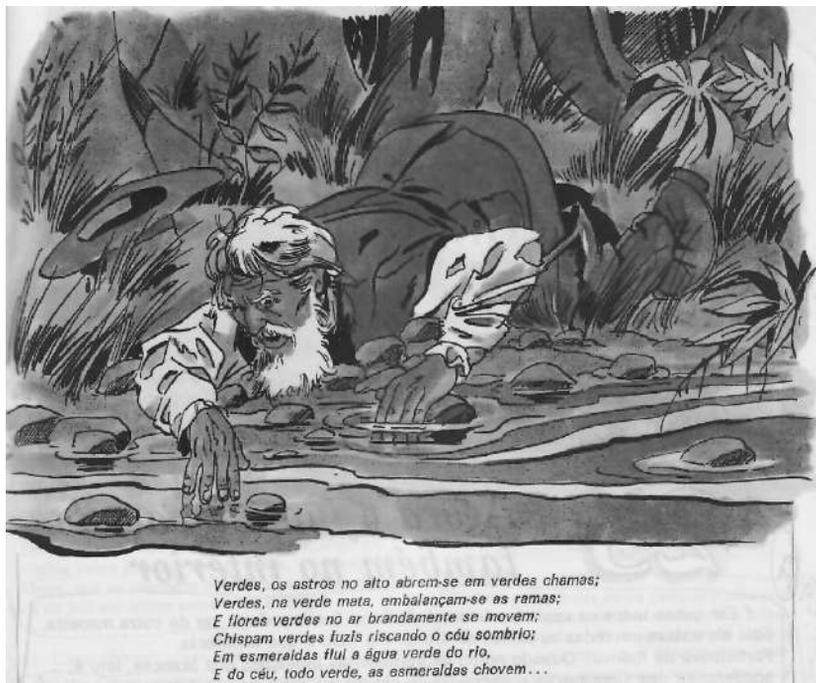
Doenças, acidente, deserções, combates com os índios iam dizimando pouco a pouco a tropa (...). Num dos momentos mais difíceis da bandeira de Fernão Dias, seu filho bastardo – José Dias – compreendeu que a única maneira de voltar pra casa seria matando o obstinado líder da bandeira (seu pai). Mas Fernão descobriu a conspiração e quem morreu – enforcado à vista de todo o arraial – foi José (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 91).

Os autores não deixaram de trazer à baila – como outros o fizeram – o enforcamento de José Dias, levado a efeito por ordem de seu pai.

Claramente antagônico à heroicização dos bandeirantes, o texto dimensiona a poesia como um domínio expressivo superlativo, que embora mereça ser conhecido, não deve ser entendido como uma fonte auxiliadora no processo de inteligibilidade ou interpretação da história. Isso é perceptível logo no início do texto, quando o trecho poético de Guilherme de Almeida – como já vimos – é adjetivado como *palavras de poeta* (p. 90), ou seja, como nada mais que isso. O mesmo sentido de tranquila advertência é expressado já no final do capítulo 24, quando os autores convidam o leitor a conhecer, apenas por *prazer*, alguns trechos de uma famosa poesia de Bilac sobre Fernão Dias. O convite à leitura dessa poesia é feito nesses termos: “Agora leia pelo prazer de ler... veja como o poeta Olavo Bilac, na poesia *O Caçador de Esmeraldas*, descreve o delírio do bandeirante” (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 92).

Na sequência, ainda na mesma página, dois consideráveis trechos dessa composição poética de Bilac são dados a conhecer aos leitores. No

alto da página seguinte, fechando o texto *Bandeirantes: rumo ao interior* – e por conseguinte o 24º capítulo –, aparece um desenho representando Fernão Dias, debruçado sobre um córrego, tendo como legenda, abaixo de si, o terceiro trecho poético de Bilac citado por Azevedo e Darós (1988, p. 93):



Assim terminam o texto e o capítulo em pauta.

Na próxima página é iniciado o capítulo de número 25, também dedicado a tratar do bandeirismo, porém apenas das atividades relativas ao apresamento e à escravização do homem natural da terra. O texto do capítulo em questão intitula-se *Agora o índio é caçado também no interior*. Em letras garrafais, esse título aparece à guisa de legenda, abaixo da reprodução da célebre obra de Debret, intitulada *Soldados de Mogi das Cruzes*, que retrata os bandeirantes caçando índios no sertão:



25

*Agora o índio é caçado
também no interior*

Cumprе lembrar que essa representação iconográfica já foi trazida à baila nesse estudo, quando analisamos o livro didático de Francisco M. P. Teixeira, publicado no ano de 1980. Tal qual Teixeira oito anos antes, Azevedo e Darós reproduziram, já no final da década, a imagem do bandeirante bem paramentado.

Pelo fato de já havermos tecido maiores considerações sobre essa litogravura do início do século retrasado, no momento não entraremos em maiores delongas sobre essa questão, bastando portanto frisar que, inapelavelmente, registra-se aqui nova reprodução de uma mesma obra iconográfica, concebida há muito tempo.

O texto de Azevedo e Darós, contudo, prossegue sem o viés laudatório que caracteriza tantas outras obras didáticas, ao tratar a temática bandeirantista. Aos indígenas, os autores parecem atribuir significativa importância, enquanto atores históricos:

Em quase todos os capítulos falamos do índio. E não poderia ser de outra maneira, pois ele estava em todas as partes do Brasil. Via tudo o que acontecia. Participava de tudo [...] Quando notou as verdadeiras intenções dos brancos, isto é, apoderar-se das suas terras e escravizá-lo, ele reagiu, organizou-se, lutou como podia... (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 94).

Sob um interessante subtítulo nomeado *Intenções boas, resultados desastrosos* (p. 94), os autores apontam os grandes prejuízos trazidos aos índios pelos jesuítas:

Trabalhando com os índios, na melhor das intenções, os padres não perceberam que seu trabalho prejudicou enormemente os índios, impondo-lhes costumes europeus, língua européia, religião européia, os padres destruíram os fortes laços que mantinham unidos os membros de cada tribo. Destribalizados, tornaram-se fracos... E mais: as reduções foram “um presente do céu” para os bandeirantes caçadores de índios (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 94).

As reduções, repletas de índios destribalizados e em franco processo de doutrinação cristã, tornaram-se reservas de mão-de-obra, atraindo cada vez mais os bandeirantes.

Sob o título nomeado *Cerva de 300000 índios caçados*, escreveram Azevedo e Darós:

A época mais forte de caça ao índio coincidiu com a época em que os holandeses estiveram no Brasil [...] O escravo ficou uma ‘mercadoria’ caríssima [...] Os bandeirantes souberam disso e, prontificaram-se a oferecer aos senhores de engenho uma mão de obra abundante e [...] mais barata: índios. Muitos paulistas viram nesse comércio uma ótima oportunidade de sair da pobreza (1988, p. 95).

Abordando os ataques de Raposo Tavares às reduções jesuíticas, os autores mencionaram também a denúncia levada pelos padres aos seus superiores europeus, em função dos assaltos dos paulistas, que haviam se tornado constantes:

Em 1628, *Antônio Raposo Tavares* e *Manuel Preto*, à frente de 69 brancos, 900 mamelucos e 2.000 índios auxiliares, acabam com as reduções de *Encarnación* e de *Guairá*. Depois será a vez de *Itatim*, *Tape* e muitas outras... Os ataques dos bandeirantes às missões tornaram-se cada vez mais freqüentes e violentos. Em meados do século XVII, dois emissários enviados pelos jesuítas denunciaram, em Roma e Madri, que os paulistas haviam aprisionado cerca de 300 mil índios entre 1614 e 1639 (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 95).

Na seqüência, sob o título *Caminhando para a morte*, os autores transcrevem o relatório dos padres Duran e Crespo, que contém a denúncia aos seus superiores eclesiásticos da Europa:

“Os paulistas, conhecidos também pelo nome de mamelucos, tinham começado com pequenas expedições contra guaranis, desde 1618. Em 1628 e nos anos seguintes marcharam com verdadeiros exércitos. Caíram primeiro, de surpresa, sobre a redução de Encarnación, que devastaram. Os índios dispersos pelos campos foram postos a ferro e levados; os que resistiram à prisão foram massacrados. As crianças e os velhos muito fracos para seguirem a coluna em marcha forçada foram igualmente mortos pelo caminho” (DURAN e CRESPO *apud* AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 95).

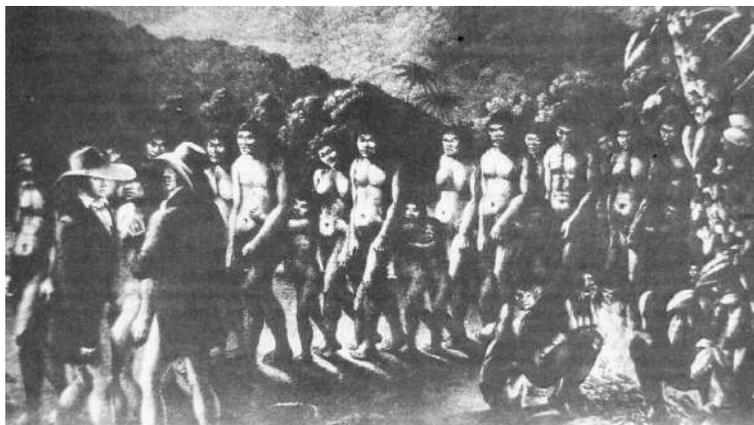
O fechamento do texto deste 25º capítulo, que aborda exclusivamente o apresamento bandeirantista, não denota qualquer laivo de triunfalismo:

João Ramalho, Brás Cubas, depois Raposo Tavares, Manuel Preto e dois tios de Fernão Dias (Fernão Dias Leme e Luís de Leme) são nomes que passaram para a História, não pela bravura, mas pela violência e desumanidade (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 95).

Este livro didático de 1988, intitulado *A história de um povo* é, seguramente, uma obra que não contribui para a disseminação da figura do bandeirante herói. É feito, ao longo de toda a abordagem sobre o bandeirismo, um claro trabalho de desmistificação da figura do antigo paulista.

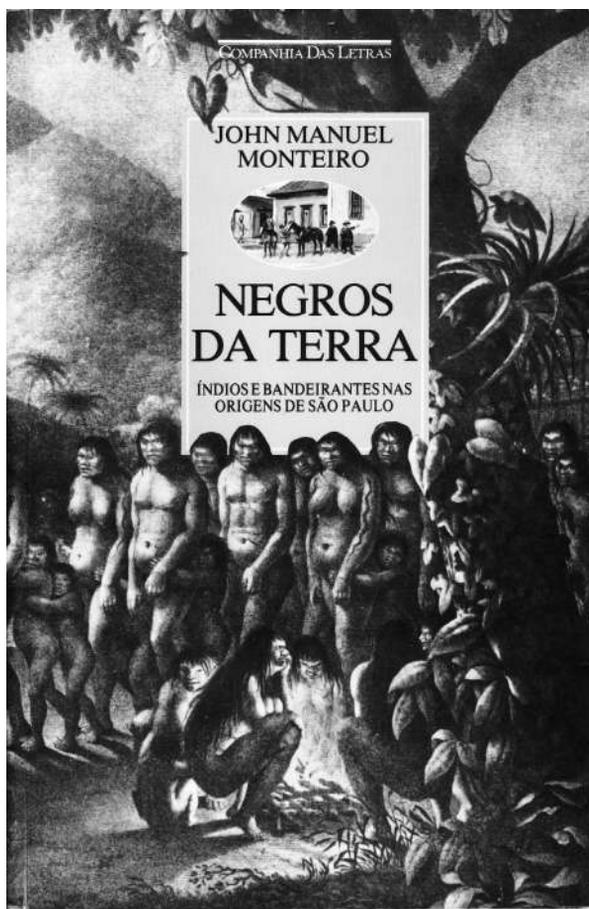
A pobreza aparece claramente; o vestuário aparatoso é questionado textualmente – embora seja reproduzido através da iconografia de Debret –; o enforcamento de José Dias é abordado, os poemas sobre os bandeirantes são dimensionados como fantasiosos e, sobretudo, os apesadores são apresentados como violentos e desumanos, responsáveis pelo aprisionamento de 300.000 índios.

Depois de tudo isso, Azevedo e Darós (1988, p. 95) apresentam uma representação iconográfica que mostra uma dança indígena, intitulada *A dança dos índios Puris*, de autoria de Rugendas⁷²:



Essa representação iconográfica, que Azevedo e Darós incluíram em seu livro didático de 1988, se tornaria bem mais conhecida seis anos depois, quando Monteiro (2000) lançou sua obra – não didática – *Negros da Terra*, que se tornaria referência para os estudos do bandeirismo. A capa dessa obra é a reprodução de *A dança dos Puris*:

72 Pintor e desenhista alemão, que no início do século XIX veio ao Brasil, com a célebre expedição Langsdorff.



Também em termos textuais, as postulações de Azevedo & Darós assemelham-se às de Monteiro. Porém, no livro didático desses autores, não consta qualquer alusão ao labor escravo em larga escala, que ocorria no próprio planalto. O apresamento indígena, para Azevedo & Darós, ocorria apenas para sustentar o comércio, o tráfico para os engenhos açucareiros, diferentemente das asserções de Monteiro, que apontam para um cenário piratiningano repleto de escravos... trabalhando para os próprios paulistas.

Em 1990, Osvaldo Rodrigues de Souza publicava, pela Editora Ativa, o livro didático intitulado *História do Brasil*, destinado ao ensino de 1º grau.

A página 70, que abre o capítulo que trata das *Entradas e Bandeiras*, foi assim organizada:



O texto de Souza começa explicando o que eram as entradas:

Entradas eram expedições organizadas pelo governo, formadas por pequeno número de homens armados, que saíam pelo interior em busca de riquezas minerais [...] várias entradas foram organizadas no século XVI (1990, p. 71).

Através da leitura das Atas da Câmara de São Paulo, referentes ao século XVI, é possível verificar que ocorreram entradas não apenas com o objetivo de buscar riquezas minerais, como também norteadas para o apresamento ou o combate aos índios que assediavam o planalto.

Sobre as bandeiras, afirmou o autor:

As bandeiras eram expedições particulares, isto é, organizadas por comerciantes, fazendeiros, etc. Algumas tinham como objetivo procurar ouro e pedras preciosas, outras, capturar índios para serem empregados na lavoura (SOUZA, 1990, p. 71).

Abaixo dessas palavras, aparece a seguinte representação iconográfica:



Sobre a vestimenta dos sertanistas, escreveu Souza:

Os **bandeirantes** usavam roupas especiais para enfrentar as matas e o sertão: chapéu de abas largas, botas de cano alto, espécie de colete acolchoado de algodão (**o gibão**) e, às vezes, um colete de couro de anta, chamado **coura**. O gibão e a coura protegiam contra as flechas. Os acompanhantes nem sempre tinham dinheiro para adquirir ou mandar fazer essas roupas, sendo que alguns usavam apenas um pano amarrado ao redor da cabeça e andavam descalços (1990, p. 72).

Essas palavras do autor não são pouco significativas, pois, depois de promoverem um entendimento minucioso acerca de todos os itens do aparatoso vestuário do antigo paulista, fazem uma ressalva sobre os *acompanhantes* que não tinham condições econômicas de adquirir tais paramentos, afirmando que esses andavam *descalços* e com um pano na cabeça.

No entanto, a iconografia que aparece logo abaixo não contempla tal ressalva:



Sobre as armas utilizadas pelos bandeirantes, escreveu Souza (1990, p. 72):

As bandeiras geralmente se compunham de um grande número de pessoas. Alguns índios acompanhavam os bandeirantes, servindo-lhes geralmente de guias. Além de índios, iam também mamelucos e muitas outras pessoas (1990, p. 72).

Entendendo o fator econômico como elemento determinante para a organização de expedições sertanejas, escreveu o autor:

Ao contrário do Nordeste, onde a indústria do açúcar enriquecia os donos de engenho, em São Paulo havia muita pobreza. A vila

de São Paulo era pequena e sem recursos, a agricultura dava pouco lucro, pois, não produzia quase nada para exportar. Como queriam enriquecer, os colonos de Piratininga começaram a procurar riquezas minerais no sertão. E como faltava mão-de-obra para a lavoura, eles passaram a escravizar índios. Alguns eram empregados nas propriedades de São Paulo e outros vendidos aos fazendeiros das demais capitanias (SOUZA, 1990, p. 73).

O entendimento do bandeirismo em ciclos – já diversas vezes abordado por outros autores, como também já analisado mais de uma vez nesse trabalho – também é postulado por Souza, que escreve sobre *O ciclo do ouro de lavagem*, *O ciclo de caça ao índio* e o *Grande ciclo do ouro* (1990, p. 73-74).

Na sequência, são elencados os paulistas entendidos por Souza como os *principais bandeirantes do grande ciclo do ouro*: Antônio Rodrigues Arzão, Manuel de Borba Gato, Pascoal Moreira Cabral, Bartolomeu Bueno da Silva e Fernão Dias Pais (1990, p. 74). Sobre este último, escreveu o autor:

Uma grande expedição, comandada por **Fernão Dias Pais**, o **Caçador de Esmeraldas**, saiu de São Paulo em direção a Minas Gerais. Depois de percorrer a região do vale do Jequitinhonha durante sete anos, Fernão Dias morreu sem ter encontrado esmeraldas. Encontrou apenas turmalinas sem valor. Esta bandeira teve a vantagem de explorar a região e de abrir o caminho para o grande ciclo do ouro (SOUZA, 1990, p. 74).

Nada é escrito sobre o enforcamento de José Dias, o filho de Fernão Dias, nessa jornada em busca de esmeraldas. A exemplo de outros vários autores, Souza não menciona sequer a presença desse filho mestiço do chefe bandeirante nessa importante empreitada.

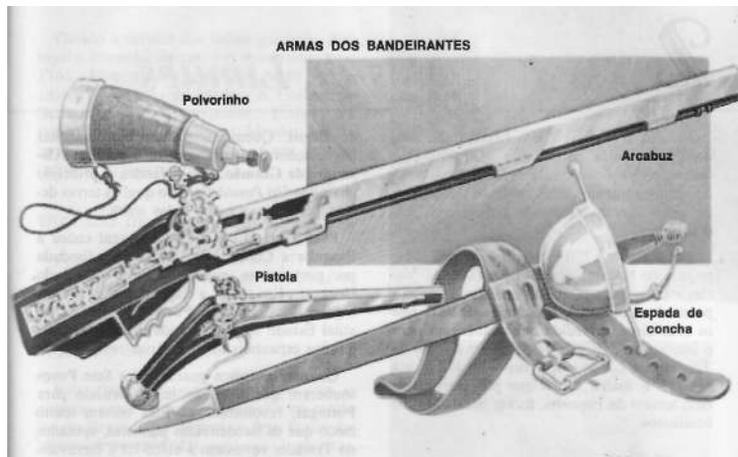
Fechando seu texto sobre *Entradas e Bandeiras*, escreveu Souza:

As bandeiras tiveram importantes conseqüências para o Brasil. As principais foram: expansão do território brasileiro; conquista da re-

gião Centro-Oeste; descoberta de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; fundação de povoados no interior; estabelecimento de tratados de limites entre Portugal e Espanha [...]; escravização e matança de índios: estas foram as conseqüências mais negativas e condenáveis da ação dos bandeirantes (1990, p. 74).

Depois dessa finalização textual, aparece a representação iconográfica de Debret, que demonstra *bandeirantes caçando índios no sertão*. É a reprodução da mesma concepção artística do início de século XIX, que já analisamos em Teixeira (1980) e Azevedo e Darós (1988), razão pela qual não a reproduziremos nem a comentaremos aqui, registrando, portanto, sua nova recorrência, desta vez numa obra didática do ano de 1990.

Ainda, depois da reprodução iconográfica mencionada, aparece um grande desenho, sob o título *armas dos bandeirantes*, abrangendo metade da página:



Essas não parecem armas de rústicos mateiros, mas de cidadãos integrantes de guardas palacianas, imperiais. Nenhuma arma nativa aparece, apesar de já ser de conhecimento dos historiadores que os paulistas

aprenderam a usar armas indígenas, especialmente a flecha, da qual fizeram largo uso no sertão⁷³, inclusive nas práticas venatórias.

Em síntese, essa obra didática de Souza apresenta uma farta iconografia corroboradora do bandeirante herói; aliada a uma elaboração textual que vai na mesma direção, reproduzindo as assertivas mais convencionais acerca do aparato bélico e do vestuário do antigo sertanista paulista. Apesar disso, aparece no texto a pobreza paulista e, pela primeira vez, dentre os livros didáticos que investigamos, é mencionada a existência de sertanistas que andavam descalços no sertão, por não poderem comprar acessórios adequados. A presença de índios nas expedições também é postulada, além de ser mencionada também a utilização de escravos no próprio planalto, particularidade que, raramente, aparece nos livros didáticos. Por outro lado, o protagonismo dos “principais bandeirantes” é reproduzido por Souza (1990), que realça seus feitos e descobertas, porém não seus assassinios ou ordens de execução. Exemplo disso é o caso não apenas de Fernão Dias (cujo enforcamento do filho não é abordado), mas também de Borba Gato, que esteve foragido no sertão por dezoito anos, após ter sido acusado de assassinar D. Rodrigo de Castelo Branco, em 1682. De Borba Gato, o autor apenas menciona que ele “encontrou ouro em Sabará, Minas Gerais” (SOUZA, 1990, p. 74). Fernão Dias, para Souza, foi o homem que abriu “caminho para o grande ciclo do ouro” (1990, p. 74), como já vimos em maiores detalhes.

Dentre as “consequências das bandeiras”, ao lado da expansão territorial, aparecem a “escravização e matança de índios” (SOUZA, 1990, p. 74). Numa só frase, o bandeirante apresentado por Souza, em seu livro didático de 1990, é um herói-vilão, ainda que mais herói que vilão.

Em 1991, era lançado pela Editora Ática o livro didático *História do Brasil*, de autoria de Maria Januária Vilela Santos e direcionado ao ensino

73 Na obra *Caminhos e Fronteiras*, Holanda (1957) aborda a fundo essa questão.

de 1º grau⁷⁴. O capítulo 8 dessa obra, nomeado *A conquista do interior*, diferencia as entradas das bandeiras:

As primeiras expedições organizadas para conhecer as regiões mais afastadas do litoral chamavam-se entradas [...] um pouco mais tarde, já no século XVII, novas e mais importantes expedições seguiram para o interior: as bandeiras [...] as entradas eram organizadas pelo governo e não iam além da Linha de Tordesilhas; as bandeiras, ao contrário, eram organizadas por particulares e ultrapassavam os limites de Tordesilhas (SANTOS, 1991, p. 103).

Sobre as finalidades das entradas, escreveu a autora:

As entradas [...] tinham as seguintes finalidades:

- Procurar ouro;
- explorar o território brasileiro;
- aprisionar índios (SANTOS, 1991, p. 103).

Acerca dos objetivos das bandeiras, afirmou Santos:

As bandeiras são divididas em dois tipos:

- Bandeiras de apresamento: tinham por objetivo a captura de indígenas.
- Bandeiras de procura de minerais: tinham por objetivo a procura de metais preciosos, especialmente o ouro (1991, p. 104).

Como se percebe, tanto entradas quanto bandeiras buscavam índios e minerais preciosos. Só por isso, já poderia ser averiguada a incongruência que caracteriza a opção por distinguir expedições que apresentavam interesses congêneres. Quanto à questão da exploração do território, que a autora atribui apenas às entradas, cumpre aqui expressar nosso entendimento de que, também as bandeiras o faziam, uma vez que qualquer expedição

74 37ª edição.

que penetrava continente adentro estava, indubitavelmente, explorando o território, independentemente de seus objetivos.

Descrevendo a composição de uma bandeira, escreveu Santos:

A bandeira era comandada por um chefe que tinha todo o poder sobre os participantes. Como ajudantes imediatos do chefe, havia um grupo de *bomens brancos* [...] também participava da expedição um grupo de mamelucos [...] conhecedores do sertão, funcionavam como guias e intérpretes no contato com os indígenas. A maior parte dos componentes da bandeira era formada por índios. Eles faziam todo o trabalho pesado, como carregar as provisões [...] eles atuavam também como soldados durante os ataques às aldeias indígenas (1991, p. 103-104).

Essa descrição da autora – que inclui depois a presença do capelão – acerca da composição de uma bandeira é, até onde sabemos, bastante pertinente. No entanto, na seqüência de sua abordagem é apresentado o seguinte desenho:



Uma bandeira

Nesse desenho, aparecem em primeiro plano a coronha de um arcabuz, o polvorinho jazendo no solo e as altas botas de couro de dois bandeirantes; da cintura de um deles pende uma espada. Ao fundo, aparece a expedição prestes a atravessar um curso d'água. Dentre os vários mateiros da tropa, um segue a cavalo.

O texto prossegue, explicando o apresamento como uma atividade decorrente da pobreza planáltica, explicitando ainda o trabalho escravo dos índios nas próprias terras dos paulistas:

A vila de São Paulo não dispunha de nenhum produto de exportação que fosse fonte de riqueza para seus habitantes. A economia de São Paulo baseava-se apenas em pequenas plantações de mandioca e milho e na criação de galinhas e porcos. Não tendo riqueza suficiente para comprar escravos africanos, os donos dessas pequenas propriedades escravizavam os indígenas para o trabalho em suas terras (SANTOS, 1991, p. 104).

Ao lado dessas palavras, aparece a representação iconográfica de um bandeirante conduzindo um indígena apresado:



As explicações textuais seguem abordando a valorização do escravo indígena, quando da intervenção holandesa junto aos portos africanos, fator que determinou o estancamento do abastecimento de escravos negros para diversas áreas da colônia, especialmente para as terras hoje pertencentes à Bahia, que, ostentando muitos engenhos canavieiros, configurou-se como um significativo mercado consumidor da mão-de-obra da terra, arrancada das matas e das reduções jesuíticas pelos paulistas:

Inicialmente, os bandeirantes atacavam apenas os indígenas que viviam na mata, em suas aldeias. Quando aumentou a procura de mão-de-obra indígena, eles passaram a atacar as missões religiosas [...] nas reduções os índios iam aprendendo os hábitos dos europeus de uma maneira menos violenta. Os padres ensinavam-lhes a religião, a ler e escrever, o trabalho agrícola, certas profissões, como carpinteiro, sapateiro etc [...] os bandeirantes preferiam atacar as missões porque, além de ser muito mais fácil capturar os índios aldeados pelos padres, eles já conheciam alguns ofícios e por isso alcançavam preços mais altos (SANTOS, 1991, p. 105).

Citando os nomes de Raposo Tavares e Manuel Preto, a autora aborda a destruição do Guairá, afirmando que nessa região missionária foram escravizados aproximadamente 60.000 índios, na primeira metade do século XVII. Mencionando também os assaltos bandeirantistas às reduções do Tape e do Itatim, ocorridos na mesma época, afirmou Santos:

O aprisionamento dos índios foi realizado de maneira violenta e brutal. Os índios não eram considerados como seres humanos, possuidores de direitos que deviam ser respeitados. Os bandeirantes não só prenderam como mataram indígenas em massa. Para escapar da captura ou da matança, só restou aos indígenas fugir... (1991, p. 105).

Não apenas a escravização, mas também a *matança* de índios é aqui asseverada, incluindo ainda as fugas que ocorreram em função disso.

A reprodução de um quadro de Teodoro Braga, à página 105 do livro didático de Santos (1991), aparece na sequência:

Na sequência, a autora aborda as descobertas auríferas, fazendo, também, a sua *lista* de bandeirantes que se *destacaram* nessas empreitadas. Nesse elenco ou rol constam Fernão Dias Pais, Antônio Rodrigues de Arzão, Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo *Anhanguera*. Dentre esses sertanistas, Santos confere claro destaque a:

Fernão Dias Pais, o Caçador de Esmeraldas, que partiu de São Paulo em 1674. Participavam de sua expedição bandeirantes famosos, como Manuel de Borba Gato e Matias Cardoso de Almeida. A bandeira, que percorreu o sertão de Minas Gerais durante sete anos, chegou até o vale do Rio Jequitinhonha. Em 1681, Fernão Dias descobriu umas pedras verdes, parecidas com as valiosas esmeraldas, mas eram turmalinas, quase sem valor. Fernão Dias não conseguiu retornar a São Paulo, pois morreu de maleita às margens do Rio das Velhas. Sua bandeira foi muito importante porque abriu caminhos para outros sertanistas, que acabaram por encontrar ouro (1991, p. 107).

Abaixo dessas palavras de Santos (1991), aparece a reprodução de um quadro de Rafael Falco, retratando a morte de Fernão Dias, com a seguinte legenda:



Cumprе salientar que, ao morrer, Fernão Dias era um homem arruinado financeiramente. Praticamente todo o seu patrimônio havia sido empregado em sua expedição, durante anos seguidos. É largamente sabido que sua mulher, Maria Betim, vendeu gado, ouro e terras da família, enviando recursos de tais bastas vendas ao marido no sertão, por intermédio de emissários de confiança, sob ordens expressas do autoritário chefe bandeirante. Desta forma, a venda dos bens da família, por parte de Maria Betim, ocorreu num segundo momento, já com a bandeira embrenhada no sertão, depois que Fernão Dias já tinha investido um grande montante no aviamento da empresa, ainda antes de partir do planalto paulista. Portanto, os dispêndios sucessivos, antes e no decurso da expedição, exauriram Fernão Dias financeiramente⁷⁵. Além disso, inúmeros integrantes de sua tropa o abandonaram, retornando a Piratininga. Mesmo assim, depois de longos sete anos internado nas brechas, Fernão Dias aparece limpo e bem vestido no quadro de Falco. Além de seu filho Garcia Rodrigues, outros três sertanistas o rodeiam, assistindo-o em seu leito de morte improvisado, enquanto inúmeros outros membros da tropa aparecem ao fundo. O governador das esmeraldas exhibe paramentos nada rotos, nada desgastados pela rusticidade da jornada: botas altas, calça comprida, colete de couro, arcabuz e chapéu de abas largas (jazente ao seu lado). Todos os homens que o assistem calçam botas altas de couro. Um deles, de pé, segura um grande chapéu branco nas mãos, ostentando uma espada pendente da cintura. No solo, entre a profusão de objetos pertencentes à matalotagem dos

75 Na obra *Roteiro das Esmeraldas*, Barreiros (1979), embasado em diligente pesquisa de fontes primárias, demonstra claramente o quanto a coroa portuguesa incentivou essa empreitada sertaneja de Fernão Dias que, deslumbrado com o ânimo da realeza, não titubeou em dilapidar sua fortuna pessoal, recebendo da administração colonial auxílios econômicos que, além de insuficientes para a magnitude da empresa, foram liberados de maneira fracionada e ainda condicionalmente, ou seja, caso as esmeraldas não fossem achadas, o dinheiro deveria ser devolvido aos cofres reais. A abordagem de Barreiros delinea Fernão Dias como um líder sertanista não pouco, mas significativamente explorado pela coroa portuguesa.

sertanistas aparecem chapéus e espadas. Com o rosto aparentando claro asseio, emoldurado por barba e cabelos imaculadamente brancos, Fernão Dias assemelha-se a um patriarca prestes a expirar serenamente, assistido de perto por seu dileto filho, o jovem e imberbe – na concepção de Falco – Garcia Rodrigues, fruto de sua união com Maria Betim, que Oliveira (1909), chamara de *intrépida paulistana e heroína*. Essa representação iconográfica demonstra, em termos imagéticos, o extremoso filho, que segundo boa parte da historiografia, foi Garcia Rodrigues. Por outro lado, nesse livro didático de Santos, absolutamente nada aparece – nem no texto, nem na iconografia – sobre José Dias, o meio-irmão de Garcia, o mameluco propalado pela historiografia como um insurreto, um amotinado que foi enforcado por ordem do pai, em nome da disciplina da tropa. Na abordagem de Santos, José Dias não é trazido à baila e, por conseguinte, não é trazida à baila uma faceta não tão conhecida de Fernão Dias, que é a de juiz da morte de seu próprio filho.

Finalizando sua abordagem sobre os bandeirantes, Santos aponta os seguintes *resultados das bandeiras*:

As bandeiras modificaram profundamente o Brasil, no aspecto geográfico: o território brasileiro foi aumentado, estendendo-se para muito além da linha do Tratado de Tordesilhas. Além disso, os bandeirantes descobriram ouro e pedras preciosas, dando início a uma nova etapa de nossa História [...] No entanto, ao lado desses aspectos positivos das realizações dos bandeirantes, há outro resultado que foi negativo: eles invadiram aldeias indígenas e missões, matando grande parte de seus habitantes e escravizando um número enorme de índios (1991, p. 108).

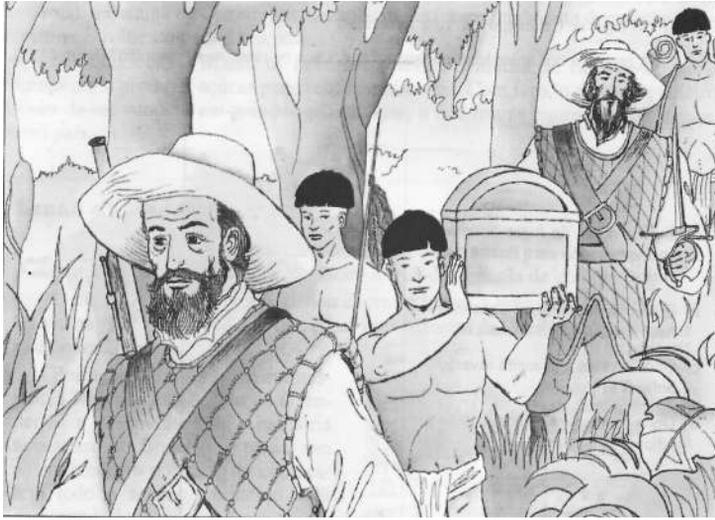
Nesse livro didático de 1991, direcionado ao ensino de 1º grau, Santos divide as expedições, classificando-as em entradas e bandeiras, demonstrando a carência econômica do planalto como fator determinante

para a prospecção mineral e o apresamento de índios. Essa última atividade aparece claramente, tanto no texto quanto na iconografia, que, invariavelmente, opta por uma representação imagética concebedora do sertanista bem equipado, em termos de armas e vestimenta. Dentre outros sertanistas, que procuraram minerais valiosos, é dado claro destaque a Fernão Dias, embora tenha sido ele grande apresador, antes de iniciar sua célebre caça às esmeraldas. Embora o apresamento do índio apareça claramente, são apontados apenas dois sertanistas como protagonistas de tal obra escravocrata: Raposo Tavares e Manuel Preto.

Responsáveis pela expansão geográfica do Brasil, os bandeirantes foram, também, os heróis das descobertas minerais, bem como cruéis assassinos escravocratas. Heróis e assassinos que usavam sempre a mesma indumentária, quer caçassem índios ou procurassem ouro ... a mesma indumentária aparatosa, que incluía artigos importados de além-mar, mesmo com toda a pobreza que reinava em São Paulo. Eis os bandeirantes apresentados por Santos, nessa obra didática de 1991.

Em 1996, quatro autores se uniram para lançar um livro didático. Eram eles Maria Teresa Marsico, Maria do Carmo Tavares da Cunha, Maria Elisabete Martins Antunes e Armando Coelho de Carvalho Neto. A obra, concebida por esse quarteto e intitulada *Estudos Sociais*, foi publicada pela Editora Scipione e destinou-se aos alunos da 4ª série do 1º grau.

Averiguemos como a figura do bandeirante é tratada por Marsico et.al. (1996, p. 40), no texto *A expansão do território brasileiro: entradas e bandeiras*, que começa não necessariamente com palavras, pois abaixo do título, antes de mais nada, aparece a seguinte representação iconográfica:



Aqui, a bandeira avança em fila índia. Os bandeirantes estão de chapéu, escupil, camisas de mangas longas, calças compridas e botas de couro. O que vai à frente leva uma arma de cano longo às costas; o que segue mais atrás conduz sua espada voltada para o alto. Os índios carregam os utensílios da tropa. Imageticamente é nítida a diferença entre índios e bandeirantes, não apenas na indumentária. Nada aparece que possa evocar, mesmo que remotamente, a significativa miscigenação ocorrida na colônia, que acabou por incluir nas expedições uma nada insignificante quantidade de mamelucos. Nessa concepção iconográfica – assim como ocorre na maior parte da iconografia do bandeirismo –, o bandeirante é bandeirante e índio é índio. Fisionomias de traços marcadamente europeus distinguem-se claramente de fisionomias indígenas.

Nessa obra didática presentemente analisada, o texto propriamente dito – sobre *A expansão do território brasileiro* – é assim iniciado:

No início da colonização do Brasil, os primeiros moradores fixaram-se nas terras próximas ao mar, ou seja, no litoral. Aí foi feita a exploração do pau-brasil e as primeiras plantações de cana-de-

açúcar. O nosso interior continuava do mesmo jeito e quase não era conhecido. Os colonizadores evitavam penetrá-lo por causa dos ataques de índios e das matas fechadas [...] a penetração do interior foi feita através das entradas e bandeiras... (MARSICO et.al., 1996, p. 40).

Sobre as entradas, escreveram os autores:

...eram expedições organizadas pelo governo português para penetrar e reconhecer o sertão, aprisionar índios para serem escravizados e procurar riquezas minerais. Elas não ultrapassavam a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas (MARSICO et. al., 1996, p. 40).

Acerca das bandeiras, postulavam os autores:

... eram expedições organizadas por particulares [...] partiam geralmente da vila de São Paulo que, por isso, ficou conhecida como a capital dos Bandeirantes. Tinham por finalidade aprisionar índios e procurar riquezas. Não respeitavam a linha de Tordesilhas e, assim, penetraram profundamente o interior, chegando até a atingir terras espanholas. Com isso, colaboraram para a ampliação de nosso território (MARSICO et. al., 1996, p. 41).

Nesse livro didático as bandeiras não são divididas em *ciclos*, mas em *tipos*:

As bandeiras que desbravaram o interior eram de três tipos: bandeiras de caça ao índio, bandeiras de sertanismo de contrato e bandeiras de mineração (MARSICO et. al., 1996, p. 41).

Acerca da escravização em larga escala, ocorrida no próprio planalto, absolutamente nada é escrito, uma vez que sobre as bandeiras de caça ao índio, asseveram os autores que “... tinham por finalidade aprisionar índios e vendê-los como escravos para os engenhos de cana-de-açúcar” (MARSICO et. al., 1996, P. 41).

No que diz respeito às *bandeiras de sertanismo* de contrato, escreveram os autores:

... eram organizadas para combater os índios que atacavam as fazendas e para trazer de volta escravos negros que fugiam de seus donos, escondendo-se nas matas ou nos quilombos (esconderijo de escravos). Para isso, eram contratados bandeirantes que conheciam bem o sertão (MARSICO et. al., 1996, p. 41).

Sobre as *bandeiras de mineração*, bem como sobre o povoamento e o surgimento de cidades resultantes dessas empresas, afirmaram os autores:

Eram bandeiras que saíam para procurar minerais valiosos, como ouro, prata e pedras preciosas. Percorreram o interior de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, descobrindo ouro nesses lugares. Com a descoberta das minas, ocorreu na época o que se chamou a febre do ouro: um grande número de pessoas mudou-se para as regiões de mineração, formando-se muitas vilas e cidades. Foi assim que se originaram Ouro Preto, Diamantina, Sabará e Cuiabá (MARSICO et. al., 1996, p. 41).

Na sequência do texto, surge a lista ou rol dos *principais bandeirantes*, onde consta, primeiramente, o nome de Fernão Dias Pais que, segundo os autores:

... ficou conhecido como o Caçador de Esmeraldas. Encontrou pedras verdes de pouco valor, chamadas turmalinas. Morreu pensando ter descoberto as pedras preciosas que tanto procurava (MARSICO et. al., 1996, p. 42).

Depois dessa sucinta menção a Fernão Dias – que não o aponta nem como apresador, nem como ordenador da morte de seu filho mestiço –, o próximo nome da lista é Bartolomeu Bueno da Silva, que os autores assim descrevem:

... era apelidado de Anhanguera, que na língua tupi significa “diabo velho”. Seguiu até Goiás, onde encontrou índios que usavam enfei-

tes de ouro [...] para que os índios o levassem até as minas, colocou fogo em uma vasilha de aguardente, dizendo que faria o mesmo com os rios. Os índios, pensando que a aguardente fosse água, ficaram apavorados e o ajudaram a chegar até as minas (MARSICO et. al., 1996, p. 42).

Aqui, como se percebe, é reproduzida a narrativa lendária acerca do célebre estratagema da aguardente em chamas, utilizado por Anhanguera perante os índios, para que estes lhe mostrassem onde havia ouro. Cumpre lembrar que não há qualquer fonte fidedigna que comprove essa trapaça levada a efeito por Bueno da Silva.

Dois outros nomes fecham a lista dos *principais bandeirantes*: Manuel de Borba Gato e Pascoal Moreira Cabral. A eles são atribuídas, respectivamente, as descobertas auríferas de Minas Gerais e Cuiabá, sem quaisquer outros comentários adicionais.

Esse livro didático de Estudos Sociais, destinado ao ensino da 4ª série do 1º grau, ao ser lançado por quatro autores em 1996, concebia o bandeirante como um homem corajoso, que ousou penetrar os sertões, numa época em que apenas o litoral era habitado e o interior era evitado pelos *colonizadores*, por causa dos *índios* e das *matas fechadas*. As expedições sertão adentro foram divididas entre entradas e bandeiras, sendo ainda essas últimas divididas em *três tipos*: *Bandeiras de caça ao índio*, *Bandeiras de sertanismo de contrato* e *Bandeiras de mineração*. Também como muitos outros, esse livro didático não demonstra a escravização indígena que acontecia nas lavouras de Piratininga, explicando o apresamento como uma atividade que se alicerçava apenas no comércio, ou seja, no tráfico da mão-de-obra apresada, cujo destino único eram os engenhos canavieiros. Os autores, ao fazerem a lista dos *principais bandeirantes*, apresentam Fernão Dias apenas como pesquisador de riquezas minerais, além de reproduzirem a lenda da aguardente em chamas, no que diz respeito ao primeiro Anhanguera. Em termos iconográficos, é reproduzida a imagem do bandeirante bem vestido. Embora pensada por quatro cérebros e supostamente digitada

por oito mãos, essa obra não apresenta qualquer arremedo de criticidade, embora em 1996 já fossem não pouco divulgadas as abordagens de John Manuel Monteiro, Luíza Volpato e Sérgio Buarque de Holanda, acerca dos mateiros de São Paulo.

Em 1997, Vital Darós lançava pela Editora F.T.D., o livro didático intitulado *Paisagem Brasileira: terra e gente*, destinado ao ensino de Geografia e História no primeiro grau.

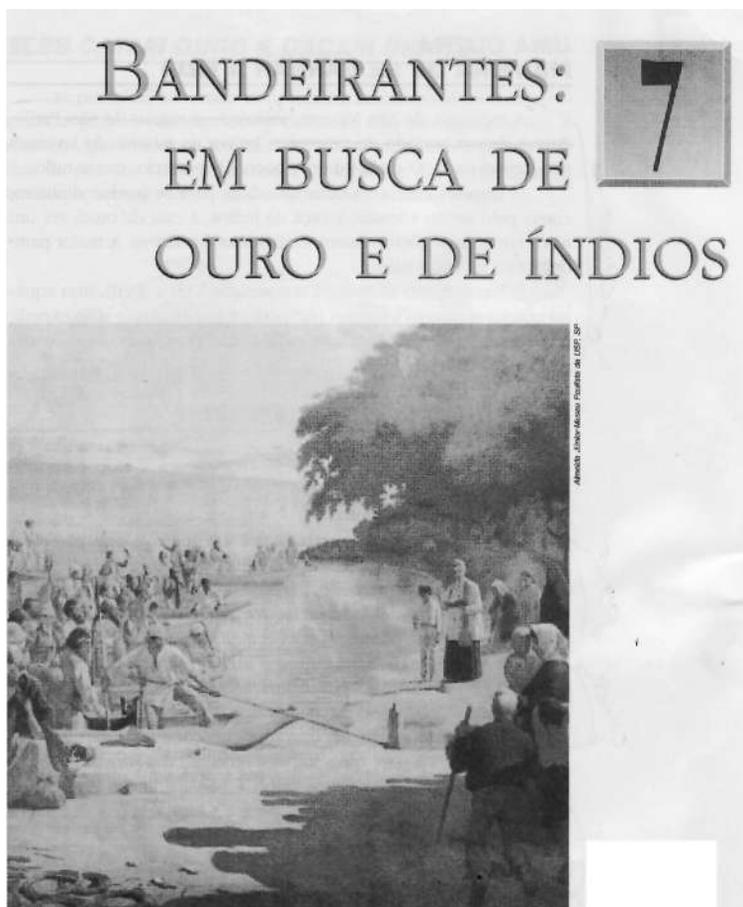
O Capítulo 7 dessa obra, nomeado *Bandeirantes: em busca de ouro e de índios*, apresenta, em sua abertura, a reprodução de um quadro de Almeida Júnior, intitulado *Partida de Monção*⁷⁶. Não aprofundaremos aqui qualquer discussão abordando a diferenciação existente entre bandeiras e monções, bastando, para os nossos propósitos presentes, lembrar que as monções foram expedições eminentemente fluviais, que cumpriram um único percurso definido, a rota fluvial que ligava Porto Feliz a Cuiabá. O estabelecimento da navegação regular nesse trajeto, ocorreu a partir da década de 1720, depois das últimas descobertas auríferas levadas a efeito pelas bandeiras. Portanto, essas expedições exclusivamente canoeiras pertenceram a um contexto diferente, em que a marcha a pé foi deixada de lado e o trajeto passou a ter um destino preciso, definido: as minas de ouro cuiabanas⁷⁷. Tais considerações são aqui tecidas visando, sobretudo a demonstrar, que, num texto que busca abordar os personagens históricos conhecidos como bandeirantes, parece ser inadequada a inclusão da reprodução de um quadro que apresenta outros personagens históricos, conhecidos como monçoeiros.

Tal inclusão parece ser, ainda, mais inadequada, caso a representação iconográfica – no caso a reprodução do quadro de Almeida Júnior –

76 Como talvez já deva ter ficado claro, essa pintura é recorrentemente reproduzida nos livros didáticos.

77 Duas obras discutem a fundo essa questão: *Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda, 1990 e *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*, de Synésio Sampaio Góes Filho, 1999.

apareça logo abaixo do título de texto ou capítulo que se inicia, induzindo o leitor ao entendimento de que os personagens imgeticamente representados, são os mesmos mencionados em letras grandes, no título que os encima. E foi exatamente isso que caracterizou a abordagem sobre os bandeirantes, no sétimo capítulo da obra de Darós (1997, p. 121):



Como é facilmente perceptível, essa abertura de capítulo propicia o entendimento de que os personagens pintados por Almeida Júnior são bandeirantes. No entanto, os navegadores concebidos pelo pintor são

monçoeiros, uma vez que o próprio título da obra é *Partida da Monção*, cumprindo ainda mencionar que nenhuma informação é fornecida por Darós sobre o título desse quadro por ele reproduzido.

Afora esse não pouco significativo equívoco inicial, o texto propriamente dito é assim iniciado:

Quando você ouve a palavra “bandeirante”, logo pensa em paulistas “fora de série”, corajosos, patriotas, gente sem nenhum defeito? Os romances, novelas e poesias muitas vezes transmitem essa idéia. Mas o estudo objetivo da história permite a você perceber que o bandeirante não foi um super-homem, um herói que desbravou o interior do Brasil para aumentar nosso território (DARÓS, 1997, p. 121).

Essas palavras iniciais revelam as postulações nada mitificantes de Darós, com as quais já tivemos contato, ao analisar outra obra didática de sua autoria⁷⁸, lançada anos antes.

Na seqüência do texto, o autor explica o surgimento do bandeirantismo como uma decorrência do fator econômico, observando ainda, que embora a expansão dos domínios territoriais portugueses tenha ocorrido em consequência do desbravamento, não houve, por parte dos sertanistas, qualquer intenção prévia de alcançar tal resultado:

A capitania de São Vicente [...] estava na miséria, as lavouras não davam nada. O dinheiro era pouco, o comércio, quase nulo [...] O jeito foi criar uma outra atividade para se ganhar dinheiro; entrar pelo sertão adentro, à caça de índios, à cata de ouro; era um novo ramo de negócios. Assim surgiram as bandeiras. A maior parte delas saía de São Paulo. O bandeirismo aconteceu nos séculos XVII e XVIII, mas aqueles que viveram essa aventura não podiam imaginar que suas expedições iriam ajudar a conquistar mais terras para o Brasil – como realmente aconteceu (DARÓS, 1997, p. 122).

78 *A história de um povo* é o nome dessa obra já analisada neste livro, escrita em parceria com L. de Azevedo e lançada em 1988.

Respeitante à rígida disciplina a que eram submetidos os membros das bandeiras, sob a ascendência autoritária da figura do chefe, bem como acerca da heterogeneidade étnica e numérica que caracterizava as expedições, escreveu Darós:

Cada bandeira era organizada por um chefe, e dela participavam brancos, índios e sobretudo mamelucos (mistura de índios com brancos). Todos tinham que se submeter a uma disciplina rigorosa. O número de participantes variava. Houve bandeiras pequenas (15 a 20 membros). E houve bandeiras com centenas de participantes (1997, p. 122).

Concernente à matalotagem, aos equipamentos e à vestimenta dos bandeirantes, afirmou Darós:

Levavam comida, ferramentas e armas. Farinha de mandioca, farinha de milho, carne seca, rapadura, sal [...] Facões, enxadas, machados, picaretas, arcabuzes (espingardas) [...] Vestiam geralmente roupas de couro e de pano grosso, e usavam botas compridas (1997, p. 122).

Esse vestuário aqui mencionado pelo autor destoa da abordagem desmitificante à qual ele mesmo se propõe desde o início de seu texto, de maneira bastante clara. Há pouco, verificamos a afirmação de que das bandeiras participavam *índios e sobretudo mamelucos*. Até onde sabemos, índios e mamelucos não dispunham de *roupas de couro e botas compridas*. Além disso, se as expedições incluíam tantos índios e mestiços em suas fileiras, parece ser coerente afirmar que nessas empresas, a presença de armas nativas seria não pouco profusa. É largamente sabido que uma significativa quantidade de nativos flecheiros compunha muitas tropas sertanistas. No entanto, ao escrever sobre as armas dos expedicionários, Darós menciona apenas as de origem europeia, como os arcabuzes e os facões, que são arrolados dentre outras ferramentas, como enxadas e machados. Não há,

no discurso do autor, nenhuma alusão às armas nativas, como as flechas e as lanças, cumprindo informar que não apenas diversas obras historiográficas, como também as fontes primárias apontam, de forma convergente, para a presença massiva de tais recursos bélicos indígenas nas expedições.

Darós também fez sua lista dos mais destacados sertanistas:

Os principais bandeirantes foram: Raposo Tavares, Borba Gato, Manuel Preto, Fernão Dias Pais, Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva (1997, p. 122).

Na sequência do texto, sem classificar as expedições em ciclos, o autor explica que os paulistas, ao devassar os sertões em busca do ouro, propiciaram o surgimento de diversas cidades, tais como “Ouro Preto, Sabará, Mariana e muitas outras” (DARÓS, 1997, p. 123).

Ao abordar o apresamento, o autor não menciona a escravaria indígena que labutava na vila de São Paulo e nas roças a ela adjacentes, limitando-se a apontar apenas o comércio da mão-de-obra escrava, que se estabeleceu prioritariamente entre os apresadores paulistas e os proprietários dos engenhos nordestinos:

... os bandeirantes se dedicaram a [...] caçar índios para vendê-los como escravos [...] os nativos eram considerados “mercadorias”. Eram aprisionados e vendidos especialmente para os senhores de engenho do Nordeste... (DARÓS, 1997, p. 123).

Como se percebe, o apresamento, para Darós, assentava-se apenas na perspectiva do lucro advindo do tráfico escravista. Nada é comentado sobre os bandeirantes que mantinham fartos plantéis de escravos índios em suas propriedades, capturados por eles mesmos no sertão. Como exemplos desses proprietários de escravos, podem ser citados Raposo Tavares e Fernão Dias, cumprindo, contudo, frisar que possuir escravos era, no planalto de São Paulo, algo muito comum e disseminado, tão comum, que, para a manutenção e limpeza da vila, a Câmara solicitava as *peças* para os homens que as possuíam.

Descrevendo a violência que caracterizava os ataques apresadores, escreveu o autor:

Os bandeirantes cercavam as aldeias que encontravam, prendiam todo mundo – homens, mulheres e crianças – e os levavam em marcha forçada para a escravidão. Os que resistiam eram massacrados. Muitas crianças e velhos morriam ou eram mortos na viagem (DARÓS, 1997, p. 123).

Escrevendo sobre o apresamento massivo que ocorreu nas missões jesuíticas, afirmou Darós:

Os padres jesuítas [...] mantinham diversas missões ou aldeamentos chamados de *reduções*. Lá viviam centenas de índios. Para alguns bandeirantes, essas reduções foram verdadeiras “minas de índios”. Raposo Tavares e Manuel Preto, por exemplo, atacaram e destruíram as reduções de *Gnairá* (no atual Paraná), de *Itatim* (no atual Mato Grosso) e de *Tape* (no atual Rio Grande do Sul). E levaram milhares de índios para a escravidão. Esses dois bandeirantes e outros passaram para a história, não pela bravura, mas pela violência e desumanidade com que agiram com os índios (1997, p. 123).

Aquí, o autor demonstra, mais uma vez, sua intenção de negar o heroísmo bandeirante, contrapondo à bravura – que para ele inexistiu – a *violência* e *desumanidade* que caracterizaram os assaltos às reduções.

Aproximando-se do final de seu texto sobre os bandeirantes, Darós faz uma longa citação da célebre obra *A conquista espiritual*, de Montoya, porém sem especificar o nome da obra ou seu autor:

Veja como o padre de uma redução descreve um ataque comandado por Raposo Tavares: “No dia de São Francisco Xavier (3 de dezembro de 1637), quando celebrava missa com sermão, 140 paulistas com 150 tupis, todos muito bem armados [...] entraram pelo povoado, sem explicações, atacaram a igreja, dispararam suas espingardas e lutaram durante seis horas. Vendo os bandeirantes

o valor dos que estavam cercados, e vendo que seus mortos eram muitos, mandaram queimar a igreja, onde estava reunida a população. Por três vezes tocaram fogo e este foi apagado. Mas na quarta vez a palha começou a queimar e os refugiados foram obrigados a sair. Abriram um pequeno buraco, saindo por ele como um rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto. Os bandeirantes, com espadas, facões e **alforjes**⁷⁹, lhes cortavam as pernas e atravessavam os corpos... (Darós, 1997, p. 124, grifo nosso).

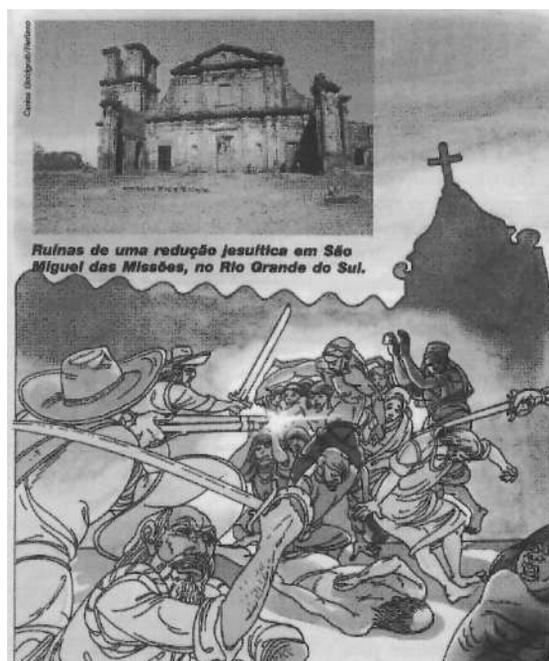
Essas palavras de Montoya, que Darós cita sem fornecer qualquer referência bibliográfica, descrevem a chegada dos bandeirantes já disparando armas de fogo na população da redução que, eminentemente indígena, se refugiou na igreja, cujo teto de palha foi incendiado, ensejando a proliferação das chamas por todo o templo. Acuados, na iminência de perecerem entre as labaredas, os índios saíram por um buraco – Montoya descreve um portãozinho –, onde os bandeirantes já os esperavam do lado de fora, desmembrando e matando muitos deles com espadas, facões e alfanjes⁸⁰.

Depois dessa citação de Montoya, sem qualquer referência bibliográfica e com o equívoco vocabular já comentado, a abordagem de Darós sobre os bandeirantes é encerrada com duas representações iconográficas

79 Essa palavra foi um equívoco de Darós, posto que jamais escrita por Montoya na obra em questão. Isso se tornará claro logo adiante.

80 Esclarecemos agora o equívoco de Darós que há pouco aludimos preliminarmente. Ao citar Montoya, ele comete uma troca de palavras na transcrição, escrevendo a palavra *alforjes* ao invés de alfanjes, como escreveu originalmente o jesuíta no século XVII. Esse engano vocabular deturpa notadamente o entendimento da antiga narrativa inaciana, uma vez que alfanje significa *sabre de folha curta e larga* (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2 ed. revisada e ampliada), ao passo que a palavra alforje, no mesmo léxico, significa *duplo saco fechado nas extremidades e aberto ao meio, formando como que dois bornais, que se enchem equilibradamente, sendo a carga transportada no lombo de cavalgaduras ou ao ombro de pessoas*. É claro que a extrema agressividade bandeirante – se de fato ocorreu – descrita por Montoya, tendo como palco o exterior de uma igreja em chamas, foi levada à cabo com “espadas, facões e alfanjes” (Montoya, 1985, p. 245), e não com “espadas, facões e alforjes”, como consta no livro de Darós (1997, p. 124), quando este cita o autor inaciano. Alforje não corta pernas, nem atravessa corpos.

superpostas. Uma delas é uma foto das ruínas da redução de São Miguel, sendo a outra um desenho colorido, que mostra os bandeirantes atacando os moradores de uma redução, tendo ao fundo uma igreja. Os atacantes, portando espadas e armas de fogo, – parece que há, no grupo, um missionário e um negro – agem com desabrida agressividade. Um indígena jaz no chão, inanimado, enquanto outro está caído ao seu lado. Os semblantes, que olham para os bandeirantes, estão aterrorizados, perpassados de pavor ante as espadas em riste e os disparos das armas de fogo. Na fisionomia dos paulistas não aparece nada de benévolo, ou heroico, mas sim a inarredável determinação destrutiva que, segundo os relatos jesuíticos, caracterizou os ataques às missões:



A abordagem de Darós sobre os bandeirantes, iniciada canhestamente com uma representação iconográfica que mostra monçoeiros, pretende-se discursivamente desmitificante, anti-heroicizante, posto que

postulava que o antigo sertanista paulista “não foi um super-homem, um herói” (DARÓS, 1997, p. 121). Mostrando a pobreza da vila de São Paulo como fator motivador das penetrações sertão adentro, Darós aponta também, a significativa presença de mamelucos nas expedições, deslizando, contudo, para os limites que se avizinham da incongruência, ao afirmar que os expedicionários “vestiam geralmente roupas de couro ... e usavam botas compridas” (1997, p. 122). Reforçador do protagonismo, o autor também faz a sua lista dos *principais bandeirantes*, focando seis célebres sertanistas. Ao enfocar o apresamento, Darós não fornece qualquer remota pista sobre a utilização da mão-de-obra escrava pelos próprios bandeirantes, ofertando a compreensão acerca da caça ao índio através de uma explicação parcial, que abrange apenas o tráfico escravista, direcionado aos engenhos nordestinos. Ao escrever sobre os ataques bandeirantes, o autor dá visível ênfase à desenfreada violência homicida, que teria sido cometida contra os indígenas, negando a bravura. Ao escrever isso, justamente antes de citar um longo trecho de Montoya – sem qualquer referência, sempre é válido lembrar –, Darós reproduz a essência do que Jaime Cortesão chamou de *Lenda Negra*, que teria sido urdida pelos autores jesuíticos, com o intuito de denegrir os bandeirantes. De qualquer forma, Darós se esforça por não reproduzir o mito do herói bandeirante, apresentando-o como um assassino de índios. Ao finalizar nossa análise dessa obra didática de Darós, vinda a público em 1997, cumpre refletir que, se os bandeirantes não foram os matadores contumazes propalados pelos jesuítas, por outro lado, é certo que foram assassinos de não poucos índios, visando a atingir na prática os seus propósitos apresadores que, inapelavelmente, incluíam a necessidade de subjugar os moradores das aldeias ou reduções invadidas.

A obra didática *História: passado e presente*, de autoria de Sonia Irene do Carmo e Eliane Couto foi lançada em 1998 pela Atual Editora. Destinada ao ensino de 1º grau, a obra aborda a temática que nos interessa em seu capítulo 15, intitulado *São Paulo: porta de entrada para os sertões*, que começa com essas palavras:

Os colonos que ocuparam o planalto de Piratininga não tinham grandes esperanças de enriquecimento [...] Isso porque, naquela época, não havia condições de se produzir açúcar no planalto, devido à grande distância do litoral e à dificuldade de transporte representada pela serra do Mar. Assim, nas terras recebidas como sesmarias, nas proximidades do colégio de São Paulo, os primeiros colonos cultivaram gêneros alimentícios, utilizando como mão-de-obra os índios das aldeias jesuíticas. Além disso, os colonos paulistas iniciaram a criação de gado... (CARMO e COUTO, 1998, p. 108).

Escrevendo sobre os grupos que partiam do planalto em busca de riquezas minerais, mas que retornavam trazendo índios apresados, asseveraram as autoras:

No final do século XVI e início do XVII, grupos de paulistas, acompanhados de índios, partiram da vila de São Paulo em busca de riquezas minerais (ouro, prata, pedras preciosas). A idéia de descobrir essas riquezas no Brasil estava sempre presente. Não foram encontrados os cobiçados minérios, a não ser o chamado ouro de lavagem, que se acha no leito dos rios. Esse ouro não representava nenhuma grande fortuna, mas os paulistas voltavam de suas viagens trazendo inúmeros índios cativos (CARMO e COUTO, 1998, p. 108).

Observemos que até aqui, as autoras não se referiram à palavra bandeira, referindo-se a *grupos de paulistas, acompanhados de índios*. Cumpre mencionar que, ao focar o final dos *quinhetos* e o início dos *seiscentos*, o texto não faz qualquer alusão ao clima de densa expectativa que reinava na vila de São Paulo, em consequência da clara animosidade demonstrada pelos índios, que habitavam as matas da então capitania de São Vicente. Os assédios à vila eram frequentes. Tanto, que nas atas relativas a esse período aparece, reiteradamente, a preocupação com as condições do muro que cercava o povoado. Esse quadro começou a se reverter a partir de 1585, quando Jerônimo Leitão, capitão mor da capitania de São Vicente, pressionado pelos moradores, liderou uma vultosa expedição às matas vicentinas,

visando a combater os índios que ameaçavam Piratininga. Essa expedição, talvez a mais importante do século XVI, não aparece nesse livro didático. A ausência de qualquer menção a essa tropa é, nessa abordagem de Carmo e Couto, especialmente significativa, uma vez que são mencionados os grupos de paulistas do século XVI, sendo que a mencionada tropa liderada por Leitão foi organizada justamente nesse período focado pelas autoras. Aliás, é válido lembrar que a atividade sertanista de Leitão raramente aparece nos livros didáticos, configurando uma surpreendente ausência, já que o personagem em pauta, além de ter sido um protagonista de alto cargo na administração colonial, foi também um líder mateiro, quando as circunstâncias exigiram. Comumente, o nome de Leitão não aparece nas indefectíveis listas dos principais ou mais importantes bandeirantes, organizada por boa parte dos autores de livros didáticos. Essas considerações são aqui tecidas, visando a chamar a atenção para a enigmática ausência do nome desse sertanista, nas abordagens que os livros didáticos apresentam sobre o bandeirismo.

Já tendo escrito sobre os *grupos de paulistas do final do século XVI e início do XVII*, Carmo e Couto discorrem sobre as bandeiras, entendendo-as como expedições que passaram a ser organizadas visando a, acima de tudo, suprir a necessidade cada vez maior de mão-de-obra escrava no planalto. A presença dos índios nas expedições também é postulada:

A necessidade crescente de escravos levou os paulistas a organizar expedições conhecidas como bandeiras, que, partiam da vila de São Paulo e embrenhavam-se pelos sertões, para capturar índios [...] na própria bandeira havia um grande número de índios trabalhando como carregadores, cozinheiros, guias e coletores dos produtos da mata, necessários à alimentação do grupo. E tinham também a função de soldados, atividade em que usavam as próprias armas: arco e flechas (CARMO e COUTO, 1998, p. 109).

De maneira flagrantemente incongruente, Carmo e Couto (1998, p. 111) incluem em seu texto a seguinte representação iconográfica:



Aqui, um sertanista inusitado – mais parecendo um mosqueteiro, com sua face escanhoada e cavanhaque cultivado, ostentando vistoso traje listrado e inacreditável chapéu emplumado – conduz uma tropa de índios não flecheiros, mas arcabuzeiros. Essa ilustração, cuja procedência não é mencionada por Carmo e Couto, contradiz o teor do texto por elas mesmas produzido. É largamente sabido que, predominantemente, os índios usavam suas próprias armas nas expedições. As próprias autoras afirmam isso textualmente. No entanto, essa representação iconográfica ora em questão, antagoniza diametralmente essa asserção.

Já na página 109, aparece a seguinte representação iconográfica:



Carmo e Couto informam ser essa uma reprodução do quadro *Fundação de Sorocaba*, de autoria do pintor Ettore Marangoni. Não teceremos aqui maiores comentários sobre a indumentária ostentada pelo sertanista, uma vez que ela apresenta os elementos que apontam para a composição de um personagem vestido adequadamente, preparado para o desbravamento. Afora isso, essa pintura parece ter sido elaborada para realçar unicamente o bandeirante branco e barbado que ocupa o centro da *tela*, em atividade de mando. Toda a luz concebida pelo artista incide nessa figura dominante, circundada por índios que o obedecem, desenvolvendo pesados trabalhos, envoltos em sombras, nada mais que vultos escuros a serviço do mandante iluminado.

Na seqüência do texto, Carmo e Couto afirmaram que:

A bagagem do bandeirante compunha-se de baús de couro, cheios de pólvora e chumbo, cobertas, redes e provisões de farinha. Levavam também machados, foices, facões, arcabuzes, escopetas e mosquetões (1998, p. 110).

É perceptível a postulação das autoras acerca da grande variedade e profusão de armas de fogo e objetos de aço, todos de origem europeia.

Sobre a rarefação de índios – ensejada nas áreas mais próximas de Piratininga – em decorrência do apresamento –, bem como sobre o redirecionamento das expedições para as regiões meridionais, onde abundavam os nativos guarani, asseveraram Carmo e Couto:

À medida que os paulistas foram destruindo as comunidades indígenas nas áreas mais próximas de São Paulo, as expedições tinham que ir cada vez mais longe. Com isso, seu principal alvo tornou-se a região Sul, onde viviam os índios guaranis. Os colonos consideravam esse grupo indígena o mais eficiente como trabalhadores, pois eles praticavam a agricultura em suas aldeias (1998, p. 110).

Entendendo as reduções do Guairá e do Tape como chamarizes para os paulistas, devido à grande concentração de índios lá verificada, bem como ao trabalho disciplinador desenvolvido pelos padres junto a esse vasto contingente nativo, afirmaram Carmo e Couto:

Para os paulistas, nada melhor do que se apossar desses índios aldeados, acostumados ao contato com os europeus e com o trabalho disciplinado das missões. Preparam o ataque, utilizando um grande número de índios guerreiros da tribo dos tememinós, inimigos mortais dos guaranis. Entre 1621 e 1641, as missões jesuíticas do Sul foram totalmente destruídas, calculando-se em 60 mil o número de índios capturados pelos bandeirantes (1998, p. 110).

Aqui, sem fazer qualquer menção aos nomes de Raposo Tavares e Manuel Preto, principais líderes dos assaltos às reduções meridionais, as autoras mencionam a não pequena presença de índios tememinó nas expedições apresadoras organizadas pelos paulistas, além de ofertar um número aproximado de 60.000 (sessenta mil) guaranis apresados nessas empresas, acrescentando ainda que:

... grande parte deles nem chegou a São Paulo, tendo morrido de fome, cansaço ou doença durante a viagem. Para avaliarmos essa mortalidade, basta dizer que, numa das expedições, dos sete mil índios capturados, apenas mil sobreviveram (CARMO e COUTO, 1998, p. 110).

Essa mortandade de índios apresados, durante a longa caminhada com destino a São Paulo, raramente aparece nos livros didáticos. Carmo e Couto, ao abordar essa questão, mostram-se convergentes com Volpato (1985) e Monteiro (2000), que deram visibilidade ao pouco conhecido perecimento de *negros da terra*, quando já em marcha forçada rumo à escravização. Monteiro, inclusive consta na bibliografia desse livro didático ora analisado.

Quanto à utilização dos escravos capturados pelos bandeirantes, escreveram Carmo e Couto:

Uma parte dos sobreviventes era vendida a outras capitâneas, para trabalhar junto com os escravos negros nas plantações e nos engenhos de açúcar. Mas um grande contingente destinava-se ao trabalho nas próprias fazendas de São Paulo e ao transporte de mercadorias para o litoral (1998, p. 110).

Aqui, afora o tráfico de índios para outras regiões da colônia, as autoras postularam a atuação de não pouco contingente escravo atuando no próprio planalto.

Mais à frente, abordando a contratação de bandeirantes por autoridades administrativas e fazendeiros, visando a dar combate a adversários diversificados, escreveram Carmo e Couto (1998, p. 111):

No decorrer do século XVII, governadores, proprietários de terras e as câmaras municipais de várias capitâneas, principalmente do Nordeste, contrataram os bandeirantes paulistas e seus índios guerreiros para combater rebeliões de escravos, tribos inimigas ou, ainda, europeus de outros países, que disputavam com os portugueses o domínio de alguma região (1998, p. 111).

Buscando citar exemplos dessas atividades desenvolvidas pelos paulistas, afirmam as autoras que:

No final do século XVII a Coroa portuguesa passava por uma profunda crise financeira. Por isso voltou a incentivar expedições para a busca de metais preciosos. Os paulistas organizaram então outras bandeiras com a finalidade de procurar ouro e pedras preciosas. Seu objetivo foi alcançado quando encontraram ouro na região que ficou conhecida como Minas Gerais (CARMO e COUTO, 1998, p. 111).

Como se nota, não são mencionadas as descobertas auríferas em Goiás e Mato Grosso, que foram, como se sabe, não pouco importantes para o contexto colonial.

Nesse livro didático de 1998, Carmo e Couto apresentam aos alunos do 1º grau um bandeirante que, embora pobre, dispõe de muitas armas de fogo, além de calçar botas de couro e envergar roupas nada denunciadoras dessa pobreza. Há uma incongruência significativa no texto, que afirma a carestia, porém apresenta indícios materiais que apontam para outra direção. Discordância ainda maior parece existir entre o discurso textual e a iconografia, ou seja, entre a rusticidade da carência material e a sofisticação do sertanista de chapéu inesperadamente emplumado, a conduzir um pequeno exército de índios, todos eles portando armas de fogo. Por outro lado, Carmo e Couto não listaram os *principais bandeirantes* ou *bandeirantes notáveis*, como fazem muitos outros autores de livros didáticos, prática esta que contribui para o realce do protagonismo dos *grandes* sertanistas, propiciando um entendimento do bandeirantismo como uma compilação de feitos realizados por homens incomuns. As autoras também não buscam inocuamente distinguir *entradas* de *bandeiras*, hábito recorrente nos livros didáticos. O apresamento é, também, abordado numa perspectiva textual não tão comum nos livros escolares, já que, além de aparecer claramente a ação ampla da caça ao índio – inclusive com menção de 60 mil negros da terra capturados nas missões meridionais –, é também abordada a utilização da mão-de-obra desses índios apresados no próprio planalto de São Paulo. Outra particularidade significativa, na abordagem ora analisada, explicita-se na menção à participação dos índios nas próprias tropas expedicionárias, auxiliando no apresamento de outros índios que, arrancados das reduções, não raro pereciam na longa viagem rumo a São Paulo, devido à *fome, cansaço ou doença*.

Apesar disso, para Carmo e Couto, o bandeirante continua sendo um homem que dispõe de todos os recursos materiais necessários para o devassamento das matas, tanto em termos de vestimenta, quanto no que diz respeito às armas. Um homem muito bem vestido e armado, em gritante dissonância com sua anteriormente afirmada pobreza.

A partir do início deste século XXI, os livros didáticos demonstram uma abordagem mais questionadora sobre a figura do bandeirante. O tom crítico, que já havia aparecido no discurso textual das obras didáticas dos anos anteriores – embora de forma episódica e incongruente –, começou a adquirir maior coerência e poder de convencimento, pois prestou-se a construir dúvidas a respeito da iconografia e até dos monumentos erigidos em homenagem aos antigos sertanistas paulistas. A já então bem conhecida pobreza da Piratininga inicial, passou a ser usada como um argumento consistente na crítica ao uso de indumentária fastosa pelos bandeirantes. Se São Paulo era inicialmente pobre, como poderiam ostentar trajes e acessórios aparatosos os homens que de lá saíram? Se tantos índios foram escravizados e mortos, como poderiam ser considerados heróis os homens que os escravizaram e mataram? As abordagens de não poucos livros didáticos pretenderam *desmitificar* a figura do bandeirante, propondo um aprendizado reflexivo, que levasse os alunos ao pensamento questionador. Desta forma, foram lançadas em 2002 três obras escritas por autores diferentes, porém apresentando postulações significativamente semelhantes, tanto no tocante ao texto, quanto no que diz respeito à iconografia. Levando em consideração justamente a notável semelhança de abordagem desses três livros didáticos, doravante os analisaremos não separadamente – como fizemos até aqui –, mas em simultaneidade, visando propiciar maior facilidade de percepção acerca dessa similitude. Para tanto, cumpre inicialmente saber quais são esses livros de 2002:

- *O Jogo da História*, de autoria de Flávio de Campos, Lídia Aguiar, Regina Claro e Renan Miranda, publicado pela Editora Moderna e destinado à 5ª série do ensino fundamental;

- *Viver a História*, de autoria de Cláudio Vicentino, publicado pela Editora Scipione e destinado à 6ª série do ensino fundamental;

- *Navegando pela História*, de autoria de Sílvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, publicado pela Quinteto Editorial e destinado à 7ª série do ensino fundamental.

Explicitadas tais informações, iniciemos a análise propriamente dita dessas obras, averiguando o que escreveu Vicentino:

Foi a partir do século XIX que surgiu a versão histórica que valorizava aqueles que penetraram pelo interior da América portuguesa, desbravando novos territórios. Saint-Hilaire, um viajante francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, escreveu sobre a expansão interiorana dos paulistas, exaltando a coragem e destemor desses conquistadores, conhecidos como **bandeirantes**, considerando-os “uma raça de gigantes”. Daí em diante, vários historiadores ampliaram a glorificação dos desbravadores, transformando-os em “heróis da pátria”. Alguns chegaram a apontá-los como homens instruídos, acostumados ao luxo e responsáveis pela atual dimensão do Brasil. Contra esse mito dos bandeirantes, devem ser considerados os seguintes aspectos. Primeiro: como poderiam ser “heróis nacionais” se nos séculos XVI ao XVIII o Brasil ainda era português? Segundo: como poderiam ser heróis nacionais se agiam com violência, escravizando os habitantes nativos, atacando jesuítas e escravos rebelados? Por último, boa parte dos bandeirantes tinha origem nos pequenos lavradores que desejavam mão-de-obra escrava indígena [...] Não prevalecia a riqueza na região paulista dos bandeirantes e muito menos luxo 2002, p. 271).

Como se percebe, Vicentino procura refletir criticamente sobre o papel dos bandeirantes na história, apontando Saint-Hilaire como o autor da expressão *raça de gigantes*, que conotava paulistas como homens excepcionais, acrescentando ainda que vários historiadores posteriores aumentaram essa *glorificação*, transformando os bandeirantes em heróis de uma nacionalidade que ainda não existia entre os séculos XVI e XVIII. Sem citar o nome de Oliveira Viana, que defendia que os paulistas eram ricos e instruídos, Vicentino nega o luxo e a riqueza dos bandeirantes, afirmando-os lavradores pobres, escravizadores da mão-de-obra indígena. Em síntese, Vicentino busca demonstrar que os bandeirantes não foram heróis.

Também Panazzo e Vaz procuram questionar mordazmente o heroísmo dos bandeirantes, citando a obra *Bandeirismo: dominação e violência*, de Júlio José Chiavenato. Averigüemos:

Na historiografia oficial o bandeirismo é uma epopéia: um longo poema narrando feitos heróicos. Dessa maneira, podemos reformular o problema: o bandeirismo, embora *não tenha sido* uma epopéia, é considerado como tal nas páginas da historiografia conservadora. É verdade que se desenvolveu entre ásperas lutas e sacrifícios enormes dos bandeirantes, mas com um toque de banditismo, porque seus propósitos eram a morte e a escravidão (Chiavenato *apud* Panazzo e Vaz, 2002, p. 68).

Aqui, o *banditismo* é ofertado como um contraponto ao heroísmo, assim como a escravização e a matança de índios são enfocados como elementos antagônicos à ideia de *epopeia*.

Na sequência, escreveu Chiavenato citado por Panazzo e Vaz:

A historiografia oficial não se dispõe a mostrar o lado dos vencidos, e, para “falsificar” a história, não é preciso mentir, basta realçar o aspecto “heróico” do bandeirismo – a coragem, a luta, a disposição de renúncia etc. – para criar a figura mitológica do bandeirante. Fugindo à responsabilidade pelo que índios [...] sofreram, elaboram uma história que condiciona nas mentes desprevenidas ou menos críticas o respeito ao poder, ao vencedor. O que ajuda a manter os processos de dominação (2002, p. 68).

Depois disso, seguindo na mesma linha de raciocínio, afirmou Chiavenato citado por Panazzo e Vaz:

...quando se trabalha com o bandeirismo não é preciso muito esforço para produzir a imagem do “herói” [...] Por exemplo: como não “admirar” um pequeno grupo de homens que desceram pelo sul de São Paulo e foram até o Paraná, fundando Curitiba, entrando por Santa Catarina, ganhando o Rio Grande do Sul e estabelecendo no extremo do Uruguai a Colônia de Sacramento? A narrativa dessa proeza facilmente se transforma numa epopéia, se esquecermos o genocídio dos índios, o processo de escravização (2002, p. 68).

Parece estar claro que, tanto o livro didático de Vicentino quanto o de Panazzo e Vaz, procuram, incisivamente, demonstrar que a figura do bandeirante herói é algo não pouco questionável. Na mesma direção vai a abordagem de Campos et. al:

Caçadores de gente, os primeiros paulistas eram mamelucos (descendentes de portugueses com as índias) e mal conheciam a língua portuguesa. Viviam da escravização de indígenas que utilizavam em suas propriedades ou vendiam a outros proprietários de terras. Escravizado, o indígena era tratado como uma mercadoria, um objeto para ser comercializado. Nas expedições que organizavam em busca de mais índios ou na procura de metais e pedras preciosas, os bandeirantes utilizavam os indígenas como carregadores. Uma mercadoria que podia carregar outras mercadorias (2002, p. 129).

Depois dessas afirmações, que apresentam os bandeirantes como mestiços que quase não falavam o português e que, sobretudo, eram caçadores e traficantes de escravos índios, Campos et. al. (2002, p. 129) ofertam ao leitor essas duas imagens guarnecidas com legendas:



Ao lado dessas representações iconográficas, os autores propõem três exercícios:

1. Observe com atenção as duas imagens. Quais são as ideias que elas transmitem sobre os bandeirantes?
2. Procure no texto do capítulo as várias definições de herói.
3. Os bandeirantes podem ser considerados heróis do Brasil? Justifique sua resposta (CAMPOS, et. al., 2002, p. 129).

Está claro que a primeira questão leva o aluno a refletir criticamente, tanto sobre o monumento a Borba Gato, quanto sobre a pintura que retrata Jorge Velho, já que um texto por nós há pouco citado, apontando os bandeirantes como mamelucos e caçadores de gente, está junto a essas duas imagens. A segunda questão leva o aluno a buscar no capítulo em estudo as *várias definições de herói*, onde é possível encontrar as seguintes frases:

Batman. Meninas Superpoderosas. Super-homem. Demon. Johnny Cage. Homem Aranha. Mega Man. Mulher Maravilha. Thor. Space Ghost. Capitão América. Todos nós já ouvimos história de heróis e super-heróis. Fortes, corajosos e juntos, defendem as pessoas de bandidos, monstros e seres extraterrestres. Combatem o Mal. São do Bem [...] Para os povos de Pindorama, um herói era um ancestral que havia realizado uma grande proeza. Como todos os ancestrais, descendia de deuses e de espíritos da natureza. Muito tempo atrás, o herói teria enfrentado um terrível animal, um ser mágico ou um espírito malvado, salvando a tribo de um grande perigo. Um guerreiro destemido que se destacasse em uma batalha era festejado por seu povo. Era um herói da tribo. Honrava a memória de seus ancestrais [...] Nenhum herói salvou os povos de Pindorama do massacre que começou a ocorrer no século XVI (CAMPOS et. al., 2002, p. 125-125).

Como se percebe, o texto procura fazer um percurso do mundo mítico à *realidade*, onde não há nenhum herói, mas a matança, o *massacre* de índios já a partir do primeiro século da colonização. Essa é a resposta para a segunda pergunta.

Já a terceira questão – que indaga se os bandeirantes podem ou não *ser considerados heróis do Brasil*, pedindo ainda uma justificativa para a resposta a ser dada –, naturalmente encaminha o estudante a uma resposta inequívoca, que nega o heroísmo dos sertanistas de São Paulo, já que, em todo o capítulo 8, não há qualquer frase que o afirme.

Como em Campos et. al., também na obra de Panazzo e Vaz (2002, p. 64) aparece a intencionalidade de questionamento à iconografia e aos monumentos alusivos aos bandeirantes:

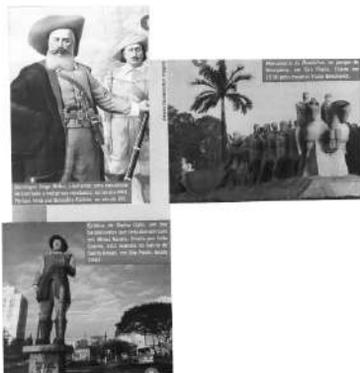


Na sequência dessas imagens, à guisa de legenda, escreveram Panazzo e Vaz:

Até hoje é possível notar a relação do estado e da cidade de São Paulo com os bandeirantes. Essa história está presente nos nomes de algumas rodovias: Anhangüera, Raposo Tavares, Fernão Dias, dos Bandeirantes. Também está presente no Monumento às Bandeirantes, na estátua do Borba Gato, na avenida dos Bandeirantes e no museu Casa do Bandeirante (2002, p. 64).

Guardando notável convergência em relação a Panazzo e Vaz e Campos et. al., Vicentino (2002), também, procura refletir criticamente

acerca da iconografia e dos monumentos alusivos aos bandeirantes. Na página 270 de seu livro didático, aparecem as seguintes imagens legendadas:



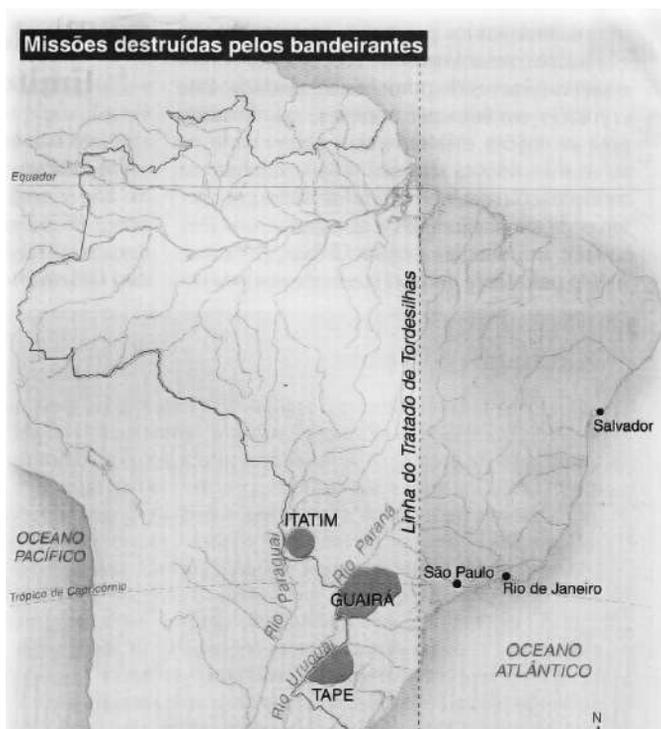
Na mesma página, Vicentino convida o leitor à observação atenta dessas imagens, escrevendo: “Observe atentamente as imagens 1, 2 e 3. São representações sobre os bandeirantes e o movimento das bandeiras” (2002, p. 270). Na sequência imediata, o autor formula a seguinte indagação ao leitor: “É possível descrever que características os artistas plásticos quiseram imprimir aos bandeirantes em suas obras? Quais são elas?” (VICENTINO, 2002, p. 270).

Parece estar claro que as imagens apresentam os sertanistas como heróis ou, no mínimo, pioneiros detentores de imaculada respeitabilidade, homens de longas barbas, ostentando chapéus, gibões, capas, arcabuzes, facões e garruchas.

Percebe-se facilmente que o questionamento das representações não discursivas – no caso iconográficas e monumentais – sobre os bandeirantes, aparece nos três livros didáticos ora em análise, evocando praticamente as mesmas imagens. A discursividade textual, como também já se fez perceptível, busca, nas três obras, demonstrar o lado nada heroico dos bandeirantes, detendo-se significativamente na narrativa acerca das brutalidades praticadas contra os indígenas. Panazzo e Vaz, por exemplo, procuram discorrer minuciosamente sobre a violência que caracterizou as investidas apresadoras dos paulistas nas missões jesuíticas:

Os índios catequizados eram mais caros que os considerados “selvagens”. Para capturá-los, os bandeirantes invadiam as missões, comunidades em que os padres jesuítas ensinavam aos índios a religião católica e os disciplinavam para o trabalho. Os bandeirantes escravizavam os indígenas e matavam os que se recusassem a acompanhá-los [...] usavam facões e espadas para cortar cabeças, pernas e braços dos que resistissem; incendiavam as igrejas das missões e matavam velhos e doentes, que não seriam úteis como escravos (PANAZZO e VAZ, 2002, p. 65).

Na mesma página em que constam essas palavras, aparece um mapa indicando não os *roteiros bandeirantes* – como ocorre em não poucos livros didáticos –, mas a localização geográfica das missões do Itatim, Guairá e Tape, todas elas assaltadas pelos bandeirantes:



Este mapa, cumpre observar, não demonstra a expansão geográfica levada a cabo pelas bandeiras, posto que se presta, claramente, a demonstrar a destruição levada pelos paulistas às áreas das reduções jesuíticas. Nada aqui aponta para a glorificação em deferência à dilatação territorial, indicando – isso sim, muito visivelmente – os locais exatos da obra nada construtiva, mas destrutiva dos bandeirantes, os locais em que ocorreram o apresamento e a matança com requintes de crueldade, descritos detalhadamente no texto que margeia o mapa, texto que, como já verificamos, aborda o assassinio de enfermos e idosos, além da degola dos índios que resistiam.

Ao optar por demonstrar no mapa as regiões missionárias assoladas pelas bandeiras, Panazzo e Vaz inverteram a tendência até então vigente nas ilustrações cartográficas alusivas às expedições sertanistas, que enfatizavam, sobretudo, os roteiros das expedições pelo interior do continente e, por conseguinte, a expansão territorial.

O viés crítico-reflexivo desses três livros didáticos ora em estudo, contempla, no caso de Vicentino, uma interessante proposta de análise historiográfica comparativa, envolvendo os trabalhos de Pombo e Volpato, publicados respectivamente em 1918 e 1985. Nessa proposição comparativa, intitulada *O conhecimento histórico na história*, ao aluno leitor escreveu Vicentino: “Você vai ler dois textos de historiadores que apresentam interpretações diferentes sobre os bandeirantes. Leia e depois responda às questões” (2002, p. 283). Na sequência dessas palavras, surge o texto – na verdade um trecho – de Pombo citado por Vicentino:

Tão notável se fez a obra dos bandeirantes paulistas que, sem ela, não só o Brasil não seria tão grande em território como a nossa própria história não teria se orientado como se orientou. Os primeiros bandeirantes, portanto, não há dúvidas de que deram provas de grande coragem. E deve notar-se que em regra as bandeiras se compunham de mamelucos e índios mansos [...] E, pois, aquela casta nova, formada de sangues tão diferentes, se mostrou capaz de grandes façanhas. Conserva-se em nossas tradições uma idéia do

tipo do bandeirante: largo chapéu de palha desabado para trás, um ponche às costas e um saco de roupas, a tiracolo o **chumbeiro** e o **polvarinho**, ao ombro a espingarda, à cinta o facão; quase sempre barbas e cabelos crescidos: eis a figura daqueles novos cruzados (2002, p. 283).

Aquí, é salientada a tão *notável* obra dos bandeirantes, sem a qual *não seria tão grande* o território brasileiro. A *grande coragem* desses dilatadores das fronteiras brasileiras é afirmada categoricamente, acima de qualquer dúvida. A mestiçagem, que gerou o mameluco, inspirou Pombo a tecer considerações de natureza eugênica, afirmando que *aquela casta nova* era *capaz de grandes façanhas*. No que concerne à indumentária, prevalece o tradicionalismo do grande chapéu, da arma de fogo europeia e do facão.

Depois de informar acerca da origem do trecho citado de Pombo⁸¹, Vicentino cita Volpato:

... A historiografia do bandeirismo se apropriou desse elemento [o mestiço], apresentando-o com cores novas: não mais como o resultado de ligações ilegítimas, não mais como o fruto da deterioração dos costumes, como era apresentado na denúncia dos padres e bispos do período colonial, mas como um homem novo, nem europeu nem índio e sim a mistura de ambos (o mameluco). Este é pinçado da categoria da escória da sociedade, onde jazia até então, e alçado à condição de herói. Ao resgatar o mameluco e transformá-lo num ser de características excepcionais, membro da “raça de gigantes”, a historiografia do bandeirismo resgatava grande parte da população brasileira, composta de vários tipos de mestiços. Além disso, resolvia um impasse que havia atormentado a intelectualidade brasileira do século XIX, que era: como tornar desenvolvido um país povoado por mestiços e que havia sido colonizado por degredados? A miscigenação era transformada de entrave em vantagem (2002, p. 283).

81 POMBO, Rocha. *História de São Paulo* – Resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1918, p. 71-72, 74-76.

Essas palavras, que Vicentino também informa onde buscou⁸², refletem criticamente a respeito da construção da figura do bandeirante herói, especialmente no que diz respeito aos argumentos discursivos, que na historiografia, pinçaram ou *alçaram* o mameluco a um patamar elevado, de alta respeitabilidade, algo jamais pensado pelos intelectuais brasileiros do século XIX.

Está claro que Vicentino procura demonstrar que, em 1918, Pombo exaltava a mestiçagem, heroizando o mameluco, conotando-o como um homem extraordinário – posto que responsável por grandes façanhas –, ao passo que Volpato, em 1985, escrevia criticamente sobre esse processo de heroização do mameluco que, cumpre mencionar, foi posteriormente robustecido por outros autores, especialmente Ellis Jr. (1936) e Ricardo (1942).

As questões elaboradas por Vicentino em relação aos *textos* de Pombo (1918) e Volpato (1985) são essas:

1. Quando os textos foram escritos?
2. Como o autor apresenta os bandeirantes? Que adjetivos e qualificações são atribuídos a eles?
3. Qual a origem do heroísmo dos bandeirantes, segundo o autor? Você concorda com esta tese? Por quê?
4. No segundo texto, a autora defende que, a partir do século XIX, a miscigenação, que era antes considerada um entrave, passou a ser uma “vantagem”. Como isso se apresenta?
5. A quem interessava a mudança na interpretação da história brasileira, ao se referir à figura do bandeirante como herói nacional? (2002, p. 283).

Não há dúvida de que os alunos da 6ª série do ensino fundamental, ao responderem essas perguntas, são estimulados a questionar a figura do

82 VOLPATO, Luiza. *Entradas e bandeiras*. São Paulo: Global, 1985, p. 17-19 (História Popular, II).

bandeirante herói, uma vez que as respostas devem ser elaboradas imediatamente após a leitura das postulações de Pombo e Volpato, que são divergentes sobre o antigo morador de São Paulo.

Além de propiciar aos alunos esse exercício comparativo, envolvendo duas produções historiográficas antagônicas, Vicentino também estimulou a reflexão crítica acerca de uma representação iconográfica em particular, a pintura intitulada *A morte de Fernão Dias*, de autoria de Rafael Falco⁸³. Eis a reprodução dessa obra, que aparece do lado direito da página 275 da obra didática em pauta, acompanhada de legenda:



Ao lado dessa reprodução pictórica, Vicentino relembra a pobreza que caracterizava a capitania de São Vicente à época das bandeiras, levantando em seguida alguns questionamentos:

Típicas da pobre região de São Vicente, as bandeiras tornaram-se uma maneira de a população lutar pela sobrevivência.

- A par disso, discuta como os bandeirantes são retratados na pintura de Rafael Falco, *A morte de Fernão Dias*.

83 Essa pintura reproduzida inúmeras vezes nos livros didáticos, foi por nós preliminarmente abordada neste estudo, quando analisamos a obra de Santos, 1991.

- Considerando o ambiente selvagem e a origem humilde dos “desbravadores paulistas”, como ficaram conhecidos, pode-se dizer que essa imagem corresponde à realidade? Por quê? (VICENTINO, 2002, p. 275).

O autor pretende, claramente, demonstrar aos alunos a incongruência perceptível entre a pintura de Falco e a situação econômica da região habitada pelos bandeirantes, onde não existia qualquer abundância. Por conta da estruturação argumentativa que encima as questões, alertando para a pobreza vicentina, é sugestivamente ensejado aos alunos o entendimento de que, inapelavelmente, a pintura de Falco *não corresponde à realidade*, devido aos recursos materiais ali representados, notadamente no que diz respeito à indumentária e às armas dos sertanistas.

Cumprir lembrar que, assim como Panazzo e Vaz (2002) e Campos et. al (2002), também Vicentino (2002) já havia, anteriormente, feito considerações de cunho crítico em relação à iconografia – no caso o quadro a óleo de Calixto, retratando Domingos Jorge Velho – e à estatuária – no caso a estátua de Borba Gato e o monumento às bandeiras –, propondo aos alunos o questionamento a essas obras artísticas que representam os sertanistas paulistas.

Sintetizando a análise que ora se finda sobre essas três obras didáticas lançadas em 2002 – *O jogo da história*, de autoria de Campos et. al. e direcionado à 5ª série do ensino fundamental; *Viver a História*, de autoria de Cláudio Vicentino e destinado à 6ª série do ensino fundamental; *Navegando pela história*, de autoria de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, destinado à 7ª série do ensino fundamental –, pode ser afirmado, que tendo sido escritas para o estudo em séries distintas – 5ª, 6ª e 7ª –, as três abordagens sobre os bandeirantes se apresentam notadamente semelhantes, demonstrando a pobreza piratiningana e a violência praticada contra os índios, questionando a heroicização dos sertanistas na iconografia e na historiografia.

Campos et. al., irônica e acidamente, fazem uma discussão sobre os *heróis* e *super-heróis*, citando, entre outros, personagens como *Batman*, *Homem Aranha* e *Super Homem*, todos eles benfeitores e defensores das pessoas, contra bandidos, *monstros* e *extraterrestres*, enfatizando, na sequência, que “nenhum herói salvou os povos de Pindorama do massacre que começou a ocorrer no século XVI” (CAMPOS et. al., 2002, p. 125).

Vicentino afirma que a expressão *raça de gigantes* foi originalmente escrita por Saint-Hilaire no século XIX, “fundando a glorificação dos desbravadores” (2002, p. 271), que seria, a partir de então, reiteradamente ampliada pelos historiadores. Mais adiante, o mesmo autor também oportuniza uma interessante leitura comparativa, utilizando-se da obra de Volpato (1985) para contrapor os elogios atribuídos aos bandeirantes por Pombo (1918). Panazzo e Vaz (2002), citando vários trechos de Chiavenato, procuram demonstrar que o *genocídio dos índios* é ocultado pela imagem construída do *aspecto ‘heroico’ do bandeirismo*. Numa só frase, os três livros didáticos em pauta, ofertam uma versão da figura do bandeirante que, inapelavelmente, pode ser entendida como a antítese do tão disseminado herói paulista, reveladora da face obscura, pouco conhecida, de um personagem tão edificadamente apresentado ao longo do tempo. Essas três obras, postas ao lado de outras, que, vacilantemente, se propuseram a demonstrar o lado destrutivo e nada edificante do bandeirante, revelam que essas tentativas oscilantes e claudicantes de desmitificação, que apareceram episodicamente nos livros didáticos ao longo do século XX, comumente incorriam em aspectos que glorificavam a figura do sertanista paulista, tais como a coragem, a bravura, a resistência física e a obstinação, além da responsabilidade pela expansão dos domínios geográficos da coroa portuguesa. À exceção da obra *A história de um povo*, lançada por Azevedo e Darós, em 1988 – que se aproxima bastante do viés textual (porém, não no que diz respeito à crítica iconográfica) adotado por Campos et. al., Vicentino e Panazzo e Vaz –, as outras abordagens, que se propuseram a

questionar o mito bandeirante, surgidas esporadicamente no decurso dos anos, denotam superficialidade, incongruência, incoerência e imaturidade científica, uma vez que oscilam de maneira flagrantemente pendular, propondo a desconstrução de um mito que elas mesmas – essas abordagens – reforçam perceptivelmente, frisando adjetivações já exaustivamente repetidas por inúmeros autores anteriores, adjetivações que são, elas próprias, sustentáculos da figura do bandeirante herói.

Em 2004, Vesentini et. al. publicavam, pela Editora Ática, o livro didático intitulado *História*, obra destinada à 4ª série do ensino fundamental. O exemplar que ora passaremos a analisar trata-se do *Livro do Professor*, que como se sabe, apresenta exatamente a mesma organização ou estruturação de conteúdos que caracteriza os exemplares utilizados pelos alunos, com a óbvia diferença de já trazer os exercícios e as questões acompanhados de suas respectivas respostas, além de conter ainda, para orientação docente, diversas notas ou observações nas margens das páginas, que tais como as respostas das questões, também não aparecem nos exemplares da versão destinada aos estudantes. Na página de rosto do exemplar, que ora iniciamos a investigar, constam as seguintes palavras: *As observações nas margens, as respostas das atividades e o manual constam apenas da versão do professor.*

Sobre essas *respostas e observações marginais*, de suma importância para a compreensão da abordagem desse livro didático, trataremos logo adiante. No momento, cumpre observar que, à maneira de muitos autores anteriores, Vesentini et. al. ofertam a conhecida explicação sobre *Entradas e Bandeiras*:

Algumas das expedições que se dirigiam ao interior do Brasil destinavam-se à conquista e à ocupação de terras. Eram as entradas. Outras expedições, as bandeiras, eram organizadas por particulares, principalmente os paulistas, e destinavam-se à procura de metais preciosos e à captura de índios (2004, p. 81).

A opção por incluir em seu livro didático essa tradicional explicação acerca das expedições, dividindo-as em *entradas* e *bandeiras* foi, digamos assim, a única permanência do convencionalismo em Vesentini et. al.

Averiguemos, agora, o que está afirmado nessa obra didática sobre as primeiras expedições realizadas pelos colonizadores:

Desde o início da ocupação do território brasileiro os portugueses queriam encontrar metais preciosos. Por isso, organizaram expedições para explorar o interior, em busca de ouro e pedras preciosas [...] para os colonizadores, não foi nada fácil aventurar-se pelo interior do país. Como orientar-se no meio do mato? Como atravessar rios e cachoeiras, enfrentar animais perigosos, vencer a fome e o cansaço? (VESENTINI et. al., 2004, p. 78).

Num primeiro momento, pode parecer que o texto tenderá a exaltar os bandeirantes, apresentando-os como os personagens responsáveis por vergar, vencer toda essa gama de fatores adversos, subjugando-a à marcha do desbravamento. No entanto, a sequência do texto busca demonstrar que o conhecimento e a habilidade necessários à ação do devassamento, eram oriundos da população indígena:

Desbravar as matas brasileiras significava enfrentar perigos. As cobras venenosas, por exemplo, podiam matar os menos cautelosos. Aqueles que possuíam os segredos das matas tinham mais chance de sucesso, Era o caso de muitos desbravadores paulistas que eram maridos ou filhos de índias. Para sobreviver nas matas era fundamental conhecer as plantas comestíveis, reconhecer as plantas venenosas, saber onde encontrar água, reconhecer os rastros dos animais... (VESENTINI et. al., 2004, p. 79).

Ao lado dessas palavras, na margem da página, consta, em letras pequenas e azuis, a seguinte observação destinada ao professor:

Espera-se que os alunos cheguem à conclusão de que os colonos precisaram da ajuda dos índios, que conheciam os caminhos e

sabiam sobreviver no sertão. Dê tempo suficiente para a turma [...] levantar as hipóteses [...] se achar necessário, ajude os alunos... (VESENTINI et. al., 2004, p. 79).

Na sequência imediata dessas palavras, dominando quase toda a página seguinte e orbitada por quatro legendas explicativas, aparece a seguinte figura:



Este desenho, embora reproduza, em grande medida, a vestimenta tradicionalmente atribuída aos bandeirantes, refuta um dos mais conhecidos itens de tal indumentária: as botas altas. Não podemos deixar de mencionar que essa figura constituiu-se numa raridade, nesse estudo sobre as abordagens acerca dos bandeirantes nos livros didáticos, uma vez que todas as outras obras por nós consultadas – escritas entre 1889 e

2006 – não apresentam uma única representação iconográfica com essas características, ou seja, não consta no material didático por nós percorrido, qualquer outro desenho que apresente o sertanista paulista com traços europeus, envergando vestimenta e armamento também europeus, no entanto descalço, com os pés diretamente em contato com a terra, à maneira dos índios.

Sobre a composição, alimentação e permanência das bandeiras no sertão, escreveram Vesentini et. al.:

Registros da época indicam que as bandeiras eram chefiadas por um capitão-mor e composta de vinte a sessenta homens brancos, duzentos a quatrocentos mamelucos e alguns milhares de indígenas, entre domésticos e escravos [...] Os índios e mamelucos marchavam nus ou de tanga, levando como arma apenas arcos e flechas. Os brancos iam descalços, de chapéu, calças largas e um colete acolchoado; carregavam mosquetes, pistolas e facas. A alimentação do grupo era composta basicamente de farinha de mandioca, mel, palmito, caça e pesca. As expedições [...] podiam durar de seis meses a três anos (2004, p. 82-83).

Aqui, é clara a intenção de demonstrar a significativa participação indígena nas expedições. É explicitado que, nas bandeiras, o número de mamelucos e índios era bem maior que o de brancos, embora esses últimos fizessem parte do comando dessas empreitadas, portando armas europeias, porém descalços como os índios, que seguiam com sua indumentária nativa, portando arcos e flechas. Quanto à alimentação, constam apenas itens pertencentes aos costumes indígenas, oriundos da caça, da pesca e da coleta no meio agreste. A longa permanência das expedições no sertão condicionava-se, pela estruturação das frases, à própria obtenção desses gêneros alimentícios nativos, ou seja, a sobrevivência nas matas só era possível aos brancos através da adoção da alimentação nativa.

Ao lado dessas palavras que presentemente comentamos, contam as seguintes observações ao professor, através das já aludidas notas marginais:

... conte aos alunos que no Brasil colonial muitos povos indígenas foram escravizados, tiveram suas terras invadidas e aldeias destruídas pelos bandeirantes. Diversos grupos foram exterminados. Para se defender, os índios usavam apenas arco e flecha, enquanto os bandeirantes tinham armas de fogo (VESENTINI et. al., 2004, p. 82).

Na sequência, também perfiladas com as mesmas frases que descrevem a composição, alimentação e permanência das bandeiras no sertão, aparecem as seguintes observações na borda da página:

... comente com os alunos que nas três primeiras décadas do século XVII os bandeirantes paulistas e seus mamelucos mataram ou escravizaram perto de 500 mil indígenas. Apesar de seus métodos cruéis, os bandeirantes são tidos como os principais responsáveis pela expansão territorial do Brasil (VESENTINI, et. al., 2004, p. 83).

Está bem claro que os autores desse livro didático buscam, reiteradamente, orientar o professor a demonstrar aos estudantes que, em apenas 30 anos, os bandeirantes foram matadores e escravizadores de meio milhão de índios, os quais foram atacados em condições de flagrante desigualdade bélica, posto que os paulistas tinham armas de fogo. Os autores fecham a nota de borda de página afirmando, textualmente, que os bandeirantes lançavam mão de *métodos cruéis*, mas que *apesar* disso – o tom aqui é quase lamentoso – *são tidos como* os personagens históricos que expandiram geograficamente o Brasil. Parece ser perceptível que, somente muito a contragosto, os autores mencionam que, aos paulistas é atribuída a expansão territorial brasileira.

Em breves palavras, poder ser afirmado, sem qualquer reserva que, nesse livro didático de 2004, Vesentini et. al. procuram demonstrar aos estudantes que os bandeirantes foram assassinos e escravizadores de índios. Nenhuma afirmação épica ou *heroicizante* é feita ao longo dessa abordagem concisa, que leva não apenas os alunos da quarta série do ensino

fundamental, como, também, os próprios docentes de história, a pensar criticamente acerca da questão do devassamento, entendendo-a como um processo, antes de mais nada genocida, que dizimou – com *métodos cruéis* – milhares e milhares de indígenas. Em termos iconográficos e textuais, Vesentini et. al. apresentaram o bandeirante como um homem descalço, além de buscar promover o entendimento de que o próprio avançamento e a permanência desse caminhante nas matas dependia, em significativa medida, das técnicas e segredos de sobrevivência agreste, aprendidos com os índios, homens que estavam, desde o nascimento, em seu elemento, homens que tinham já nascido nas paragens sertanejas, homens que foram, ao que parece, os responsáveis pela subsistência de muitos sertanistas, bem como pela continuidade de suas marchas por caminhos antes desconhecidos, então jamais palmilhados pelos colonizadores.

Em 2006, Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota lançaram, pela Editora Moderna, o livro didático intitulado *História: das cavernas ao terceiro milênio*, destinado aos alunos da 6ª série do ensino fundamental. Nessa obra, logo no início do texto intitulado *Entradas e bandeiras*, aparecem as seguintes palavras:

As entradas eram em geral organizadas pelas autoridades portuguesas inicialmente com o objetivo de combater estrangeiros e indígenas. Mais tarde, essas expedições voltaram-se para a captura de índios para serem escravizados e para a procura de ouro [...] as bandeiras eram empreendimentos particulares organizados pelos paulistas, conhecidos como bandeirantes (BRAICK e MOTA, 2006, p. 239).

Eis aqui, uma vez mais, a explicação que divide as expedições em entradas e bandeiras, além de um flagrante anacronismo, que situa o termo *bandeirantes* como o vocábulo que identificava os paulistas nos primeiros tempos da colônia. Sabe-se que, nos dois primeiros séculos coloniais, os paulistas não eram, de forma alguma, chamados de bandeirantes, pois essa palavra não aparece nos documentos da época.

Sem classificar o bandeirismo em ciclos, Braick e Mota não deixam de mencionar que existiram bandeiras cujas finalidades eram marcadamente distintas, afirmando que os paulistas:

... partiam para o sertão em busca de índios para escravizar (bandeiras de apresamento), de pedras e metais preciosos (bandeiras prospectoras) e de indígenas hostis e quilombos para subjugar (sertanismo de contrato) (2006, p. 239).

Na sequência do texto, a situação econômica de São Paulo é explicada como fator determinante, não apenas para as empresas de apresamento indígena, como, também, para o tráfico da mão-de-obra escravizada:

No século XVII, os moradores de São Paulo de Piratininga dedicavam-se principalmente ao cultivo de mandioca, trigo, milho e algodão e à criação de gado, produtos que eram consumidos na colônia. Como os paulistas não tinham recursos para comprar escravos africanos, eles capturavam indígenas para trabalhar nas lavouras. Uma parte pequena desses nativos era levada para os engenhos do Nordeste e do litoral fluminense (BRAICK e MOTA, 2006, p. 239).

Acerca dos ataques bandeirantes às missões jesuíticas, afirmaram Braick e Mota:

Os guaranis e outros grupos indígenas que habitavam as missões jesuíticas [...] eram os alvos preferidos dos bandeirantes, pois já estavam acostumados à vida sedentária e à disciplina do trabalho agrícola [...] entre 1619 e 1632, os paulistas destruíram as aldeias da província do Guairá, no atual estado do Paraná. No mesmo ano começaram os ataques às missões do Itatim (Mato Grosso do Sul), que desapareceram em 1638. Seguiram-se as investidas contra as missões do Tape (1635-1637) e do Uruguai (1638), em terras gaúchas e uruguaias (2006, p. 239-240).

Em meio a essas palavras, que narram a destruição das missões, aparece a reprodução de uma fotografia das ruínas de São Miguel, povoada

do edificado pelos jesuítas no século XVII – em terras hoje pertencentes ao Rio Grande do Sul – e destruído pelos bandeirantes:



A seguir, abaixo de um subtítulo que enuncia *As grandes bandeiras*, ressalta-se o protagonismo de alguns célebres bandeirantes, a expansão territorial portuguesa após a transposição da linha de Tordesilhas e, finalmente, um bosquejo do percurso cumprido por Raposo Tavares, no final da primeira metade do século XVII:

Entre as principais bandeiras destacaram-se as de Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais Leme e Bartolomeu Bueno da Silva. Ao penetrar no interior, essas expedições contribuíram para expandir os domínios portugueses para além da linha de Tordesilhas. A grande bandeira de Antônio Raposo Tavares, por exemplo, organizada em 1648, seguiu pelo rio Tietê em direção aos rios Paraná e Paraguai e atingiu o Rio Amazonas, completando a viagem a poucos quilômetros da Ilha de Marajó (BRAICK e MOTA, 2006, p. 240).

Sobre as jazidas de ouro descobertas pelos paulistas, escreveram Braick e Mota:

Por volta de 1695 foi encontrado ouro na região do Rio das Velhas, em Minas Gerais. Posteriormente, foram abertos caminhos auríferos

ros em Mato Grosso e Goiás e descobertos diamantes no norte de Minas (2006, p. 240).

Findando nossa análise dessa sucinta abordagem sobre os bandeirantes, contida no livro didático nomeado *História: das cavernas ao terceiro milênio*, pode ser afirmado que no recente ano de 2006, Braick e Mota disseminaram, entre os alunos da 6ª série do ensino fundamental, uma versão dos sertanistas paulistas que, notadamente buscam demonstrar o apresamento e o comércio de escravos índios, atividades essas desenvolvidas em consequência da precariedade econômica vivenciada na vila de São Paulo. Os ataques às missões inicianas, bem mais lucrativos para os bandeirantes, devido à grande concentração de índios já disciplinados lá existentes, foram abordados detidamente por Braick e Mota, com informações precisas, tanto no que diz respeito à datação, quanto no que concerne à localização geográfica dos povoados assaltados. Acreditamos ser digno de nota que, justamente no decurso da narrativa sobre esses assaltos aos inicianos, surge uma grande imagem fotográfica de uma missão em ruínas, destruída pelos bandeirantes. Não há dúvida de que essa abordagem privilegiou a opção por demonstrar, de forma clara, as implicações de natureza violenta e destrutiva, ligadas às atividades de caça ao índio. A expansão geográfica é lembrada no texto, porém não é magnificada, mas sim dimensionada como um elemento consequente da penetração dos paulistas rumo ao interior.

Ao distinguir as expedições em *entradas e bandeiras*, bem como ao fazer um breve resumo das *grandes bandeiras*, Braick e Mota optam por prismas ou ângulos de abordagem, que inevitavelmente, reproduzem opções dos autores de livros didáticos do passado, que remontam ao início do século XX. Derradeiramente, cumpre mencionar, que sobre a indumentária dos homens violentos que apresaram os índios e destruíram as missões, absolutamente nada é esclarecido. Iconograficamente, aparece uma missão arruinada, porém não o personagem que a arruinou. Nenhum desenho, figura ou reprodução de quadro sobre os bandeirantes. Também no texto,

nenhuma linha é dedicada a esclarecer como se vestiam os bandeirantes, ou mesmo se eram eles *brancos*, mestiços, índios ou negros.

Sabe-se lá se descalços ou de botas, se com armas de fogo ou com lanças, o certo é que para Braick e Mota, os bandeirantes foram homens que premidos pela pobreza, escravizaram e mataram muitos índios, destruindo muitos povoados instituídos pelos jesuítas. A descoberta aurífera em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, é também atribuída, pelos autores, aos bandeirantes, porém como consequência natural das atividades madeiras por eles levadas a cabo, seja em busca de índios ou propriamente de riquezas minerais. Derradeiramente, é lícito afirmar que em Braick e Mota, os sertanistas paulistas não são, de forma alguma, apresentados como heróis.

Em 2006, Leônidas Franco Garcia publicava, pela Editora F.T.D., o livro didático intitulado *Estudos de História*, destinado aos alunos da 7ª série do Ensino Fundamental. Nessa obra, os bandeirantes são abordados no capítulo 20, intitulado *Do litoral para o sertão*, sendo assim caracterizados:

Em sua maioria descendentes de brancos e índios, os bandeirantes possuíam as condições necessárias para desbravar as terras do interior e aprisionar os indígenas. Sabiam falar sua língua, travar contato com eles e andar por aqueles caminhos por meses e meses. Percorriam as terras valendo-se da caça, da pesca e da coleta de frutos. Também abriam clareiras na mata, faziam pequenas roças e erguiam seus acampamentos enquanto aguardavam a colheita. Nesses locais era comum surgir um pequeno núcleo de povoamento, que mais tarde se transformaria em vila e cidade (GARCIA, 2006, p. 107).

Sobre a preferência dos paulistas pelos índios que viviam nos aldeamentos jesuíticos, escreveu o autor:

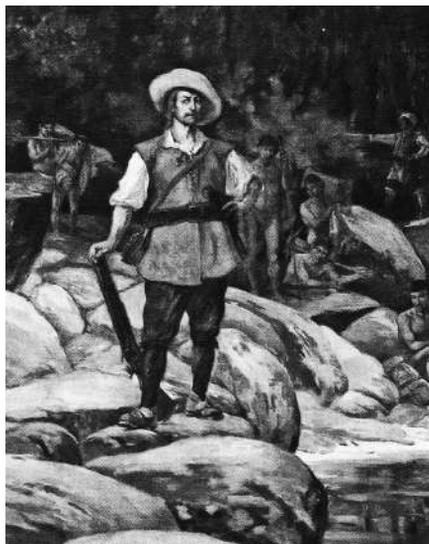
Os bandeirantes preferiam os índios aldeados, que já haviam sido educados pelos jesuítas e adquirido habilidades para trabalhar na agricultura, em afazeres domésticos e outros serviços. Esses índios eram vendidos por preços bem altos no litoral. Quando vendidos

para o Nordeste, chegavam a ser mais caros do que os escravos negros (GARCIA, 2006, p. 107).

Na sequência, sob o subtítulo *O mito do herói*, são tecidas considerações de cunho crítico, sobre a mitificação que alçou os bandeirantes à condição de personagens históricos heroicos, processo que contribuiu para dificultar uma disseminação mais ampla acerca da faceta escravagista e homicida desses mateiros:

Os bandeirantes passaram a ser tratados nos livros [...] históricos como heróis do século XVII, como homens corajosos que desbravaram os sertões e expandiram as fronteiras no interior do Brasil [...] a historiografia oficial transmitiu apenas esse lado da história. O outro, tão real quando o primeiro, nos faz saber que, para aprisionar e escravizar indígenas e buscar a riqueza dos metais preciosos, os bandeirantes foram homens bastante violentos, que invadiram e destruíram os aldeamentos e cometeram verdadeiro genocídio contra os nativos (GARCIA, 2006, p. 108).

Ao lado dessas palavras, aparece a seguinte representação iconográfica:



Essa é a reprodução de uma pintura de Henrique Bernardelli⁸⁴, denominada *Ciclo de caça ao índio*, que apresenta o bandeirante calçado, vestido com camisa de mangas longas, gibão de couro, calça e chapelão. Cingindo a cintura do sertanista, um volumoso cinto de couro sustenta uma garrucha, acomodada junto ao seu flanco abdominal esquerdo, enquanto sua destra se apóia no topo do cano de um arcabuz, cuja coronha toca o solo rochoso. É necessário salientar, que embora tenha questionado a heróicização da figura do bandeirante na historiografia, Garcia não escreve sequer uma frase questionando a indumentária, a vestimenta que aparece caracterizando o sertanista pintado por Bernardelli. Nenhuma palavra é escrita sobre a situação econômica de São Paulo nos dois primeiros séculos coloniais, levando o leitor/aluno a crer que a mitificação da figura do bandeirante se processou, especificamente, no que diz respeito à exaltação da coragem e da valentia demonstradas no decurso da expansão territorial, não apresentando qualquer relação com o vestuário e os recursos bélicos. O autor, ao deixar de explicitar a pobreza paulista, simplesmente não propicia qualquer reflexão crítica acerca do traje e das armas do sertanista pintado por Bernardelli, fomentando o entendimento de que todos os bandeirantes dispunham dos recursos materiais representados no quadro em pauta, o que definitivamente não parece ter qualquer lógica, uma vez que o contexto paulista da época, demonstrado não apenas nas Atas da Câmara, como também em idôneos trabalhos historiográficos – Alcântara Machado (1980), Holanda (2000) e Monteiro (2000) –, aponta para a participação de milhares de homens, mamelucos e índios que, absolutamente, não dispunham de todo o aparato material que consta na pintura de Bernardelli. Em palavras breves, não eram todos os bandeirantes que se vestiam como o sertanista pintado por Bernardelli, mas apenas alguns poucos mais abastados, homens talvez como Roque Barreto ou Fernão Dias Pais.

84 Artista nascido no Chile e naturalizado brasileiro, que viveu de 1858 a 1936.

Após esse claro questionamento textual do mito do herói bandeirante, que perde algo de sua força e congruência, por constar ao lado de uma representação iconográfica que não corresponde ao contexto paulista, Garcia prossegue sua abordagem, apresentando o padre Antônio Vieira como defensor dos indígenas do Brasil colonial:

Padre Vieira, um dos mais importantes missionários da colônia, foi um defensor incansável dos índios. Inúmeras vezes se dirigiu ao rei de Portugal ou apelou para as autoridades da colônia, para evitar a escravidão dos nativos (GARCIA, 2006, p. 109).

O autor segue esmiuçando suas explicações – claramente postulações – sobre Vieira, afirmando que “uma carta escrita por ele em 1653, no Maranhão, denunciava a violência dos bandeirantes contra os indígenas...” (p. 109). A citação de um trecho dessa carta do jesuíta aparece na continuidade da abordagem de Garcia, revelando as pesadas acusações que o missionário formulou contra os bandeirantes, no início da segunda metade do século XVII:

“Eu perguntei a um dos cabos desta entrada o que faziam com eles. Respondeu-me o cabo com grande paz de alma ‘[...] dávamos-lhes tiros, caíam uns, fugiam outros. [...] tomávamos aqueles que queríamos’ [...] e assim fala toda essa gente nos tiros que deram, nos que fugiram, nos que alcançaram, nos que escaparam, nos que mataram, como se falasse de uma caçada e não valesse mais as vidas dos índios do que as dos animais” (VIEIRA *apud* GARCIA, 2006, p. 109).

Parece estar claro que o autor atribui a Vieira um papel destacado na defesa dos índios na colônia. Na verdade, Garcia organizou seu texto, dando margem ao entendimento de que o célebre padre foi um protagonista isolado, na luta contra a escravização dos índios. Entender essa questão dessa forma seria, ao que parece, uma simplificação equivocada. Na obra *O padre Antônio Vieira, a cruz e a espada*, Menezes discute isso de maneira esclarecedora, afirmando que:

A escravidão indígena foi uma questão controversa e a oposição a ela não é privilégio de Vieira. Já em 1537, ao mesmo tempo em que aceitava como legítima a escravidão do africano, o papa Paulo III ameaçava com a excomunhão aqueles que, de alguma forma, colocassem em risco a liberdade dos índios. Para tanto, a Igreja alegava que o negro tinha sido reduzido à escravidão nas guerras tribais da África, em que o preço da derrota significava a morte ou a perda da liberdade. Esta posição da Igreja serviu, inclusive, para legitimar a escravidão do índio, a partir do princípio da “guerra justa” transformado em lei por Portugal em 1611 (2000, p. 104).

Na obra *Colonização e Catequese*, refletindo sobre A ética colonial e os esforços pela supressão da escravidão, com lucidez e acuidade analítica escreveu Paiva:

Já havia, contudo, a essa época, um consenso em torno deste tema. Não se discutia mais sobre a legitimidade da escravidão, em geral: os mais abalizados doutores da Igreja julgavam-na natural, quer por deficiências intelectuais, quer pela degradação do pecado, quer por razões de cativo. A discussão girava em torno à legitimidade da forma, distinguindo-se então formas justas de formas injustas. Toda guerra justa gerava escravização justa. A guerra justa era aquela que o príncipe declarava justa (1982, p. 32-33).

Essas palavras de Menezes (2000) e Paiva (1982) contribuem, notadamente, para que possamos refletir, com mais embasamento, acerca das asserções simplistas de Garcia, sobre a escravização dos índios e o papel antiescravista do padre Vieira.

Já avizinhandando-se do final de sua abordagem, Garcia muda de assunto, escrevendo sobre as descobertas auríferas dos paulistas:

No final do século XVII encontraram ouro em Minas gerais. No início do século seguinte, em Mato grosso (Cuiabá) e Goiás (Goiás, antiga capital) [...] milhares de pessoas foram para a região das minas, e assim muitos núcleos de povoação surgiram. Deles nasceram muitas cidades que ainda hoje carregam em sua fisionomia traços da história da mineração (2006, p. 110).

Sintetizando as características dessa recente abordagem de Garcia sobre o bandeirismo, primeiramente pode ser afirmado que, ao longo de todo o texto, inexistiu qualquer tentativa de heroização da figura do antigo paulista. Pelo contrário, o autor expressa-se buscando, claramente, questionar o mito que foi construído em torno desse personagem histórico. No entanto, embora esse viés crítico seja facilmente perceptível, ele é, também, significativamente superficial, pois discursivamente – no texto – afirma que os bandeirantes eram, “em sua maioria descendentes de brancos e índios” (GARCIA, 2006, p. 107), ao passo que, em termos iconográficos, é reproduzida a pintura de Bernadelli, a imagem de um sertanista de fisionomia inequivocamente europeia, em plena selva, envorgando trajes europeus e portando armas também europeias. Ademais, Garcia não faz qualquer menção à pobreza do planalto paulista, fator determinante para a organização de expedições. A transcrição do trecho da carta de Vieira, bem como toda a argumentação que predomina no texto, demonstram que Garcia, reiteradamente, salientou a violência, a matança, o apresamento, a escravização e o tráfico de índios. Em suma, nesse livro didático de 2006, Garcia apresenta o bandeirante como um mateiro genocida e escravocrata, um mateiro que acabou descobrindo várias jazidas de minerais valiosos. Um mateiro que, embora tenha apresado muitos índios, vendeu todos eles, jamais utilizando-se de sua mão-de-obra escrava para si próprio, na vila em que morava ... vila jamais mencionada por Garcia, de onde partiam as expedições bandeirantes, onde muitos moradores almejavam possuir escravos, para expandir suas precárias e mirradas roças.

CAPÍTULO III

O Bandeirante: a compreensão que sobre ele ficou

Após investigar as abordagens sobre a figura do bandeirante paulista, em livros didáticos publicados entre 1894 e 2006, sentimo-nos com alguma segurança para fazer algumas reflexões acerca desse estudo, afirmando, antes de mais nada, que nos surpreendeu a significativa quantidade de equívocos ou erros que encontramos no material estudado, erros que foram apontados detalhadamente neste livro. Doravante, iniciemos a averiguar alguns aspectos que delineiam a concepção que acabou permanecendo – até o final do período estudado, ou seja, 2006 – acerca dos bandeirantes. Dentre esses aspectos, avulta-se a quase completa ausência de menções, em todo o material didático percorrido, acerca da massiva escravização de índios que ocorria na vila de São Paulo de Piratininga. O apresamento de índios, levado a cabo por muitas expedições bandeirantes, aparece com frequência nos livros didáticos, porém, as finalidades desse apresamento são reduzidas à explicação simplista e unilateral do tráfico da venda da mão-de-obra apresada para abastados proprietários de terras, principalmente senhores de engenho do Nordeste e do Rio de Janeiro. A escravização de índios em São Paulo – que não era pouca e impulsionava as atividades de apresamento-, na grande maioria dos livros didáticos, não é sequer remotamente sugerida. Uma das raríssimas vezes em que encontramos menção à utilização de escravos índios nas próprias terras

dos paulistas, foi no livro didático de Carmo e Couto (1998), cujo texto, após abordar o apresamento e o tráfico dos nativos capturados para o nordeste, ressalva que, dentre essa farta escravaria obtida nos sertões e nas missões, “um grande contingente destinava-se ao trabalho nas próprias fazendas de São Paulo” (CARMO e COUTO, 1998, p. 110). Outra dessas nada frequentes menções acerca do labor escravo no planalto, aparece em Braick e Mota:

Como os paulistas não tinham recursos para comprar escravos africanos, eles capturavam indígenas para trabalhar nas lavouras. Uma parte desses nativos escravizados era levada para os engenhos do Nordeste e do litoral fluminense (2006, p. 239).

É de fato perceptível a infreqüência, a raridade das menções sobre o aproveitamento dos escravos indígenas no planalto de São Paulo, configurando-se, portanto, como uma característica marcante das abordagens sobre os bandeirantes nos livros didáticos. Fernão Dias Pais, por exemplo, mesmo tendo sido um grande apresador de índios, é apresentado nos livros didáticos como um obstinado pesquisador de riquezas minerais, devido à sua última jornada sertaneja, que o celebrou como o *governador das esmeraldas*. Sua faceta de apresador que se fartou de índios escravizados – especialmente no sul da colônia, na primeira metade do século XVII – é praticamente ausente dos livros didáticos⁸⁵, tão ausente quanto sua irreduzibilidade em relação ao seu filho José Dias, a quem mandou enforcar diante de seus subordinados⁸⁶. O avultamento e a ênfase que a *jornada esmeraldina* acabou tendo na historiografia, certamente contribuiu para eclipsar o trabalho apresador levado a cabo por Fernão Dias, bem como para quase

85 Constitui-se rara exceção a abordagem de Gomes (1974, p. 78), que aponta Fernão Dias como apresador, ao lado de Raposo Tavares e Manuel Preto.

86 O enforcamento de José Dias, ordenado por Fernão Dias, aparece em Corrêa (1955, p. 128) – quase em tom enaltecedor – e em Azevedo e Darós (1988, p. 91).

obliterar o enforcamento de José Dias, ocorrido precisa e paradoxalmente nessa mesma expedição⁸⁷.

Contudo, se os livros didáticos quase não apresentam Fernão Dias como apresador de índios e sentenciador de seu filho, o mesmo não ocorre em relação à heroicização do *governador das esmeraldas*, profusamente reiterada ao longo do tempo. Silva (1952) atribuía a Fernão Dias as virtudes da intrepidez e da tenacidade, afirmando ter sido ele *o mais célebre bandeirante*, um homem cuja glória foi celebrada no poema de Olavo Bilac, intitulado *O caçador de esmeraldas*. Três anos depois, Corrêa (1955) apresentou Fernão Dias como um dos “grandes bandeirantes”, um homem que, em nome da disciplina de sua tropa, ordenou o enforcamento de seu filho José Dias, “elemento de desordem e traição”. Essa menção, sobre o enforcamento de José Dias, como já informamos preliminarmente, é uma das raras vezes em que esse episódio é trazido à baila nos livros didáticos, porém não de maneira imparcial, mas sim ressaltando a inflexibilidade disciplinar de Fernão Dias, que para o autor, estava acima de qualquer outra coisa. A apologia a Fernão Dias não aparece apenas em livros didáticos mais próximos da contemporaneidade, mas, também, em abordagens mais remotas, distantes no tempo. Oliveira (1909) adjetivou esse personagem histórico como “chefe de família ilustre”, ressaltando a “coragem, a decisão, a pertinácia de tão intrépido paulista”, afirmando ainda que nada enfraquecia o “ânimo de tão audaz e arrojado sertanista”. Também Silveira (1924), adjetivou Fernão Dias como “o intrépido paulista, o audaz bandeirante”.

Na verdade, os elogios a Fernão Dias, apesar de serem assíduos nos livros didáticos, configuram-se como apenas parte de uma recorrência

87 Aliás, não apenas o enforcamento de José Dias se faz ausente dos livros didáticos, pois, muitas vezes, o próprio nome desse filho mameluco de Fernão Dias, não é sequer mencionado como membro da tropa, ao passo que o nome de Garcia Rodrigues – filho *legítimo* de Fernão Dias – avulta-se, perceptivelmente, como o de um personagem admirável, tão fiel ao pai que, após a sua morte, transportou seus restos mortais para São Paulo, visando a depositá-los na Igreja de São Bento, como queria Fernão Dias.

muito mais ampla nessas mesmas obras, que é a heroicização dos sertanistas paulistas como um todo. Essa é, parece que de fato, a maior recorrência nas abordagens sobre os bandeirantes, nos livros didáticos estudados neste trabalho. Uma constante que atravessa as décadas. No final do século XIX, afirmava Rio Branco: “os paulistas que foram os operários diligentes da civilização do Brasil” (1894, p. 59). No início do século seguinte, entre outros profusos e enfáticos elogios, afirmava Oliveira:

A história das bandeiras e dos bandeirantes [...] merece as honras de um poema heróico e não pode ser descripta com justeza em um resumo de narrativa histórica rudimentar (1909, p. 55).

Pouco tempo depois, as bandeiras eram, para Benevides: “...expedições [...] constituídas por indivíduos audazes [...] tendo sempre um chefe destemido e valente” (1913, p. 25). No início do decênio seguinte, assegurava Pombo: “chamavam-se bandeiras, expedições organizadas pelos colonos mais audaciosos (1922, p. 33). Dois anos depois, parecendo fazer eco a Pombo, sobre os bandeirantes afirmava Silveira: “Pesquisadores audazes das riquezas [...] desbravadores intemeratos [...] exemplos de uma tenacidade irrealizável” (1924, p. 182). Na década seguinte, sobre as bandeiras afirmava Ribeiro: “Nada as detém, nem os desfiladeiros e precipícios, nem a sede ou a fome, nem as comoções da natureza ou as fadigas do espírito...” (1935, p. 227). Já no começo da década posterior, apresentando o mesmo viés de argumentação de Ribeiro (1935), sobre os bandeirantes asseverava Afonso Celso citado por Lima: “Não os detém ou amedrontam barreiras e contratempos: chuvas, sêcas, frios” (1942, p. 79). Esse mesmo livro didático, em determinado ponto se assemelha ainda à outra obra didática anterior – a de Silveira (1924), citada há pouco. Seu autor afirma que os bandeirantes tinham “indomável energia, tenacidade incomparável” (AFONSO CELSO *apud* LIMA, 1942, p. 79). Se a *tenacidade* dos bandeirantes em 1924 era *irrealizável*, em 1942 – dezoito anos depois – essa *tenacidade* foi proparada como *incomparável*. Penas distintas de autores

distintos, porém nada dissonantes, mas convergentes, assemelhadas nas adjetivações elogiosas em relação aos paulistas. Entre outras muitas frases pomposas, de maneira enfática escreveu Afonso Celso citado por Lima: “Bandeirantes: eis a nota galharda e rubra dos nossos anais” (1942, p. 79). Um ano depois, elogiando desbragadamente os bandeirantes, Magalhães (1943) transcreveu, em seu livro didático, trechos do célebre poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, composição épica que enaltece os *imortais paulistas*.

Quatro anos após, os sertanistas paulistas eram adjetivados por Ferreira (1947), como “os audazes bandeirantes”, ao passo que o devassamento realizado por esses personagens foi entendido, pelo mesmo autor, como uma “simplesmente maravilhosa marcha para o desconhecido, para a conquista” (FERREIRA, 1947, p. 70). A numerosa e destrutiva expedição que acometeu o Guairá, em 1628, sob o comando de Raposo Tavares, foi qualificada por Ferreira (1947) como “formidável bandeira”, cujo líder, *brada aos jesuítas* que foi até lá para retomar as terras do rei português. Não escravizador e matador de índios, mas um fiel vassalo do rei português. Eis o Raposo Tavares na versão de Ferreira (1947), um bravo membro da “epopeia titânica” dos paulistas.

Em Silva (1952), as virtudes da “audácia e da tenacidade” dos bandeirantes aparecem claramente.

Em Corrêa existe a asserção de que “um bandeirante tinha de ser de uma fortaleza maior que os outros homens” (1955, p. 124), além de constar também no texto a afirmação de que o chefe da bandeira “devia ser um homem de qualidades ainda maiores que os outros” (CORRÊA, 1955, p. 124). Porém, a característica mais marcante nessa obra didática é a reprodução da lenda de que Raposo Tavares atravessou as montanhas andinas, atingindo o litoral do Pacífico e bradando, de espada para o alto, *que se apoderava daquelas terras e daquelas águas para o seu rei*. Eis aí de novo, Raposo Tavares sendo apresentado como um heróico vassalo da coroa

lusitana. Porém, agora não procurando subjugar um adversário humano – no caso o jesuíta guairenho da obra didática de Ferreira (1947) – mas dois elementos não pensantes, o mar e as areias do litoral do Pacífico, tal qual Dom Quixote, na obra imortal de Cervantes, investindo de espada em riste contra moinhos de vento, buscando subjugá-los. Páginas antes de reproduzir essa lenda que se criou em torno de Raposo Tavares, Corrêa, já havia afirmado que esse sertanista dava a impressão de ter sido feito “de ferro, de bronze ou de aço” (1955, p. 125).

Na década seguinte, sobre as bandeiras afirmava Santos: “Eram colossais caravanas de homens destemidos” (1966, p. 220). Esse autor também reproduz a lenda de que Raposo Tavares alcançou o Pacífico, porém, com uma variação: ao invés de avassalar mar e terra, o homem que atravessou os Andes, *lavou as mãos* nas águas longínquas da costa oeste da América do Sul.

Algum tempo depois, em outro livro didático, sobre as expedições paulistas, afirmava Grande (1970): “A grandiosa epopéia das bandeiras [...] o esforço inaudito [...] a vontade inquebrantável [...] resultante da tenacidade”.

No final da década de 1970, Valuce dava o título de *Epopéia Bandeirante* ao capítulo IX de seu livro didático, denotando que sua abordagem seria acrítica, elogiosa, o que acabou por ser constatado claramente, em frases que ressaltam “o trabalho heróico desses homens ou as várias cidades [que] resultaram da epopéia bandeirante” (1979, p. 62-64).

Ainda prolapado discursivamente como herói em 1979, o bandeirante continuaria sendo iconograficamente apresentado, até o final do século passado – Carmo e Couto (1998) –, como um personagem histórico vestido de maneira muito própria, envergando sua tão conhecida indumentária, já parcialmente descrita por Rio Branco (1894), no primeiro livro didático, que analisamos nesse trabalho. Portanto, essa vestimenta – composta por botas altas, chapéu de abas largas, gibão acolchoado (escupil), polvorinho, mosquete, alfanje e espada – foi reiteradamente associada

à figura do bandeirante, aparecendo tanto nos textos, quanto na iconografia dos livros didáticos, desde o final do século XIX até o final do século XX. A abordagem de Carmo e Couto (1998) foi a última que, de maneira acrítica, apresentou os bandeirantes trajados com tais aparatos, através de uma iconografia discrepante em relação à pobreza paulista, à carência material apontada no texto da obra em pauta. A partir do início deste século XXI, os livros didáticos passaram a ofertar abordagens que questionam não apenas as *ações heróicas dos paulistas*⁸⁸, mas também a iconografia, e até mesmos os monumentos públicos que retratam os bandeirantes⁸⁹.

No entanto, está claro que esse adensamento da criticidade é um processo iniciado recentemente nos livros didáticos, após mais de um século de apologia aos bandeirantes, da Proclamação da República ao crepúsculo do século XX. Ao longo de sucessivas décadas, tanto nos textos quanto na iconografia, os livros didáticos apresentaram, aos alunos de sucessivas gerações, um personagem histórico heroico, um marchador tenaz e destemido, envergando trajes e acessórios europeus.

Não por acaso, escrevendo na metade da década de 1980, afirmou Volpato:

O tema Entradas e Bandeiras tem sempre um espaço garantido nos livros didáticos de História do Brasil [...] o bandeirante é apresentado, na grande maioria das vezes, como herói responsável pelas dimensões continentais do país. As ilustrações do texto apresentam, quase sempre, a figura de um sertanista de botas de cano alto, chapéu de aba larga, gibão acolchoado, com uma escopeta ou um bacamarte na mão. No texto é passada a visão heróica do bra-

88 A primeira abordagem que se mostrou acentuadamente crítica ao heroísmo bandeirante foi a de Azevedo e Darós (1988), sendo que a primeira abordagem despida do costumeiro viés épico, foi a de Gomes (1974), porém, sem aprofundamento crítico em relação ao heroísmo paulista. Essas duas abordagens, exceções raras em seus respectivos momentos históricos, configuram-se como os primórdios (esparços, espaçados e episódicos) dos textos didáticos críticos, que se tornariam predominantes no início do século XXI.

89 Os trabalhos de Vicentino (2002), Campos et. al. (2002) e Panazzo e Vaz (2002) são exemplos desse aprofundamento crítico.

vo que, vencendo dificuldades sem fim, conquistou áreas imensas para a colônia e descobriu riquezas no interior do Brasil. Os livros didáticos, na verdade, reproduzem uma visão mítica do bandeirante... (1985, p. 17).

Quinze anos depois, sobre a figura do bandeirante, asseverou Monteiro:

Desbravador dos sertões incultos, temível conquistador de povos selvagens, esta figura heróica marca presença tanto nos manuais de história quanto nos monumentos e nos nomes de ruas, estradas e escolas no Brasil inteiro (2000, p. 105).

A figura do bandeirante herói, depois de tanto tempo reiterada nas instituições escolares – pela via dos livros didáticos –, acabou por espalhar-se amplamente no imaginário coletivo da sociedade brasileira, estabelecendo-se no senso comum, de maneira significativa e facilmente perceptível.

Um exemplo sintomático, que prova a eficácia da disseminação dessa inculcação, explicitou-se em abril de 2000, quando a revista *Superinteressante* publicou uma matéria de dez páginas sobre os bandeirantes, intitulada *Os brutos que conquistaram o Brasil*, pretendendo mostrar ao público que a versão heroica dos paulistas não era verdadeira. Essa reportagem que então ganhou a capa da aludida publicação, contrapõe claramente a imagem até então conhecida dos bandeirantes. No outono do último ano do século XX, exposta nas bancas de todo o Brasil, a capa da revista em pauta exibiu uma grande foto de dois mestiços maltrapilhos, sujos e encardidos. Um deles, ostentando um pano amarrado à cabeça, empunha uma rústica escopeta, visivelmente desgastada e enferrujada. O outro *mameluco*, com o rosto sombreado por um roto e amassado chapéu de palha, empunha arco e flecha, trazendo na cintura uma velha e negra espada, sustida por uma rústica e estreita tira de couro. Ambos os sertanistas estão descalços e levam consigo cabaças para o transporte da água. Acima da foto dessas duas figuras híbridas aparece, em letras garrafais, a palavra *Bandeirantes*, seguida, logo abaixo, pelas palavras: *a verdadeira cara dos conquistadores*. Em

letras menores, porém bem destacadas, aparecem duas frases, instando o leitor a *esquecer* a caracterização que, até então, havia sido disseminada dos bandeirantes, inclusive descendo aos detalhes dessa caracterização, detalhes que deviam ser esquecidos, como *botas altas e chapéus de feltro*. Eis a capa em questão:

ABELHAS ASSASSINAS: Flagrado gene da agressividade
SANTO DAIME: Uma bebida da Amazônia que alucina

SUPER INTERESSANTE

EXTRATERRESTRES
Quantas civilizações existem lá fora?

BANDEIRANTES
A VERDADEIRA CARA DOS CONQUISTADORES

Esqueça as barbas grandes, as botas altas e os chapéus de feltro. Os homens cruéis que desbravaram o país eram mestiços, usavam arco e flecha e andavam descalços

Página 26

TELEVISÃO DIGITAL
Você pára o programa e vê o resto depois

MAL DE CHAGAS
Descoberto outro micróbio transmissor

BICHO INDESTRUTÍVEL
Um ancestral da barata que ninguém consegue matar

ISSN 2104-1769 0 1 1 2 1
D 770104 178004

SURPRESA: O BRASIL INVENTOU A FOTOGRAFIA E O RÁDIO, ALÉM DO AVIÃO

Essa reportagem sobre os bandeirantes, que se estende da página 26 à página 35 da revista ora enfocada, denota, claramente, a intencionalidade de desmitificar um personagem ampla e comumente entendido como herói. Evidenciando a matança e a escravização de índios, bem como a pobreza dos paulistas, o texto do antropólogo e historiador André Toral apresenta, como referências bibliográficas, as obras *Negros da terra* e *O Extremo Oeste*, respectivamente de autoria de John Manuel Monteiro e Sérgio Buarque de Holanda. O primeiro desses autores faz uma importante intervenção no texto:

Até há pouco pensava-se que os bandeirantes capturavam índios para exportar para as plantações de cana no litoral [...] hoje sabemos que a maioria dos cativos ia para as lavouras dos próprios bandeirantes (MONTEIRO *apud* TORAL, 2000, p. 28).

A publicação dessa reportagem parece ser um indicativo de que, no ainda não tão afastado abril de 2000, a grande maioria da sociedade brasileira não conhecia a “verdadeira cara dos conquistadores, a história brutal [...] de homens descalços, sujos e famintos [...] caçadores profissionais de gente [...] [que] [...] espalharam o terror entre os povos do continente” (TORAL, 2000, p. 26).

Mais de meia década depois, em setembro de 2005, a revista *Aventuras na História* se propunha a mostrar aos seus leitores *a nova face dos bandeirantes*. A matéria de capa mostra o *World Trade Center* com uma de suas torres já incendiada, enquanto o segundo avião arremessado contra o complexo corta o céu de Nova York, avançando célere contra o outro edifício, a torre sul. A cena, registrada fotograficamente exatos quatro anos antes, servia de ilustração à principal reportagem que a revista divulgava em 2005, uma matéria baseada em depoimentos de pessoas que sobreviveram à tragédia. Ao lado da torre norte, pairando acima de outros *arranha-céus* menos altos, aparece a palavra *bandeirantes*, seguida do enunciado da reportagem que mostraria a *nova face* desses personagens históricos.

Eis a capa dessa ainda relativamente recente publicação:

The cover of the magazine 'Aventuras na História' features a black and white photograph of the World Trade Center towers on September 11, 2001. Thick plumes of smoke billow from the towers, and a commercial airplane is seen in flight to the right. The magazine title 'AVENTURAS NA HISTÓRIA' is prominently displayed at the top in a large, serif font. Below the title, the subtitle 'PARA VIAJAR NO TEMPO' is written in a smaller font. The issue is identified as 'EDIÇÃO 25 SETEMBRO 2005'. A circular seal in the top right corner reads 'PRÊMIO ENZO ANGILERI 2005'. On the left side, there are three article teasers: 'É o amor' (with subtext 'Como, quando e por que a humanidade inventou o amor. E como ele mudou ao longo do tempo'), 'Era uma vez...' (with subtext 'Toda a verdade sobre os contos infantis do século 16, quando o lobo era mau mesmo'), and 'Bandeirantes' (with subtext 'A nova face dos caras que expandiram as fronteiras do Brasil'). On the right side, a vertical banner reads 'EXEMPLAR DE RESERVANTE VENDA PROIBIDA'. At the bottom, the main headline '102 MINUTOS' is written in a large, white, serif font. Below it, a sub-headline reads 'Depoimentos exclusivos dos sobreviventes e gravações inéditas da polícia e dos bombeiros de Nova York revelam minuto a minuto, a luta pela vida no World Trade Center'. At the very bottom, a small logo for 'Abril' is on the left, and a list of other articles is on the right: 'ESCAVAÇÕES NUM CEMITÉRIO DE ESCRAVOS NO RIO ■ POR DENTRO DO TEATRO DE ROMÉU E JULIETA ■ DUELOS DE ESPADAS ENTRE MULHERES'.

AVENTURAS NA HISTÓRIA
PARA VIAJAR NO TEMPO
EDIÇÃO 25 SETEMBRO 2005

É o amor
Como, quando e por que a humanidade inventou o amor. E como ele mudou ao longo do tempo

Era uma vez...
Toda a verdade sobre os contos infantis do século 16, quando o lobo era mau mesmo

Bandeirantes
A nova face dos caras que expandiram as fronteiras do Brasil

102 MINUTOS
Depoimentos exclusivos dos sobreviventes e gravações inéditas da polícia e dos bombeiros de Nova York revelam minuto a minuto, a luta pela vida no World Trade Center

ESCAVAÇÕES NUM CEMITÉRIO DE ESCRAVOS NO RIO ■ POR DENTRO DO TEATRO DE ROMÉU E JULIETA ■ DUELOS DE ESPADAS ENTRE MULHERES

EXEMPLAR DE RESERVANTE VENDA PROIBIDA

Dentro dessa revista, a reportagem sobre os bandeirantes é sugestivamente intitulada *Faroeste Caboclo*, ocupando seis páginas inteiras. O texto, assinado por Reinaldo José Lopes, já começa abordando a história das

expedições bandeirantistas, evidenciando suas *deploráveis* finalidades e negando, enfaticamente, a indumentária pomposa dos sertanistas:

É a história de jornadas [...] feitas por motivos deploráveis, como escravidão e genocídio. O apelido que esses homens, deixaram para a posteridade você já deve ter ouvido: bandeirantes. Para facilitar, vamos chamá-los assim mesmo. Mas, é bom tirar da cabeça a imagem heróica daqueles patriarcas com chapelão, pistola luzindo e botas de couro que se vê por aí (LOPES, 2005, p. 49).

Na sequência imediata dessas palavras, aparece um comentário do historiador Ronaldo Vainfas⁹⁰, sobre o – relativamente recente – fortalecimento da crítica revisionista, em relação à *visão tradicional* do bandeirante, consequência de um processo anteriormente existente, porém não tão evidente:

O curioso é que só nos últimos dez ou quinze anos se tenha passado a revisar com mais empenho tal visão tradicional, embora a crítica dela venha de longe (VAINFAS *apud* LOPES, 2005, p. 49).

Pouco à frente, descrevendo os bandeirantes, afirmou Lopes:

Sempre descalços, os caçadores de índios usavam tanto o arco e a flecha quanto espadas, facões e armas de fogo. Suas armaduras⁹¹ eram couro de anta ou camisas cruas de algodão acolchoado [...]

90 No próprio corpo do texto, à página 49, Lopes se preocupa em informar que Vainfas é historiador da UFF – *Universidade Federal Fluminense*.

91 Não podemos deixar de comentar que a palavra armaduras foi aqui, evidentemente, empregada de forma inadequada. Esse termo, em primeira instância, evoca a idade média europeia, pois associa-se aos combatentes montados da época e continente aludidos. No caso dos bandeirantes, termos mais adequados seriam gibão ou escupil, o primeiro mais utilizado para referir-se às vestimentas de couro, já o segundo para nomear o comprido colete de algodão acolchoado. Essa inadequação, em relação ao emprego do vocábulo em pauta, é oriunda da simplificação que caracteriza o linguajar jornalístico, predominantemente coloquial, ao contrário da linguagem historiográfica, atenta aos termos evocadores de temporalidades inadequadas.

boa parte dos caçadores era de mamelucos, de mãe índia e pai branco, embora houvesse também portugueses (2005, p. 50).

Predominantemente mestiços descalços, os bandeirantes são aqui apontados como homens que usavam armas nativas e europeias, além de se vestirem com couro de animais selvagens e algodão rústico. A contraposição a figura do bandeirante não híbrido – tanto em termos biológicos quanto no que diz respeito aos armamentos de que dispunha –, é aqui muito clara. Sobre a notável semelhança física que existia entre bandeirantes e índios, escreveu Lopes:

Os bandeirantes do mundo real, que saíram de São Paulo para varrer o interior do Brasil nos séculos 17 e 18, eram selvagens, paradoxalmente muito parecidos com os índios cujo cativo ou assassinato era seu ganha-pão (2005, p. 49).

O texto apresenta ainda, em termos de descrição dos bandeirantes, uma intervenção do historiador João Fragoso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Apud Lopes, 2005, p. 50): “Muitos falavam línguas nativas e adotavam práticas culturais das sociedades indígenas, como a poligamia” (2005, p. 50).

Essa é uma asserção esclarecedora, desmitificante, que contribui para promover um entendimento mais preciso do universo em que viviam os bandeirantes. A história propala, inclusive nos livros didáticos, o sólido casamento que uniu Fernão Dias e Maria Betim, chegando ao ponto de aplicar à esposa do *caçador de esmeraldas* adjetivos como “intrépida paulistana e heroína” (OLIVEIRA, 1909, p. 66). Até mesmo o exercício do heroísmo parecia unir Fernão Dias e Maria Betim, apesar do filho – José Dias – que o bandeirante gerou com uma índia. Domingos Jorge Velho – que tinha também sua parcela de sangue indígena – parece não ter se preocupado tanto com os preceitos católicos – no que respeita ao cerceamento da poligamia –, já que manteve sete índias como esposas (concubinas), durante um período de sua vida.

Embora não aprofunde essa questão – já que não cita os casos de Fernão Dias ou Jorge Velho – a reportagem ora em questão aponta, de

maneira objetiva, a poligamia como uma prática cultural não rara, no universo mestiço dos sertanistas.

Outra importante particularidade suscitada pelo texto é a menção ao uso de escravos índios, nas terras dos próprios apesadores:

Até algumas décadas atrás, os historiadores tinham uma resposta na ponta da língua para explicar que diabos os bandeirantes faziam com tanto índio: os selvagens eram enviados para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste e do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro. Só que estudos recentes provam que o destino dos índios eram as fazendas dos próprios sertanistas (LOPES, 2005, p., 50).

A seguir, aparece a citação de uma frase de Monteiro citado por Lopes, explicando essa questão:

Na verdade, os escravos índios que foram ‘exportados’ para o Nordeste representariam apenas o excedente da economia do planalto (2005, p. 50).

Essa frase, que Lopes informa – no próprio corpo do texto – ter sido transcrita da obra *Negros da terra* (embora não informe a página, que é a de número 78), reflete uma das mais significativas contribuições de Monteiro para a historiografia contemporânea, que é o descortinamento de uma grande quantidade de escravos trabalhando no planalto.

Outra importante particularidade dessa reportagem relaciona-se à precisão temporal. O texto termina no ocaso do bandeirismo, sem ter imiscuído nessa temporalidade nenhum episódio relativo às monções. Equívoco que não raro verificamos na literatura didática que percorremos. Concluindo a reportagem presentemente analisada, escreveu Lopes:

Conforme o século XVIII avançava, a descoberta do ouro e o afluxo de imigrantes portugueses, junto com os massacres das décadas anteriores, efetivamente puseram fim ao modo de vida bandeirante [...] seu único legado, além do crescimento do território do Brasil,

foi um imenso vazio populacional no interior do continente – o vazio do genocídio (2005, p. 53).

Esse texto, que busca claramente – parece que até radicalmente – mostrar a antítese do bandeirante-herói, apresenta-se entremeado por uma iconografia condizente com suas afirmações, uma iconografia que oferece, digamos, uma *nova versão* das pinturas antigas que retratam os bandeirantes. As ilustrações de Artur Lopes – o sobrenome é o mesmo que o do autor do texto, Reinaldo Lopes – transmudam os bandeirantes retratados por três artistas, que sem sombra de dúvida, estão entre aqueles cujas obras mais aparecem nos livros didáticos de história. São eles Benedito Calixto, Rafael Falco e Jean Baptiste Debret.

Para que possamos visualizar, comparativamente, as obras destes autores e a versão que delas oferta Lopes, cumpre perfilá-las, alinhá-las lado a lado.

Iniciemos, portanto, a verificar as diferenças existentes entre essas representações iconográficas, primeiramente perfilando o *Retrato de Domingos Jorge Velho*, com a versão que dele fez o ilustrador da reportagem em pauta:



Domingos Jorge Velho, óleo sobre tela de Benedito Calixto, reproduzido a partir de Panazzo e Vaz (2002, p.63).



Domingos Jorge Velho, ilustração de Lopes para a reportagem Faroeste Caboclo, Revista Aventuras na História (Setembro de 2005, p.48).

Na ilustração de Lopes, chapéus rotos cobrem as cabeças dos dois mateiros. Em primeiro plano, Jorge Velho é retratado como um mameluco – tal qual o descreve Holanda – segurando não uma espingarda – como quis Calixto –, mas um arco nativo. A garrucha desapareceu de sua cintura e o punhal – antes alojado numa bainha de ponteira metálica, sustido por um luzente cinto de couro – pende-lhe desembainhado do pescoço, sustentado por um cordão de couro, rusticamente amarrado, um canhestro colar de nós-cegos, entremeados a dois outros colares claramente nativos, de onde pende um crucifixo. Estes colares todos aparecem pela ampla abertura da gola de um escupil, onde Calixto anteriormente concebera um inusitado colarinho branco, despontando atrás da longa barba branca de Jorge Velho, barba que na fisionomia do mameluco de Lopes, apresenta-se rala, esparsa. Nitidamente evocadora do encontro de duas culturas distintas – a ameríndia e a européia –, a figura miscigenada concebida por Lopes – ou seja, o bandeirante Jorge Velho – apresenta, ainda, as calças arregaçadas acima dos joelhos.

O outro mateiro, que aparece em segundo plano, é, na concepção de Lopes, um índio botucudo, segurando uma lança e trazendo às costas uma aljava (presumida pelas penas de flechas, que aparecem atrás de seu ombro esquerdo). Três colares pendem-lhe do pescoço: dois deles enfeitados com penas e contas e o outro, bem menor, ostenta um crucifixo. Todos esses adornos que pendem do pescoço do botucudo são elementos que, inarredavelmente, formam um contraponto coerente ao inusitado colarinho branco – que encima uma também inusitada chapa metálica medieval – do ajudante de Jorge Velho, concebido anteriormente por Calixto.

Verifiquemos como o trabalho de Lopes transfigura, *indianiza* a pintura intitulada *A morte de Fernão Dias*, de autoria de Rafael Falco, uma das mais conhecidas representações iconográficas sobre o bandeirismo:



A morte de Fernão Dias, pintada por Rafael Falco.

A morte de Fernão Dias, óleo sobre tela de Rafael Falco, aqui reproduzido a partir de Santos (1991, p.107).



A morte de Fernão Dias, ilustração de Lopes para a reportagem intitulada Faroeste Caboclo, Revista Aventuras na História (Setembro de 2005, p.51).

No quadro de Falco, o moribundo Fernão Dias, bem como os sertanistas que o rodeiam, apresentam uma aparência geral limpa demais para homens que haviam passado os últimos sete anos de suas vidas embrelhados no sertão. Acessórios como chapéus, armas e botas apresentam-se novos, não parecendo, de forma alguma, terem sido expostos às intempéries ou aos rigores naturais das matarias e dos campos abertos. Porém, o elemento mais intrigante da composição de Falco é o brancor, a alvura imaculada da vestimenta dos mateiros, especialmente suas camisas⁹². Sobre a ancestralidade dos sertanistas concebidos por Falco, basta afirmar que todos os quatro que aparecem ao lado de Fernão Dias apresentam, claramente, não possuir qualquer traço de miscigenação. Na versão de Lopes sobre essa pintura de Falco, nenhum sertanista tem aparência europeia, nem mesmo Fernão Dias. Todos estão descalços, vestindo roupas encardidas e são, claramente, índios e mamelucos. Um deles se agacha

92 Ao analisar o livro didático de Santos (1991), fizemos algumas considerações sobre as características dessa obra de Falco. Cumpre lembrar que Vicentino (2002) também reproduziu essa pintura em sua obra didática, porém tecendo comentários críticos sobre ela.

ao lado direito do líder sertanejo, trazendo às costas uma aljava cheia de flechas, ao invés de portar uma espada de concha, como na obra de Falco. Do lado esquerdo, no lugar do sertanista nada encardido, que na pintura de Falco foi retratado como Garcia Rodrigues, aparece um mameluco de cabelos longos e desgrenhados, com um pano amarrado à cabeça, destituído da espada, que na composição de Falco, descansava no regaço do célebre filho de Fernão Dias. De pé, também com um pano cingindo-lhe à cabeça, outro mameluco mira o moribundo respeitosamente, segurando nas mãos não um chapelão de feltro branco, mas um roto chapéu de palha. Nenhuma espada pende-lhe da cintura, diferentemente da pintura de Falco, onde o personagem correspondente porta uma dessas armas, devidamente embainhada, a pender-lhe obliquamente acima de suas altas botas de couro. Na ilustração de Lopes aparece ainda – substituindo um sertanista de botas e camisa de mangas longas – não outro mameluco, mas um indígena sem camisa, de pé, a observar a agonia de seu chefe. Se, no trabalho de Falco aparece uma profusão de botas, espadas e roupas limpas, a ilustração de Lopes apresenta pés descalços e roupas sujas. Se, na pintura de Falco as fisionomias denotam ancestralidade europeia, no trabalho de Lopes as feições são mamelucas ou ameríndias.

A última representação iconográfica que aparece na reportagem *Faroeste Caboclo*, alude à célebre pintura de Debret, intitulada *Soldados de Mogi das Cruzes*. Lopes compôs uma ilustração que apresenta tais soldados de maneira substancialmente diferente:



Soldados de Mogi das Cruzes, obra de Jean Baptiste Debret, aqui reproduzida a partir de Azevedo e Darós (1998, p.94).

Soldados de Mogi das Cruzes, ilustração de Lopes para a reportagem *Faroeste Caboclo*, revista *Aventuras na História*, (Setembro de 2005, p.52).

Na obra de Debret, o arcabuzeiro que aparece em primeiro plano leva uma garrucha à cinta, e suas pernas não aparecem do joelho para baixo. Na ilustração de Lopes, a figura correspondente também aparece disparando seu arcabuz, porém seus cenhos franzidos fazem mira à sombra de um chapéu adornado com penas nativas. Em sua cinta não está a garrucha há pouco aludida, mas pendendo-lhe do pescoço aparece um adereço não concebido anteriormente por Debret: um colar indígena. Esse mesmo arcabuzeiro – cujas pernas não apareciam completamente na concepção de Debret –, foi concebido por Lopes como uma figura que aparece de corpo inteiro, pisando o solo da floresta com pés descalços, com as bainhas das calças arregaçadas até os joelhos. Na pintura de Debret, acompanhando esse atirador aparecem outros sertanistas, todos eles também portando arcabuzes. Na ilustração de Lopes, os acompanhantes do arcabuzeiro são, predominantemente, indígenas, portando armas nativas, pintados para a guerra, portando colares, brincos e penas. Dentre esses acompanhantes, apenas sustém uma arma de fogo. Este homem, cujos contornos foram concebidos bem próximos ao verdor florestal do fundo da ilustração – o que lhe confere uma visualização secundária, levando-se em conta a totalidade da composição –, leva um facão na cintura.

Parece estar claro qual é *A nova face dos caras que expandiram as fronteiras do Brasil*, como alardeado na capa da revista *Aventuras na História*, no não tão distante mês de setembro de 2005, anunciando a reportagem *Faroeste Caboclo*, um trabalho jornalístico que tanto textualmente quanto iconograficamente, busca negar a figura do bandeirante heroico e bem vestido. Um trabalho jornalístico que, alicerçado em depoimentos de pesquisadores acadêmicos – Ronaldo Vainfas, John Manuel Monteiro e João Fragoso –, busca demonstrar aos leitores brasileiros, uma *face*, até então, desconhecida dos bandeirantes. Cinco anos antes, em abril de 2000, a revista *Superinteressante* pretendia algo similar, ou seja, mostrar aos seus leitores *a verdadeira cara dos conquistadores*, alicerçando-se também em intervenções de Monteiro, além de citar como referências obras deste historiador e de Sérgio Buarque de Holanda. A publicação de ambas as reportagens são sintomáticas, configurando-se como indicativos claros de que a imagem que ficou da figura do bandeirante foi a do herói de botas, chapelão, escupil e arcabuz. Se assim não fosse, tais reportagens não se justificariam, pois a lógica que as motivou foi, sem dúvida, mostrar o bandeirante novo,

desconhecido, ou seja, o mameluco descalço e andrajoso que, com armas indígenas e europeias, caçou índios para escravizá-los. Essa imagem do bandeirante, até porque veiculada como *nova* nas duas reportagens, destinava-se, sem dúvida, a um público que não a conhecia. Destinava-se a um público que conhecia, ampla e massivamente, a figura do intrépido desbravador, que corajosamente, lutando contra índios bravios, foi o grande responsável pela expansão territorial da América portuguesa. Essa imagem mítica, não resta dúvida, foi divulgada durante décadas sucessivas pelos livros didáticos de história, alojando-se arraigadamente no imaginário dos brasileiros. Sobre isso escreveu Volpato:

Essa versão mítica está tão amplamente divulgada e tão profundamente enraizada, que faz parte do senso comum e é tida e aceita como concreta e definitiva (1985, p. 17).

Cumprir lembrar que, embora tenham sido escritas na metade da década de 1980, essas palavras ainda soam significativamente atuais, tão atuais como uma assertiva escrita ainda antes por Mogg:

... a verdade é que, a despeito [...] das imagens novas que procuram destruir as antigas, as imagens romantizadas do pioneiro e do bandeirante ainda continuam a vigorar por toda parte... (1985, p. 137).

Após o prorromper deste novo século, *imagens novas* sobre os bandeirantes passaram a predominar nos livros didáticos de história. Porém, tais *imagens* são resultantes de um processo ainda muito recente, que levará ainda um certo tempo – difícil de ser precisado – para começar a suplantiar as *imagens antigas* que, durante tanto tempo, foram disseminadas sobre a figura do sertanista paulista. Ao finalizar este texto, podemos afirmar, com segurança, que a figura do bandeirante herói ainda continua pairando como um paradigma histórico, exceto no restrito círculo acadêmico dos estudiosos do bandeirismo. Os conteúdos dos arcaicos livros didáticos de capa dura, cujas páginas amareladas estão corroídas por traças e cupins, continuam *actuais*, parece que de *facto*, para a grande maioria dos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições** (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Actas da Câmara da Villa de São Paulo – 1596/1622. São Paulo: Duprat, 1915. (Vol. II)

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

AZEVEDO, L.; DARÓS, Vital. **A história de um povo: sociedade brasileira pré-colonial, colonial**, São Paulo: FTD, 1988.

AZEVEDO, Victor de. **Manuel Preto, o herói de Guairá**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1971.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Roteiro das esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.

BENEVIDES, José E. C. de Sá. **Resumo de História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1913.

BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BRAICK, Patrícia R.; MOTA, Myriam B. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Cortez, 1991.

CAMPOS, Flávio et al. **O jogo da história**. São Paulo: Moderna, 2002.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CARMO, Sonia Irene S.; COUTO, Eliane F. B. **História, passado e presente: a formação do capitalismo e a colonização da América.** São Paulo: Atual, 1998.

CORRÊA, Viriato. **História do Brasil para crianças.** 19 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do Pôrto de Santos à cidade de Cuiabá.** São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1825.

DARÓS, Vital. **Paisagem brasileira: terra e gente, geografia e história.** São Paulo: FTD, 1997.

ELLIS JR., Alfredo. **Raça de gigantes.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

_____, Alfredo. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940).** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Tito Lívio. **História do Brasil para as terceiras e quartas séries ginasiais.** 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

FILHO, Synesio Sampaio Góes. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCO, Francisco de Assis C. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

GALANTI, Raphael M. **Compêndio de História do Brasil.** São Paulo: Duprat, 1902.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso.** São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GARCIA, Leônidas Franco. **Estudos de História.** 5 ed. renov. São Paulo: FTD, 2006.

GOMES, Paulo Miranda. **História do Brasil.** 2 ed. Belo Horizonte: Livraria Lê Editora Ltda., 1974.

HAUBERT, Máxime. **Índios e Jesuítas no tempo das missões**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HERMIDA, Antonio José de Borges. **História do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1954.

HOLANDA, Aurélio B. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O extremo oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, Sérgio Buarque. **Monções**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____, Sérgio Buarque. **Monções**. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (Coleção Documentos Brasileiro, v. 89)

JR. GHIRALDELLI, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

LIMA, Afonso Guerreiro. **Noções de História do Brasil**. 10 ed. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 1942.

LIMA, J. A. Cunha. As descobertas do ouro e o regime jurídico e administrativo das minas. In: **Revista do Arquivo Nacional**. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico/Departamento da Cultura, 1966.

LUÍS, Washington. **Na capitania de São Vicente**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MAGALHÃES, Basílio. **Expansão geográfica do Brasil Colonial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.

MARLENE, Ordenez; SILVA, Antonio Luiz de Carvalho. **História do Brasil**. São Paulo: IBEP, 1975.

MARSICO, Teresa et al. **Marcha criança**: Estudos Sociais. São Paulo: Scipione, 1996.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Afonso de Taunay**: historiador de São Paulo e do Brasil – perfil biográfico de ensaio bibliográfico. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1977. (Série Ensaios, vol 1)

MENEZES, Sezinando Luiz. **O padre Antonio Vieira, a cruz e a espada**. Maringá: Eduem, 2000.

MOCELLIN, Renato. **História do povo brasileiro**: Brasil Colônia. São Paulo: Editora do Brasil, 1985.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias de Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Trad. Arnaldo Bruxel. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MUSSUMECI, Víctor. **História do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1960.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001).

OLIVEIRA, Estevam, **Rudimentos de História Pátria**. Minas Gerais: Typ. Do Correio de Minas, 1909.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese: 1549-1600**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

PANAZZO, Sílvia; VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela história**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2002.

POMBO, Rocha. Conflictos Internos – Bandeirantes. In: Irmãos Maristas. **Primeiras Lições de História do Brasil**: perguntas e respostas. São Paulo: Livraria Paulo de Azevedo, 1922.

Registo Geral da Câmara Municipal de São Paulo – 1637/1660. São Paulo: Piratininga, 1917. (Vol. II).

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1935.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Olympo, 1942.

RIO BRANCO, Barão. **História do Brasil**. São Paulo: Livraria Teixeira & Irmão, 1894.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Maria Januária V. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

SANTOS, Washington. **História do Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S/A, 1966.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Joaquim. **História do Brasil para a Primeira Série Ginasial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

SILVEIRA, Alfredo B. **Lições de História do Brasil**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1924.

SOUZA, Osvaldo R. **História do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Ática, 1990.

STEFFAN, Elvia Roque. **História do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1970.

TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, 1951. (Tomos I, II e III)

TEIXEIRA, Francisco M. P. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1980.

VALUCE, Ládmo. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Editora do Brasil, 1979.

VESENTINI, J. William et al. **História**. São Paulo: Ática, 2004.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: história, organização, psicologia**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

VICENTINO, Cláudio. **Viver a história: ensino fundamental**. São Paulo: Scipione, 2002.

VOLPATO, Luíza. **Entradas e Bandeiras**. 3 ed. São Paulo: Global, 1985.

